

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Helena Cristina Amaral Silva

**A radiodifusão pública na era da TV Digital: análise das possibilidades interativas da
JFTV Câmara**

Juiz de Fora
2020

Helena Cristina Amaral Silva

A radiodifusão pública na era da TV Digital: análise das possibilidades interativas da JFTV Câmara

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Pernisa Júnior

Coorientadora: Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Helena Cristina Amaral.

A radiodifusão pública na era da TV Digital : análise das possibilidades interativas da JFTV Câmara / Helena Cristina Amaral Silva. -- 2020.
267 p. : il.

Orientador: Carlos Pernisa Júnior
Coorientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

1. TV Digital. 2. Radiodifusão pública. 3. JFTV Câmara. 4. Interatividade. I. Pernisa Júnior, Carlos, orient. II. Coutinho, Iluska Maria da Silva, coorient. III. Título.

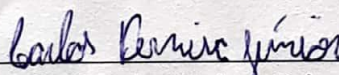
Helena Cristina Amaral Silva

**A radiodifusão pública na era da TV Digital: análise das possibilidades interativas da JFTV
Câmara**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 04 de Março de 2020

BANCA EXAMINADORA



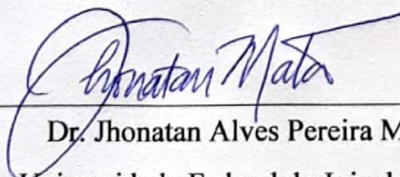
Prof. Dr. Carlos Pernisa Júnior - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora



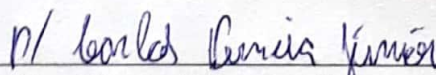
Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho - Coorientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora



Dr. Jhonatan Alves Pereira Mata

Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. José Tarcísio da Silva Oliveira Filho - conforme art. 5º - Res. 04/2016 - CSPP

Universidade Federal de Roraima

Dedico este trabalho a meus pais, que sempre acreditaram no valor da educação, se empenharam para que eu e meus irmãos tivéssemos acesso a um ensino de qualidade e não nos deixam desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, minha fortaleza e refúgio, Aquele que me mantém sempre firme na fé, mesmo diante das adversidades. Agradeço a Ele por minha família, por me proporcionar realizar meus sonhos e por ajudar-me a completar mais essa jornada, tão importante em minha formação acadêmica, profissional e humana.

Agradeço a meus pais, Nilson e Vera, meu alicerce, pelo amor incondicional à nossa família, pela confiança e amparo em minhas decisões, pelas palavras de fé e pela paciência nos momentos difíceis, e por todo esforço para que eu e meus irmãos tivéssemos uma educação de qualidade.

A meus irmãos, Nilson e Luis Arthur, agradeço pelo carinho, companheirismo e incentivo.

Agradeço à minha amada vó Naná, pela proteção, amor e cuidados.

À minha família, pela torcida, apoio, carinho, pelos momentos felizes compartilhados e pelo amparo nos momentos difíceis. Sou grata a Deus por ter pessoas tão especiais em minha vida.

Agradeço ao professor Carlos Pernisa Júnior, pelas orientações, ensinamentos, paciência e confiança em meu trabalho. Em especial, agradeço a oportunidade de poder trabalhar com um tema que é tão importante para mim: a democratização do acesso à informação e à comunicação.

À professora Iluska Coutinho, que ainda na graduação despertou minha paixão pela comunicação democrática e pública e cujos ensinamentos e trocas foram fundamentais a este trabalho.

Aos colegas do Laboratório de Mídia Digital e do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, pelos conhecimentos, experiências e bons momentos compartilhados, trocas estas que muito contribuíram para minha formação e enriqueceram de forma especial este trabalho.

Aos amigos do Mestrado, em especial Vitor, Aline e Aurora, pela força, confiança e amparo nos momentos difíceis. Obrigada por me ajudarem a continuar e por fazerem meus dias mais felizes.

Ao Jhonatan e ao Tarcísio por aceitarem meu convite para compor a banca, confiança em meu trabalho e contribuições.

Agradeço também à equipe da JFTV Câmara e da assessoria de comunicação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, por me acolherem com carinho, pela paciência, pelas trocas, experiências e aprendizados, e pela contribuição fundamental a este trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e a todos os funcionários da Facom, que tanto contribuíram em minha formação acadêmica e profissional e em meu crescimento pessoal.

Agradeço aos programas nacionais de fomento, apoio e financiamento de pesquisas científicas, setor que, embora fundamental ao desenvolvimento do país, tem sido constantemente questionado e ameaçado. Em especial, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio teve importante papel na realização deste trabalho¹.

Agradeço à UFJF, universidade pública, gratuita e de qualidade, instituição que todos os dias me orgulha. Obrigada por todas as oportunidades incríveis que tem me dado desde a graduação, por me tornar um ser humano mais sensível às questões sociais, por incentivar as dúvidas, questionamentos e visão crítica, por reiterar minha fé na educação como transformadora.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar quais as possibilidades oferecidas pela programação da JFTV Câmara, canal de TV da Câmara Municipal de Juiz de Fora, município da Zona da Mata mineira, para o desenvolvimento de ferramentas e conteúdos digitais interativos. Para tanto, leva-se em consideração o pertencimento das emissoras estatais de televisão, dentre as quais figuram as legislativas, ao campo público da radiodifusão, pautado por propostas comunicacionais diferenciadas daquelas que orientam o setor privado. Para a realização deste estudo, recorreu-se à pesquisa de campo, composta de observação participante na redação da JFTV Câmara e pela realização de entrevistas com seus profissionais, com fins de investigar a proposta comunicacional e as rotinas produtivas da emissora. Procedeu-se, ainda, a investigação de um mês composto da programação do canal, com análise de mais de 55 horas, as quais incluem conteúdos jornalísticos e sessões plenárias. O método adotado para a referida etapa foi a Análise da Materialidade Audiovisual, a partir do estabelecimento de eixos de investigação e de perguntas-chave para cada um deles. A pesquisa também é composta por revisão bibliográfica, com considerações sobre o papel da mídia na política, a radiodifusão pública, as tevês legislativas e a TV Digital. Os resultados obtidos nas etapas acima elencadas forneceram as bases para a proposição de conteúdos e ferramentas que podem ser disponibilizados pela emissora aos munícipes juizforanos via interatividade.

Palavras-chave: TV Digital. Radiodifusão Pública. JFTV Câmara. Interatividade.

ABSTRACT

This study aims to investigate the possibilities offered by the programming of “JFTV Câmara”, a TV channel of the Legislative Power from Juiz de Fora-MG, Brazil, for the development of interactive digital tools and contents. To this end, it takes into account the belonging of state-owned television stations, which include the Legislative ones, to the public field of broadcasting, guided by different communication proposals from those that guide the private sector. One of the methodologies adopted will be field research, composed of participant observation in the TV newsroom of “JFTV Câmara” and by conducting interviews with its professionals, in order to investigate the communicational proposal and the productive routines of the broadcaster. A four weeks investigation of the channel's programming was also accomplished, with an analysis of more than 55 hours, which include journalistic content and plenary sessions. The research method used for this stage is the Analysis of Audiovisual Materiality, based on the establishment of research axes and key questions for each of them. The research is also composed of a bibliographic review, with considerations about the role of the media in politics, public broadcasting TV and Digital TV. The results obtained in the steps listed above provided the basis for proposing data and tools that can be made available by the broadcaster to the citizens of Juiz de Fora via interactivity.

Keywords: Digital TV. Public broadcasting. JFTV Câmara. Interactivity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Interface interativa do módulo Mulher do Projeto Brasil4D – Brasília	115
Figura 2 - Menu da pilha de <i>links</i> do “Explorando ConsCiências”	117
Figura 3 - Interface interativa do módulo Programa Saúde da Família	120
Gráfico 1 - Tempos de fala dos vereadores nas matérias (em segundos)	187
Gráfico 2 - Porcentagem dos tempos de fala nas matérias por gênero	189
Gráfico 3 - Tempos de fala nas matérias por categorias (em segundos)	191
Gráfico 4 - Tempos de fala dos vereadores nas audiências públicas e outras sessões plenárias (em segundos)	199
Gráfico 5 - Porcentagem dos tempos de fala nas audiências públicas e outras sessões plenárias por gênero	201
Gráfico 6 - Tempos de fala nas audiências públicas e outras sessões plenárias por categorias (em segundos)	203
Gráfico 7 - Tempos de fala dos vereadores nas reuniões por modalidade (em segundos)....	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de análise dos conteúdos jornalísticos, audiências públicas e outras sessões plenárias	178
Tabela 2 - Categorias de análise das reuniões ordinárias e extraordinárias da CMJF	208

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	INTERFACES ENTRE COMUNICAÇÃO E PODER	25
2.1	MÍDIA E SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS	26
2.2	A POLÍTICA NO CONTEXTO MUDIÁTICO CONTEMPORÂNEO	37
2.3	AS DIMENSÕES ESPETACULAR E PERSONALISTA NA POLÍTICA	45
3	RADIODIFUSÃO PÚBLICA	55
3.1	AS EMISSORAS PÚBLICAS NO CENÁRIO DA RÁDIODIFUSÃO BRASILEIRA	56
3.2	FRONTEIRAS TÊNUES: DIFERENÇAS ENTRE AS EMISSORAS DO CAMPO PÚBLICO	70
3.3	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA	72
4	SOBRE AS TEVÊS LEGISLATIVAS	83
4.1	ARTICULAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PROMULGAÇÃO DA LEI DO CABO	83
4.1.1	Primeiras emissoras legislativas brasileiras	90
4.2	AS EMISSORAS LEGISLATIVAS NO CONTEXTO DA TV DIGITAL	97
4.2.1	Desenvolvimento e implementação do SBTVD – T	99
4.2.2	Interatividade na TV Digital e potencialidades de inclusão	107
4.2.3	Tecendo parcerias: Rede Legislativa de TV Digital	121
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL DA RADIODIFUSÃO	125
5	JFTV CÂMARA: UM CANAL DE TV DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA	133
5.1	MÉOTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	135
5.2	CONDUZINDO A INVESTIGAÇÃO DA JFTV CÂMARA	146
5.2.1	Proposta comunicacional da JFTV Câmara	148
5.2.2	No ar: a programação do canal	153
5.2.3	O dia a dia na redação da JFTV Câmara	157
5.2.4	Em busca de equilíbrio: legisladores e cidadãos na tela da emissora	167
5.2.5	Atuais desafios e possibilidade futuras	170
6	POSSIBILIDADES DIGITAIS INTERATIVAS DA JFTV CÂMARA	175
6.1	UM OLHAR SOBRE OS CONTEÚDOS DA EMISSORA	175

6.1.1	Análise dos conteúdos jornalísticos	176
6.1.2	Análise das audiências públicas e outras sessões plenárias	193
6.1.3	Um formato particular: análise das reuniões ordinárias	206
6.2	PROPOSTAS DE INTERATIVIDADE E FORTALECIMENTO DO EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO	221
6.2.1	Complementando os conteúdos noticiosos	223
6.2.2	Possibilidades interativas nas audiências públicas e outras sessões	232
6.2.3	Compreendendo as reuniões da CMJF	235
6.2.4	Outras possibilidades interativas	237
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
	REFERÊNCIAS	247
	APÊNDICE A - Relação dos conteúdos noticiosos	263
	APÊNDICE B - Relação das audiências públicas e sessões plenárias	265
	APÊNDICE C - Relação das reuniões ordinárias e extraordinárias	267

1 INTRODUÇÃO

Os direitos à informação e à comunicação são fundamentais às sociedades democráticas, uma vez que deles depende o exercício de todos os demais: estando a par do que lhes é garantido por lei, os indivíduos têm acesso aos instrumentos necessários para exercer sua cidadania; ao fazerem uso dos meios de comunicação, por sua vez, dão visibilidade a temas que interferem de forma direta em seu dia a dia e para os quais se fazem necessárias mudanças que lhes proporcionem melhores condições de vida.

A consolidação da democracia demanda, portanto, a existência de um sistema de comunicação que forneça aos cidadãos e cidadãs acesso igualitário a informações fidedignas, claras e precisas, capacitando-os a participar das decisões que afetam os rumos de suas vidas particular e coletiva.

Em sentido complementar, se faz necessário garantir o acesso da sociedade aos meios de comunicação existentes, de forma a preservar o caráter bidirecional do processo comunicativo e a isonomia do intercâmbio informacional. Destas condições dependem a circulação de pontos de vista divergentes e de abordagens que contemplem a visualização do todo, contribuindo para o relato mais fiel possível dos fatos.

No contexto brasileiro, em que prevalece o caráter mercadológico entre os veículos de comunicação e no qual a regulamentação que coíbe o oligopólio e a propriedade cruzada dos meios não é efetivamente cumprida, a democratização do acesso à informação e à comunicação encontra-se fragilizada.

O cenário torna-se ainda mais desigual ao considerarmos que o serviço de televisão aberta, no qual há ainda menos diversidade de atores, é o mais utilizado nos lares brasileiros: dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2017 apontam que 96,7% das residências do país possuem aparelho de televisão e, dentre as mesmas, apenas 32,8% utilizam serviços de TV por assinatura, os quais oferecem maior variedade de programação e conteúdo.

Pesquisa de opinião realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em parceria com o Instituto MDA, em janeiro de 2020, aponta que 43% dos 2.002 entrevistados buscam informações em veículos de comunicação tradicionais. Dentre os mesmos, as emissoras de televisão Globo, Record e SBT figuram entre os veículos nos quais os entrevistados mais confiam, com os seguintes índices de aprovação: 32,2%; 14,5% e 6,7%, respectivamente. Ressalta-se, ainda, que 72% dos entrevistados consideram alto o nível de influência da mídia na formação da opinião pública.

Assim, a despeito do crescimento do uso de outras tecnologias e plataformas para exercício do direito à informação e à comunicação², observa-se que a televisão ainda ocupa um papel preponderante na vida dos brasileiros. Diante da já citada realidade do setor no país, com prevalência da orientação comercial e o acesso restrito a diferentes pontos de vista – resultado do oligopólio e da propriedade cruzada dos meios –, as emissoras públicas, em decorrência de sua configuração e finalidade, se colocam como alternativa e complemento aos veículos de comunicação privados.

Dentre os veículos do campo público figuram os legislativos, cuja criação foi possibilitada com a promulgação da Lei nº 8.977/1995 (Lei do Cabo), e os quais são foco da presente pesquisa. A única atribuição dada pela lei a estes canais é a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões.

No entanto, esta pesquisa parte da premissa de que, como veículos públicos, as emissoras legislativas têm um compromisso primordial com os cidadãos e cidadãs. Devem, portanto, investir em conteúdos que fortaleçam o exercício democrático; que estimulem a participação da sociedade nas discussões sobre temas de interesse social; que contribuam com a promoção da cultura e da diversidade do povo brasileiro, dando voz aos diferentes grupos e promovendo a inserção daqueles que não encontram espaço na mídia comercial; que promovam o aprendizado e a conquista de autonomia decisória pelos brasileiros.

Com a transição do sistema analógico de TV para o digital, fortalece-se o potencial democrático destas emissoras, que podem ter suas programações em sinal aberto, alcançando ainda mais lares, além de poderem usufruir de recursos tecnológicos como a interatividade e a recepção móvel do sinal.

A confluência de todas estas possibilidades marca a inauguração da JFTV Câmara, emissora ligada à Câmara Municipal de Juiz de Fora (CMJF), município da Zona da Mata mineira. Antes disponível apenas via Internet e canal de TV a cabo, desde o primeiro semestre de 2017 a programação da emissora é transmitida em sinal aberto e digital. O canal funciona no dial 35.1, integrando também, por meio do recurso da multiprogramação³, as transmissões

² A PNAD Contínua 2017 mostra que o uso da Internet passou de 69,3% dos domicílios permanentes do país em 2016 para 74,9% em 2017. Entre as finalidades de acesso não aparece a busca por informações, mas 95,5% dos entrevistados disseram fazer uso da rede para trocar mensagens via aplicativos, nas quais infere-se que possa haver compartilhamento de conteúdos midiáticos. Já a pesquisa da CNT mostra que as redes sociais só ficam atrás da TV como fonte de informação, sendo usadas por 34,4% dos entrevistados para tanto.

³ Recurso da TV Digital que possibilita a transmissão de programações/canais distintos em uma mesma faixa de radiofrequência.

da TV Câmara [dos Deputados] (35.2), da TV Assembleia [de Minas] (35.3) e da TV Senado (35.4).

Em 2018, a JFTV Câmara firmou uma parceria com o Laboratório de Mídia Digital (CNPq), grupo de pesquisa da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (Facom-UFJF), voltada ao desenvolvimento de aplicações interativas para sua programação. A formalização do acordo ainda estava em andamento quando, em 2019, houve mudança da Mesa Diretora da CMJF e no quadro funcional da Casa, resultando na interrupção do processo.

A proposta inicial dessa dissertação era acompanhar todo o processo de discussões, desenvolvimento e testes das ferramentas e conteúdos interativos. No entanto, tendo em vista que a parceria não chegou a ser formalizada e o processo de cooperação não foi adiante, foi necessário mudar o foco do trabalho.

Compreendendo sua importância para a comunidade juizforana e acreditando no potencial da JFTV Câmara para o desenvolvimento de aplicações interativas que contribuam para o fortalecimento do exercício democrático, optou-se por analisar as possibilidades interativas da emissora.

Assim, tendo como premissa a pertença da JFTV Câmara ao campo público de comunicação, essa dissertação volta-se à análise de sua programação, de sua proposta comunicacional e de suas rotinas produtivas com fins de investigar as potencialidades que a emissora oferece ao desenvolvimento de conteúdos e ferramentas digitais interativas que contribuam com a democratização do acesso à informação e à comunicação pelos juizforanos e juizforanas. A partir dos dados levantados, serão então apresentadas propostas possíveis de serem desenvolvidas pela emissora.

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos. No capítulo 2 são tecidas considerações sobre as relações estabelecidas entre as atividades midiática e política. Em um primeiro momento, analisa-se a centralidade da mídia nas sociedades democráticas, abordando-se aspectos como o surgimento, a ascensão e a autonomização da imprensa e o papel da mídia como agenciadora de temas e monitora dos demais poderes. No tópico seguinte, são analisadas as relações estabelecidas entre os *media* e a atividade política, com fins de investigar como, ao alterar a produção e a distribuição da informação e de bens simbólicos, as organizações midiáticas implicaram em transformações nas instituições modernas, em especial na política. Por fim, analisa-se as dimensões espetacular e personalista de política, a partir de considerações sobre representação e poder e fortalecimento das imagens dos políticos – em detrimento dos partidos –, respectivamente.

O capítulo 3 volta-se a uma análise da radiodifusão pública no Brasil. Sua primeira seção traça um breve panorama sobre o desenvolvimento do referido setor no país, com enfoque principal na televisão, objeto desta pesquisa. Na segunda seção, são apresentados alguns fatores que diferenciam as emissoras estatais das demais do campo público, esclarecendo-se que, a despeito destas diferenças, estes veículos integram o referido setor. No terceiro tópico do capítulo, analisa-se princípios norteadores da comunicação pública.

O capítulo 4 tem como tema as TVs Legislativas (TVLs). Seu primeiro tópico analisa o processo de formulação da Lei do Cabo, com destaque à atuação da sociedade civil organizada. Esta última foi fundamental para a conquista da disponibilização, pelas operadoras de TV a cabo, em suas áreas de prestação de serviços, de canais para as Casas Legislativas nos âmbitos federal, estadual e municipal; de um canal universitário; de um canal comunitário e de um canal educativo-cultural. Dentro do mesmo tópico também são tecidas breves considerações sobre as primeiras TVLs brasileiras, a saber, a TV Assembleia, de Minas Gerais, a TV Senado e a TV Câmara, abordando-se suas histórias, programações e princípios de atuação.

A segunda seção do capítulo 4 volta-se ao papel das emissoras legislativas no contexto da TV Digital, contendo um breve histórico do desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T); ponderações sobre a interatividade e suas possibilidades de inclusão digital e social, recorrendo-se a exemplos que corroboram o potencial inclusivo deste recurso; e considerações sobre a Rede Legislativa de TV Digital, que integra as emissoras das Casas Legislativas municipais e estaduais com a TV Senado e a TV Câmara a partir do uso da multiprogramação.

A título de complemento e com fins de auxiliar na compreensão da radiodifusão nacional no que diz respeito à sua regulamentação, o capítulo 4 também contempla uma breve análise dos principais instrumentos jurídicos que regem o setor no Brasil. Tendo em vista a amplitude de temas presentes nestas normas – questões técnicas, de finalidade, requisitos para exploração, dentre outros –, foca-se na abordagem de tópicos consonantes com a proposta desta pesquisa.

A partir do capítulo 5, o trabalho se volta à JFTV Câmara. Inicialmente, são tecidas considerações sobre o percurso histórico que resultou na criação da emissora. Na sequência, são apresentados os métodos e técnicas usados na pesquisa: observação participante, entrevistas e Análise da Materialidade Audiovisual. Com base na análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas e da observação participante, são construídos tópicos relacionados à proposta comunicacional da emissora, à sua programação, às suas rotinas produtivas, à busca de

equilíbrio entre os interesses dos parlamentares e da sociedade juizforana na construção dos conteúdos, e aos desafios atuais e perspectivas futuras para o canal.

No capítulo 6 é apresentado um olhar sobre a programação da emissora, com apresentação dos resultados obtidos a partir da análise da mesma. Fundamentada pelo método da Análise da Materialidade Audiovisual, a investigação foi feita a partir do estabelecimento de categorias, para as quais foram estabelecidas algumas perguntas-chave.

Tendo em vista as características que envolvem a produção/veiculação de cada um dos conteúdos analisados, bem como suas propostas comunicacionais, optou-se por dividir a análise. Assim, a investigação estrutura-se em três partes principais: análise dos materiais jornalísticos; análise das audiências públicas e outras sessões plenárias da JFTV Câmara, e análise das reuniões ordinárias e extraordinárias da Casa.

No sexto capítulo, com base nos dados levantados ao longo das pesquisas teórica e prática, também são propostos usos possíveis do recurso da interatividade na programação da JFTV Câmara. As ferramentas e recursos sugeridos têm como mote principal o fortalecimento do exercício democrático e o incentivo à participação dos cidadãos e cidadãs juizforanos nas decisões que afetam seu dia a dia e o acesso dos mesmos a seus direitos. É válido ressaltar que se trata de proposições, cuja finalidade é inspirar e incentivar a emissora, a qual, pertencente a uma Casa Legislativa e ao campo público de comunicação, apresenta significativo potencial de contribuir para a melhoria das condições de vida dos munícipes.

2 INTERFACES ENTRE COMUNICAÇÃO E PODER

Ao transformarem a produção e a circulação dos bens simbólicos e de informação, as organizações midiáticas alteraram significativamente a organização das instituições sociais modernas, com consequentes mudanças nas relações estabelecidas entre estas e destas com os indivíduos. Conforme ressalta Stig Hjarvard (2012, p.73), “os meios de comunicação proporcionam fóruns de comunicação tanto privada como pública, dos quais outras instituições dependem para sua comunicação com o público e com outras instituições e para sua comunicação interna”.

Ressalta-se, ainda, que ao possibilitar a separação de uma atividade de seu contexto de produção e sua reimplantação em novos contextos de recepção e interpretação, os meios possibilitam novas formas de interação e comunicação, alterando também as relações entre os sujeitos.

No campo político, uma das principais consequências do desenvolvimento da mídia se deu no tangente à administração da visibilidade de seus atores. Se por um lado os veículos midiáticos proporcionaram um maior alcance - em termos espaciais e de audiência - na projeção da imagem pessoal dos políticos, por outro demandaram uma adaptação à lógica midiática e resultaram na incapacidade de monitoramento direto do recebimento das mensagens, então mediadas.

A expansão do tamanho e da diversidade da audiência, o papel da imprensa no fórum de escolha política das sociedades modernas (eleições) e o desenvolvimento da televisão, cuja ênfase se dá no sentido da visão - demandando, portanto, maiores cuidados com a aparência visual e o comportamento dos líderes políticos - são alguns dos aspectos apontados por John B. Thompson (2009) no tangente às mudanças na administração da visibilidade política no século XX.

Soma-se a este cenário a rapidez no desenvolvimento de novas tecnologias, característica da sociedade contemporânea, que faz com que as transformações nos modos de interação e nos processos de produção, circulação e recepção das informações sejam contínuas, implicando desafios cada vez maiores ao gerenciamento da imagem dos políticos. Ressalta-se que este último não é processo inerente aos períodos de disputa eleitoral, mas também uma preocupação ao longo do exercício dos governos.

Neste contexto, destaca-se o papel dos veículos de comunicação estatais, dentre os quais figuram as emissoras legislativas de tevê, objeto de estudo da presente pesquisa. Estes *media*

são ferramentas fundamentais de construção das imagens políticas, fornecendo um contraponto à representação dos parlamentares feita pelos demais veículos midiáticos.

Embora com proposta comunicacional e critérios de gestão diferenciados, os veículos de radiodifusão estatais enquadram-se no campo público, o qual caracteriza-se por um maior compromisso com as demandas e interesses dos cidadãos. Portanto, ainda que se proponham a ser um canal de comunicação entre os governos e a sociedade, devem atentar-se a outros critérios que não somente a publicização das ações dos poderes que representam.

Ao não ter como principal objetivo o lucro, não visar prioritariamente os altos índices de audiência e não estar sob influência de interesses mercadológicos, de patrocinadores, de gestores e de outros grupos, os veículos públicos de comunicação possuem maior liberdade de ação. Somada a tais fatores, a proposta comunicacional inerente a estes *media* faz com que os mesmos se voltem à abordagem de temáticas relacionadas ao exercício de direitos pelos cidadãos, buscando a inserção da população no debate destes temas.

No tangente aos veículos de cunho comercial, vale ressaltar que embora os interesses comerciais, a dependência de verbas publicitárias e as pressões de grupos no poder sejam fatores relevantes a serem considerados, é preciso considerar a independência adquirida pela imprensa ao longo dos anos. Se no início os jornais sofreram pressões e censura por parte dos governos, com o passar do tempo foram ganhando autonomia e passando a fornecer informações e abordagens críticas de temáticas de interesse social. Essas e outras transformações alçaram a imprensa à condição de instância de monitoramento dos governos.

Este capítulo se propõe justamente à investigação destas inter-relações estabelecidas entre os campos midiático e político com a ascensão da modernidade. O primeiro tópico é voltado à elaboração de um panorama do papel da mídia nas sociedades democráticas. Na sessão seguinte, propõe-se lançar luz sobre a centralidade da comunicação na sociedade contemporânea e investigar como o sistema midiático assume um papel essencial na atividade política. Por fim, na última sessão são analisadas as dimensões espetacular e personalista da política e como as mesmas influenciam as relações estabelecidas entre os atores do campo e as instituições midiáticas.

2.1 MÍDIA E SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) ressaltam que saber o que se passa para além de sua própria existência é uma necessidade intrínseca humana, o que eles chamam Instinto de Percepção. O acesso a informações sobre fatos não experienciados pelos indivíduos criaria nos

mesmos uma sensação de segurança, confiança e controle. “O conhecimento do desconhecido lhes dá segurança, permite-lhes planejar e administrar suas próprias vidas. Trocar figurinhas com essa informação se converte na base para a criação da comunidade, propiciando as ligações entre as pessoas” (p.36).

Nas sociedades democráticas, o acesso à informação se faz ainda mais relevante, na medida em que possibilita o exercício de outros direitos: ao estar a par do que lhe é garantido por lei, o indivíduo tem acesso aos instrumentos necessários para o exercício de sua cidadania. Conforme ressalta Victor Gentilli (1995, p.200 apud SCORALICK, 2009, p.4),

o conhecimento dos direitos é a premissa para o seu exercício. Para que cada homem possa participar das decisões que lhe interesse e/ou lhe diga respeito em condições de igualdade, é indispensável um sistema de comunicação que ofereça ao conjunto de cidadãos as informações básicas e as alternativas possíveis para que tais decisões sejam tomadas, conscientemente - na medida do possível -, com a possibilidade máxima de acesso à informação.

O direito à informação, por sua vez, pressupõe a garantia da liberdade de expressão e comunicação, cujo asseguramento está diretamente relacionado ao nascimento dos estados democráticos. Nas lutas políticas que fizeram emergir este novo conceito de governo, nas quais o poder das monarquias absolutistas foi colocado em cheque, a liberdade era um valor central e estendia-se a questões como a circulação de ideias e opiniões.

Impulsionada pelas revoluções americana (1776) e francesa (1789), a liberdade torna-se princípio sagrado. Reza o artigo 11 da Declaração do Homem e do Cidadão, aprovada em agosto de 1789: ‘A livre circulação de pensamento e opinião é um dos direitos mais preciosos do Homem. Todos os cidadãos podem portanto falar, escrever e publicar livremente, excepto quando forem responsáveis pelo abuso dessa liberdade em casos bem determinados por lei’ (TRAQUINA, 2004, p.45).

Ao possibilitar a conquista de direitos fundamentais, estas transformações alimentaram a expansão da imprensa, que àquela altura já ocupava um papel significativo no cotidiano dos cidadãos (em especial, na Europa), mas encontrava-se sob constante censura e controle por parte do Estado. É neste cenário que o jornalismo⁴ que conhecemos na contemporaneidade tem suas raízes, desenvolvendo-se em relação simbiótica com a democracia. Como ressalta Alexis

⁴ Dado que o surgimento do jornalismo se confunde com o da imprensa, a partir das possibilidades trazidas pela invenção da prensa móvel, a compreensão do desenvolvimento daquela perpassa a história deste. Logo, os processos de consolidação do jornalismo nas sociedades modernas será também um objeto central do presente tópico, permeando as considerações sobre mídia e democracia.

Tocqueville (apud TRAQUINA, 2004, p.49), a soberania do povo e a liberdade de imprensa são inseparáveis.

Kovach e Rosenstiel (2003, p.36) reforçam a articulação entre democracia e livre circulação e acesso à informação ao ressaltarem que “quanto mais democrática uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais notícias e informações. À medida que as sociedades se faziam mais democráticas, inclinavam-se na direção de uma espécie de pré-jornalismo”. A este respeito, os autores relembram as discussões de temas de interesse da sociedade grega em espaços públicos de Atenas e as actas diurnas, registros feitos pelos romanos sobre os acontecimentos do senado e da vida social e política do império, informações que eram registradas em papiros a serem disponibilizados em locais públicos.

Os jornalistas norte-americanos também ressaltam ser a imprensa tão importante nos contextos democráticos, que as sociedades que querem suprimir a liberdade devem primeiro suprimi-la. Exemplos mostram que isto pode se dar por meio da censura - como no caso brasileiro durante a Ditadura Militar (1964-1985), marcada pela presença de censores nas redações, pelo envio de matérias para análise por órgãos de segurança e pela emissão de ordens indicando assuntos que não poderiam ser divulgados - ou por meio do controle direto dos meios de comunicação pelo Estado - caso da Coreia do Norte, onde somente a KCNA, agência de notícias estatal, pode fornecer informações oficiais aos outros veículos de comunicação⁵.

O contexto de surgimento, ascensão e autonomização da imprensa encontra-se ligado ao fim da Idade Média e início da era moderna, período marcado pela emergência de novas instituições sociais. Segundo John B. Thompson (2009), estas últimas expandiram suas atividades em uma escala global a partir da exploração, do comércio e da colonização.

O sociólogo aponta três linhas principais de transformação institucional:

- 1) emergência das sociedades modernas num cenário de mudanças econômicas a partir das quais o regime feudal transforma-se em um sistema capitalista de produção e intercâmbio;
- 2) redução no número de unidades políticas da Europa, na medida em que as mesmas foram sendo reagrupadas em um sistema de estados-nações, “cada um reclamando soberania sobre um território claramente delimitado e possuindo um sistema centralizado de administração e de tributação” (2009,p.49), e
- 3) concentração gradativa do poder militar nas mãos dos estados-nações, que reivindicam o monopólio do uso legítimo da força dentro de dado território.

⁵ Vide: <https://rsf.org/pt/coreia-do-norte>

Estas transformações são analisadas por Thompson à luz de quatro tipos de poder por ele elencados, a saber: (a) o econômico, resultado da atividade humana produtiva e relacionado com a provisão de meios de subsistência através da transformação de matéria-prima em bens; (b) o político, derivado da coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de interação; (c) o coercitivo, que implica o uso (ou ameaça) da força física para subjugar um oponente, e (d) o cultural ou simbólico, que nasce da atividade de produção, transmissão e recepção dos significados das formas simbólicas. Este último se daria pela expressão de si e interpretação dos outros a partir de recursos descritos pelo autor como “meios de informação e comunicação”.

Thompson relaciona o poder simbólico com a “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (2009, p.24). Segundo ele, o quarto tipo de poder está ligado a instituições religiosas, educacionais e de mídia, por exemplo, as quais assumem papel importante na acumulação dos meios de informação e de comunicação.

No tangente à vertente econômica, a modernidade caracteriza-se pelo surgimento do capitalismo a partir da segunda metade do século XV, ao final do qual várias empresas baseadas no novo sistema já haviam se estabelecido nos grandes centros comerciais europeus. Thompson destaca que, a partir do século XX, foram empreendidas tentativas de desenvolver um processo industrial em grande escala, dentro de um sistema de propriedade de produção no qual as instituições econômicas foram sendo subordinadas ao poder centralizado do estado.

No que diz respeito ao poder político, os estados-nações foram se constituindo como um conjunto de instituições cujas formas emergiram gradualmente. Recorrendo à Charles Tilly, o autor ressalta que a consolidação das unidades políticas europeias foi propiciada, dentre outros fatores, pela criação de meios de exercer o poder coercitivo, possibilitando aos governantes reprimir revoltas internas e manter a ordem em seus territórios, e pelo desenvolvimento de formas de tributação e administração, que permitiram a extração de recursos junto à população - estes últimos, por sua vez, empregados na obtenção dos citados meios de coerção.

O período também foi marcado pela atividade colonialista, com instalação de sistemas de administração nos territórios estrangeiros conquistados pelas nações europeias. Destacam-se, ainda, as convulsões políticas do século XVIII - tais como as já citadas revoluções americana e francesa -, que somadas ao anseio crescente por uma participação política efetiva, contribuíram para o desenvolvimento da democracia liberal, representativa e multipartidária do século XX.

O poder simbólico, por sua vez, contribuiu para a consolidação dos estados modernos, na medida em que o uso de símbolos e a movimentação dos sentimentos de identidade nacional favoreceram a criação de unidade, minaram tendências separatistas e mobilizaram apoio ao governo. Neste contexto, Thompson destaca o papel do desenvolvimento de novos meios de comunicação, que possibilitaram a expressão e difusão destas ideias e símbolos em uma linguagem comum.

As transformações da modernidade também alteraram a organização social do poder simbólico. Há uma fragmentação da autoridade e um declínio do poder político da Igreja, que, somados à expansão dos sistemas de conhecimento e instrução ligados à emergência do iluminismo, alteram a produção e a difusão de bens simbólicos. A partir do século XIX, o sistema educacional, antes restrito às elites urbanas, torna-se ainda mais abrangente.

O surgimento da técnica de impressão, com conseqüente alteração na elaboração, documentação e registro de documentos oficiais, livros e outros materiais políticos, religiosos e didáticos (antes feitos manualmente), com o posterior desenvolvimento das indústrias de mídia, também vai alterar a organização do poder simbólico⁶. Conforme já ressaltado, a necessidade de saber sobre o que se passa para além de suas experiências é uma necessidade inerente aos seres humanos e a troca de informações sempre existiu, mas a mesma ganha novos contornos e alcance (geográfico e de público) com a imprensa.

A emergência das novas formas de produção de bens simbólicos e de informação que viriam a dar origem à mídia contemporânea, tem raízes na invenção da prensa mecânica por Johannes Gutenberg, na primeira metade dos anos 1400. A técnica foi aperfeiçoada pelo ourives alemão, passando a ser explorada comercialmente e dando origem a uma crescente indústria tipográfica na Europa.

Além do caráter religioso, que durante um tempo respondeu por grande parte das publicações, também eram produzidos livros científicos, filosóficos, teológicos e de assuntos jurídicos, a maioria destinados a universidades. No século seguinte, a indústria tipográfica passou a ser utilizada para a produção e disseminação de notícias, inicialmente restritas à divulgação de sentenças e decretos oficiais ou descrições de eventos particulares (como desastres naturais). Estes impressos, no entanto, eram avulsos e distribuídos sem periodicidade.

Publicações periódicas de notícias e informações começaram a aparecer na segunda metade do século XVI, mas as origens dos jornais modernos são geralmente situadas nas primeiras duas décadas do século XVII, quando

⁶ Algumas destas implicações serão analisadas mais a fundo no tópico seguinte.

periódicos regulares de notícias começaram a aparecer semanalmente com um certo grau de confiabilidade (THOMPSON, 2009, p.64).

Controle e censura por parte do estado (limitação das impressões, cobranças de taxas, submissão a censores, etc); identificação com causas políticas e dependência econômica de subsídios políticos são algumas das características que marcaram a atividade em seus anos iniciais. A autonomização da imprensa e sua consolidação como um veículo de comunicação de massa se dá a partir da comercialização dos jornais, no século XIX.

De acordo com Traquina (2004), foi neste período, sobretudo com a criação da *penny press*⁷, que os jornais passaram a ser encarados como um negócio que poderia render lucros. “Com objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto - as notícias, baseadas nos ‘fatos’ e não nas ‘opiniões’” (p.34).

Deste modo, a independência econômica proporcionada pela transformação da atividade em um negócio, possibilitou a emergência de um jornalismo que privilegia a informação em detrimento da propaganda. Neste novo paradigma encontra-se pressuposta a ideia de notícia com a separação entre fatos e opiniões (TRAQUINA, 2004). Esta evolução também foi essencial para o fornecimento de informações e comentários críticos sobre questões de interesse geral (THOMPSON, 2009).

Neste cenário, começa a se delinear a relação adversarial entre o poder político e o jornalismo. Este último, ainda no contexto da Revolução Francesa, foi apelidado por um deputado inglês como “Quarto Poder”, tendo como referência os três *états* do processo revolucionário: o clero, a nobreza e o terceiro estado, que englobava os burgueses e o povo. Na democracia, na qual vigora o princípio “o poder controla o poder”, a imprensa (mídia) seria o “quarto” poder em relação ao executivo, ao legislativo e ao judiciário (TRAQUINA, 2004).

Os pais fundadores da teoria democrática tem insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de ideias e opiniões, e reservam ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*whatchdog*) do governo. (TRAQUINA, 2004, p.22-23).

A legitimidade da imprensa encontrou respaldo nos intérpretes da teoria da opinião pública. Na medida em que esta última era tida como importante instrumento de controle social,

⁷ Modalidade jornalística surgida nos Estados Unidos na década de 1830, marcada pela redução dos preços dos jornais com fins de atender às demandas da classe trabalhadora e dadas as possibilidades de autofinanciamento vistas pelos empresários da imprensa.

necessitava de meios para expressar-se e de ingredientes para que pudesse tomar suas decisões. Sob tal perspectiva, atribui-se à imprensa este papel de tecer um elo entre poder e opinião pública, de forma que os jornais passam a ser vistos como um meio de exprimir as queixas e injustiças e forma de assegurar a proteção contra a tirania (TRAQUINA, 2004).

Reforça-se, assim, a importância da liberdade de imprensa, na medida em que a mesma possibilita que os fatos sejam reportados e comentados sob uma interferência mínima por parte do Estado. Como ressalta Traquina (2004, p.23), “tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia”.

As transformações na vertente econômica da atividade jornalística também possibilitaram a expansão dos jornais entre a audiência. O baixo custo dos periódicos com a instituição da *penny press* tornou-os mais acessíveis junto às camadas mais baixas da população, com conseqüente diversificação do público consumidor. A este cenário, soma-se a já explicitada despolitização da imprensa, resultando no alcance de um público mais heterogêneo.

Os desenvolvimentos social e tecnológico também afetaram a atividade jornalística. No tangente ao primeiro, destacam-se a escolarização das massas a partir da criação das escolas públicas e o processo de urbanização, que ampliaram o público leitor. Com relação às novas tecnologias, o telégrafo possibilitou maior rapidez na transmissão das informações, implicando uma preocupação cada vez maior com o imediatismo, a emergência das agências de notícias e alterações na escrita das mesmas, a partir da utilização de uma linguagem rápida e homogênea (telegráfica).

Todos estes processos também foram permeados pela profissionalização da atividade jornalística. Conforme ressalta Traquina (2004), com o surgimento do novo paradigma de produção da informação em detrimento da propaganda, desenvolve-se a ideia de que cabia aos jornais ir atrás das notícias. Conseqüentemente, mais pessoas passaram a ser empregadas nas empresas do setor e emergiu a figura do repórter.

Com o passar dos anos, assistiu-se à uma tendência de especialização destes profissionais, surgindo figuras como os correspondentes especiais e/ou repórteres de editorias específicas. Novas técnicas também passaram a se desenvolver, como a realização de entrevistas, a recorrência a múltiplas fontes e a standardização dos conteúdos (uso da “pirâmide invertida”, com apresentação de informações básicas no primeiro parágrafo - *lead*).

Os profissionais da imprensa também passaram a compartilhar códigos deontológicos, convenções e ideologias profissionais, que, somadas às formas de organização típicas das empresas jornalísticas, orientam a produção das notícias. Estes ideais e modos de organização,

tais como a atribuição de uma função de monitor do poder ao jornalismo e a busca pelo imediatismo das notícias, mantêm certa constância ao longo da história, a despeito do surgimento de novos meios de comunicação a partir da expansão tecnológica.

O cenário acima elencado contribuiu para a transformação dos meios de comunicação em instituições independentes. O *status* institucional é adquirido na medida em que os *media* se produzem (tanto em termos técnicos, quanto em termos de conteúdos/programação) em uma realidade caracterizada pela divisão social do trabalho e pela distribuição social do conhecimento. Ou seja, a partir do momento em que há uma aceitação coletiva da atribuição de funções relativas aos mesmos.

De acordo com Hjarvard (2012), as instituições representam elementos estáveis e previsíveis da sociedade moderna, constituindo estrutura para a comunicação e ação humanas em dada esfera da vida e possuindo autonomia com relação às demais instituições. O autor aponta dois elementos centrais que as caracterizam. O primeiro é a existência de regras, que podem ser implícitas e práticas, conseqüentes do conhecimento tácito quanto a comportamentos adequados a certas situações e a alocação de recursos; ou explícitas e formais, codificadas em lei ou a partir de objetivos declarados. Estas últimas pressupõem a aplicação de sanções quando não cumpridas. No tangente aos meios de comunicação, o autor ressalta que os mesmos partilham de regras próprias ou comuns a outras instituições, além de seguirem uma práxis guiada por regras informais baseadas em hábitos, rotinas e normas implícitas.

A segunda característica relacionada por Hjarvard às instituições é a alocação de recursos, os quais podem ser materiais ou autoridade. Os meios de comunicação se utilizam de uma série de recursos em suas produções, e os receptores adquirem os equipamentos necessários para seu usufruto/recepção/consumo.

Ao autonomizar-se institucionalmente, a mídia obtém maior legitimidade social, alterando a organização da sociedade e, portanto, das demais instituições.

Uma parte significativa da influência que a mídia exerce decorre do fato de que ela se tornou uma parte integral do funcionamento de outras instituições, embora também tenha alcançado um grau de autodeterminação e autoridade que obriga essas instituições, em maior ou menor grau, a submeterem-se a sua lógica. A mídia é, ao mesmo tempo, parte do tecido da sociedade e da cultura e uma instituição independente que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua (HJARVARD, 2012, p.54-55).

Por outro lado, as demais instituições sociais também influenciam a atividade midiática: conforme argumenta João Carlos Correia (2012), os discursos veiculados pelos *media* podem

ser considerados como interpretações de segunda ordem daqueles já trabalhados em outras instâncias da realidade cotidiana. “A especificidade da construção social realizada pelos *media* reside em reordenar, redefinir e reconstruir a realidade em função da dimensão pública e coletiva da informação, uma determinada realidade que se apresenta já objetiva, definida e construída noutras instâncias sociais” (p.86).

Assim, as articulações tecidas entre a mídia e as demais instituições se dá no interior de um campo de forças, no qual os agentes de cada uma destas instituições reclamam para si um papel social e buscam movimentar os diversos recursos oferecidos por cada uma destas instituições em função de seus objetivos e interesses.

No tangente à notícia, Traquina (2004, p.28) é assertivo ao propor que a mesma pode ser vista como uma “‘construção’ social, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação, e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio de um saber, precisamente o que é notícia”.

Ressalta-se, ainda, que a perspectiva de construção social - abordada nas falas de Correia e Traquina acima colocadas-, evidencia que os produtos midiáticos não são um reflexo fidedigno dos eventos da vida cotidiana, uma vez que são o resultado de uma série de conjunturas, que envolvem as subjetividades dos profissionais da notícia, os códigos deontológicos partilhados por eles, aspectos orçamentários e organizativos dos meios, dentre outros fatores que vão ter influência direta na construção dos conteúdos midiáticos.

Dado o papel central que ocupam nas sociedades modernas como instituições autônomas e legitimadas, os meios intervêm na percepção que o público constrói da realidade, interferindo na mesma, principalmente a partir de questões comportamentais (perspectiva do *agenda-setting*⁸, influência das tendências de moda ditadas pelas telenovelas, etc).

Diante deste cenário, ao qual se soma a tendência cada vez mais crescente de organização da mídia a partir de grandes conglomerados - com impactos relevantes na atividade jornalística, ao submetê-la a outros setores, tal como o econômico - faz-se necessário repensar as articulações estabelecidas pela mídia com a democracia.

À guisa de conclusão deste tópico, são tecidas algumas considerações sobre o cenário brasileiro, cujas particularidades implicam consequências no exercício de direitos. Em primeiro

⁸ Hipótese formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw, na década de 70, e que propõe haver uma tendência entre os consumidores de notícias de considerar mais importantes os assuntos que ganham maior destaque na cobertura midiática. Sob tal perspectiva, os conteúdos veiculados pela imprensa dariam ao público os temas sobre os quais pensar e falar.

lugar, o cenário midiático brasileiro caracteriza-se pelo monopólio e pela propriedade cruzada dos meios. De acordo com dados do projeto *Media Ownership Monitor (MOM)*, obtidos a partir da análise de 50 veículos de mídia, cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade destes meios: nove pertencem ao grupo Globo, cinco ao grupo Bandeirantes, cinco à família Macedo (grupo Record e veículos da Igreja Universal do Reino de Deus, ambos do mesmo proprietário), quatro ao grupo RBS (regional) e três ao grupo Folha.

Os 50 veículos analisados no levantamento pertencem a 26 grupos ou empresas de comunicação, dentre os quais todos possuem mais de um tipo de veículos de mídia e 16 possuem outros negócios no setor de comunicação (produção cinematográfica, agência de publicidade, programação de TV a cabo, etc).

Outro ponto relevante apontado pela pesquisa é que alguns destes grupos são de propriedade de políticos ou lideranças religiosas. No tangente ao primeiro caso, há que se ressaltar que a legislação brasileira proíbe que políticos em exercício de mandato sejam donos de veículos de comunicação. Em seu artigo 54, a Constituição Federal (1988) define, entre outras coisas, que os parlamentares não podem “firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes”.

A proibição da prática também está prevista Artigo 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), que determina que aquele que estiver em gozo de imunidade parlamentar não pode exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão. Porém, um levantamento feito pelo Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, a partir de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), apontou que 32 deputados e oito senadores em exercício no ano de 2016 eram proprietários, sócios ou associados de canais de rádio e TV.

Em sua maior parte, a prática se dá a partir do controle de emissoras afiliadas, dando origem à prática do chamado “coronelismo eletrônico”. A expressão remonta aos estudos de Victor Nunes Leal na obra “Coronelismo, enxada e voto - o município e o regime representativo no Brasil”, de 1949, na qual aborda as relações entre os coronéis - referência do poder local nas cidades do interior - e o governo federal, em uma prática de troca de favores cuja finalidade era a manutenção do poder político.

Da mesma forma, na era da comunicação de massas, o uso clientelista das outorgas de rádio e televisão reforça o poder dos parlamentares, que já tem em mãos os veículos estatais necessários para se comunicar com o público. Além disso, a prática fere o princípio constitucional que reconhece os meios de comunicação como instrumento de fiscalização dos

poderes, bem como resulta em conflitos de interesse, uma vez que os próprios parlamentares são responsáveis por analisar os processos de outorga de exploração do espectro brasileiro.

Como apontam Venício Arthur de Lima e Cristiano Aguiar Lopes (2007, p.3),

ao controlar as concessões, o novo “coronel” promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião pública cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal. No coronelismo eletrônico, portanto, a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação - vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública.

Ao desrespeito às leis a partir da prática do “coronelismo eletrônico”, soma-se um vazio jurídico na regulamentação das telecomunicações no país e o fato de que muitas destas concessões - públicas, no caso da radiodifusão - são repassadas para as gerações seguintes nos grupos midiáticos onde prevalece a propriedade familiar.

Deste modo, mantém-se a hegemonia no controle das organizações midiáticas no Brasil, que, conforme já demonstrado pelos dados do *MOM*, encontram-se nas mãos de uns poucos grupos. Impede-se, portanto, “a existência de uma pluralidade de vozes, o embate de opiniões e a coexistência de valores e visões de mundo diferentes” (*MOM*, 2017), empecilho ao exercício efetivo da democracia.

Outro fator relevante a ser destacado é que a verba de publicidade estatal representa uma fatia importante do financiamento da imprensa nacional. Dado que não há regras claras para a destinação destas verbas, as mesmas podem ser alocadas de forma desproporcional, privilegiando-se os veículos que apoiam editorialmente as políticas governamentais.

Um levantamento do blog “O Cafezinho” (ROSÁRIO, 2017), citado em matéria publicada no site do *MOM*, mostra aumento significativo na destinação de verbas para veículos que apoiaram o *impeachment* de Dilma Rousseff e o governo Temer. De acordo com os números, a Revista IstoÉ, por exemplo, teve aumento de 1384% no recebimento de verbas publicitárias do Governo Federal.

Como consequência, tem-se um condicionamento da atividade midiática - em especial, do jornalismo - às pautas estatais, além de um silenciamento das vozes contrárias aos grupos no poder. Mina-se, assim, o exercício efetivo da democracia na sociedade brasileira, uma vez que a população é privada do acesso a informações completas e contraditórias, das quais necessita para tomar suas decisões.

Ao fim de todas as considerações aqui tecidas e a despeito das transformações ocorridas na instituição midiática, em suas relações com as demais instituições sociais e no papel por elas ocupado nas sociedades democráticas, uma noção parece ser constante: “independentemente da forma e do sistema de governo uma democracia só poderá assim ser considerada se na esfera pública os diversos interesses puderem se manifestar (...)” (OFFE, 1984 apud FONSECA, 2011, p.41).

A partir dos pontos aqui abordados, destaca-se a relevância de se investigar as correlações tecidas entre os campos político e midiático, bem como as ferramentas e estratégias das quais os atores políticos se valem para usufruir das possibilidades oferecidas pelos veículos midiáticos. Ambos os temas são objeto de análise dos tópicos seguintes.

2.2 A POLÍTICA NO CONTEXTO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO

A centralidade adquirida pela mídia nas sociedades modernas e seus impactos na organização e nas relações estabelecidas pelas instituições sociais se faz notar desde os primórdios da imprensa. As possibilidades trazidas pelo desenvolvimento da indústria gráfica, por exemplo, conforme ressaltado por Thompson (2009, p.57), foram utilizadas pela Igreja e pelo Estado em benefício próprio, a partir da encomenda de documentos oficiais, comunicações impressas e normas.

Porém, a ascensão da imprensa na Europa moderna também trouxe desafios a estas instituições. Se antes a produção de bens simbólicos encontrava-se concentrada nas mãos dos estados-nação emergentes e das organizações religiosas, a indústria editorial possibilitou o surgimento de redes de produção destes bens que escapavam ao controle daquelas instâncias.

Ainda conforme Thompson (ibidem), “toda tentativa de controlar a produção impressa e os novos centros de poder simbólico foi sempre muito limitada de muitos modos”. Uma das razões para a independência destes novos produtores de bens simbólicos foi a adoção do viés mercantil pela indústria gráfica.

Soma-se a isso o fato de que, dentre outras mudanças culturais, a imprensa contribuiu para a difusão do protestantismo e a fragmentação do cristianismo, enfraquecendo o poder da Igreja na sociedade europeia. No tangente ao Estado, uma das principais consequências pode ser atribuída ao aparecimento de publicações periódicas, voltadas não somente ao relato de eventos, mas também à transmissão de informações de caráter político e comercial.

O desenvolvimento da imprensa, portanto, resultou em profundas transformações no tangente às formas de organização comunicacional da Europa moderna, que conforme

Thompson (2009) dividiam-se, até então, em quatro redes principais: (a) a rede estabelecida e controlada pela Igreja, que garantia o contato do papado com o clero e as elites políticas; (b) as redes estabelecidas pelas autoridades políticas dos estados e principados, internas e externas aos seus territórios; (c) as redes de comunicação estabelecidas dentro das comunidades de negócios e entre os grandes centros comerciais a partir da expansão da atividade mercantil; e (d) as redes estabelecidas nas tabernas e mercados a partir da transmissão de informação por comerciantes, mascates e entretenedores.

Com a expansão das publicações periódicas e a posterior consolidação das organizações midiáticas, a circulação das informações não mais encontra-se restrita a estas redes, ampliando seu alcance geográfico e cultural e muitas vezes trazendo à tona assuntos antes restritos aos membros e frequentadores das esferas elencadas pelo pesquisador norte-americano.

A importância adquirida pela mídia ao longo dos anos, a consequente falta de controle sobre as informações publicadas e a impossibilidade de monitoramento direto das mensagens - então mediadas pelos veículos de comunicação -, somadas ao fortalecimento da democracia, impuseram novos desafios às instituições sociais, em especial ao campo político.

A formação de novas competências e habilidades comunicativas, a adaptação do discurso político à gramática da mídia, a recorrência a análises técnicas e profissionais da comunicação com fins de garantir a eficácia dos processos comunicacionais e a adoção de estratégias de circulação e imposição de imagens são algumas das alterações elencadas por Wilson Gomes (2004, p.2-3) quando recorre aos argumentos levantados por autores que depõem a favor da transformação da política no cenário contemporâneo.

Porém, antes de adentrar nas especificidades de algumas das consequentes mudanças na esfera da visibilidade decorrentes do aparecimento dos *media*, convém destacar que os efeitos destes últimos sobre o campo político não devem ser tomados de maneira simplificada, ou seja, como se englobassem todas as práticas e instâncias da atividade política.

Conforme argumenta Gomes (2004), embora tenham sido influenciados pelo cenário midiático, partidos, parlamentos, processos eleitorais e Estados mantêm sua atuação independentemente dos veículos de comunicação. Para uma análise mais profunda do tema, o autor propõe a compreensão da atividade política “não mais como um bloco monolítico, mas como um complexo decomponível em procedimentos elementares” (2004, p.17).

Sob tal visão, o campo político contemporâneo opera com base em diferentes “sistemas de práticas, de habilitações etc. que funcionam como instâncias objetivas que orientam a ação, estruturam os comportamentos e as disposições, administram as recompensas e as punições, determinam metas e parâmetros, controlam a admissão e a exclusão” (GOMES, 2004, p.18).

Cada um destes sistemas compreende um repertório de regras de comportamento, padrões de atitude, conhecimentos práticos, valores, papéis e princípios.

A nova política mediada seria, então, um dos sistemas pelos quais se realiza a atividade política na contemporaneidade. A mesma se faz possível graças às características da sociedade moderna, na qual as funções e instituições sociais atuam em relação estreita com os meios, agentes e linguagens da comunicação social. Estes, por sua vez, ocupam papel central como lugar de referência na construção de “identidades, imagens, afetos, conhecimentos comuns, sociabilidade, interesses, necessidades, opiniões e saberes” (GOMES, 2004, p.19).

Ainda conforme o autor, a continuidade da atividade e do campo políticos é compatível com a descontinuidade de alguns destes sistemas, ou seja, mesmo que alguns deles sejam substituídos ou alterados, os primeiros não cessam nem desaparecem. Contudo, Gomes não desconsidera que a alteração em algum destes sistemas tenha reflexos sobre o todo.

Partindo de tais considerações, sugere dois sistemas de práticas/programas de ação principais que orientam a atividade política:

- sistema *ad intra*: sistema de práticas que cumpre as funções internas na esfera política, permitindo a realização de operações básicas relativas a decisões políticas, exercício de governo, elaboração de leis, interações de grupos e partidos na arena política, disputas argumentativas em plenários e todas as demais atividades inerentes à política. De acordo com Gomes, o sistema *ad intra* sofreu alguma influência da política característica do cenário contemporâneo midiático e tem se apresentado estável e constante desde a consolidação dos modelos republicanos modernos.
- sistema *ad extra*: corresponde aos padrões de atividade, agentes, habilitações e programas voltados ao asseguramento das operações básicas da relação entre as esferas institucional e profissional políticas e o restante da sociedade. O sistema de práticas *ad extra*, portanto, destina-se à gestão de aparências, produção e administração da visibilidade, geração de legitimidade e administração dos fluxos comunicativos dirigidos à esfera social. Esse processo se daria não somente a partir da movimentação de recursos visando o direcionamento da opinião pública, mas também por meio da “adequação dos agentes, discursos e pretensões do campo político às demandas, temores e/ou desejos do público” (2004, p.27).

Busca-se controlar aparências, visibilidade, legitimação e comunicação porque são estes os meios de direção e controle da opinião e da imagem que a população faz dos sujeitos, instituições e idéias do universo político e, por

consequência, são modos de direção e controle dos afetos, dos imaginários e das disposições do público (GOMES, 2004, p.22).

O cenário da comunicação de massa teria ocasionado não uma substituição de modelos políticos, mas alterações na atuação destes dois sistemas, a partir do redimensionamento e obtenção de independência das práticas políticas *ad extra* com relação ao sistema *ad intra*. No tangente às primeiras, cabe ressaltar o surgimento de novas demandas relativas à administração da visibilidade dos atores políticos, na medida em que as organizações midiáticas transformaram a produção e distribuição da informação e dos bens simbólicos.

Para compreender este processo, no entanto, é importante ressaltar que a gestão da opinião pública não é uma preocupação exclusiva das sociedades democráticas. Ao recorrer ao exemplo da corte francesa de Luís XIV e aos escritos do filósofo italiano Nicolau Maquiavel, Gomes (2004) demonstra que a prática já era comum à época dos regimes absolutistas.

Segundo ele, estudos demonstram ter havido um esforço contínuo e orquestrado, conduzido no interior da monarquia francesa, para a construção da imagem pública de Luís XIV, com o centro do poder político empreendendo “energia” e “suas melhores mentes” em ações que tinham como objetivo “fazer ver, fazer pensar e fazer sentir determinadas coisas a respeito de um sujeito e de um Estado que nele se encarnava” (*ibidem*, p.8).

A obra de Maquiavel, por sua vez, oferece uma série de conselhos voltados à produção de uma opinião geral em relação aos políticos, mais especificamente, aos príncipes. Um dos aspectos ressaltados por Gomes é a convicção do pensador florentino de que o controle da opinião geral sobre o príncipe seria um dos problemas centrais da atividade política. Conforme ressalta, “Maquiavel parece vincular fortemente a possibilidade de chegada ao poder e, sobretudo, a manutenção e perda do Estado, à capacidade de o dirigente político construir e gerenciar o afeto e a opinião que sobre ele têm os seus súditos” (2004, p.9).

Um aspecto relevante presente em ambos os cenários retomados por Gomes é o fato de que a gestão da imagem do soberano não se restringe à uma questão meramente pessoal, mas é parte integrante e fundamental “do julgamento sobre a qualidade da arte de governar”. Sob tal perspectiva, infere-se que a construção da imagem dos atores políticos é condicionante da imagem construída acerca de seus governos.

Thompson (2009) também ressalta que o cultivo da imagem pessoal e o controle da exposição ao público não é uma preocupação nova juntos aos governantes e líderes políticos, mas uma arte política antiga. Porém, se antes a visibilidade requeria uma situação de

copresença, podendo restringir-se a círculos fechados, com o desenvolvimento das organizações midiáticas as regras práticas de sua administração alteram-se.

Os veículos de comunicação pressupõem a mediação na transmissão das formas simbólicas, implicando, portanto, a utilização de um meio técnico/substrato material por meio do qual estes conteúdos são fixados e transmitidos. São os atributos destes meios técnicos que vão criar as condições para o desenvolvimento, a consolidação e a expansão da mídia.

Um dos primeiros atributos, dentre quatro elencados por Thompson (2009), é a capacidade de fixação ou preservação da forma simbólica. Este recurso possibilita graus variados de alteração ou revisão das mensagens fixadas, além de sua disponibilização para usos subsequentes. Outra propriedade dos meios técnicos é a capacidade de reprodução dos conteúdos, intensificada com a invenção da máquina impressora. A reprodutibilidade está na base da exploração comercial dos *media*, uma vez que possibilita a mercantilização dos bens simbólicos, transformando-os em mercadoria.

O uso dos meios técnicos pressupõe, ainda, processos de codificação e decodificação das mensagens compartilhadas a partir do uso de um conjunto de regras e procedimentos. Thompson ressalta que a decodificação demanda não somente habilidades requeridas pelos meios empregados, “mas também as várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles [receptores] trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico” (2009, p.29).

Neste tangente, é importante ressaltar o papel ativo dos indivíduos na recepção dos conteúdos compartilhados pela mídia, reforçando as colocações de Gomes acerca das práticas *ad extra* de adequação às expectativas da esfera civil. Thompson caracteriza a recepção como uma atividade, ou seja, uma prática de percepção do material simbólico recebido, que pode ser trabalhado e reelaborado de modos alheios às intenções dos produtores. “Enquanto a produção ‘fixa’ o conteúdo simbólico em substratos materiais, a recepção o ‘desprende’ e o liberta para os estragos do tempo” (2009, p.42).

O autor destaca ainda que a atividade de recepção desenvolve-se dentro de contextos condicionados pelo poder e pelos recursos disponíveis ao receptor; constitui uma atividade rotineira, que imbrica-se com e pode ter implicações sobre outras do cotidiano; é condicionada pelas habilidades e competências dos receptores, atributos cuja obtenção se dá por meio do acesso desigual aos processos sociais, e, por fim, envolve um processo de interpretação através do qual as mensagens recebidas adquirem sentido.

Ao interpretar as formas simbólicas midiáticas, os indivíduos mobilizam uma série de conjecturas e expectativas (subjetivas, sociais e históricas), que lhes permite apropriar-se destes

conteúdos e utilizá-los para a compreensão de si e dos outros. Ou seja, os receptores assimilam as mensagens recebidas e as incorporam a suas próprias vidas.

As mensagens da mídia são comumente discutidas por indivíduos durante a sua recepção e depois; elas são portanto elaboradas discursivamente e compartilhadas com o círculo mais amplo de indivíduos que podem ter participado (ou não) do processo inicial de recepção. Desta e de outras maneiras, as mensagens podem ser retransmitidas para outros contextos de recepção e transformadas através de um processo contínuo de repetição, reinterpretação, comentário, riso e crítica (THOMPSON, 2009, p.45).

José Luiz Braga (2012) também traz à tona o papel ativo do receptor no processo de circulação das mensagens da mídia, recorrendo a Jesús Martín-Barbero quando este assinala o deslocamento do foco dos estudos da comunicação de massa “dos meios às mediações”. Segundo Braga, a expressão praxiológica do pesquisador colombiano implica duas relevantes ações cognitivas:

por um lado, propõe a superação de uma visão objetivista dos meios (da indústria cultural, suas tecnologias, seus produtos), a serem redirecionados para uma visão relacional na sociedade. Por outro, introduz uma preocupação da área com a composição daquelas mediações, com os elementos que aí se realizam - mas sobretudo com o modo, a intensidade, a eficácia de tais mediações (culturais) no enfrentamento de seu par relacional (a mídia com seus produtos) (BRAGA, 2012, p.33).

Sob a abordagem proposta, o processo de circulação dos conteúdos simbólicos midiáticos deixa de ser visto como mera passagem de algo do emissor ao receptor e passa a ser considerado como um espaço de reconhecimento, produção de sentido e apropriação das mensagens. Portanto, um lugar no qual se desenrolam jogos de oferta e reconhecimento entre as partes do processo interlocutório.

Ao possibilitar a ressignificação constante das mensagens recebidas à luz das condições sociais, culturais e históricas de recepção, bem como sua retomada em ambientes que ultrapassam o contexto receptivo, este processo dificulta uma mensuração dos efeitos dos conteúdos compartilhados junto ao público. Reforça-se aqui, mais uma vez, a importância das práticas *ad extra* ressaltadas por Gomes, que embora sujeitas às imprevisibilidades e imprecisões inerentes aos processos de interpretação acima destacadas, fazem-se necessárias aos atores políticos na administração de sua visibilidade no contexto contemporâneo.

O último atributo que John B. Thompson atribui aos meios de comunicação é o distanciamento das formas simbólicas de seus contextos temporal e espacial de produção,

possibilitando que elas sejam posteriormente reimplantadas em novos contextos que podem estar situados em tempos e lugares diferentes.

Logo, as interações comunicacionais podem se dar em contextos cada vez mais dilatados no tangente ao espaço e ao tempo, permitindo que os indivíduos transcendam os limites característicos da interação face a face. O autor complementa afirmando que, ao alterar as condições espaço-temporais da comunicação,

o uso dos meios técnicos também altera as condições de espaço e de tempo sob as quais os indivíduos exercem o poder: tornam-se capazes de agir e interagir à distância; podem intervir e influenciar no curso dos acontecimentos mais distantes no espaço e no tempo (THOMPSON, 2009, p.29).

No tangente a esta reorganização do espaço-tempo, o advento das telecomunicações possui um papel significativo, na medida em que implica uma disjunção entre o espaço e o tempo, ou seja, se antes a extensão da disponibilidade das formas simbólicas implicava seu transporte físico, com o advento das novas tecnologias da comunicação o distanciamento espacial não mais demanda o distanciamento temporal.

A simultaneidade, portanto, não se encontra mais ligada a um condicionamento espacial: os indivíduos podem experimentar eventos simultâneos que ocorrem em lugares distintos, uma vez que a experimentação destes eventos deixa de pressupor uma localização específica em termos de tempo e espaço. “Em contraste com a concretude do aqui e agora, emergiu um sentido de ‘agora’ não mais ligado a um determinado lugar. A simultaneidade ganhou mais espaço e se tornou finalmente global em alcance” (*ibidem*, p.37).

Todas estas propriedades atribuídas por Thompson aos meios técnicos tem implicações importantes na publicidade - aqui compreendida como o ato de tornar público. Por estarem disponíveis à uma pluralidade de receptores, as informações e os bens simbólicos produzidos e distribuídos pelas organizações midiáticas adquirem um caráter público, estando abertos, disponíveis, visíveis e verificáveis “a uma multiplicidade de indivíduos que podem estar situados em contextos os mais diversos” (*ibidem*, p.36).

Deste modo, atenua-se a ligação entre publicidade e visibilidade, uma vez que as ações ou eventos adquirem caráter público para indivíduos não presentes em seus locais de ocorrência. O público, portanto, não mais se encontra no campo de visão dos indivíduos que realizam e/ou participam destes eventos. Consequentemente, a preocupação dos políticos com sua apresentação diante de uma audiência fisicamente distante torna-se crescente, e eles passam a utilizar os meios de comunicação não somente para a divulgação de decretos e atos oficiais, mas também como meio de projeção de suas imagens pessoais.

Para Thompson (2009), a administração da visibilidade na contemporaneidade diferencia-se das épocas anteriores em três aspectos principais: (01) pela maciça expansão da audiência, fazendo com que os interessados no controle da visibilidade tenham que lidar com um público extremamente maior, seja em termos geográficos, numéricos e de diversidade; (02) por uma demanda crescente de cuidados com a aparência dos agentes políticos, em especial com o advento da televisão, que também inspira uma monitoração nas situações “ao vivo”; e (03) pela necessidade de submissão à visibilidade, uma vez que a imprensa tem um papel importante nos processos de decisão política dos cidadãos.

Ressalta-se, ainda, que se por um lado o uso dos *media* possibilita aos atores políticos um maior alcance na publicização de suas mensagens, atos e campanhas; por outro não possibilita um monitoramento direto da recepção. O cometimento de gafes e acessos explosivos, o desempenho de efeito contrário, os vazamentos e os escândalos são algumas das ocorrências comuns elencadas por Thompson no tangente à essa incapacidade de controle total da visibilidade.

Pode-se concluir, portanto, que na medida em que a mídia consolida-se e adquire status de instituição social, ela perpassa as operações das demais instituições, ampliando a importância de seu papel social. Esse processo de dependência crescente da mídia e de sua lógica pela sociedade é denominado por Hjarvard (2012) como *midiatização*.

Hjarvard argumenta que a *midiatização* não é um processo universal, mas “uma tendência que se acelerou particularmente nos últimos anos do século XX em sociedades modernas, altamente industrializadas e principalmente ocidentais (...)” (2012, p.65). Para o autor, à medida que a globalização avança, mais culturas e regiões são afetadas pela *midiatização*.

A globalização está relacionada com a *midiatização* de, pelo menos, duas maneiras: por um lado, a globalização pressupõe a existência dos meios técnicos para estender a comunicação e a interação em longas distâncias e, por outro, ela impulsiona o processo de *midiatização* através da institucionalização da comunicação e da interação mediadas em muitos novos contextos (HJARVARD, 2012, p.65).

O pesquisador também defende uma abordagem não-normativa do conceito de *midiatização*, argumentando que a dependência dos meios de comunicação por parte das instituições não deve ser vista como um aspecto negativo. Tal classificação não pode ser aplicada em termos gerais, demandando uma abordagem que considere os contextos específicos da influência midiática.

O que é central na ideia de midiaticização é o fato de que a mídia permeia a sociedade contemporânea, de forma que não pode ser considerada como algo separado das instituições sociais e culturais, as quais veem alterados seu caráter, sua função e sua estrutura em resposta àquela.

Um outro desafio trazido pela mediação da comunicação aos atores políticos é a possibilidade da entrada de participantes sociais em práticas antes restritas à indústria cultural. Embora o acesso aos meios de comunicação dependam do poder simbólico exercido pelos agentes sociais no interior do campo midiático, o desenvolvimento e a popularização das tecnologias possibilitam a cada vez mais indivíduos a mobilização dos recursos técnicos em favor de suas perspectivas e interesses (atuam, portanto, neste processo, componentes sociais e tecnológicos).

Logo, os agentes do campo político passam a lidar com difamações, relatos divergentes àqueles pretendidos ao construir suas imagens junto ao público e com questionamentos acerca de suas ações, implicando, novamente, a recorrência as práticas do sistema *ad extra*.

2.3 AS DIMENSÕES ESPETACULAR E PERSONALISTA NA POLÍTICA

Conforme apontado anteriormente, a preocupação com a construção de uma imagem pública dos atores políticos antecede as sociedades democráticas e caracteriza-se pelo estabelecimento de associações entre a imagem do governante e a “qualidade” de sua administração. Somada à ampliação da visibilidade proporcionada pelo advento dos veículos midiáticos de comunicação, esta característica contribui para o fortalecimento do caráter personalista da atividade política.

Em termos gerais, a personalização denota a crescente valorização da figura dos políticos em detrimento dos partidos. O estabelecimento desta prática pode ser compreendida a partir das considerações propostas por Bernard Manin (1995) acerca das metamorfoses do governo representativo.

Manin aponta quatro princípios inerentes ao governo representativo moderno, a partir dos quais vai propor e analisar três tipos ideais deste sistema governamental. A primeira característica elencada pelo autor é a eleição periódica dos representantes pelos governados, ou seja, o direito de governar não é conferido por riqueza, nascimento ou direito divino, mas pelo consentimento e atribuição de autoridade por parte do povo. Este último, para além de designar seus governantes, exerce influência sobre as decisões destes, na medida em que as eleições são periódicas e os cidadãos podem optar por não reeleger seus candidatos.

Em segundo lugar, Manin aponta o fato de que os representantes conservam uma independência parcial em relação às preferências dos eleitores. Logo, embora escolhidos e com possibilidades de serem destituídos pelo povo, os governantes mantêm certa liberdade em suas decisões. Conforme ressalta o autor, “o governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos têm a obrigação de realizar a vontade dos eleitores: esse sistema nunca foi uma forma indireta de soberania popular” (1995, p.4).

Embora os representantes não tenham que agir de acordo com os anseios dos eleitores, estes últimos devem ter garantido o direito de manifestar e levar suas demandas àqueles. A manifestação da opinião pública independentemente do controle do governo é o terceiro princípio atribuído por Bernard Manin ao sistema representativo de governo.

A liberdade de opinião política requer dois elementos. Para que os governados possam formar opinião sobre assuntos políticos, é necessário que tenham acesso à informação política, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais. [...] O segundo requisito da liberdade da opinião pública é a liberdade para expressar opiniões políticas (MANIN, 1995, p.5).

Por fim, o filósofo francês aponta que nos governos representativos as decisões políticas são tomadas após debate. Destaca-se o papel das assembleias, nas quais os eleitos podem se expressar livremente sobre os temas em questão, sendo a discussão um elemento essencial na busca por consensos, tendo em vista a natureza coletiva e diversificada destas instâncias.

Manin ressalta que as consequências e implicações destes princípios se deu de forma diferenciada de acordo com os contextos nos quais foram colocadas em prática. Essas diferenças teriam dado origem a três formas de governo representativo: o de tipo parlamentar, a democracia de partido e a democracia de público.

No tipo Parlamentar, a escolha dos representantes se dá com base na confiança estabelecida por eles junto aos eleitores em decorrência de uma rede de relações locais, notoriedade social ou deferência. Caracteriza-se, portanto, por um caráter pessoal, na medida em que essa confiança se constrói com base na personalidade do candidato. Dado que são eleitos em função do prestígio adquirido junto ao povo, os deputados possuem independência em suas tomadas de decisão, sendo livres para votar os temas de acordo com seus julgamentos pessoais.

A Democracia de Governo caracteriza-se pela extensão do direito de voto, com consequente aumento do eleitorado e, portanto, impossibilidade de um contato direto entre representantes e eleitores. Este contexto favorece o surgimento dos partidos políticos, com fins de movimentar o numeroso eleitorado. A criação destes se dá sob influência das divisões de classes, o que, por sua vez, vai influenciar nas escolhas eleitorais: o voto torna-se expressão de

uma identidade de classe. Assim, as escolhas se dão de forma independente aos planos de ação e plataformas partidárias, sendo feitas por identificação e confiança no partido.

De acordo com Manin (1995, p.13), “a democracia de partido só se torna uma forma viável de governo quando os interesses opostos aceitam o princípio da conciliação política, uma vez que nada vem atenuar seu conflito na esfera social”. Os partidos atuam a partir de estratégias de coalizção, o que implica na não possibilidade de realização de todos os seus projetos quando ascendem ao poder, sendo necessário deixar margens a manobras políticas.

No contexto da Democracia de Governo, os partidos organizam a disputa eleitoral e os modos de expressão da opinião pública (manifestações, petições, campanhas), estruturadas a partir das divisões partidárias. Uma vez que o parlamento não é governado por um único grupo, mas pelo partido majoritário ou por uma coligação partidária, a manifestação da opinião pública se daria por meio de liberdade de oposição a estes grupos no poder.

O último tipo analisado por Manin é a Democracia do Público. Neste modelo de governo representativo a escolha eleitoral se dá com base na personalização. As condições socioeconômicas e culturais dos eleitores não são mais fatores determinantes de suas escolhas, que podem variar de um pleito a outro a depender da personalidade dos candidatos. “Os partidos continuam a exercer um papel essencial, mas tendem a se tornar instrumentos a serviço de um líder” (MANIN,1995, p.15).

O filósofo atribui duas causas a este cenário. A primeira delas é a alteração da natureza da relação de representação em função dos canais de comunicação, tendo em vista que os candidatos comunicam-se diretamente com os eleitores por meio dos *media*, o que dispensa a mediação de uma rede de relações partidárias.

Segundo Manin, a televisão, por exemplo, “realça e confere uma intensidade especial à personalidade dos candidatos. De certa maneira, ela faz recordar a natureza face a face da relação de representação que caracterizou a primeira forma de governo representativo” (1995, p.15). No entanto, conforme argumenta, os meios de comunicação de massa privilegiam a capacidade comunicacional dos candidatos, saindo vitoriosos aqueles que melhor dominam as técnicas da mídia.

O segundo fator determinante da valorização do personalismo, segundo autor, são as novas condições de exercício do poder, na qual se dá maior ênfase à individualidade dos candidatos do que às plataformas políticas. Este processo se dá em razão do aumento no âmbito das atividades de governo, dificultando a elaboração de promessas muito detalhadas, uma vez que estas deixariam os programas extensos e ilegíveis. Outro fator importante apontado por Manin (1995) é o aumento da complexidade das circunstâncias políticas no cenário pós-

Segunda Guerra Mundial, marcado pela crescente interdependência econômica das nações, o que implica na lida dos governos com decisões tomadas por um número cada vez maior de atores.

Manin (1995) ressalta ainda que, para além de uma dimensão personalista, a escolha eleitoral na democracia do público demanda aos candidatos não somente a identificação de si próprios, mas também de seus adversários. Para tanto, cabe àqueles o assinalamento de diferenças que sirvam de base para movimentar seus apoiadores. “Na democracia do público os representantes políticos são atores que tomam a iniciativa de propor um princípio de divisão no interior do eleitorado. Eles buscam identificar essas clivagens e trazê-las ao palco. Mas é o público que, afinal, dá o veredicto” (*ibidem*, p.18).

Outra característica deste sistema de governo é o caráter reativo do voto. Sob tal perspectiva, as escolhas eleitorais levariam em conta os fatores em jogo em determinada eleição. Logo, mais que expressar suas identidades culturais e/ou sociais, os eleitores responderiam a questões levantadas pelos políticos no decorrer das campanhas.

A prevalência de fatores de curto prazo como determinante da escolha eleitoral também é apontada por Paulo Roberto Figueira Leal e Márcio Braga Magalhães Hubner Vieira (2009) como um processo relacionado à importância crescente da personalização do voto. Esta última, por sua vez, estaria associada ao declínio da identificação partidária e ao processo de desalinhamento do eleitorado - fatores já ressaltados nas considerações propostas por Bernard Manin.

No tangente ao declínio da identificação partidária por parte do eleitorado, Martin Wattenberg (1991 *apud* LEAL E VIEIRA, 2009, p.42) argumenta que a neutralidade da opinião pública sobre os partidos implicaria na ascensão do candidato como polarizador do debate. “Competência, integridade, capacidade de decisão, carisma e atributos pessoais (aparência, idade, religião e saúde, entre outros fatores) preencheram o espaço deixado vago pela discussão política” (LEAL E VIEIRA, 2009, p.42-43).

Leal e Vieira ressaltam que a este quadro de favorecimento do voto personalista juntam-se, ainda, a redução do controle partidário sobre as candidaturas e o papel da mídia como principal arena da disputa política. Este último fator colocaria “em destaque o conceito de visibilidade midiática como variável-chave para a consolidação de capital político” (2009, p.42).

Os pesquisadores também recorrem aos argumentos de Samuel Popkin (1991) acerca da escolha eleitoral com base em cálculos racionais. A perspectiva de Popkin, baseada em estudos da psicologia cognitiva, preconiza que os eleitores não têm estímulos para buscar informações,

dado que este processo acarreta custos. Como consequência, o cidadão tenderia a buscar atalhos na obtenção das informações políticas, recorrendo a dados que encontram-se dispersos em outros campos da vida cotidiana.

Neste contexto, Popkin assinala o papel da campanha eleitoral, a qual argumenta ter o objetivo de alinhavar “retalhos de informações que se encontravam dispersas” (LEAL E VIEIRA, 2009, p.43). No caso brasileiro, conforme apontam Leal e Vieira, a legislação oferece aos partidos o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral Gratuita (HGPE) de rádio e televisão. Dada a já citada centralidade da mídia nos pleitos eleitorais, estes instrumentos comunicacionais são de suma importância para os candidatos.

Para garantir o bom posicionamento das candidaturas, “a propaganda política costuma excluir as características do candidato que possam vir a ser percebidas como negativas pelo público; enfatizar aquelas que, por outro lado, tenham aceitação ante o eleitorado; e associar o candidato a pessoas, fatos ou processos tidos como relevantes” (*ibidem*, p.44).

O político francês Roger-Gérard Schwartzberg (1977) também ressalta a personalização do poder, argumentando que se antes o mesmo era algo abstrato, frio, impessoal e quase anônimo, atualmente tem a fisionomia do dirigente que o exerce. Ou seja, o poder humaniza-se e o que era uma abstração passa a ter existência pessoal.

De acordo com Schwartzberg, esse processo se dá na medida em que o indivíduo personifica o grupo no qual o poder é exercido, passando a simbolizar a nação, o Estado ou o partido, aos quais ele dota de uma face. A personificação se daria por prestígio, ascendência e popularidade de tal sujeito, que vai figurar o poder, representando-o sob forma visível.

O francês relaciona o processo da personificação com o caráter espetacular do poder, destacando, por exemplo, a importância de aspectos como a imagem e a representação tanto no contexto teatral quanto no campo político. No tangente à imagem, Schwartzberg ressalta que a mesma está ligada à notoriedade e ao reconhecimento, além de envolver a construção de perfis e rótulos, estes últimos atuantes como sinais de diferenciação.

Em suas considerações sobre o manejo social das impressões, Erving Goffman (1985) argumenta que todo indivíduo em interação social busca passar uma imagem de si àqueles com quem interage, recorrendo, para tanto, à uma representação. Esta última corresponde à “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (1985, p. 29).

Segundo Goffman, ao representar o sujeito recorre a um equipamento expressivo de tipo padronizado, intencional ou não, o qual classifica como fachada. Esta última abarcaria um

cenário, composto por itens como mobília, decoração, disposição do interlocutor no espaço físico e outros elementos de pano de fundo; e componentes de fachada pessoal, correspondentes a todos os itens de equipamento expressivo que identificamos no ator e o acompanham onde ele vai, tais como vestuário, idade, crença, etnia, expressões corporais e faciais, e linguagem.

Ao abordar as ideias de Goffman, Wilson Gomes (2004) afirma que a todo tempo (conscientemente ou não) o sujeito produz informações sobre si e, na mesma medida, busca decifrar o outro. Desta forma, presume-se ser a interação um jogo social, no qual o sucesso do interlocutor em passar a imagem que se propõe vai depender da capacidade em controlar suas expressões. “Interagir, portanto, é atuar e assistir a atuações. Interpretação. No duplo sentido da palavra, como representação do ator e como decifração da plateia” (GOMES, 2004, p.12).

Logo, na medida em que demanda comunicação e conexão constantes com a sociedade, o campo profissional político está sempre envolvido em processos de interação social. Como não há, sob tal perspectiva, interação sem representação, infere-se que o poder é teatralizado, logo, voltado a um viés espetacular.

Ressalta-se ainda que, uma vez que as interações envolvem a busca de reconhecimento e influência recíprocos, o espetáculo instala-se como uma relação de poder. Soma-se a isso a conclusão de Antonio Rubim (2004), após movimentar diferentes definições de espetáculo, de que “todas elas implicam uma visão atenta a uma circunstância, uma relação entre espectador e evento, que chama a atenção e prende o olhar” (p.192). Esta relação objeto e espectador envolveria, portanto, sedução e desejo.

Porém, se por um lado o espetáculo instala uma relação de poder, este último muitas vezes “afirma-se como e através da produção de espetáculos” (RUBIM, 2004, p.193). Conforme ressalta Rubim, as relações entre poder e espetáculo são antigas (vide construção das pirâmides egípcias), mas o advento da política trouxe alterações nos processos de busca pelo poder.

A política, como modalidade específica de agregação de interesses e de resolução da questão do poder político, de acordo com as instigantes e aproximadas concepções de Cornelius Castoriadis e Hannah Arendt, interdita o recurso à violência como procedimento principal e legítimo ao tratar o poder político. O convencimento, a sensibilização, a argumentação, a pressão reivindicativa não-violenta e não-corrupta, enfim, a busca de hegemonia, para utilizar o termo síntese de Antonio Gramsci, com a emergência da política, tornam-se os expedientes legítimos de como proceder para a conquista e a manutenção do poder político (RUBIM, 2004, p.189).

Dessa forma, de suntuosa afirmação do poder (como no caso Egípcio), o espetáculo volta-se à sensibilização, com fins de conquista daquele e construção da legitimidade política. Adriano Duarte Rodrigues (2001) também destaca a emergência de novas modalidades de legitimidade e acesso ao poder. O autor ressalta que, se antes a legitimidade política fundamentava-se na hereditariedade ou em delegação expressa pelos cidadãos, hoje ela se converte em mecanismos de convencimento através da produção de efeitos de sentido.

Assim, em vez de se fundar na produção de uma razão legitimante, a nova ordem política assenta na capacidade de sedução, de acordo com o tratamento instrumental da linguagem e da comunicação, destinando-se doravante, claramente, a um devir informativo, a processos ritualizantes retóricos, pela conversão da linguagem em dispositivo mecânico sujeito a processos análogos aos dos reflexos condicionados que encontramos no funcionamento do sistema biológico (RODRIGUES, 2001, p.127).

Considerando-se que a visão afirma-se como sentido condutor do espetáculo (constituição do sujeito em espectador), ressalta-se a necessidade deste em assumir um caráter público. Embora nas interações face a face esta visibilidade seja inerente, na era contemporânea ela demanda acesso aos veículos de comunicação. Somado a este cenário, a já citada importância dos *media* nas disputas eleitorais reforça o papel destes como palco do espetáculo político.

A recorrência às formas mediadas de comunicação, no entanto, altera a utilização de alguns dos recursos elencados por Goffman - tais como o emprego dos elementos de fachada-, além de ter implicações na capacidade dos atores em controlar a situação social. Hjarvard (2012) aponta três consequências principais do uso dos meios de comunicação nos processos interativos: maior facilidade dos indivíduos em ‘atuar’ em vários palcos simultaneamente, aumento na possibilidade dos participantes otimizarem a interação social em benefício próprio e alterações nas relações mútuas entre os interlocutores.

No tangente ao primeiro aspecto, o autor ressalta que os meios possibilitam aos usuários manter diversas interações sociais ocorrendo ao mesmo tempo. Ao acessar a internet, por exemplo, o usuário pode abrir várias janelas, estabelecendo interações diversas. Analisada sob a ótica da representação, pode-se dizer que essa possibilidade permite ao indivíduo alternar entre palco e bastidores em diferentes situações paralelas (HJARVARD, 2012, p.79).

No que diz respeito ao segundo aspecto, a otimização da interação social pelo uso dos meios de comunicação, o autor destaca ocorrer de duas maneiras principais. Em primeiro lugar, se dá pelo alívio no peso das relações sociais estabelecidas pelo sujeito, uma vez que o uso dos

meios demanda menos investimento pessoal na obtenção de informações e/ou na participação em atividades sociais. Em segundo lugar, essa otimização se dá por uma maior possibilidade de controle sobre o intercâmbio de informações. “Enquanto a interação face a face dá a todos os envolvidos a oportunidade de ver e ouvir tudo que é feito e dito, os meios de comunicação possibilitam gerenciar as informações dos e para os participantes” (HJARVARD, 2012, p.79).

O uso dos meios altera, ainda, as relações e normas (de comportamento) que prevalecem na interação. Deste modo, o esforço empreendido pelos sujeitos nas situações face a face para resguardar estas normas de conduta e evitar situações constrangedoras (como repreensões e/ou ridicularização), pode assumir o caráter de bastidor no contexto mediado.

Por outro lado, conforme já ressaltado no tópico anterior deste capítulo, o uso destes meios pelos atores políticos também vai exigir esforços de administração da visibilidade e uma adaptação às lógicas e à linguagem da mídia. Esta adequação aos meios, conforme ressalta Rubim (2004, p.209), implica mudanças relevantes na dinâmica da política, tais como

a absorção de novos atores (mídias e peritos de diversas ordens, tais como marqueteiros, publicitários, analistas de sondagens quantitativas e qualitativas, comunicólogos, entre outros); novos instrumentos operativos (a exemplo das sondagens, do planejamento estratégico, dos dispositivos potentes de produção de imagens plásticas e sociais; novas linguagens e modos de comunicar; nova relevância para as imagens plásticas e sociais; e novas tensões produtivas, especialmente entre os (antigos) profissionais da política e os (novos) profissionais midiáticos, muitos deles, a rigor, agora também com pertença ao campo político.

Diante do cenário aqui exposto, infere-se que a criação dos veículos estatais de comunicação constitui-se como um novo desafio à administração da visibilidade política. As tevês legislativas, por exemplo, são utilizadas como meio de dar transparência às atividades, atos e decisões dos poderes que representam. Estabelecem contraponto ao que os demais meios veiculam sobre as Casas às quais se ligam, dando aos parlamentares mais oportunidades para manifestarem-se e dar visibilidade aos projetos, comissões e outros trabalhos que desenvolvem.

Mas ao mesmo tempo em que ampliam os espaços de fala destes políticos, também alteram as relações entre os sistemas *ad intra* e *ad extra* propostos por Gomes, tendo em vista que atividades restritas ao primeiro ganham visibilidade a partir das TVLs. Um exemplo são as sessões plenárias, que são transmitidas ao vivo pela televisão e pela internet. Apesar de esforços empreendidos na construção das imagens pessoais dos parlamentares e da adoção de técnicas de “representação” pelos mesmos, estas sessões constituem-se como espaços de discussões e decisões, durante os quais visões ideológicas, opiniões e pontos de vista diferentes

se manifestam, sendo difícil, portanto, manter o emocional sob controle durante o todo. O resultado são exaltações e farpas trocadas.

Embora passíveis de manipulação e ingerências políticas, que podem levar, por exemplo, à retirada de uma transmissão ao vivo do ar com fins de diminuir os impactos de cenários como o acima citado, os conteúdos produzidos pelas TVLs são fundamentais às sociedades democráticas, uma vez que tornam públicas e passíveis de compreensão decisões que interferem de forma direta no exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs.

Este papel se faz ainda mais significativo em função da pertença destes veículos ao campo público de comunicação, que possui um compromisso intrínseco com o interesse social. Assim, antes de adentrarmos na história das TVLs, se faz necessário compreender a história e o papel dos veículos públicos de comunicação no Brasil, a ser discutido no capítulo seguinte.

3 RADIODIFUSÃO PÚBLICA

O espectro radioelétrico, pelo qual trafegam os sinais de rádio e televisão, é um bem público, controlado e concedido para exploração de particulares pelo Estado, mediante imposição de obrigações legais. Assim, conforme ressalta Iluska Coutinho (2013, p. 21) ao relembrar considerações do jornalista Gabriel Priolli (2013), “não existiria canal eminentemente privado, de forma que toda a televisão seria pública, ainda que em tese”.

No entanto, a ausência de uma regulamentação efetiva e de órgãos de fiscalização contribuem para que as emissoras privadas, protagonistas da radiodifusão no Brasil, não se atentem aos aspectos legais a elas atribuídos enquanto exploradoras de um patrimônio público.

A alínea “d” do artigo 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) ressalta que a prestação dos serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas concessionárias está subordinada “às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País” (BRASIL, 1962). Na mesma linha, o artigo 221 da Constituição Federal (1988) estabelece que em sua produção e programação as emissoras de rádio e televisão deverão atender, dentre outros princípios, a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. No entanto, estes veículos pouco tem feito em cumprimento à legislação, sendo guiados pela lógica mercadológica e busca pelo lucro financeiro, prevalecendo os interesses de seus gestores e grupos patrocinadores.

Neste cenário, ao estarem livres dos parâmetros comerciais e terem, em sua gênese, uma proposta comunicacional diferenciada daquela que rege as atividades dos veículos privados, as radiodifusoras do campo público constituem-se como alternativas na oferta de conteúdos que de fato orientem-se pelo interesse público, potencializando o exercício do direito à comunicação e à informação pelos cidadãos e cidadãs.

Embora essencial ao desenvolvimento nacional e complementar ao campo privado, a radiodifusão pública ainda ocupa um papel coadjuvante no cenário midiático brasileiro. Como ressalta Ângela Maria Carrato Diniz (2013, p. 13), no país há um desconhecimento sobre os primórdios e a história da TV não comercial, o que segundo a autora resulta em uma falsa convicção de que só existe a televisão comercial, noção essa que ela diz manifestar-se também entre os profissionais, os pesquisadores e na elaboração das grades curriculares dos cursos de jornalismo.

O papel dos veículos públicos de comunicação nacionais na atualidade perpassa, portanto, a história da radiodifusão brasileira. Este capítulo volta-se, assim, para um breve panorama sobre o desenvolvimento do referido setor no país, com enfoque principal na

televisão, objeto desta pesquisa. O referencial construído tem como objetivo consolidar as bases para a apresentação do campo público, no qual inserem-se os canais legislativos, e as principais atribuições dos veículos pertencentes ao mesmo.

3.1 AS EMISSORAS PÚBLICAS NO CENÁRIO DA RÁDIODIFUSÃO BRASILEIRA

Conforme ressaltado por Luiz Arthur Ferrareto (2014, p. 16), os anos iniciais do rádio no Brasil marcam-se por uma dúvida histórica sobre a instalação da primeira emissora brasileira de difusão de sons: ao passo que alguns atribuem o pioneirismo aos membros da elite pernambucana que, em abril de 1919, fundaram a Rádio Clube de Pernambuco, outros consideram Edgard Roquette-Pinto, principal articulador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada em 1923, o precursor do serviço no país.

De acordo com Ferrareto, a questão “passa por definir quem transmitiu antes conteúdo sonoro - conversação, conferências, debates, música etc. - em uma perspectiva ponto-massa e com que frequência o fez” (2014, p. 16). Em análise da história das duas iniciativas, o autor ressalta que a entidade pernambucana

parece surgir voltada ao esforço de legalizar estações particulares deste tipo, então clandestinas, como indica a proposta – reproduzida por Phaelante da Câmara (1998, p. 36) – que cada sócio deveria preencher e assinar no sentido de legalizar seu “posto radiotelegráfico” (FERRARETO, 2014, p. 16).

Ressalta-se que, naquela época, em função de sua utilização estratégica durante a Primeira Guerra Mundial, o uso do rádio era restrito, por lei, ao governo. Assim, a entidade formada pelos radioamadores nordestinos estaria voltada à defesa do direito a transmissão e recebimento de mensagens via ondas eletromagnéticas (*ibidem*).

Quanto à programação do Rádio Clube de Pernambuco, Renato Phaelante da Câmara (1998, p. 28 *apud* FERRARETO, 2014, p. 17) fala na transmissão de ópera e obras clássicas a partir de discos emprestados pelos associados⁹. Em 1923, com apoio financeiro de um proprietário de usina de açúcar da região, o Rádio Clube se reorganiza¹⁰. Após adquirir nova sede e novos equipamentos, é montada a estação do Rádio Clube de Pernambuco (*ibidem*).

⁹ Informação também fornecida em documentário sobre a história do Rádio Clube, disponível na Internet (<https://www.youtube.com/watch?v=yGpfBLuQuew>).

¹⁰ O referido documentário ressalta ainda que, à época da reorganização, a programação da emissora incluía a transmissão de palestras de fundo educativo, cultural e científico; música ao vivo, cantos e recitativos realizados por jovens da sociedade recifense.

Também surgida em uma época na qual os serviços de radiodifusão eram restritos ao governo, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro fez sua primeira transmissão no dia 1º de maio de 1923. Constituída como organização, a emissora não possuía vínculos governamentais ou empresariais, sendo mantida por contribuições mensais de seus membros filiados.

Conforme Diniz (2013, p. 101), “o objetivo da emissora era difundir a educação e a cultura em todo o território nacional, pois [Roquette-Pinto] entendia o rádio como ‘a escola de quem não tem escola’, certo da enorme importância social que o nascente veículo poderia desempenhar”. Em documento sobre a história da rádio carioca, disponibilizado no *site* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pesquisadora Adriana Duarte (s.d., p. 2) afirma que

a programação da Rádio Sociedade era pautada pela diversidade, incluindo cursos e palestras científicas que abordavam temas relacionados à física, à química, à história natural, à botânica etc. Os programas eram divididos em quatro seções: cursos, lições, palestras seriadas e quartos de hora (com temas literários e infantis). Também havia palestras para senhoras, histórias com ensinamentos sobre valores éticos para crianças, conselhos médicos e de higiene, além de informações ligadas à agricultura.

Mediante articulação de membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC), na qual os pioneiros cariocas se reuniram na ocasião da fundação da Rádio Sociedade, ainda no mês de maio de 1923, o ministro de Viação e Obras Públicas, Francisco Sá, revogou a lei que tornava o rádio uma atividade clandestina (DINIZ, 2013; FERRARETTO, 2014).

A regulamentação dos serviços de radiodifusão se deu em 1931, com publicação do Decreto nº 20.047, que, dentre outras coisas, estabelece que os mesmos são considerados de interesse nacional e de finalidade educacional. A orientação das atividades concernentes a esta última foi atribuída ao Ministério da Educação e Saúde Pública, e a fiscalização técnica ficou sob competência do Ministério da Viação e Obras Públicas. Assim, como ressalta Duarte (*ibidem*, p. 3), “ao mesmo tempo em que oferecia um respaldo educacional para a atividade, [o governo federal] também estabelecia diretrizes que deveriam ser obedecidas por todas as emissoras de rádio”.

Ainda segundo Duarte (*ibidem*),

a tentativa do governo de impor uma regulamentação ao funcionamento técnico da radiodifusão no Brasil foi ainda mais aprofundada em 1932, com a edição do Decreto nº 21.111, que criou um programa de audição nacional cujo conteúdo editorial era estritamente governamental, liberou a propaganda comercial nas emissoras de rádio e tornou obrigatória a necessidade de

modernização das instalações das emissoras para estabilizar as frequências e dar maior nitidez às transmissões. Assim, a nova legislação impôs que as estações aumentassem a potência de seus transmissores, o que demandou uma reestruturação técnica e funcional das emissoras e a consequente busca por recursos financeiros.

As diretrizes legais e o fortalecimento do viés comercial no setor iam de encontro aos ideais dos pioneiros cariocas. Com fins de preservar o caráter educativo e cultural da Rádio Sociedade, em 1936, Roquette-Pinto doa a emissora - com seus “equipamentos, programação, equipe, biblioteca e arquivos” (DINIZ, 2013, p. 103) - ao Ministério da Educação e Saúde, então sob direção de Gustavo Capanema. A radiodifusora passa a chamar-se Rádio Ministério da Educação e, atualmente, denomina-se Rádio MEC, sendo um dos veículos públicos geridos pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Cabe ressaltar que, a despeito das discussões sobre a quem pertence o pioneirismo das radiotransmissões no país, é inegável a contribuição dos amadores pernambucanos e cariocas no desenvolvimento e na difusão de um veículo que é democrático por excelência: gratuito, com amplo alcance geográfico, não exige acesso à energia elétrica, linha telefônica ou Internet e torna a informação acessível aos cidadãos que não sabem ler ou escrever, por meio de uma linguagem de fácil compreensão.

Na história da radiodifusão nacional, os mesmos contornos comerciais adquiridos pelo rádio ao longo dos anos pautaram a implementação dos serviços de televisão. Apesar do interesse de Roquette-Pinto pela nova tecnologia e de seus esforços para implementação de um canal de televisão também voltado para a educação e a cultura¹¹, prevaleceram os interesses mercadológicos.

Pautado em interesses estrangeiros, inspirado no modelo norte-americano e contando com apoio de empresas nacionais e com autorizações concedidas pelo governo - como para importar os equipamentos necessários à instalação de uma emissora de tevê (DINIZ, 2013, p. 110) -, Assis Chateaubriand inaugura a TV Tupi, em 1950. Como ressalta Diniz (*ibidem*, p. 114), na ausência de uma regulamentação sobre o veículo no país, o proprietário do grupo Diários Associados, principal conglomerado de mídia do Brasil à época, leva o país a adotar, em termos de tecnologia, o sistema estadunidense de TV.

Ainda hoje a televisão brasileira caracteriza-se por uma forte vocação mercadológica, por interferências políticas nas decisões, autorizações e concessões concernentes ao setor; e

¹¹ Para maior aprofundamento, ver “Uma história da TV pública brasileira” (Ângela Maria Carrato Diniz).

pela concentração das emissoras nas mãos de poucas famílias e/ou grupos, essa última uma consequência da propriedade privada dos veículos de comunicação, à época já evidenciada pelo conglomerado de mídia comandado por Chateaubriand.

Contribui para esse cenário uma legislação obsoleta, predominantemente pautada pelo Código Brasileiro das Telecomunicações, que, elaborado na década de 60, não compreende os avanços tecnológicos pelos quais passou a radiodifusão; a ausência de uma regulamentação efetiva do capítulo da Constituição Federal relativo à Comunicação Social, e a proliferação de emendas à legislação, que, ao buscar tapar as lacunas deixadas pelas referidas leis, torna ainda mais complexa e ineficiente a regulamentação dos serviços de radiodifusão nacionais.

A TV brasileira, nascida na década de 50, desenvolveu-se num clima liberal, com emissoras traçando uma programação de entretenimento, alinhada por parâmetros comerciais que visam principalmente o mercado de consumo, tendo como objetivo principal sua sustentação empresarial e lucratividade, ao lado de uma política de competitividade que hoje opera praticamente sem limites ou obrigações no que se refere ao seu conteúdo (CARMONA, 2006, p. 1).

No que diz respeito à concentração de diferentes veículos midiáticos nas mãos de poucos grupos e/ou famílias - já abordado anteriormente a partir da apresentação de dados do *Media Ownership Monitor* - cabe ressaltar que esse domínio resulta em prejuízos à democratização da comunicação ao impossibilitar o acesso a fontes alternativas e diferentes pontos de vista, restringindo o acesso dos cidadãos e cidadãs às visões dos proprietários destes meios.

Sobre os dados do *MOM*, cabe salientar que os mesmos apontam que no segmento da televisão,

destaca-se a manutenção da concentração de audiência e alcance da Rede Globo, seguida pela RecordTV e o SBT, que brigam pelo segundo lugar em audiência. Outro destaque é a presença de três canais focados em notícias (RecordNews, GloboNews e BandNews). Por fim, ressalta-se a presença de duas emissoras religiosas, a Rede Gospel e a Rede Vida (*MOM*, 2017).

Dados do *Kantar Ibope 2016 Share TLE*, utilizados na referida pesquisa, mostram que o canal aberto da Rede Globo concentra 36,9% da audiência, contra 14,9% e 14,7%, respectivamente, dos canais abertos do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e da Rede Record. Na sequência encontram-se a Band, com 4,1% de audiência; a Rede TV, com 1,2%; a TV Brasil, com 0,8%; e a *Record News*, com 0,5%. Sem pontuação figuram a Rede Vida, a Rede Gospel e os canais a cabo de notícias dos grupos Globo e Band.

Outro aspecto relevante apontado pela pesquisa é a já citada influência de interesses políticos no setor, manifestado pela propriedade de emissoras - em sua maioria, afiliadas às grandes redes de rádio e TV - por políticos e seus familiares, e nas relações de proximidade - tais como compadrio e troca de favores - de donos de mídia com agentes políticos e partidos.

Somam-se a este cenário as duras críticas tecidas pelas gerências das empresas privadas de radiodifusão às emissoras do campo público, em grande parte motivadas pelo temor daquelas em perder investimentos de anúncios institucionais, os quais representam grande parte dos valores arrecadados pelos *media* comerciais com publicidade¹².

O sistema público de televisão brasileiro começa a se formar na década de 60, com a criação de emissoras educativas. Além destas, também o integram os canais universitários, estatais - dentre os quais figuram os legislativos -, comunitários e a TV Brasil, inaugurada em 2007 e gerida pela EBC.

Segundo Diniz, essas emissoras de TV guardam em comum “a baixa audiência e recursos insuficientes para viabilizar uma programação adequada. As TVs Legislativas são exceções nesse quadro, na medida em que o poder ao qual estão vinculadas lhes destina orçamento razoável” (2013, p. 17).

Em sua tese de doutorado, a pesquisadora volta-se à história das emissoras públicas brasileiras, a qual busca narrar como uma contra-história das TVs comerciais. Para tanto, prioriza alguns dos momentos mais significativos da trajetória da TV pública nacional, dividindo-a em cinco fases: (01) Fase de Definição (1950-1955); (02) Fase da 1ª Tentativa de Crescimento (1965-1969); (03) Fase da 2ª Tentativa de Crescimento (1982-1985); (04) Fase da Criação de Múltiplos Canais de Acesso Público (1995-1997); e (05) Fase de Visibilidade (iniciada em 2003). A partir da proposta de Diniz, buscar-se-á aqui fazer um breve relato da construção do campo público de televisão no país.

A primeira fase estabelecida pela autora é marcada pelo surgimento das primeiras disputas entre as ideias de TV educativa, proposta por Roquette-Pinto, e TV comercial, proposta por Chateaubriand. Como já ressaltado, com apoio de diversas instâncias, o diretor dos Diários Associados conseguiu levar ao ar a primeira emissora de TV, em 1950.

¹² Matéria do jornalista Leandro Prazeres, publicada no portal do jornal Folha de S. Paulo, em abril de 2019, mostra que os gastos do governo federal com publicidade chegaram a R\$75,5 milhões no primeiro trimestre do referido ano. Ainda conforme o conteúdo, os valores representam um crescimento de 63% em relação ao mesmo período de 2018 e são relativos a despesas contratadas na gestão de Michel Temer. Dentre as emissoras de tevê, aponta-se uma mudança no padrão observado nos anos anteriores, com a Rede Globo perdendo a liderança para a Rede Record e o SBT, ao faturar R\$7,07 milhões do valor do bolo publicitário, contra R\$10,3 milhões e R\$7,3 milhões recebidos pelas concorrentes, respectivamente.

No entanto, cabe aqui ressaltar que a instalação da TV Tupi de São Paulo não desmobilizou Roquette-Pinto e os demais intelectuais que o acompanhavam na busca pela instalação de um canal de televisão educativo. Conforme Diniz (*ibidem*, p.114-115), em 1952, o grupo apresentou ao prefeito do Rio de Janeiro, João Carlos Vital, um estudo técnico voltado à instalação de uma televisão educativa do então Distrito Federal. Um mês depois era publicada no Diário Oficial da União a concessão de um canal à prefeitura da capital, atribuindo à Rádio Emissora Roquette-Pinto a instalação da estação de radiotelevisão.

Ainda conforme a pesquisadora, após apresentação de preços e condições de compra, uma empresa norte-americana foi escolhida para fornecer os equipamentos da nova emissora. Um contrato foi firmado e parte do pagamento foi repassado à firma pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O canal também já contava com um projeto técnico e de programação, e sua sede estava sendo construída. Porém, como resalta Diniz (2013), após a exoneração do prefeito João Carlos Vital, nenhum dos governos que se seguiram deu continuidade ao projeto.

Segundo Milanez (2007, p. 26 *apud* DINIZ, 2013, p. 117), o projeto elaborado pela equipe presidida por Roquette-Pinto para a emissora do Distrito Federal “serviu de base para a organização de diversas estações de TV em vários países. (...) A Universidade de São Francisco, nos Estados Unidos, montou sua telemissora baseada neste projeto”.

Para Diniz (2013, p. 117),

caso tivesse entrado no ar, a emissora educativa planejada por Roquette-Pinto teria tido a oportunidade de apresentar à população outra modalidade de fazer televisão. Teria, sobretudo, criado uma base sobre a qual uma TV Pública pudesse ser erguida com menos dificuldade que as enfrentadas por emissoras que tentaram furar o cerco imposto pelas TVs comerciais. No entanto, o que se verificou é que, cinco anos depois, a televisão planejada por Roquette-Pinto perde a concessão, num ato determinado pelo presidente Juscelino Kubitschek que redistribuiu os canais no Rio de Janeiro ao sabor dos seus interesses políticos. Encerrava-se, assim, o sonho da televisão educativa de Roquette-Pinto.

Nesse período, Diniz destaca, ainda, a tentativa de inauguração de uma emissora de TV da Rádio Nacional. Ligada ao Governo Federal, essa última consagrou-se como líder de audiência nas décadas de 40 e 50. Segundo a pesquisadora, a rádio conseguiu colocar em prática “o que se espera de uma emissora pública: programação com caráter educativo, pluralidade e qualidade da programação voltada para todas as faixas etárias e camadas sociais, além de inovação e indiscutível relevância para a sociedade” (DINIZ, 2013, p. 124-125).

Nos anos 50, transmissões experimentais foram feitas com apoio de uma empresa francesa, a partir do televisionamento dos programas radiofônicos “Nada além de Dois

Minutos” e “Papel Carbono”, no canal 4 do Rio de Janeiro. No entanto, sucessões presidenciais, influências políticas e do setor privado - inclusive de Chateaubriand - minaram as possibilidades de instalação do canal de TV da Rádio Sociedade.

Diniz (2013) ressalta que no governo de Juscelino Kubitschek alguns equipamentos chegaram a ser importados pela radiodifusora, mas não permaneceram no Rio, sendo transferidos para Brasília. Em 21 de abril de 1960, mesmo dia em que foi inaugurada a nova capital do Brasil, entrou no ar a TV Nacional de Brasília. “Juscelino acabou ‘esquecendo-se’ da promessa feita à Rádio Nacional e destinou o Canal 4, do Rio de Janeiro, a Roberto Marinho” (DINIZ, 2013, p. 142).

Somente na década de 60, com o setor privado de televisão já consolidado, ganham corpo novas iniciativas de criação de emissoras não comerciais. Em 1965, inicia-se a segunda fase elencada por Diniz, na qual a autora destaca a reserva de 98 canais, pelo governo federal, para emissoras com fins educativos e a venda da TV Cultura, do grupo Diários Associados, à Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativa.

Esse período é marcado, ainda, pela associação do país à *International Telecommunications Satellite (Intelsat)*, rede de gerenciamento de satélites de comunicação, e pela criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), do Ministério das Comunicações, e da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (Funtevê), voltada à produção e distribuição de programas destinados à educação. Tais ações evidenciam relevância conferida ao setor de comunicação pelos militares.

O Decreto-lei nº 236/1967, que altera o CBT, formaliza a existência das emissoras educativas de TV, às quais atribui a “divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” (BRASIL, 1967). A medida define, ainda, que essas emissoras não têm caráter comercial e proíbe a veiculação de propagandas e recebimento de patrocínios pelas mesmas¹³. A execução dos serviços de tevê educativa fica restrita à União, aos estados, territórios e municípios, às universidades e fundações constituídas no Brasil.

A precursora do serviço educativo de televisão brasileiro foi a TV Universitária de Pernambuco, inaugurada em novembro de 1968. Hoje, a TVU Recife integra o Núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTVRU), órgão suplementar da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e também constituído pelas rádios universitárias AM e FM. Além da programação da

¹³ No que diz respeito à proibição de publicidade e patrocínio, Diniz ressalta que na época a mesma não chegou a preocupar, visto que, no ano anterior, a partir do decreto nº 59.366, havia sido criado o Fundo de Financiamento de Televisão Educativa.

TV Brasil, a emissora exibe alguns programas locais e constitui-se como espaço de prática profissional de estudantes da UFPE. Conforme informações veiculadas em uma de suas redes sociais,

a TVU Recife, desde sua criação, definiu uma linha de programação que busca associar informação, cultura, lazer e educação. Ao longo dos anos esse modelo foi repensado, mas manteve o caráter da programação voltada para a discussão da comunicação pública. Desde 2013, o slogan da emissora é ‘Nossa TV Pública’ (UFPE, 2018).

Entre 1968 e 1977, outras oito emissoras educativas foram criadas no Brasil, dentre elas a TV Cultura de São Paulo, em 1969, e a TV Educativa (TVE) do Rio de Janeiro, em 1973. Ressalta-se que maioria destes canais educativos vinculava-se a órgãos gestores da educação, cultura e comunicação, em níveis estadual e federal.

Pertencente aos Diários Associados, a TV Cultura foi vendida ao governo de São Paulo, após as alterações feitas no CBT em 1967, tendo em vista a necessidade de Chateaubriand de se adaptar à limitação do tamanho das redes nacionais impostas pela medida. A venda se deu a partir de articulações e negociações do vice-presidente do conglomerado, João Calmon, com o então governador de São Paulo, Abreu Sodré. Como evidencia Diniz (2013, p. 218),

ao invés de solicitar para o Estado um dos 98 canais reservados pelo MEC para a educação, Sodré preferiu atender a João Calmon e adquiriu, em 1967, dos Associados, a TV Cultura, canal 2, ao mesmo tempo em que criava a Fundação Padre Anchieta (FPA), entidade que devia gerir as futuras emissoras de rádio e TV. A atitude de Sodré gerou enorme polêmica tanto em São Paulo quanto no plano federal.

Financiada, principalmente, por dotações orçamentárias do Estado de São Paulo, por valores adquiridos na venda de produtos criados a partir de elementos de sua programação e da verba de veiculação de publicidade institucional, a TV Cultura consolidou-se como referência no cenário das TVs educativas nacionais. Em 2014, sua programação foi eleita a 2ª melhor do mundo, ficando atrás somente da BBC¹⁴. Destacam-se seus programas infantis, vencedores de vários prêmios no Brasil e no exterior, ainda que a emissora sofra com corte de verbas e, em 2016, tenha seu direcionamento editorial questionado.

¹⁴ A escolha se deu a partir do estudo *International Perceptions of TV Quality*, encomendado pela BBC ao Instituto Populus. Foram aplicados questionários *online* a pessoas com mais de 18 anos, em 14 países, abordando o nível de qualidade da programação da TV em geral e dos maiores canais de televisão de cada um deles. Os resultados estão disponíveis em: <http://downloads.bbc.co.uk/mediacentre/international-research-data.pdf>.

Um dos diferenciais da TV Cultura é a existência de um Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (FPA), sua gestora. Dentre as atribuições do órgão, está a escolha do Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Fundação, o estabelecimento das diretrizes de programação do canal, o zelo pelo cumprimento dessas diretrizes e aprovação e fiscalização da execução orçamentária da emissora.

O Conselho é composto por 47 membros, dentre os quais três são vitalícios, 20 são natos, 23 são eletivos e um é representante dos funcionários da Fundação. Os membros eletivos são escolhidos por maioria absoluta do colegiado entre personalidades atuantes nas áreas da cultura, educação e outros interesses comunitários.

Diniz ressalta importante papel da emissora nas lutas que começaram a acontecer no país durante a terceira fase da história do sistema público de televisão por ela elencado (1982-1985), a qual a autora classifica como uma segunda tentativa de crescimento. Dentre os acontecimentos, a pesquisadora destaca o movimento “Diretas Já”, cujo primeiro comício, que reuniu mais de 300 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, foi coberto pela TV Cultura e “ignorado” pelas TVs comerciais. Conforme Diniz, as proporções alcançadas pela campanha contribuiu para aumentar o prestígio da emissora.

No período da terceira fase listada por Diniz também foi criada a TV Minas, atual Rede Minas. Instituída pelo Decreto Estadual nº 47.747, de 14 de agosto de 1984, a Fundação TV Minas - Cultural e Educativa tinha como finalidade promover atividades educativas e culturais. Criada como entidade de direito privado sem fins lucrativos, a emissora teve sua estrutura reorganizada pela Lei nº 11.179 de 1993, tornando-se fundação pública, com autonomia administrativa e financeira.

Com transmissão inicial restrita a 33 municípios, quando fundada a emissora ia ao ar entre as 18 e as 24 horas, retransmitindo a programação da TVE do Rio de Janeiro. Segundo informações contidas em seu *site*, em 1985 a Rede Minas inicia sua produção local e, em 1996, passa a transmitir 24 horas diárias de programação.

Ainda conforme informações institucionais, o canal está presente em mais de 765 cidades de Minas Gerais, por meio de estações retransmissoras, de prefeituras e de 50 TVs educativas afiliadas; é a emissora mineira que mais produz conteúdos inéditos em número de horas e exibe produções próprias por meio de parcerias com a TV Brasil e a TV Cultura.

Assim como sua parceira paulista, a emissora também é composta por um Conselho Curador. Conforme Estatuto da Fundação (Decreto Nº 47.747/2019), cabe ao colegiado deliberar sobre a proposta de política geral da TV Minas, em conformidade com seus objetivos;

deliberar sobre o plano de ação, o orçamento para o exercício subsequente; e aprovar a prestação de contas anual da emissora, dentre outras funções.

Ressalta-se que a Fundação TV Minas foi extinta pela Lei nº 22.294, promulgada em setembro de 2016 pelo então governador Fernando Pimentel. A medida transforma a Rádio Inconfidência em Empresa Mineira de Comunicação (EMC) e prevê a integração da Rede Minas à nova empresa. No entanto, a transferência da outorga da TV educativa depende ainda de autorização do Ministério das Telecomunicações. Só então a Fundação será extinta e a fusão entre os veículos de rádio e TV será concluída. Cabe destacar que, mesmo após a finalização do processo, ficam mantidas as marcas Rádio Inconfidência e Rede Minas.

Também na terceira fase proposta na análise de Diniz foi criado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred), voltado à integração e compartilhamento de programas entre as emissoras de rádio e televisão de cunho educativo.

A oferta de múltiplos canais de acesso público possibilitada pela Criação da Lei do Cabo, em 1995, marca a quarta fase da história do sistema brasileiro de radiodifusão pública listada por Diniz. A medida, resultado de pressões e articulações da sociedade civil durante o processo de elaboração do marco regulatório dos serviços de TV a Cabo no país, resultou na disponibilização de canais gratuitos que possibilitaram a criação de emissoras legislativas, universitárias, comunitárias, dentre outras de viés não comercial. O contexto de criação da referida lei será visto mais a fundo no próximo capítulo.

Por fim, Ângela Diniz define como Fase da Visibilidade a quinta e última por ela proposta para narrar a história das emissoras públicas. A mesma tem início em 2003 e, dentre outros marcos, contempla o envolvimento de diversos setores sociais na discussão sobre a TV pública, que culmina com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Conforme Itamar Aguiar (2012, p. 129), durante a campanha presidencial de 2006, o Ministério da Cultura expressa, junto à Casa Civil, a ideia de realização do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Em manifesto conjunto, o ministro Gilberto Gil, à frente da referida pasta na época, o então presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, e a então diretora da TVE-RJ, Beth Carmona, justificam a realização do evento.

O documento chama atenção para a existência, atualmente, de uma televisão pública dispersa e fragmentada, num grau em que as partes não se reconhecem integrantes de um todo comum. Reafirma que “as emissoras universitárias, comunitárias, legislativas, às ligadas a governos estaduais e aquelas vinculadas a órgãos federais não tiveram a chance de se identificar em laços de irmandade”. Segundo o manifesto, “elas compõem um sistema de comunicação pública, e existem para prestar serviços ao público, levando a

ele informação, cultura e educação - e não mero entretenimento” (AGUIAR, 2012, p. 131).

Chama-se atenção, portanto, à necessidade de se discutir aspectos relacionados ao sistema público de televisão, tais como, conforme ressaltado por Aguiar (*ibidem*), a sustentabilidade dessas emissoras, o incentivo às suas produções e a integração das mesmas às novas tecnologias digitais.

A iniciativa se deu em três etapas principais. Na primeira, entidades ligadas ao setor público de comunicação realizaram discussões e elaboraram textos internos, cuja reunião resultou em um caderno de debates contendo um diagnóstico do campo público de TV nacional. Este diagnóstico serviu de base para os trabalhos da fase seguinte, na qual foram constituídos oito grupos temáticos para discussão de diferentes eixos.

O resultado dos trabalhos destes grupos foi um segundo caderno de debates, o qual subsidiou a terceira etapa da proposta, que consistiu na realização de sessões plenárias do Fórum, realizadas entre 8 e 11 de maio de 2007, em Brasília. Durante o evento, foi elaborada a Carta de Brasília, contendo diretrizes para a radiodifusão brasileira.

O documento, que teve aval do então presidente Lula, defende, como princípios que devem reger a comunicação pública e os instrumentos para assegurar a sua realização, a garantia de autonomia política, editorial e a laicidade das emissoras do campo; destinação de recursos federais para fomentar a comunicação pública, educativa e comunitária; garantia na formulação de conselhos participativos na gestão das emissoras; garantia da diversidade étnica, racial, geracional, religiosa, regional, de gênero e de orientação sexual da sociedade brasileira; garantia da produção independente na programação das emissoras públicas, dentre outros.

Em 2 de dezembro de 2007, data que marca o início das transmissões da TV Digital no país - então restritas a São Paulo -, é inaugurada a TV Brasil. Resultante da fusão da TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão e da Radiobrás, a emissora é gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública cuja finalidade é prestar serviços de radiodifusão pública e outros conexos. A EBC foi criada pela MP nº 398, convertida na Lei nº 11.652, em abril de 2008.

Sobre os recursos financeiros da Empresa, a lei estabelece que os mesmos podem vir, dentre outras fontes, de dotações orçamentárias; de até 75% do valor arrecado por meio da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, valor a ser pago anualmente por

prestadoras de serviços de telecomunicação e radiodifusão¹⁵; da prestação de serviços a entes públicos ou privados; da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos; de doações e subvenções e de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços.

A lei também institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades da administração indireta. Dentre os primeiros, destacam-se a complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, prevista no artigo 223 da Constituição; a promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo; produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; a promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente; a autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e a participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão.

Constituem objetivos dos veículos regidos pela lei, entre outros, a oferta de mecanismos para o debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, a partir de programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; a garantia do direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; a busca pela excelência em conteúdos e linguagens e o desenvolvimento de formatos criativos e inovadores; e o fomento à produção audiovisual nacional.

Conforme ressaltado acima, a lei de criação da EBC prevê a participação da sociedade no controle da aplicação dos princípios atribuídos ao sistema público de radiodifusão. Para tanto, a legislação determina a criação de um Conselho Curador e de uma Ouvidoria.

Esta última volta-se ao exercício de críticas internas da programação dos veículos da EBC, bem como ao recebimento e exame das queixas de telespectadores e radiouvintes. A lei também prevê que o órgão oferte “no mínimo 15 (quinze) minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas, voltada à divulgação pública de análises sobre a programação da EBC” (BRASIL, 2008). Essa prestação de contas deu origem ao programa “O público na TV”, exibido semanalmente e pautado pelas sugestões e críticas recebidas dos telespectadores. Porém, a última edição

¹⁵ Cabe destacar que, desde 2010, grandes empresas do setor tem recorrido à justiça para contestar a legalidade da contribuição. Como consequência, alguns pagamentos vêm sendo feitos em juízo, levando à EBC a aguardar suas respectivas liberações.

disponível no canal da Ouvidoria no *YouTube* é do dia 20 de outubro de 2014 e, na página do programa no *site* da EBC, figura um indicativo de “Programa de Acervo”.

As informações coletadas também ofereciam suporte para as discussões no âmbito do Conselho Curador, instância de natureza consultiva e deliberativa que garantia a participação da sociedade civil na gestão da EBC. O colegiado foi destituído em 1º de setembro de 2016, durante o governo de Michel Temer, por meio da Medida Provisória (MP) nº 744, posteriormente convertida na Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017.

A extinção do Conselho fere o princípio de independência da comunicação pública e “retira da EBC sua soberania na definição da produção, programação e distribuição de seus conteúdos, privando a sociedade de participar na construção e no controle das políticas públicas de comunicação” (SILVA, 2016, p. 55).

O colegiado, que entre seus 22 membros era composto por 15 indicados pelo Governo Federal após consulta pública conduzida no âmbito do Conselho, era responsável por decisões acerca das diretrizes da EBC, com fins de zelar pelo cumprimento dos princípios previstos na lei de criação da empresa; pelo acompanhamento e fiscalização da programação dos veículos da mesma, manifestando-se sobre sua aplicação prática e encaminhando as observações à Diretoria Executiva; pela aprovação da linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria de Jornalismo, dentre outras funções.

A extinção do Conselho Curador veio acompanhada por uma séria conjuntura, que tem resultado no desmonte dos veículos da EBC, em especial da TV Brasil. Em sua dissertação de mestrado, Luiz Felipe Novais Falcão analisa a campanha da “Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública”, articulada em 2016, no *Facebook*, com fim de mobilizar a sociedade. Recorrendo a considerações tecidas por Ivonete da Silva Lopes (2018, p. 157-194), Falcão (2019, p. 30) ressalta que o enfraquecimento da TV Brasil também decorre de cortes orçamentários, que restringem ainda mais a programação da emissora.

Como exemplo, Lopes (2018, p. 157-194 *apud* FALCÃO, 2019, p. 30) cita a saída dos programas “Ver TV” e “Observatório da Imprensa”, voltados a discussões críticas sobre a mídia; do “Estação Plural”, primeiro programa LGTB da televisão brasileira; e do “Aglomerado”, realizado em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa), bem como a não transmissão das séries C e B do Campeonato Brasileiro de Futebol em 2017.

Com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, em 2019, o futuro da Empresa Brasil de Comunicação e de seus veículos torna-se ainda mais incerto. Em abril do referido ano, o então diretor-presidente da EBC, Alexandre Henrique Graziani Jr., publicou a Portaria-Presidente nº216, que estabelece a apresentação, em um só canal, das programações da TV

Brasil e da TV Nacional Brasil (NBR), estatal ligada ao Governo Federal. No artigo 2º da norma, afirma-se que a fusão das programações preservará o princípio da complementariedade entre os sistemas público e estatal de radiodifusão, previsto no artigo 223 da Constituição. No entanto, representantes de entidades da luta pela democratização da comunicação argumentam que a medida é ilegal e inconstitucional.

Em matéria publicada no portal do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC, 2019) sobre audiência pública realizada no final de abril de 2019, na Câmara dos Deputados, para debater a fusão das emissoras, a representante do FNDC, Renata Mielli, salienta que a lei de criação da EBC veda o proselitismo político e prevê a veiculação de conteúdos com finalidades artísticas, culturais e educativas. Com a fusão, segundo Renata, a programação da emissora estaria sendo interrompida para transmissão, ao vivo, de atos do Governo Federal.

Diante de tal cenário, a TV Brasil deixa de atuar como pública e aproxima-se do caráter estatal. Portanto, ao contrário do argumentado na norma publicada pelo então presidente da EBC, fere-se o princípio previsto no artigo 223 da CF. O desrespeito ao estabelecido na Constituição é um dos pontos destacados em ação civil pública movida pelo Ministério Público (MPF), por intermédio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro (PRDC).

A ação ressalta informações do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, dentre as quais destaca-se a ingerência governamental na programação, com veiculação de programas ligados às Forças Armadas; participação restrita a representantes do Governo ou da base aliada em programas de entrevistas, sem abertura à oposição ou pessoas com pontos de vista divergentes; citações e elogios às políticas governamentais em pautas econômicas e internacionais; ocupação de cerca de 40% das matérias exibidas no Repórter Brasil Noite por produções da NBR, dentre outras interferências.

Em trecho da ação destaca-se ter sido efetivamente constatada “a inclusão indevida de programações tipicamente estatais e de interesse dos atuais ocupantes do Poder Executivo no canal público federal, a TV BRASIL” (MPF, 2019, p.20). Dentre outros pedidos, o MPF solicita a suspensão dos efeitos da Portaria nº216, com separação entre as programações das duas emissoras.

Ressalta-se, ainda, a possibilidade de privatização da EBC, manifestada por Bolsonaro durante a campanha eleitoral e a qual ganhou força em novembro de 2019, quando foi publicada, na edição do Diário Oficial da União (DOU) do dia 19, a Resolução Nº 98 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O Programa tem como finalidade

“ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização” (PPI, s.d.).

Por meio da medida, o conselho opina favoravelmente pela qualificação da EBC no âmbito do PPI, “para fins de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como para propor ganhos de eficiência e resultado para empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira” (BRASIL, 2019, p.12).

Salienta-se que, se efetivada, a privatização consistirá em mais um retrocesso ao campo público da comunicação brasileira, efetivando o desmonte de uma empresa construída para e em parceria com a sociedade.

3.2 FRONTEIRAS TÊNUES: DIFERENÇAS ENTRE AS EMISSORAS DO CAMPO PÚBLICO

A presente pesquisa parte do pressuposto de que toda emissora estatal é pública, embora nem toda emissora pública seja estatal, apontado por Eugênio Bucci, Marco Chiaretti e Ana Maria Fiorini (2012, p. 21) no material “Indicadores de qualidade nas emissoras públicas - Uma avaliação contemporânea”. Como argumentam os autores no material elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em parceria com a EBC,

quanto à exigência preliminar de que toda emissora estatal é necessariamente pública, observe-se que não se concebe, no regime democrático, que uma emissora pertencente ao Estado não se ponha a serviço do interesse público – como todo órgão vinculado direta ou indiretamente à administração pública, ela deve pautar-se por princípios universalmente consagrados como os da moralidade, da legalidade e da impessoalidade, não sendo legítimo, portanto, que ela seja posta a serviço de interesses pessoais, partidários, familiares, comerciais ou religiosos (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 13).

Com fim de diferenciar as emissoras pertencentes e/ou vinculadas ao Estado daquelas que são públicas, mas não vinculam-se ao mesmo, os autores estabelecem três requisitos que as estatais devem atender:

- 1) a propriedade e a natureza jurídica dessas emissoras as vinculam direta ou indiretamente ao Estado, nos termos da legislação que rege a administração pública brasileira. São exemplos a EBC, empresa pertencente à administração pública indireta, e as emissoras ligadas aos poderes legislativos, vinculadas aos mesmos de forma direta;

- 2) a gestão cotidiana das TVs estatais subordina-se a autoridades do poder da República que representam, aos quais cabem as definições de seus dirigentes e quadros executivos. “A gestão não é, portanto, independente do aparelho de Estado, ou do poder estatal” (*ibidem*, p. 22);
- 3) os aspectos anteriores resultam em limites à programação destas emissoras, que voltam-se mais à divulgação de questões relacionadas à lógica interna do Estado. Assim, como ressaltam os autores, ainda que as programações destes veículos contemplem algum nível de diversidade, pluralidade e crítica, os parâmetros concernentes às mesmas estão sujeitos a limites colocados por uma autoridade externa à emissora.

Logo, figuram nesse campo as emissoras governamentais, ligadas ao Executivo, como a NBR, destinada à divulgação das ações da Presidência da República e dos órgãos e instâncias ligados ao Governo Federal brasileiro, emissora fundida à TV Brasil, conforme ressaltado em tópico anterior; as legislativas, vinculadas às casas destes poderes, tais como a TV Câmara, a TV Senado e a JFTV Câmara; e as judiciárias, subordinadas ao Poder Judiciário, como a TV Justiça, canal administrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme os autores, as demais emissoras do campo público, por sua vez, não apresentam natureza jurídica ou propriedade que as vinculem ao Estado, mas também não têm viés mercadológico, ou seja, não são financiadas por anunciantes e nem se voltam à obtenção de lucro. Podem constituir, por exemplo, uma fundação de direito privado, mas devem disponibilizar ao poder público e à sociedade mecanismos de fiscalização de sua administração.

O financiamento destas emissoras é feito mediante dotações orçamentárias do Estado ou da sociedade – por meio de doações ou do pagamento de taxas compulsórias, como feito na Inglaterra e no Japão, onde são pagas taxas de licença de uso da TV. Sobre esta conceituação, Bucci, Chiaretti e Fiorini salientam ser preciso que “os aportes financeiros estejam previstos em lei e sejam protegidos por lei, de tal forma que não podem ser desviados, pela autoridade pública, para outras finalidades, e também não podem ser contingenciados de acordo com a discricionariedade do agente público” (*ibidem*, p. 22-23).

Quanto à gestão, os autores argumentam que as demais emissoras do campo público devem contar com um conselho independente, composto de representantes da sociedade civil. O colegiado deve ser plural, e seus integrantes, embora possam ser indicados por órgãos de Estado, devem possuir autonomia de decisão e atuação. Ao órgão representativo caberia, ainda, conforme o material da Unesco, a designação do executivo chefe destes veículos.

Por fim, no que concerne à programação das emissoras não estatais do campo público, os autores defendem que a mesma não deve depender de aprovação ou anuência de autoridades externas para ser veiculada e deve priorizar a diversidade de vozes, a experimentação de linguagem, a informação crítica e independente e a preocupação com a formação de cidadãos autônomos. Falam, ainda, que a mesma não deve ter finalidade comercial, partidária, governamental ou religiosa.

A título de observação, os autores ressaltam ser

possível que uma emissora estatal conquiste, no curso de sua tradição, um alto grau de autonomia editorial e administrativa, contando para isso com o apoio da sociedade, que a legitima. Nesse sentido, é possível que boas emissoras estatais desenvolvam uma vocação pública, buscando, no limite, emancipar-se inteiramente do jugo estatal (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 24).

Diante de tal perspectiva, vale destacar que a presente pesquisa se pauta na potencialidade da JFTV Câmara de estabelecer-se não somente como emissora responsável por registrar o dia a dia da CMJF, mas também como fortalecedora do exercício democrático, ao possibilitar uma formação crítica dos cidadãos e cidadãs e fornecer aos mesmos as informações dos quais necessitam para exercer seus direitos e tomar suas decisões.

3.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Desde seu surgimento, muitas críticas têm sido feitas pelas gerências dos veículos comerciais de comunicação brasileiros aos *media* do campo público. Uma delas, na tentativa de descaracterizar a proposta destes últimos, diz respeito ao investimento de recursos do Estado em emissoras de televisão que possuem níveis baixos de audiência. Sem que se desconsidere a importância desta última, tendo em vista que o objetivo das emissoras públicas é alcançar, em termos geográficos e de diversidade, os diversos cidadãos e cidadãs que compõem as sociedades às quais servem, há de se ressaltar que a busca pela audiência não é um objetivo primordial para os veículos públicos tal qual o é para os privados, que dela dependem para captar verbas publicitárias. A comunicação pública é um direito da população e tal como os demais deve ser garantido pelo Estado. Conforme ressalta Eugênio Bucci, a sociedade sustenta uma entidade prestadora de serviço público

porque a atividade que essa entidade desenvolve corresponde a um direito da cidadania. Universidades ou escolas públicas justificam-se porque atendem o direito à educação. Hospitais públicos, por garantir o acesso do cidadão à

saúde e aos tratamentos e cuidados a que tem direito. Uma emissora pública existe porque as pessoas têm direito (como autoras, agentes ou espectadoras) à informação jornalística, ao conhecimento e às manifestações culturais (BUCCI, 2010, p. 5).

Diante do cenário nacional, marcado pela desigualdade no acesso aos direitos e condições dignas de vida, a existência das emissoras públicas se faz ainda mais necessária, ganhando maior peso na radiodifusão, tendo em vista a presença do rádio e da televisão no cotidiano dos brasileiros. Por diferenciar-se dos veículos comerciais e ter como compromisso primeiro o desenvolvimento social e o fortalecimento da democracia a partir da oferta de conteúdos que contemplem o interesse público, os meios deste campo precisam ser cada vez mais valorizados e encontrar respaldo para sua existência junto à sociedade.

Para tanto, é preciso que os cidadãos e cidadãs compreendam as atribuições e princípios que norteiam a radiodifusão pública, os quais são tema do presente tópico. Ressalta-se não ser possível - nem tampouco ser a pretensão desta explanação - dar conta de todos os eixos que balizam a atividade, tendo em vista os diferentes caracteres que ela pode assumir nas diversas sociedades, mas busca-se traçar um panorama com os pontos nevrálgicos deste campo da comunicação a partir da consulta a autores e entidades que abordam o tema.

Surgida na Europa em meados do século XX, a radiodifusão pública tem como propósito assegurar a proteção do debate público, protegendo os partícipes da esfera pública de interferências mercadológicas e do Estado e, assim, potencializando as possibilidades de igualdade no acesso à informação (BUCCI, 2010, p. 7). Conforme ressalta Bucci (*ibidem*, p. 8), se o quadro da comunicação social é dado pelos veículos públicos, “o espaço público é menos vulnerável a pressões do poder (econômico ou governamental) e é, portanto, mais democrático e inclusivo”.

Conforme abordado no tópico anterior deste capítulo, um dos diferenciais da comunicação pública é que a mesma é não comercial, não devendo seus veículos serem financiados por publicidade ou se voltarem à obtenção do lucro. Estes preceitos são fundamentais para garantir uma das características atribuídas aos veículos do campo: a independência. Conforme salienta Bucci (*ibidem*, p. 7), essa última não deve ser tomada como isolamento, mas como garantia de autonomia de decisões e procedimentos. Se dependente destes poderes – mercado e/ou Estado –, a emissora pública tem prejudicada sua relação com a sociedade, instância primordial com a qual deve relacionar-se e à qual deve prestar contas.

O fator independência também é ressaltado no material “Indicadores de Desenvolvimento da Mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de

comunicação”, da Unesco. Recorrendo à Carta Africana da Radiodifusão, seus autores destacam que Serviço Público de Radiodifusão (SPR) deve ser realizado, financiado e controlado pelo e para o público.

O serviço público de radiodifusão parte da premissa de que o mercado não é capaz de atender a todas as necessidades de radiodifusão do país. A característica definidora dos SPRs é que são protegidos contra ingerência, principalmente de natureza comercial ou política, com relação a sua governança, orçamento e processo decisório editorial. Seu mandato de serviço público normalmente inclui obrigações no sentido de assegurar que o público receba informações equilibradas em termos políticos, sobretudo em época de eleições (UNESCO, 2010, p. 37).

Neste sentido, o material da Unesco destaca em seus indicadores-chave a necessidade de um sistema de governança independente e transparente. Propõe-se, então, a existência de um órgão gestor independente, com autonomia garantida por lei, ao qual cabe zelar pelo cumprimento do mandato de serviço público dos veículos do campo e proteger a independência destes. Indica-se, ainda, que as nomeações para composição deste órgão devem ser “abertas, transparentes e isentas de ingerência ou controles diretos do governo em função de quaisquer interesses particulares políticos ou econômicos” (*ibidem*, p. 38).

Destaca-se aqui a já citada presença de conselhos curadores, órgãos colegiados que possibilitam a participação da sociedade na gestão das empresas públicas de comunicação, democratizando-as e ampliando as possibilidades de cumprimento dos preceitos de serviço público que regem estes veículos.

Há que se destacar também a constituição de órgãos independentes de fiscalização e controle da comunicação e da radiodifusão, como o *Office of Communications (Ofcom)*, do Reino Unido; a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), de Portugal; e *Federal Communications Commission (FCC)*, dos Estados Unidos, cuja atuação reguladora estende-se também às empresas comerciais. Estes sistemas também contribuem para o fortalecimento da comunicação pública, na medida em que impõem restrições ao monopólio das redes comerciais e zelam pela qualidade dos conteúdos veiculados.

Ainda no que diz respeito à independência, conforme apontado, ela tem relação direta com as formas de financiamento das emissoras públicas. Além das já citadas dotações orçamentárias, doações e taxas de licença de uso da TV, devem ser buscadas outras formas que garantam a sobrevivência dos veículos do campo sem que se comprometa sua autonomia. Veiculação de publicidade institucional, venda de licenças de programas e personagens, obtenção de apoio cultural via patrocínios de programas, investimentos em aplicações

financeiras e formalização de acordos e convênios são algumas das opções que se colocam à obtenção de recursos pelas emissoras do campo.

Sobre recursos que podem ser previstos, tais como as dotações orçamentárias e taxas pagas pelos usuários, faz-se necessária a criação de mecanismos legais que garantam a destinação e aplicação destas verbas. Quanto às primeiras é preciso, ainda, garantir a manutenção dos valores previstos a despeito de complicações financeiras que possam atingir a administração pública.

O financiamento também deve, conforme ressaltado no documento “Public Broadcast: Why? How?” (UNESCO, 2001, p. 16), acompanhar o crescimento dos custos de manutenção das radiodifusoras, de forma simples e equitativa, com fins de evitar controvérsias políticas. O mesmo material também chama atenção para a necessidade de que o financiamento seja substancial, de forma a possibilitar que a radiodifusão pública seja um contrapeso aos serviços comerciais e não seja confinada a um papel marginal.

A transparência da gestão é também um fator associado ao serviço público de comunicação. Ao propor indicadores de qualidade para as emissoras públicas, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p.26) argumentam que um ambiente de transparência é fundamental para que a sociedade tenha condições reais de participar e fiscalizar a gestão destes veículos.

Os referidos autores tomam a transparência “como a livre divulgação de informações sobre a administração da entidade, de tal forma que os dados sejam compreensíveis, acessíveis, traduzidos para a linguagem comum” (*ibidem*). A mesma pode se dar no que tange à missão e aos propósitos da empresa ou instituição, à administração de seus recursos e ao nível de diálogo com a sociedade.

A universalidade também é uma característica atribuída aos veículos públicos de radiodifusão. Mais do que o alcance em termos geográficos, trata-se de garantir que todo cidadão e cidadã possa compreender e acompanhar a programação destes (UNESCO, 2001, p. 11). Além disso, como ressalta Toby Mendel (2011, p. 6) em estudo comparado sobre o serviço de radiodifusão pública, a disponibilidade geral “também é parte da justificativa do serviço público de radiodifusão, uma vez que ela serve para garantir que o direito de saber do público seja igualmente cumprido ao longo de todo o território”.

O alcance das emissoras do campo deve também ser traduzido em termos de diversidade, que deve abarcar os gêneros dos programas oferecidos, as audiências visadas e os assuntos discutidos (UNESCO, 2001, p. 12). Bucci, Chiaretti e Fiorini (2010, p. 27) falam em diversidade cultural, a qual deve manifestar-se tanto nas relações internas, de trabalho, quanto na programação das emissoras públicas. De acordo com os referidos autores, ela se daria na

diversidade de vozes, ângulos e pontos de vista, de modo a refletir a vida social. Eles ressaltam, ainda, a necessidade de se atentar às culturas e às manifestações culturais fragilizadas.

Mendel também ressalta a perspectiva da diversidade na comunicação, que relaciona, assim como o pluralismo, ao direito de buscar e receber informações e ideias. O autor argumenta que o acesso a diferentes perspectivas e análises pelos meios de comunicação é um aspecto central do direito à liberdade de expressão e ideias pelos cidadãos. “É por terem disponível um leque de pontos de vista que os indivíduos podem exercer a plena cidadania, escolhendo entre perspectivas concorrentes, à medida que se engajam no processo de tomada de decisões públicas” (MENDEL, 2011, p. 12). Mendel ainda complementa ressaltando que, em relação à radiodifusão, “as ondas de rádio são um recurso público e devem ser usadas em benefício do público como um todo, incluindo as visões ou os interesses das minorias” (*ibidem*).

O documento “Public Broadcasting: Why? How?” (2001, p. 13) também aponta como princípio da radiodifusão pública a distinção, que diz respeito à oferta de um serviço que diferencie os veículos deste campo dos demais radiodifusores. Conforme o documento, o público deve ser capaz de distinguir o que difere a programação dos veículos públicos de comunicação da oferecida pelos outros serviços. Ressalta-se, ainda, que não se trata apenas de oferecer programas nos quais as outras emissoras não estão interessadas, visar audiências negligenciadas por estas ou lidar com assuntos por elas ignorados, mas de fazer as coisas diferentemente, tal como a partir de inovações.

Neste sentido, ressaltam-se também as considerações feitas Bucci, Chiaretti e Fiorini, que apontam a experimentação e a inovação da linguagem como parâmetros de avaliação das emissoras públicas. Para os autores, a “experimentação com a linguagem e os riscos aí implicados constituem parte do núcleo da razão de existência da emissora pública” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 32).

Vale pontuar que, ao não almejarem o lucro e não sofrerem imposições de ordem mercadológica, de grupos patrocinadores e de anunciantes, os veículos públicos de radiodifusão possuem maior liberdade para investir em e testar novos formatos, gêneros e tecnologias. Este, aliás, é um dos pressupostos atribuídos à JFTV Câmara quando analisadas suas possibilidades de desenvolvimento de aplicações interativas.

Também no que diz respeito à programação dos *media* públicos de radiodifusão, há que se considerar a importância do jornalismo, que ganha atenção especial de alguns autores (COUTINHO *et al*, 2011; OLIVEIRA FILHO, 2016; BUCCI, CHIARETTI, FIORINI, 2012). Para Bucci (2010, p. 5), no que diz respeito à informação jornalística,

a emissora pública é um posto avançado daquilo que o cidadão tem direito a perguntar e demandar, não daquilo que o poder gostaria de difundir. O vetor que orienta a existência das emissoras públicas nasce na sociedade, nos direitos de homens e mulheres que são a fonte do poder, e aponta para o Estado e para o governo como quem lhes dirige perguntas. Nessa fórmula, as autoridades são polos passivos, entram em cena quando inquiridos. As emissoras públicas, em suma, existem para ajudar a sociedade a realizar o ideal da imprensa - que é instituição social, independente do Estado, em que vige a liberdade de expressão, incumbida de fiscalizar o poder. Elas só têm sentido social e histórico se estiverem a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos.

Ao estar a serviço da sociedade, compromissada, em sua essência, com o interesse dos cidadãos e cidadãs, a produção jornalística dos meios públicos de radiodifusão deve estar calcada em orientações que levem em conta o cumprimento de suas premissas. Em sua dissertação de mestrado, José Tarcísio da Silva Oliveira Filho (2016) propõe uma série de parâmetros a serem aplicados na avaliação do telejornalismo de emissoras públicas e comerciais. A partir de um roteiro composto de diferentes categorias, estabelece perguntas aplicáveis a cada uma delas.

Para as emissoras do campo público, Oliveira Filho estabelece sete categorias de análise: (01) Veracidade da Informação/Apuração, na qual questiona, por exemplo, se a origem dos dados é citada e se as entrevistas sustentam as informações ditas pelo repórter; (02) Contextualização da informação, questionando-se se a reportagem ajuda na compreensão do problema além do fato, se são ouvidas outras fontes além daquelas diretamente envolvidas nos fatos, dentre outras indagações; (03) Pluralidade, diversidade e regionalismo, com investigação sobre a presença de grupos ou pessoas excluídas da mídia tradicional, sobre a existência do contraponto de ideias e visões diferentes, dentre outros itens relacionados; (04) Educação, serviço e autonomia, com perguntas que versam sobre a utilidade da notícia no cotidiano do público, sobre a clareza de informações acerca do acesso a determinado serviço, sobre didatismo e sobre a oferta de informações que ajudam o cidadão a ter mais autonomia; (05) Participação e inclusão, voltada a análise de aspectos como o uso de materiais enviados por telespectadores e participação da população nos conteúdos; (06) Ética e imparcialidade, que versa sobre o respeito à opinião dos entrevistados, equilíbrio de opinião e outros temas correlatos; e (07) Técnica - imagem, áudio e mecanismos de participação -, na qual são analisadas, por exemplo, questões sobre a nitidez da imagem e regulagem de som e compatibilidade entre as imagens e a fala do repórter.

A contabilização das respostas relativas a cada uma das perguntas estabelecidas é aplicada a uma fórmula desenvolvida por Oliveira Filho para cálculo do Índice de Qualidade

do conteúdo noticioso em análise. O pesquisador elaborou, ainda, uma tabela parâmetro, com notas que variam de 9 a 10; 7 a 8,9; 5 a 6,9; 3 a 4,9 e 0 a 2,9. Para cada uma dessas variantes, teceu considerações aplicáveis aos conteúdos que atingiram as respectivas “pontuações”. A proposta de avaliação foi utilizada na análise de edições do Repórter Brasil, principal telejornal da TV Brasil.

Dentre outros materiais, para a elaboração dos parâmetros de aferição do jornalismo público, Oliveira Filho tomou como base o Manual de Jornalismo da EBC, produzido em 2013, a partir da Resolução N° 05/2010 do Conselho Curador. O documento foi construído de forma colaborativa, com contribuições de funcionários da empresa e também da sociedade civil, que pôde enviar sugestões a partir de material disponibilizado na Internet.

O manual contém informações bem detalhadas sobre as práticas jornalísticas, com capítulos destinados a referenciais e procedimentos, orientações e relações estratégicas, parâmetros para a prática da atividade, orientações para temas e situações específicas, considerações sobre a ética na profissão e estratégias para a qualidade.

O capítulo que abre o manual volta-se à apresentação dos princípios, valores, objetivos e diretrizes que norteiam as instruções e considerações tecidas no documento. Ressaltar-se-á aqui algumas delas, que auxiliam não somente na compreensão das balizas do jornalismo praticado pelas emissoras públicas, mas também da proposta destas como um todo.

Os princípios elencados são: (a) fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade; (b) garantia da expressão da diversidade – social, cultural, regional e étnica – e da pluralidade de ideias e percepções da realidade e dos fatos cobertos; (c) subordinação aos interesses da sociedade, explicitados por instrumentos formais de constituição da EBC; (d) observância dos preceitos éticos; e (e) autonomia na definição da produção, programação e veiculação de conteúdos.

Dentre os valores, objetivos e diretrizes, destacam-se:

- pluralidade, quanto às fontes de produção e distribuição de conteúdos;
- imparcialidade, evitando-se partidarismos, pregações religiosas, uso de tom promocional e qualquer finalidade propagandística;
- valorização da liberdade de imprensa e de expressão como fundamentos democráticos;
- contribuição para a formação crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada;
- regionalismo de pautas, sotaques e idiomas;

- cooperação com os processos educacionais e de formação dos cidadãos;
- preservação da língua e da cultura brasileiras, respeitando-se a diversidade e identidades culturais;
- fornecimento de espaços e meios para o debate público, assegurando a expressão de opiniões, ideias e pontos de vista divergentes;
- apoio a processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento, garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;
- busca por excelência de conteúdos e linguagens e desenvolvimento de formatos criativos e inovadores; e
- estímulo à participação social nas diversas fases de produção.

Alguns destes princípios constituem também as diretrizes contidas na lei de criação da Empresa Brasil de Comunicação, a qual serviu de base para a investigação de programas jornalísticos da TV Brasil por pesquisadores do grupo “Jornalismo, imagem e representação”¹⁶, coordenado pela professora Iluska Coutinho na Faculdade de Comunicação Social da UFJF. Partindo de eixos de análise, eles teceram um estudo detalhado dos programas Repórter Brasil Manhã, Repórter Brasil Noite e Jornal Visual¹⁷. As análises foram feitas com base em materiais veiculados entre junho de 2010 e agosto de 2011, período anterior à elaboração do Manual de Jornalismo da EBC.

A partir do explicitado na legislação, foram tecidos alguns parâmetros de qualidade e equilíbrio, levando-se em conta, por exemplo, os conteúdos veiculados, a seleção temática e a abordagem. No que diz respeito a estes tópicos, foram propostos parâmetros como a inserção de temas e agendas que não encontram espaço na mídia comercial, a polifonia de vozes, a inserção de diferentes perspectivas, a isenção e o equilíbrio nas coberturas e o aprofundamento temático a partir do debate público.

Com relação a inserção dos cidadãos e cidadãs nas discussões dos temas, os pesquisadores ressaltam que o telejornalismo público

deveria constituir-se em espaço para a veiculação de argumentos, para a ocorrência de diálogos como uma espécie de esfera pública mediatizada, tal como propõe o sociólogo francês Dominique Wolton ao tratar da televisão

¹⁶ Hoje denominado Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA), o grupo continua tendo as emissoras públicas como objetos de análise, bem como outros temas ligados à democratização da comunicação.

¹⁷ Cabe salientar que o Repórter Brasil conta, hoje, apenas com a edição noturna. O Jornal Visual, por sua vez, teve o nome alterado para Repórter Visual.

como meio de comunicação central nas sociedades contemporâneas (COUTINHO *et al*, 2011, p. 9).

Em levantamento quanti-qualitativo dos materiais analisados foram observados itens como os temas abordados, a duração das matérias, a profundidade dos relatos, balanço geográfico do noticiário, os formatos narrativos utilizados, o enquadramento e a angulação das notícias, as fontes consultadas, o tempo de fala concedido a cada uma delas, a presença do governo e o enfoque dado ao mesmo - negativo, positivo ou neutro.

O jornalismo das emissoras públicas também é foco do material da Unesco elaborado por Bucci, Chiaretti e Fiorini, no qual a atividade ganhou um eixo específico de avaliação, denominado “Padrão público (democrático republicano) de jornalismo”. Os autores justificam a categoria “exclusiva” na medida em que, a despeito das diferenças de modalidade - educativa, infantis, de serviço público, etc. - apresentadas pelas emissoras do campo público, todas elas têm em comum a oferta de informações de interesse público e da cultura. “Assim, todas elas são órgãos de imprensa - e todas, direta ou indiretamente, praticam o jornalismo, pois cuidam de levar informação ao grande público, promovendo, às vezes com êxito, outras vezes com distorções, o debate das ideias” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 29).

Os pesquisadores salientam, ainda, que “por jornalismo se entende toda informação factual que é apurada, editada ou difundida pela emissora” (*ibidem*). Assim, tomam como integrantes do gênero jornalístico outros programas que não somente os noticiários, tais como documentários e programas de debates.

Para o jornalismo, propõem questões relativas à grade de noticiários, à abrangência geográfica dos mesmos, ao protagonismo dos cidadãos e comunidades, à representação de diferentes pontos de vista nos debates de ideias, à independência e objetividade, ao reflexo dos padrões de diversidade propostos pela emissora entre as fontes consultadas, dentre outras.

Também no que diz respeito à programação, cabe às emissoras do campo público investir em produções próprias, considerando-se que a ética própria do serviço público de radiodifusão exige que os programas sejam feitos com um cuidado particular (UNESCO, 2001, p. 19) - aspecto relacionado à já citada possibilidade de inovação; e em conteúdos que promovam a expressão de ideias, opiniões e valores correntes nas sociedades onde operam (*ibidem*).

A partir das intersecções observadas entre os diferentes autores e documentos aqui trabalhados, pode-se dizer, em resumo, que as emissoras públicas de radiodifusão devem pautar-se pelos interesses dos cidadãos e cidadãs, promovendo debates aprofundados e bem

contextualizados dos temas que interferem no dia a dia e no exercício de direitos pelos mesmos, inserindo-os nestas discussões. Tais inserções devem buscar promover a manifestação de pontos de vista divergentes; respeitar a diversidade étnica, cultural, religiosa e de gênero características da população à qual estes veículos de comunicação servem e criar espaços de participação para as minorias e grupos marginalizados e suas agendas.

Tais características aqui elencadas, observadas as diferenciações entre os veículos estatais e os demais do campo público, traçadas no tópico 3.2, devem ser observadas pelas emissoras legislativas de televisão. O tópico seguinte volta-se à uma análise das TVLs, com considerações sobre o cenário brasileiro e as possibilidades advindas do sistema digital.

4 SOBRE AS TEVÊS LEGISLATIVAS

Tendo em vista a centralidade da mídia nas sociedades democráticas e os novos contornos adquiridos pela atividade política com o surgimento e ascensão dos veículos de comunicação, aqui já abordados, se faz necessário compreender a história das emissoras legislativas e seu funcionamento.

Contraponto às imagens dos agentes políticos formuladas pela mídia tradicional, suas coberturas voltam-se às ações das Casas Legislativas que representam, mas, conforme apontado no capítulo anterior, como canais do campo público também apresentam potencial de oferta de conteúdos que fortaleçam o exercício de direitos dos cidadãos e cidadãs. Perspectiva esta que se fortalece ao considerarmos a atuação deste poder como fiscalizador dos demais e como propositor e elaborador de leis.

No Brasil, a criação das emissoras legislativas foi possibilitada com a promulgação da Lei do Cabo, em 1995, cenário este que apresenta limitações no que tange à democratização da comunicação ao considerarmos a restrição do acesso a assinantes deste serviço. A chegada da TV Digital abre novas possibilidades, tendo em vista a oferta de canais de acesso gratuito e a possível disponibilização de aplicações digitais que modificam a experiência dos cidadãos e cidadãs no usufruto dos conteúdos.

Este capítulo volta-se a uma análise do processo de instituição da Lei do Cabo, a qual, com importante articulação da sociedade civil organizada, resultou na oferta de canais gratuitos a serem explorados por emissoras não comerciais, e das possibilidades oferecidas pelo Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T) a estes canais.

4.1 ARTICULAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PROMULGAÇÃO DA LEI DO CABO

Em 1979, a *Cable Satellite Public Affairs Network (C-SPAN)* veiculava, nos Estados Unidos, a primeira transmissão regular e ao vivo de uma sessão parlamentar via televisão (SANTOS, 2008; MELO, 2014). Organização sem fins lucrativos, a *C-SPAN* foi criada por empresários do setor de cabodifusão e cobre as atividades do Congresso estadunidense, “tudo sem edição, comentário ou análise”¹⁸.

¹⁸ Tradução da autora a partir do original - “(...) all without editing, commentary or analysis” -, disponível no site da emissora: <https://www.c-span.org/about/history>.

No Brasil, à semelhança do país norte-americano, as primeiras emissoras legislativas de televisão também foram implantadas a partir do serviço a cabo. Porém, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, por aqui foi a atuação da sociedade civil, e não de empresários, que possibilitou a criação das emissoras legislativas. A partir do envolvimento de setores sociais organizados durante o processo de discussão da Lei nº 8.977, a Lei do Cabo, foram disponibilizados canais de uso gratuito, destinados, dentre outros setores, às Casas Legislativas.

De acordo com Dulce Queiroz (2007, p.71), o cenário que antecede a criação da Lei do Cabo tem início com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, durante a qual houve articulação de diversos grupos da sociedade civil em busca de suas reivindicações. Dentre esses grupos encontrava-se a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, “que tinha entre suas bandeiras a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a valorização do sistema público de comunicação e o fim dos monopólios” (QUEIROZ, 2007, p.72). Após aprovação da Constituição Federal, a entidade se dissolveu, sendo retomada três anos mais tarde, então Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), ocupando um papel decisivo na formulação da Lei do Cabo.

Ainda conforme Queiroz (*ibidem*), durante o regime militar já haviam sido feitas tentativas de regulamentar a cabodifusão nacional, mas reações da sociedade e entraves do Executivo e do Congresso Nacional fizeram com que as mesmas não se consolidassem. Paulo Victor Purificação Melo (2014, p.57) também ressalta tentativa de regulamentação dos serviços de cabodifusão, pelo Ministério das Comunicações, em 1973. Dentre outras definições, a proposta citada pelo autor previa a necessidade de permissão para prestação dos serviços. A medida, conforme exposto por Samuel Possebon (2009 *apud* MELO, 2014, p.57) não avançou devido ao favorecimento dos grandes grupos de comunicação, os quais viam na exploração do serviço uma nova oportunidade de concentração de propriedade.

Em entrevista para matéria publicada no portal do Intervozes, em 2013, o professor Murilo César Ramos também relata a existência de movimentos em favor da regulamentação dos serviços de TV via cabodifusão na década de 70. Ele relembra que naquela época o ativista gaúcho Daniel Herz criou a Associação para a Promoção da Cultura (APC), e, em parceria com um professor do departamento de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), elaborou um projeto-piloto de TV a Cabo para aquele estado. Ainda conforme Ramos, entre o fim dos anos 70 e início dos anos 80 o Ministério das Comunicações chegou a ser provocado para regulamentar os referidos serviços no país. A matéria do Intervozes também destaca que na época as discussões não prosperaram em função da pressão de radiodifusores.

A ausência de regulamentação não impediu que, em 1990, durante o governo Collor, se iniciassem os serviços de TV a Cabo no país. Como ressalta Queiroz,

Collor se utilizou de um serviço aprovado durante o governo anterior, de José Sarney, e que até então não havia sido implantado. O serviço chamava-se DISTV – Distribuição de Sinais de TV. Por meio dele, o governo destinava redes de cabo para as TVs de canal aberto que já operavam no país - na sua maioria, TVs comerciais (QUEIROZ, 2007, p.73).

O serviço ao qual se refere Queiroz foi regulamentado pela Portaria nº 250, de dezembro de 1989, que versa sobre a distribuição de sinais de televisão por meios físicos a usuários. Segundo Ângela Maria Carrato Diniz, essa medida e o Decreto nº 95.744 de fevereiro de 1988, “que regulava o que se denominou Serviço Especial de Televisão por Assinatura, constituíram toda a base inicial da política para a constituição no Brasil do até então adiado mercado de televisão paga” (DINIZ, 2013, p.210).

Ainda segundo a pesquisadora, se a política de regulamentação dos dois serviços seguisse o curso inicialmente tomado pelo governo, as decisões se dariam somente em função dos interesses de empresários do setor e de seus seguidores políticos, deixando de lado os interesses da sociedade. “As mobilizações de diversos setores da sociedade civil, no entanto, alteraram esse curso, com a Lei do Cabo ganhando uma formulação inédita do ponto de vista do interesse público” (*ibidem*).

As discussões da Lei do Cabo tiveram início em 1991, ano no qual se deu a convocação para a primeira audiência pública voltada ao debate sobre a regulamentação do serviço de TV a Cabo no país. O encontro foi realizado em julho, sob coordenação da Secretaria Nacional de Comunicação (SNC), órgão equivalente ao atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). A sociedade civil se fez presente por meio de diversas entidades, muitas delas integrantes do FNDC.

De acordo com Queiroz (2007, p.75), no Congresso Nacional, 90 parlamentares integravam a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, que assim como o Fórum queriam que a discussão da referida regulamentação fosse transferida do Executivo para o Legislativo, o que se deu ainda naquele ano.

De acordo com a já citada matéria do Intervozes, a reivindicação principal da sociedade na época era em relação ao instrumento jurídico a ser adotado para regulamentar os serviços de TV a Cabo no Brasil. Conforme ressaltado por Ramos, em função da importância do tema não se podia recorrer a uma portaria, sendo demandada pelos setores envolvidos a promulgação de

uma lei, com fins de fortalecer a política e minimizar os riscos de entrega das outorgas às mesmas emissoras que já monopolizavam a televisão aberta.

Nós decidimos fazer um projeto de lei para parar a portaria. Um dia, fizemos uma reunião com Carlos Eduardo Zanata, assessor técnico para a comunicação da bancada do PT na Câmara, e elaboramos uma proposta. Chamamos o Tilden Santiago, deputado federal pelo PT de Minas, jornalista ligado às lutas históricas pela democratização da comunicação e ele assinou o projeto. Estava pautada no Congresso a regulamentação da TV a cabo. Com o projeto tramitando, o Executivo ficou de mãos atadas. Ele não iria ter coragem de soltar a portaria se tinha um projeto em tramitação sobre o mesmo assunto (RAMOS *apud* INTERVOZES, 2013).

O Projeto de Lei ao qual se refere Ramos é o de nº 2.120, publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I) do dia 29 de novembro de 1991. Voltado à regulamentação do serviço de cabodifusão, dentre outras coisas o projeto previa a extinção do DISTV (artigo 57º); a reserva de um canal legislativo (à nível municipal), de um canal universitário e de dois canais culturais; a destinação de um canal comunitário e de dois canais legislativos (níveis estadual e federal), e a criação do Conselho Federal de Cabodifusão.

Este último, conforme a proposta, seria um órgão consultivo da Secretaria Nacional de Comunicação, voltado à busca de consenso político, solução de conflitos e formulação de bases éticas “para o estabelecimento das relações entre as partes envolvidas e propor diretrizes para o desenvolvimento e operação do serviço de cabodifusão” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1991, p.24887).

O Conselho seria composto por empresários de diversos setores, representantes de sindicatos, jornalistas e radialistas, professores, profissionais do setor artístico, advogados, representantes de entidade religiosa e do Congresso Nacional. Caberia aos mesmos, dentre outras atribuições, emitir pareceres sobre ações ou competências do Executivo sobre o serviço de cabodifusão, apresentar proposições ao Legislativo e receber questionamentos e solicitações de pessoas e entidades.

As discussões sobre a matéria se estenderam até 1994, se dando no âmbito da Câmara dos Deputados e entre a sociedade civil e empresas dos setores envolvidos. Em junho do referido ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Casa apresentou parecer favorável ao substitutivo do projeto inicial. Mediante requerimento assinado por alguns deputados, o novo texto passou a tramitar em caráter de urgência. Em outubro a proposta foi enviada ao Senado, retornando à Câmara em dezembro, para sanção.

No dia 6 de janeiro de 1995 é então promulgada a Lei nº8.977, que regulamenta os serviços de TV a Cabo. De acordo com seu artigo 3º, “o Serviço de TV a Cabo é destinado a promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País” (BRASIL, 1995). A Lei prevê, ainda, que o desenvolvimento do serviço de cabodifusão será orientado pelas noções de Rede Única¹⁹, Rede Pública²⁰, participação da sociedade, operação privada e coexistência entre as redes privadas e das concessionárias de telecomunicações.

Embora não tenha sido mantida a criação do Conselho Federal de Cabodifusão, prevista no projeto inicial apresentado à Câmara em 1991, a Lei do Cabo²¹ garantiu a disponibilização de seis canais básicos de utilização gratuita. No artigo 23º, determina-se que a operadora de TV a Cabo deverá disponibilizar, em sua área de prestação de serviço,

- b) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembléia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- e) um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço;
- f) um canal educativo-cultural, reservado para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal com jurisdição sobre a área de prestação do serviço;
- g) um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não-governamentais e sem fins lucrativos (BRASIL, 1995).

¹⁹ De acordo com o texto da Lei, Rede Única “é a característica que se atribui às redes capacitadas para o transporte e a distribuição de sinais de TV, visando a máxima conectividade e racionalização das instalações dos meios físicos, de modo a obter a maior abrangência possível na prestação integrada dos diversos serviços de telecomunicações” (BRASIL, 1995).

²⁰ Conforme a Lei, Rede Pública “é a característica que se atribui às redes capacitadas para o transporte e a distribuição de sinais de TV, utilizado pela operadora do serviço de TV a Cabo, de sua propriedade ou da concessionária de telecomunicações, possibilitando o acesso de qualquer interessado, nos termos desta lei, mediante prévia contratação” (*ibidem*).

²¹ Ressalta-se que em 2011 foi promulgada a Lei nº12.485, que estabelece um novo marco regulatório para os serviços de TV por assinatura, substituindo as legislações anteriores, dentre as quais encontra-se a Lei do Cabo. Porém, como no tangente à disponibilização dos canais de uso gratuito não houve alterações e considerando-se que o objetivo do capítulo é destacar o papel único da Lei nº 8.977 no que tange às conquistas sociais, optou-se por não entrar nos pormenores da nova regulamentação.

A Lei nº10.461/2002, acrescenta ainda ao rol de canais a destinação de um ao Supremo Tribunal Federal (STF), voltado à divulgação dos atos do Poder Judiciário e de serviços essenciais à Justiça.

Sobre a disponibilização dos canais de uso gratuito, Letícia Renault (2004, p.40 *apud* MELO, 2014, p.60) salienta que foi a primeira vez que “a legislação determinou que, para operar um negócio privado, seria preciso contemplar, simultaneamente, sem interrupção e por período indeterminado, a programação gerada por outras fontes que não as redes privadas ou a rede pública existente”²².

Embora com acesso restrito aos assinantes do serviço de TV a Cabo²³, os canais de acesso público são a concretização de uma vitória alcançada pela atuação da sociedade civil durante as discussões da regulamentação destes serviços e possibilitaram a entrada em cena de movimentos sociais, associações comunitárias, sindicatos, ONGs, poder legislativo e outros setores sociais. Como observa Diniz, a Lei do Cabo representou

um significativo avanço para o campo público da televisão no Brasil. Além de conseguir incorporar à discussão sobre televisão segmentos que, até então, estavam ausentes dela ou jamais tiveram suas vozes ouvidas pelas autoridades governamentais, teve o mérito de inverter a equação que, entre nós, marcou o campo da TV Comercial desse o seu surgimento: mesmo estritamente comercial, a TV paga teve que se abrir ao interesse público (DINIZ, 2013, p.215).

No que diz respeito aos canais legislativos de televisão, é importante salientar que ampliam-se as possibilidades de participação da sociedade no processo de elaboração das leis e no acompanhamento das atividades parlamentares. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs podem compreender melhor como funcionam as Casas Legislativas e se sentir motivados a participar da vida política.

Embora esteja prevista a utilização dos referidos canais para documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões, a Lei não estabelece

²²Também no tangente às mudanças trazidas pela Lei do Cabo em relação ao modelo de telecomunicações então vigente, Diniz (2007, p.209) salienta a exploração exclusiva do setor por empresas privadas, em detrimento do monopólio estatal existente à época, e a abertura do setor de comunicação para o capital estrangeiro (artigo 7º).

²³ Como pontos negativos da Lei do Cabo, como salienta Melo, podemos citar também o beneficiamento do setor privado na exploração dos serviços, com as experiências localizadas paulatinamente “substituídas por um mercado oligopolista, nacionalmente integrado e articulado às estratégias globais do oligopólio mundial da TV segmentada” (2014, p.57), e a participação de grupos globais de comunicação, levando a uma “segunda onda da globalização da televisão brasileira” (RAMOS, 2000, p.138 *apud* MELO, 2014, p.58).

maiores detalhes sobre o funcionamento das emissoras legislativas. Essa lacuna permanece ainda hoje. Maria de Lourdes dos Santos (2008, p.51) fala na adoção de uma regulamentação mínima pelas TVLs, estando as mesmas sujeitas a uma lei de telecomunicações ou similar e a um ato administrativo, que cria a TV parlamentar, mas não estabelece maiores detalhes ou normas de funcionamento²⁴.

Francisco Sant'Anna (2019, p.17) também salienta a necessidade de regulamentação do serviço legislativo de TV, ressaltando alguns problemas que decorrem da ausência da mesma, tal como a contratação de empresas terceirizadas de *marketing* e publicidade para gerir emissoras legislativas, o que Sant'Anna ressalta incorrer em desvio de finalidade destes canais.

A regulamentação também se faz necessária como forma de estabelecer diretrizes para a atuação dos profissionais das TVs legislativas, contribuindo para a profissionalização do setor, bem como para garantir mais autonomia de atuação e proteger os funcionários de possíveis pressões e interferências dos agentes políticos. “Não existe nenhuma legislação que estabeleça que o canal tem que ser plural. Todos os valores vigentes foram criados pelas gerações que formaram os canais legislativos. E a partir do exemplo de TV Senado e TV Câmara esses valores foram levados a Estados e Municípios” (SANT'ANNA, 2019, p.17).

No tangente à gestão, Santos (2008, p.53) relembra que no Brasil prevalece a delegação do funcionamento e da programação das TVLs aos presidentes das Casas Legislativas, ficando o funcionamento das emissoras a cargo dos setores de comunicação social daquelas. Os profissionais destes setores fazem e modificam “as regras de funcionamento, por meio de expedientes internos, como memorandos, instruções de serviço e até orientações verbais” (*ibidem*).

No entanto, conforme ressaltado pela pesquisadora, o aumento na difusão e importância das TVLs e a percepção dos parlamentares do potencial destes canais, levaram ao surgimento de demandas por sua democratização. Uma das iniciativas nestes sentido é o Projeto de Lei do Senado nº229/2011, apresentado pela senadora Marinor Brito (PSOL/PA).

O PL dispõe sobre a regulamentação da gestão, administração e do funcionamento de canais e emissoras de rádio e televisão dos legislativos federal, distrital, estaduais e municipais. A proposta define que as mídias legislativas têm por objetivo o incentivo à transparência dos feitos públicos e a construção da cidadania por meio da divulgação das atividades legislativas e devem, dentre outras atribuições, proporcionar discussões de temas de importância pública a

²⁴ É válido ressaltar que há medidas pontuais, tal como realizado no Senado Federal (ver mais adiante), mas as mesmas constituem-se como resoluções internas, não havendo uma regulamentação nacional que verse especificamente sobre as TVLs.

partir de pontos de vista divergentes, assegurar o debate e o contraditório nas coberturas e discussões de assuntos controversos, e contribuir com aumento do nível de informação da população por meio de programas jornalísticos, educativos, culturais e científicos.

O PL da senadora do Pará também prevê a criação de um Conselho Editorial e Artístico, composto por parlamentares, representantes dos funcionários e da diretoria das mídias legislativas e representantes da sociedade civil (áreas artística-cultural, sindicatos e movimentos sociais). O colegiado teria caráter consultivo e deliberativo, manifestando-se sobre as atividades dos veículos legislativos e a política de comunicação social da Casa a qual pertencem.

O Projeto foi considerado inconstitucional pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, sob alegação de que o tratamento da questão ali proposto viola dispositivos constitucionais que asseguram a independência e prerrogativa de auto-organização do Poder Legislativo. Alega-se que caberia, então, às respectivas Casas Legislativas, em cada esfera da federação, propor instrumentos regulatórios de suas emissoras de rádio e televisão.

As questões de regulamentação figuram entre as considerações tecidas no tópico a seguir, voltado à história, à programação e ao funcionamento das três precursoras do serviço legislativo de televisão no Brasil: TV Assembleia [de Minas], TV Câmara e TV Senado.

4.1.1 Primeiras emissoras legislativas brasileiras

Alguns autores (SANTOS, 2008; SANT'ANNA, 2019; MELO, 2014) destacam o pioneirismo do programa radiofônico “A voz do Brasil” na transformação da comunicação estatal e nas relações comunicacionais entre os poderes e a sociedade. Criado em 1935, durante o governo Getúlio Vargas, o na época denominado “Programa Nacional” voltava-se à veiculação de informações sobre os atos do Governo Federal. Em 1938, passa a chamar-se “Hora do Brasil” e a ter veiculação obrigatória, entre 19h e 20h.

No início dos anos 60, o programa é dividido em duas partes: metade do tempo para uso do Executivo e a outra metade para uso do Legislativo. Em 1971, tem seu nome alterado para o atual “A Voz do Brasil”. Tempos depois, o Executivo perde cinco minutos de veiculação, que passam a ser dedicados para informações sobre o Judiciário.

Atualmente com um hora de duração, o programa divide-se em 25 minutos de notícias do Executivo, cinco minutos de notícias do Judiciário, dez minutos para notícias do Senado e 20 minutos de notícias da Câmara. Algumas edições também designam cerca de um minuto para veiculação de informações pelo Tribunal de Contas da União (TCU). “A Voz do Brasil”

continua tendo veiculação obrigatória, mas desde abril de 2018 pode ser exibido em horário flexível, no intervalo das 19h às 22h. As transmissões também são feitas via internet²⁵.

Em termos de audiovisual, Paulo Victor Purificação Melo (2014, p.54) relembra a produção do informativo “Diário da Constituinte”, que mostrava o andamento dos trabalhos de elaboração da Constituição de 1988. O noticiário tinha duração de cinco minutos e era exibido diariamente pelas emissoras abertas de televisão, indo ao ar em dois blocos: entre 12h e 14h e entre 19h e 21h (*ibidem*).

Em 1993, a partir de convênio com a Universidade de Brasília (UnB), instala-se no Senado uma estrutura de produção televisiva, a Central de Vídeo. De acordo com Luiz Carlos Santana de Freitas (2004, p.24), valendo-se da mão de obra de jornalistas aprovados em concurso realizado em 1989 e recém-empossados, passaram a ser feitos registros das sessões e reuniões legislativas.

Ainda conforme o pesquisador, a Central mantinha um canal disponível somente para o Senado, o sistema Voz e Imagem do Plenário (VIP). Pelo mesmo, os senadores podiam acompanhar, de seus gabinetes, as referidas sessões plenárias, reuniões das comissões e também programas sobre o processo legislativo. “As gravações eram remetidas às emissoras abertas e também eram utilizadas na edição de um jornal televisivo - ‘O Senado Hoje’ - com as principais notícias da Casa, veiculado duas vezes ao dia pelo sistema ‘VIP’” (*ibidem*).

No entanto, foi com a Lei do Cabo, a partir da disponibilização de canais a serem operados por Casas Legislativas, que iniciativas como a do Senado puderam resultar em uma TV de fato, capaz de estabelecer um canal de comunicação mais efetivo e de maior alcance entre essas Casas e seus parlamentares e a sociedade.

Nesse cenário, a pioneira foi a TV Assembleia, ligada à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Evolução de um circuito interno de TV que transmitia as reuniões plenárias para um único aparelho de televisão no interior da referida Casa Legislativa (ASTRAL²⁶, 2012, p.25), a emissora iniciou suas atividades em novembro de 1995, mesmo ano de promulgação da Lei do Cabo.

²⁵ www.voz.gov.br

²⁶ Criada em 2003, a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL) congrega emissoras de rádio e televisão mantidas pelo Poder Legislativo nas instâncias federal, estadual e municipal. Dentre outros atributos, destina-se a representar os interesses das Casas Legislativas junto a poderes, órgãos e associações públicas; estabelecer intercâmbio técnico e trocas de experiência entre os veículos integrantes e promover o debate sobre a atuação destes meios de comunicação como instrumento de transparência do Legislativo.

Transmitida via cabodifusão, a TV Assembleia veiculava, inicialmente, reuniões da Casa e de suas comissões. De duas horas e meia de programação, passou para 12 horas no ano seguinte, com programas gravados e editados. Em 1998 o canal passa a integrar o Brasilsat B3 e a alcançar todo o estado de Minas Gerais. Com programação que inclui documentários e programas sobre temas diversos (direito, política e cultura), veicula 17 horas diárias de programação.

É também em 1998 que a emissora se destaca e ganha maior visibilidade entre os mineiros, tornando-se referência no jornalismo político a partir da cobertura das eleições. Com recursos recebidos da ALMG, chega a ficar 24 horas no ar durante quatro dias, fazendo entradas ao vivo do Tribunal Regional Eleitoral e promovendo debates entre candidatos (*ibidem*, p.26).

Em 2007 a TV Assembleia amplia seu alcance público ao tornar sua programação disponível na internet, acesso que se torna ainda mais democrático com a migração para o sistema digital, iniciada em 2009. É também neste ano, 14 anos após sua entrada em operação, que a emissora alcança 24 horas diárias de programação. Três anos mais tarde, passa a integrar a Rede Legislativa de TV Digital, que possibilita disponibilização das programações da TV Assembleia, TV Câmara, TV Senado e câmaras municipais a partir do recurso da multiprogramação (temas a serem abordados em tópicos mais adiante).

Hoje, operando em sinal aberto e digital, além dos trabalhos da ALMG, com transmissões ao vivo e gravadas, a TV Assembleia produz um telejornal diário, o Assembleia Notícia, exibido de segunda a sexta-feira, às 19h; teleaulas e programas de debates, de entrevistas e com temáticas como cultura, música e imprensa.

Cabe à Gerência-Geral de Rádio e Televisão (GTV), órgão ligado à Diretoria de Comunicação Institucional (DCI) da ALMG, criar, produzir e veicular peças audiovisuais e radiofônicas para a programação dos veículos eletrônicos de comunicação de massa da Assembleia; supervisionar a cobertura das reuniões da Casa e dos eventos institucionais e “manter contato e propor parcerias com outros órgãos e poderes públicos e instituições privadas em torno de projetos, ações e produtos de audiovisual que possam aperfeiçoar a programação dos veículos de comunicação eletrônica da Assembleia” (ALMG).

À nível nacional, a TV Senado foi a primeira emissora legislativa a ser criada, dando continuidade ao trabalho iniciado com a já citada Central de Vídeo. Instituída pela Resolução nº24, de 8 de junho de 1995, a emissora entrou oficialmente no ar em fevereiro do ano seguinte.

Composta de apenas quatro artigos, a medida que cria a TV Senado define que a mesma será coordenada pela chefia da Central de Vídeo, sob supervisão da Secretaria de Comunicação da Casa, e que o funcionamento do veículo será definido em ato próprio da Comissão Diretora.

As diretrizes de funcionamento, conteúdo e programação da TV Senado, no entanto, foram definidas apenas sete anos mais tarde, a partir do Ato da Comissão Diretora nº15, de 2002. A medida interna disciplina os objetivos, a utilização e o funcionamento dos veículos da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal.

Nas disposições comuns, define-se que os referidos veículos divulgarão as atividades legislativas e os eventos ocorridos no Senado e no Congresso Nacional, “com prioridade para as sessões do Plenário do Senado Federal, as reuniões das comissões permanentes e temporárias, o Conselho de Ética e as atividades da Presidência do Senado Federal” (SENADO FEDERAL, 2002). Prevê-se, ainda, que nos trabalhos da TV e da rádio as sessões plenárias terão prioridade de cobertura e transmissão ao vivo em relação a outras atividades simultâneas realizadas na Casa²⁷.

As disposições comuns também preveem a criação de manuais de redação e procedimentos para os veículos do Senado; a adoção de caráter apartidário, imparcial e não opinativo nas notícias por eles veiculadas, com tratamento equânime aos senadores; acesso às dependências destes últimos por jornalistas, repórteres fotográficos e cinematográficos e técnicos dos veículos da Casa, e a não cobertura de atividades internas dos partidos.

No que diz respeito à TV, o Ato da Comissão Diretora define que a mesma deve cumprir o que determina a Lei do Cabo; pode veicular programas de viés jornalístico, educativo, científico e cultural, desde que observada a predominância de conteúdo legislativo e institucional; a difusão de educação continuada à distância; o incentivo à implantação, em todo país, da rede legislativa de emissoras de TV e rádio, dentre outras atribuições.

O Ato também dispõe sobre a realização de convênios e parcerias, regimes de coprodução, restrição da utilização dos estúdios de rádio e TV para gravações de interesse institucional e a disponibilidade das transmissões de rádio e imagens de TV geradas pelos veículos do Senado Federal.

No que diz respeito aos manuais previstos no Ato nº15, os mesmos estão disponíveis desde de 2013 no site do Senado Federal. A página é composta pelas abas Fundamentos e Diretrizes, Redação e Estilo, Referências, Glossário, Respostas do Editor e Sobre o Manual.

Com relação aos Princípios e Valores, o manual destaca a (01) ética, que contempla a adoção de padrões de honestidade, moralidade, universalidade, probidade e clareza; (02) informação cidadã e responsabilidade social, com compromisso com o direito do cidadão à

²⁷ Cabe salientar que em 2009 a Comissão Diretora do Senado publicou o Ato nº21, que estabelece uma hierarquia para a cobertura das atividades parlamentares, com detalhamento sobre sessões e atos e suas respectivas ordens de prioridade.

informação clara, correta e isenta; (03) inovação e excelência técnico-profissional, na qual destaca-se a busca por novas tecnologias, linguagens, conteúdos e mídias e o aprimoramento dos servidores, “para garantir uma comunicação pública de qualidade”; (04) interatividade, com aprimoramento e ampliação dos canais de comunicação entre a Casa e a sociedade; (05) transparência e isenção político-partidária, com atuação apartidária, isenta e equânime; e (06) valorização do Legislativo, por meio do “compromisso com o esclarecimento da sociedade sobre o papel do Senado e do Poder Legislativo como essenciais para a democracia e a melhoria de vida dos cidadãos”.

Na aba destinada às diretrizes são estabelecidos 12 temas transversais, com considerações específicas sobre cada um deles, a saber: ações institucionais, cobertura jornalística, conduta profissional, divulgação de produtos e serviços da Secretaria de Comunicação Social, gestão da informação, identidade visual, integração, mídias sociais, padrões de qualidade, relacionamento com os públicos, qualidade da informação e responsabilidade social. Como salientado no material, tais diretrizes possuem caráter mais abrangente e são comuns a todas as áreas da Secom.

No que diz respeito à programação, de acordo com informações disponibilizadas em seu site, quando fundada a TV Senado transmitia 15 horas diárias, apenas para Brasília. Em maio do ano seguinte, por meio de transmissão via satélite, o sinal da emissora passa a chegar em todo o Brasil. Antes de completar um ano o canal já estava no ar 24 horas por dia.

Além das transmissões de atividades parlamentares, também compõe sua grade programas jornalísticos, de entrevista, culturais, documentários e institucionais do Senado Federal. Hoje a TV Senado está disponível em canal aberto digital, em antena parabólica, em serviço de TV por assinatura e pela internet, por meio da qual transmite até oito eventos simultâneos.

O canal de TV da Câmara dos Deputados, por sua vez, entrou no ar em janeiro de 1998, três anos após a promulgação da Lei do Cabo. Criada a partir da Resolução Nº21, de 8 de outubro de 1997, a emissora integra a Secretaria de Comunicação Social da Casa - à época, Assessoria de Divulgação e Relações Públicas (ADIRP) - e subordina-se administrativamente à Diretoria-Geral, sob supervisão direta da Presidência da Câmara. Em seu artigo 2º, a medida prevê que cabe à Mesa da Câmara, em ato próprio, definir as atribuições e o funcionamento do veículo.

No ar 24 horas por dia e cobrindo 100% do território brasileiro, segundo informações disponibilizadas em seu portal, a TV Câmara veicula todas as sessões plenárias ao vivo, acompanha os trabalhos de comissões permanentes e de inquérito, seminários e outras

atividades legislativas de interesse público. A emissora também produz dois telejornais diários, o Câmara Hoje e o Jornal da Câmara, exibidos, respectivamente, às 9h e às 21h. Além das notícias do Legislativo e reportagens, são realizados debates ao vivo sobre temas em questão no dia.

Resumos dos trabalhos semanais do Legislativo são exibidos no Revista da Câmara e no Fatos e Opiniões, veiculados nas noites de sexta-feira. A TV Câmara exhibe, ainda, programas temáticos e de debates, que ampliam temas discutidos na Casa, tais como o Expresso Nacional, que reúne representantes da sociedade civil, do governo Federal e deputados para debater temas diversos (economia, meio ambiente, política externa, etc); o Participação Popular, no qual políticos, populares e especialistas discutem temas em voga no Congresso, e o Ponto de Vista, programa que traz entrevistas com especialistas acerca de temas de relevância social. A emissora produz, ainda, documentários e programas culturais.

Para sistematizar normas e procedimentos dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, em 2004 foi publicado o Manual de Redação da Secom. Cabe aqui salientar que o documento classifica os meios da Casa como pertencentes ao campo público.

Eles pertencem à categoria de comunicação pública por estarem vinculados à instituição, mas principalmente por subordinarem seu trabalho cotidiano ao conceito de público: pertencente, destinado ou relativo ao povo, à coletividade; aquilo que é do uso de todos, de uso comum; aberto a quaisquer pessoas, conhecido de todos, manifesto, notório (MALAVAZI, 2004, p.27).

No manual ressalta-se, ainda, que a comunicação pública surge como resposta ao desafio de se levar à população informações de relevância que ficam relegadas ao segundo plano pelas emissoras comerciais por não apresentarem a “auréola da atratividade mercadológica” (*ibidem*). Salienta-se que por se tratar de assuntos mais perenes, complexos e de difícil assimilação, as atividades legislativas não tem merecido a devida prioridade de cobertura por parte da imprensa. Dentre outras funções, aos veículos de comunicação da Câmara compete, portanto, ocupar esse espaço deixado aberto pela mídia privada.

No que tange à TV Câmara, são tecidas considerações e fornecidas instruções sobre jornalismo, reportagem, edição, fechamento, telejornais e funcionamento de seus setores (chefia de reportagem, de redação, núcleo de programas, etc.). Com relação à programação, reforça-se a prioridade de cobertura ao vivo da ordem do dia do Plenário, mas salienta-se que a mesma pode ser interrompida pelo jornalismo quando julgar-se necessário.

O manual também destaca que a programação deve estar à serviço do interesse público e disponível a todos os brasileiros, devendo refletir a diversidade de nossa sociedade. A

cobertura noticiosa deve, ainda, incentivar a cultura nacional, a ciência e a educação e valorizar a diversidade cultural do país.

Salienta-se também que a programação da emissora não reflete interesses de cunho político-partidário e deve abranger tanto os assuntos cobertos pela grande imprensa quanto aqueles ignorados por ela. Sobre o apartidarismo, ressalta que o mesmo “não significa alheamento quanto às atividades dos partidos. Eles recebem cobertura segundo critérios jornalísticos, com acompanhamento das negociações, decisões e acordos firmados que terão reflexo sobre o dia-a-dia do Parlamento” (*ibidem*, p.32).

A apresentação do contraditório, a contextualização dos fatos, a clareza e objetividade dos textos são alguns dos preceitos que devem guiar a produção das reportagens da emissora. Já os telejornais devem pautar-se pela atualidade, profundidade (conteúdo explicativo, elucidativo e didático), contextualização (correlações entre os temas da casa e os acontecimentos nacionais), linguagem clara e adoção de recursos técnicos modernos e atraentes ao telespectador, clareza e inserção de entrevistas em estúdio para debater ou aprofundar temáticas importantes em questão. O Manual de Redação da Secom também apresenta questões relacionadas à estilo e gramática, para os diferentes veículos da Casa.

Em maio de 2019 a Câmara dos Deputados criou o Conselho Consultivo de Comunicação Social, instalado mediante Ato do Presidente. Ao colegiado, que foi instalado oficialmente em outubro, compete estabelecer e atualizar a política de comunicação da Casa, opinar sobre a linha editorial de produção, programação e projetos da Secom e da Secretaria de Participação, Interação e Mídias Digitais; e cuidar para que os veículos de comunicação da Câmara respeitem a diversidade de opiniões e a pluralidade partidária. O Conselho é vinculado à presidência da Câmara e composto por cinco deputados, dois servidores e quatro representantes da sociedade civil.

A digitalização do sistema brasileiro de televisão, que teve início em 2007, impõe novos desafios às emissoras, mas também traz muitos benefícios, que não se resumem a melhorias técnicas. No caso das TVLs, por exemplo, amplia-se não somente seu alcance geográfico a partir de sua disponibilização em sinal aberto, mas também seu alcance em termos sociais, uma vez que mais pessoas têm acesso ao dia a dia das Casas Legislativas e informações sobre decisões que afetam os rumos da sociedade e influenciam no exercício de direitos.

No tópico seguinte serão tecidas algumas considerações sobre as possibilidades trazidas às TVLs pela TV digital, será feito um breve histórico da implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e, à título de complementação, feitas breves análises

das principais legislações da radiodifusão nacional no que tange aos temas correlatos aos desta pesquisa.

4.2 AS EMISSORAS LEGISLATIVAS NO CONTEXTO DA TV DIGITAL

Se, na transmissão analógica, os sinais de rádio e TV são transmitidos em variações contínuas, correspondentes às flutuações de energia do som e da luz, no sistema digital textos, áudios e vídeos são convertidos em códigos numéricos (STRAUBHAAR; LAROSE, 2004, p. 15 *apud* SANTOS, 2006, p. 40).

O que caracteriza a transmissão analógica é que as formas de onda possuem a informação que deve ser reproduzida no destino, ou seja, não há o emprego de técnicas de codificação para a mensagem. É uma comunicação susceptível a ruído, distorções e interferências, uma vez que o que se recebe no televisor é constituído de vários quadros de imagens que chegam por segundo e oferecem a sensação de um vídeo em movimento. Deste modo é difícil reproduzir com exatidão a informação sem perda de qualidade (SANTOS, 2006, p. 57).

A TV Digital, por sua vez, efetua uma transmissão por códigos binários, com todas as informações digitalizadas, valendo-se da mesma linguagem utilizada pelos computadores. A partir da adoção de um sistema de modulação²⁸, que evita a diminuição da intensidade do sinal transmitido, possibilita a reprodução deste último sem que haja distorções ou perda de qualidade. Além disso, “as técnicas digitais permitem o envio de maior quantidade de bits de informação por espaço de tempo do que a modulação em sinais analógicos” (*ibidem*, p. 71). Logo, o tratamento do sinal audiovisual por meio da utilização de técnicas digitais resulta em melhorias na qualidade da imagem e do som recebidos pelos telespectadores.

Também são inovações possibilitadas pela digitalização da transmissão de TV a interatividade, a recepção móvel e a multiprogramação. A primeira possibilita a disponibilização de aplicações que podem ser acessadas pelos telespectadores e o estabelecimento de um canal de contato entre estes e os emissores. A recepção móvel, por sua vez, permite que o sinal de TV digital seja recebido em dispositivos portáteis, tais como *smartphones* e *tablets*. Já a multiprogramação é possibilitada pela compressão dos arquivos de

²⁸ De acordo com Montez e Becker (2005, p. 46), “a modulação é necessária devido às características dos enlaces de comunicação - seja por cabo, ondas de rádio, satélite etc. - que enfrentam problemas de atenuação por perdas de energia do sinal transmitido, ruídos provocados por outros sinais, e distorções de atraso”. Dentre outras vantagens, a modulação torna o sinal menos susceptível a ruído ou interferência.

vídeo, áudio e dados, graças à qual as informações ocupam menos espaço no espectro, permitindo a divisão da banda para a transmissão de até quatro programações/canais.

Ao migrar para o sistema digital de televisão, além de poder fazer uso de todos estes recursos, os quais podem ser empregados para potencializar seu viés público, as programações das emissoras legislativas, antes restritas aos serviços de TV a cabo e à internet, passam a estar disponíveis em sinal aberto e gratuito.

Amplia-se, assim, o acesso dos cidadãos e cidadãs às ações dos poderes legislativos, às quais estes canais devem dar transparência, bem como a conteúdos de viés social e de interesse público, a que estes veículos devem se atentar em cumprimento aos preceitos atribuídos à comunicação pública.

A emergência das tecnologias digitais da informação e da comunicação também impõe novos desafios às emissoras de TV, uma vez que contém implicações de ordem técnica, econômica, de financiamento, de produção de conteúdos, de legislação/regulamentação da radiodifusão, bem como nas relações estabelecidas pelos cidadãos e as cidadãs com a televisão.

Tendo em vista sua proposta comunicacional diferenciada e as limitações impostas por lei à captação de recursos financeiros, para tirar proveito efetivo das potencialidades proporcionadas pela digitalização as emissoras legislativas precisam pensar em novos modos de fazer televisão.

Os conteúdos, por exemplo, devem ser pensados e desenvolvidos, desde o início do processo produtivo, para abarcar recursos como a interatividade e para serem veiculados também em dispositivos móveis. As sessões plenárias transmitidas ao vivo podem oferecer possibilidades para o envio de dúvidas, críticas e sugestões pelas pessoas de casa, as quais podem ter um retorno imediato. Os programas de viés social, por sua vez, podem oferecer informações adicionais, *quizzes* e outras iniciativas interativas que forneçam uma contextualização aprofundada dos fatos e temas em questão.

Diolinda Madrilena Feitosa Silva e Maria Cristina Gobbi (2010, p. 194) ressaltam que

a digitalização traz em seu bojo um leque de novas funcionalidades que tornam mais dinâmica a relação do cidadão com a TV, porque enseja a criação e veiculação de conteúdos interativos, além do envio customizado e individualizado de informações e outras possibilidades não menos significativas como a agregação de conteúdos adicionais aos programas e a organização da grade de programação, pelo próprio telespectador.

Há de se reiterar, ainda, que não submetidas à busca pelo lucro as emissoras legislativas - e as demais do campo público -, constituem-se como espaço propício à experimentação. A

partir de parcerias com os demais poderes, com órgãos públicos e instituições de ensino e pesquisa, podem investir na construção de padrões para TV Digital Interativa, podendo firmar-se como referências para os demais veículos de radiodifusão.

Para uma compreensão mais profunda deste cenário e das possibilidades oferecidas pela digitalização, é preciso tecer algumas considerações sobre a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre, proposta a ser desenvolvida no tópico a seguir.

4.2.1 Desenvolvimento e implementação do SBTVD-T

As discussões sobre a TV Digital no Brasil tiveram início nos anos 90, com a criação da Comissão Assessora de Assuntos de Televisão (COM-TV). Instituído pelo Ministério das Comunicações (atual MCTIC), o órgão tinha como atribuição propor a política do setor para Televisão de Alta Definição (HDTV) e, posteriormente, para a Televisão Digital (TVD).

Em 1994, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Sociedade de Engenharia de Televisão (SET) se uniram para formar um grupo técnico voltado a discussões sobre o tema e à preparação dos radiodifusores para a introdução da tecnologia digital.

A Lei nº 9.472/1997 - Lei Geral das Telecomunicações - cria a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que, no ano seguinte, passa a conduzir o processo de introdução do sistema digital de tevê. A COM-TV é extinta, e a agência, autarquia da Administração Pública Indireta, dá início ao processo de escolha de um padrão digital para a radiodifusão brasileira.

No mesmo ano, o grupo Abert/SET une-se ao Instituto Presbiteriano Mackenzie para iniciar testes com padrões já existentes, a saber: o *Advanced Television Systems Committee (ATSC)*, padrão norte-americano, pioneiro no setor; o *Digital Video Broadcasting – Terrestrial (DVB-T²⁹)*, padrão europeu, e o *Integrated Services Digital Broadcasting – Terrestrial (ISDB-T)*, padrão japonês.

Ainda em 1998, a Anatel iniciou o processo de escolha do padrão digital da TV brasileira, através da abertura da Consulta Pública nº 65, de 27 de julho. O objetivo desse procedimento era viabilizar os testes de campo com os sistemas digitais disponíveis. Em novembro do mesmo ano, 17 emissoras

²⁹ O uso da letra “T” nas siglas serve para identificar o termo terrestre, uma vez que há também as versões destes padrões para os serviços de TV a cabo e via satélite, representadas pela adição das letras “C” e “S”, respectivamente.

manifestaram interesse em participar dos testes, entre elas a Fundação Padre Anchieta, o SBT e a TV Globo (MONTEZ; BECKER, 2005, p. 101).

Os testes foram conduzidos sob coordenação do grupo Abert/SET, cuja atuação foi avalizada pela agência reguladora. A Anatel também recorreu a consultorias especializadas para assessorar no processo, contratando, em outubro de 1999, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). O CPqD ficou incumbido da tarefa de validar a metodologia dos testes de laboratório e de campo, analisar os resultados obtidos a partir dos mesmos, planejar a implantação do sistema escolhido e elaborar a regulamentação técnica para o setor.

Os primeiros resultados dos testes de laboratório e de campo foram divulgados em fevereiro de 2000, com relatório parcial do Grupo Abert/SET acerca dos sistemas de modulação utilizados nos três padrões testados. De acordo com o documento, concluiu-se que a modulação *Coded Orthogonal Frequency Division Multiplexing (COFDM)*, utilizada nos padrões europeu e japonês, era tecnicamente superior e mais adequada às condições brasileiras que a *Eight-Vestigial Side Band (8VSB)*, usada no padrão norte-americano ATSC. Propõe-se, então, “que a Anatel estabeleça que o sistema de TV digital a ser selecionado para adoção no Brasil deva utilizar a modulação COFDM” (ABERT/SET *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 4).

De acordo com Adalberto Silveira Passos (2008, p. 56), o “relatório parcial também registrava algumas vantagens do sistema japonês sobre os demais, como recepção dos sinais por antenas internas, maior imunidade a ruídos e possibilidade de recepção móvel”.

Cinco meses depois, o Grupo Abert/SET divulgou seu relatório final, com os resultados de novos testes de laboratório e de campo. De acordo com Carlos Montez e Valdecir Becker (2005, p. 102), o documento

confirmou o melhor desempenho dos padrões europeu e japonês, além do desempenho insuficiente do padrão norte-americano nos quesitos transmissão de sinais em áreas de sombra e para receptores móveis. Entre os dois primeiros, o padrão japonês foi considerado superior ao sistema europeu, devido ao melhor desempenho na recepção de sinais televisivos em ambientes fechados, e a sua flexibilidade para recepção de programas ou acesso a serviços, através de terminais fixos ou móveis.

Para além das questões técnicas, o relatório também ressaltou a necessidade de consideração de outros fatores, tais como os impactos da adoção de cada sistema sobre a indústria nacional, as condições e facilidades de implantação de cada um e os preços dos

receptores para o consumidor, bem como a expectativa de queda destes valores (OLIVEIRA, 2002, p. 5).

Questões de diversas ordens, tais como as divergências entre os atores envolvidos nas discussões sobre o tema, fizeram com que o governo de Fernando Henrique Cardoso adiasse o anúncio oficial sobre o padrão de TV digital a ser adotado no Brasil, deixando a decisão para a nova administração.

Quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República, em 2003, o então Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, trouxe de volta ao Minicom as decisões acerca do futuro da radiodifusão nacional, tirando da alçada da Anatel a condução do processo de escolha do padrão digital. Em uma carta de intenções enviada ao presidente, levantou a necessidade da inclusão digital por meio da TV interativa (MONTEZ; BECKER, 2005, p. 102).

Outra mudança importante na condução do processo durante gestão do Minicom por Miro Teixeira foi o anúncio de que o Brasil desenvolveria um padrão próprio de transmissão de TV Digital. Em maio de 2003, criou-se um grupo de estudos, com fins de analisar o tema e dar um parecer sobre as pesquisas já realizadas (*ibidem*).

Quatro meses mais tarde é publicado o Decreto nº 4.901, que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) e reflete as intenções manifestadas por Teixeira no que tange à inclusão digital e ao desenvolvimento de um padrão nacional. De acordo com a medida, o SBTVD deve ter por finalidade alcançar, dentre outros objetivos, a promoção da inclusão social, da diversidade do país e da língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando democratizar a informação; possibilitar a criação de rede universal de educação à distância; estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias e da indústria nacional do setor de tecnologia da informação e comunicação; planejar e viabilizar o processo de transição da TV analógica para a digital, possibilitando, se necessário, uso de faixa adicional de radiofrequência pelas concessionárias de radiodifusão; viabilizar essa transição; estimular a evolução das atuais exploradoras e o ingresso de novas empresas; estabelecer modelos de ações e negócios para a televisão digital, em acordo com a realidade do país; e incentivar as indústrias regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais.

O Decreto nº 4.901 também previa a criação de um Comitê de Desenvolvimento, de um Comitê Consultivo e de um Grupo Gestor para o SBTVD³⁰. O primeiro, ligado à Presidência da República, ficou responsável, dentre outras atribuições, pela fixação de critérios e condições

³⁰ Cabe aqui salientar que os três grupos foram extintos pelo Decreto nº 9.784. Promulgada pelo presidente Jair Bolsonaro em maio de 2019, a medida revogou mais de 50 colegiados da administração pública federal.

para escolha das pesquisas e projetos a serem realizados para o desenvolvimento do SBTVD; por decidir sobre as propostas de desenvolvimento; e por apresentar relatórios contendo propostas sobre a definição do modelo de referência para o sistema nacional, sobre o padrão a ser adotado no país, sobre a forma de exploração do serviço e sobre o período e o modelo de transição do sistema analógico para o digital.

O Comitê Consultivo, por sua vez, foi criado com a finalidade de propor ações e diretrizes relativas ao SBTVD, sendo formado por representantes de entidades do setor de tecnologia de televisão digital. Já o Grupo Gestor, composto por representantes de Ministérios, Secretarias e outros órgãos da administração pública federal, ficou incumbido de executar as gestões operacional e administrativa voltadas ao cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Desenvolvimento. Para tanto, o decreto prevê que o referido grupo disponha do apoio técnico e administrativo de entidades como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o CPqD.

O Decreto nº 4.901 prevê, ainda, em seu artigo 9º, que o Sistema Brasileiro de TV Digital possa ser financiado com recursos provenientes do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) ou outras fontes de recursos públicos ou privados, cabendo ao Comitê de Desenvolvimento aprovar os planos de aplicação destas verbas.

Com fins de habilitar instituições de ensino e pesquisa interessadas em participar do processo de desenvolvimento do padrão nacional de TV Digital, o governo publicou, no primeiro semestre de 2004, um primeiro edital público. De 90 candidatas, 82 foram selecionadas. Tempos depois foram divulgados mais 19 editais, que consistiam em cartas-convite, “acompanhadas de uma Requisição Formal de Proposta (RFP), destinadas apenas às instituições já habilitadas anteriormente. Desses 19 editais, publicados em três lotes, dois não tiveram nenhuma instituição aprovada, enquanto que três tiveram duas aprovadas” (MONTEZ; BECKER, 2005, p. 103). Ao final, 79 instituições participaram do desenvolvimento do SBTVD. Elas congregaram diversos pesquisadores e atuaram por meio de redes de pesquisa, com diferentes instituições trabalhando em um mesmo tema.

O Decreto nº 4.901/2003 estipulou um prazo de doze meses, a contar da data de instalação do Comitê de Desenvolvimento, para entrega do relatório final pelo qual o órgão ficou responsável. Em função de atrasos no processo, a partir da publicação do Decreto nº 5.393/2005, esse prazo foi estendido para 23 meses. A definição do SBTVD, portanto, ficou para fevereiro de 2006. O referido decreto também estipulou prazo para a conclusão dos projetos de entidades conveniadas à Finep, a saber, dia 10 de dezembro de 2005.

Os rumos de todo o processo tiveram uma reviravolta quando Hélio Costa assumiu a gestão do Ministério das Comunicações, em julho de 2005. O ministro, que tinha conexões com empresários da radiodifusão, autorizou “a formação de um grupo de trabalho que reunia apenas alguns dos consórcios de pesquisas do SBTVD e os representantes das principais cadeias de televisão, sem a participação dos movimentos sociais” (RODRIGUES, 2008, p. 69).

Além disso, Hélio Costa desprezou as pesquisas em torno do desenvolvimento de um padrão brasileiro de TV Digital, defendeu a escolha por um dos três modelos já existentes e manifestou, por diversas vezes, sua preferência pelo sistema japonês, também o favorito do empresariado da radiodifusão (*ibidem*, p. 90).

Salienta-se que as empresas de radiodifusão alegavam que o padrão japonês era o que melhor atenderia aos requisitos de alta definição, tecnologia que, ao ser adotada, demandaria o uso total dos 6MHz do espectro, dificultando a entrada de novos concorrentes ao impossibilitar o uso da multiprogramação (ZIMMERMANN, 2006a, sem paginação *apud* RODRIGUES, 2008, p. 66). Dessa forma, as emissoras já consolidadas não precisariam disputar as verbas publicitárias com novos atores.

Além disso, o *ISDB-T* também possibilita a portabilidade e a mobilidade. A primeira refere-se à possibilidade de recepção gratuita dos sinais digitais de TV via aparelhos como *smartphones*, *tablets* e *notebooks*. A mobilidade, por sua vez, possibilita que estes dispositivos sejam usados para recepção dos sinais de TV digital enquanto os usuários estão em deslocamento, ou seja, enquanto estão no trem, carro, ônibus ou outros veículos de transporte, em movimento. A transmissão direta dos sinais da TV Digital para estes dispositivos excluiria a necessidade de sua passagem pelo tráfego das operadoras de celulares, resultando em menores possibilidades de avanço das empresas de telecomunicação e operadoras de telefonia em um cenário possível de convergência.

Por fim, uma série de questões políticas - como o surgimento das denúncias de corrupção nos Correios e o episódio do Mensalão³¹, que vieram à tona em 2005 - e a influência de empresários do setor acabaram resultando na adoção do padrão japonês. A opção foi formalizada com a publicação do Decreto nº 5.820³², de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre

³¹ Nome dado a um esquema de pagamentos mensais efetuados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a parlamentares em troca de votos favoráveis a projetos do Governo no Congresso. O esquema foi descoberto em 2005, durante o primeiro mandato de Lula.

³² É importante salientar que além deste decreto, do Decreto 4.901/2003 e de outras normas já citadas, os serviços nacionais de televisão digital também são regidos por outros instrumentos normativos, em especial os definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que abordam questões relativas à codificação de áudio, vídeo e multiplexação; receptores; acessibilidade; dentre outros temas.

a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD –T) e estabelece diretrizes para a transição para o sistema digital.

Em seu artigo 5º, o Decreto estabelece que o SBTVD-T adotará como base o padrão de sinais do *ISDB-T*, incorporando as inovações tecnológicas aprovadas pelo Comitê de Desenvolvimento. A partir do previsto, o padrão nacional incorpora duas tecnologias que o diferenciam do modelo japonês. A primeira é a adoção do sistema H.264, destinado à compressão – processo de codificação – de vídeos no formato MPEG-4. As especificações do MPEG-4, dentre outras vantagens, “habilitam a interação do usuário que recebe as mídias, permitindo o envio de comandos para manipular os objetos da cena (mudar a imagem do fundo de um vídeo, por exemplo)” (MONTEZ; BECKER, 2005, p. 69). Além disso, a compressão dos arquivos de vídeo pelo sistema H.264 permite melhor utilização da banda de frequência, possibilitando o uso da multiprogramação (BARBOSA FILHO, 2007, p. 21).

A segunda é a adoção do sistema Ginga, um *middleware* desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e que possibilita a recepção de recursos digitais interativos. Integrado ao sintonizador da TV Digital – como os conversores, também chamados *set-top boxes* –, o programa atua como intermediário entre os aplicativos e o sistema operacional de TV, transformando os dados recebidos via transmissão digital em textos que podem ser lidos pelos telespectadores³³. É interessante ressaltar que o sistema brasileiro obtém esses dados mesmo que o aparelho de TV receptor não esteja conectado à Internet.

Software de plataforma aberta e recomendado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Ginga também apresenta como diferencial a interoperabilidade, permitindo que “programas produzidos no Brasil ‘conversem’ com todos os demais padrões, assim como os programas produzidos nos outros padrões poderão ‘rodar’ no SBTVD-T” (BARBOSA FILHO, 2007, p. 21). De acordo com André Barbosa Filho, a inovação possibilitada pelo *middleware* brasileiro é inédita. “Até o surgimento do GINGA, não havia interoperabilidade entre os padrões existentes no mundo, principalmente no que se refere a aplicativos que utilizam linguagens HTML, NCL e Java” (*ibidem*).

Desde 2013 é obrigatória a instalação do Ginga em aparelhos de TV fabricados no Brasil. O *middleware* também está embarcado em alguns dos conversores de televisão

³³ Dito de forma mais simples, o Ginga tem como função receber os aplicativos transmitidos pelas emissoras, instalá-los na TV ou no conversor e deixá-los prontos para uso; receber comandos do telespectador sobre como e quando executar estes aplicativos e coordenar o uso dos recursos de TV ou conversor para que o aplicativo seja efetivamente executado (BEGHINI, 2014, p. 49).

distribuídos pelo Governo Federal a beneficiários de programas sociais. De acordo com informação do portal Seja Digital³⁴, foram distribuídos mais de 12,4 milhões de *kits* gratuitos com antena, conversor e controle remoto a famílias de menor renda que, à época do desligamento, moravam nas cidades incluídas no cronograma previsto na Portaria nº 378 do antigo Ministério das Comunicações.

Embora reconheça-se o mérito da iniciativa, há de se ressaltar, no entanto, que mais uma vez o Brasil perdeu a chance de democratizar o acesso à comunicação e à informação, fortalecendo o exercício democrático, a partir da adoção de novas tecnologias. Como em outros momentos da história da radiodifusão nacional, também nas decisões sobre a distribuição dos *kits* prevaleceram os interesses dos empresários do setor: em 2016, após pressões de integrantes do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired), composto por representantes do governo federal e do empresariado, foi aprovada uma resolução que delimitou a obrigatoriedade de instalação do Ginga apenas em conversores destinados a beneficiários do Bolsa Família residentes nos mil maiores municípios nos quais os aparelhos seriam distribuídos.

Durante a definição do processo de distribuição dos *kits*, o Gired já havia determinado que os conversores destinados aos beneficiários do programa não viriam com *modem* para acesso à Internet instalado. Com isso, como salienta Stanley Cunha Teixeira, “as famílias ficaram privadas do canal de retorno por meio do qual informações geradas pelos telespectadores voltam para as emissoras e permitem interagir com o conteúdo de forma plena” (2018, p. 112-113).

Sobre os *set-top boxes* distribuídos pelo Governo Federal, Teixeira ressalta ainda que

antes os aparelhos possuíam dois sintonizadores, sendo um para assistir e outro para gravar, mas agora há apenas um sintonizador para assistir, eliminando a possibilidade de realizar qualquer gravação. Além disso, a memória interna varia de irrisórios 2 a 4 gigabytes. No fim das contas, os beneficiários do Cadastro Único receberam um aparelho que praticamente só oferece a imagem em alta definição. Como a maioria ainda usa a TV de tubo, incapaz de exibir a imagem *FullHD* que chega aos receptores, pode-se dizer que este público recebeu praticamente nada, apenas o mínimo para não ficar sem a mesma TV de sempre quando o sinal analógico for desligado.

Os radiodifusores também foram beneficiados com itens previstos no Decreto nº 5.820. Seu artigo 7º, por exemplo, estabelece que para cada canal outorgado às concessionárias e

³⁴ A Seja Digital é uma entidade administrativa, não-governamental e sem fins lucrativos criada pela Anatel para operacionalizar a migração do sinal analógico para o digital nos canais abertos de TV.

autorizadas de serviço de radiodifusão de sons e imagens será consignado “canal de radiofrequência com largura de banda de seis *megahertz*, a fim de permitir a transição para a tecnologia digital sem interrupção da transmissão de sinais analógicos” (BRASIL, 2006, p. 1). Assim, até o final do período de transição essas empresas poderão explorar as duas frequências, devendo, ao final do processo, devolver os canais analógicos à União.

Com relação ao prazo de transição, inicialmente o mesmo estava previsto para 10 anos contados a partir da data de publicação do decreto que instituiu o SBTVD-T, ou seja, para junho de 2016. No entanto, o Decreto nº 8.061/2013 estabeleceu nova data de encerramento: dia 31 de dezembro de 2018. Outra mudança foi feita a partir do Decreto nº 8.753, de 2016, que determina que “o Ministério das Comunicações estabelecerá cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T” (BRASIL, 2016). A previsão atual é de que o processo de desligamento do sistema analógico seja concluído em 31 de dezembro de 2023³⁵.

O Decreto nº 5.820/2006 também estabelece que o Ministério das Comunicações consigne, aos municípios contemplados no Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD)³⁶ e nos limites nele estabelecidos, “pelo menos quatro canais digitais de radiofrequência com largura de banda de seis *megahertz* cada para a exploração direta pela União Federal” (BRASIL, 2006, p. 3).

Destaca-se também o artigo 13, que estabelece que a União poderá explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, para transmissão de (I) canal do Poder Executivo, voltado à transmissão de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do referido poder; (II) Canal de Educação, para transmissões destinadas ao aprimoramento do ensino à distância de alunos e capacitação de docentes; (III) Canal de Cultura, voltado às produções culturais e programas regionais; e (IV) Canal de Cidadania, para transmissão de programações das comunidades locais e divulgação de atividades dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

É importante tecer algumas considerações sobre o chamado Canal de Cidadania, o qual possibilita o ingresso de novos atores no cenário da radiodifusão nacional. De acordo com sua

³⁵ De acordo com dados divulgados em matéria do *site* da Abert sobre a conclusão da primeira fase de desligamento do sinal analógico, que se deu em janeiro de 2019, 1.378 cidades já contavam, exclusivamente, com o sinal digital de TV. Outras 4,2 mil devem ter a transição concluída até 2023. *Link:* <https://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/26533-concluida-a-primeira-fase-da-digitalizacao-da-tv-no-brasil>.

³⁶ O Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD), elaborado pela Anatel, consiste em uma relação de canais digitais atribuídos para serviços de radiodifusão de sons e imagens (TV) e de retransmissão de televisão (RTV), no âmbito do sistema digital brasileiro.

Norma Regulamentar, estabelecida pela Portaria nº 489/2012, por meio do recurso da multiprogramação, o Canal será dividido em quatro faixas: uma para a veiculação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Público municipal; uma para a veiculação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Público estadual; e duas destinadas à veiculação de programas produzidos pela comunidade do município ou que tratem de questões relativas à realidade local. A programação destas duas últimas faixas deve ficar à cargo de associações comunitárias, a serem escolhidas pelo MCTIC a partir da publicação de avisos de habilitação.

Cabe ressaltar que a legislação brasileira restringe o uso do recurso da multiprogramação aos canais consignados a órgãos e entidades integrantes dos poderes da União e aos Canais de Cidadania. Uma exceção foi concedida à TV Cultura, em 2009. Em fevereiro, a emissora contrariou as normas e colocou dois canais digitais no ar, mas foi obrigada a retirá-los. Em agosto daquele ano, porém, recebeu autorização do Minicom para realizar a multiprogramação em caráter científico e experimental. Atualmente, além do canal principal, a emissora paulista mantém o Multicultura³⁷, que exhibe conteúdos inéditos, conteúdos educativos produzidos pela emissora e por instituições e outros canais de ensino brasileiros, e programas de seu acervo.

Além da multiprogramação, da melhoria na qualidade da imagem e do som recebidos, da portabilidade e da mobilidade, a interatividade constitui uma das principais vantagens da TV Digital, especialmente ao considerarmos as possibilidades de democratização do acesso à informação e à comunicação e seus impactos em termos de inclusão social e digital. Ponto central deste trabalho, tecer-se-ão, a seguir, algumas considerações sobre este recurso e serão apresentadas três iniciativas que buscam explorar seu caráter inclusivo e emancipatório.

4.2.2 Interatividade na TV Digital e potencialidades de inclusão

Montez e Becker (2005, p. 32), retomando Frago (2001), salientam que interatividade é uma palavra recente no vocabulário português, tendo sido cunhada na década de 60 a partir do neologismo inglês *interactivity*. Como explicam os autores, à época o termo era usado por pesquisadores da informática em função de melhorias na qualidade da relação usuário-máquina a partir da incorporação de dispositivos como o *mouse* e o monitor de vídeo, unidades de entrada e saída dos sistemas computacionais.

³⁷ <http://multicultura.com.br/>

Essa evolução também foi acompanhada pelos sistemas operacionais, que passaram a ser multitarefa e a permitir o uso simultâneo do computador por vários usuários: “(...) o avanço tecnológico foi percebido através de uma melhor interação do usuário com os sistemas, e uma consequente obtenção de tempos de respostas dos comandos dos usuários quase imediatos” (MONTEZ; BECKER, 2005, p. 33).

Os autores também ressaltam a popularização dos jogos eletrônicos, que representam uma extensão das possibilidades interativas a outras máquinas, ao incentivar e demandar ações dos usuários, uma vez que dessas depende o andamento do jogo.

No que diz respeito à interatividade na televisão digital, Valdecir Becker (2013, p. 3) resalta que, apesar de uma falta de consenso sobre o conceito entre autores que abordam o tema, “a maioria das definições aponta para a transmissão de software junto à programação audiovisual visando melhorar a comunicação entre emissor e receptor da mensagem”.

Interatividade pode ser definida como o grau em que uma tecnologia da comunicação pode criar um ambiente mediado em que os participantes podem comunicar (um para um, um para muitos, muitos para muitos), ambos síncronos, assíncronos, e participar em trocas recíprocas de mensagens (dependência de terceira ordem). Considerando o uso humano, ela se refere adicionalmente a sua habilidade de perceber experiências como uma simulação de comunicação interpessoal e melhorar sua percepção de telepresença (KIOUSIS, 2002 *apud* BECKER, 2013, p. 3).

Como salienta Becker (2013) ao recorrer a diversos pesquisadores, a televisão sempre foi interativa. Neste sentido, podemos ressaltar, por exemplo, o envio de mensagens dos telespectadores às emissoras via telefone, cartas e *e-mails*; a absorção das mensagens recebidas via TV, tomadas em discussões e conversas cotidianas; e até mesmo o uso do controle remoto.

No entanto, as formas de interatividade acima elencadas não podem ser consideradas plenas, uma vez que a televisão analógica não possibilita a comunicação do telespectador com o emissor das mensagens. Como referido anteriormente, no caso do sistema analógico, esse processo só é possível por meio do uso de outros dispositivos, tais como telefone ou computador. Com a TV Digital, por sua vez, o paradigma da unidirecionalidade pode ser quebrado, e o processo comunicativo tornar-se bidirecional, dialógico e efetivamente interativo.

No caso específico da televisão digital é preciso existir canal de retorno com interatividade para ocorrer a comunicação bidirecional também no *broadcasting*. Para alguns autores, como Marshall (2004), a interatividade é a principal característica da passagem do mundo analógico para o digital. Eu concordo com o autor britânico, pois aí reside o caráter potencialmente revolucionário das tecnologias – independente do tipo de plataformas onde

circulem ou aonde sejam acessadas: a interatividade digital (CASTRO, 2011, p. 25 *apud* BEGHINI, 2014, p. 35).

Logo, para que a interatividade seja plena é necessário haver não somente um canal de descida, que “estabelece a comunicação das emissoras para os usuários” (CPqD, 2006a *apud* FIGUEIREDO, 2009, p. 87), mas também um canal de retorno, o qual pode ser “compreendido por qualquer tecnologia de redes de acesso que estabeleça a comunicação no sentido dos usuários para as emissoras. O canal de retorno pode ser constituído pelas redes de telefonia fixa e celular, via internet, redes de acesso sem fio como Wi-Fi ou Wlan entre outras” (*ibidem*).

Com a TV digital, portanto, o processo de interação homem-máquina atinge níveis mais complexos, possibilitando, por exemplo, a participação dos telespectadores em enquetes, compras virtuais, solicitação de serviços como previsão do tempo e condições do tráfego, e até mesmo a colaboração com a produção informativa por meio do envio de vídeos, pautas e sugestões.

No que tange a esta última possibilidade, vale destacar seu potencial de fortalecimento do exercício democrático. Em artigo sobre a interatividade na TV digital, Ariane Pereira (2010, p. 174) elenca a educomunicação como vertente teórica que pode amparar a proposta “interativa”. Prática voltada à promoção da cidadania a partir de iniciativas que potencializam a capacidade de expressão dos indivíduos e o direito à comunicação, a educomunicação tem, dentre outros objetivos, a transformação do receptor em produtor de conteúdo midiático e o estímulo para que sujeitos e grupos se tornem protagonistas dos processos comunicativos (PEREIRA, 2010, p. 174).

Diante deste cenário de estímulo à democratização da informação e comunicação, os profissionais do setor também assumem um papel importante e podem agir como potencializadores do exercício democrático, uma vez que

(...) quando os meios de comunicação e os telejornais “permitem” que os telespectadores participem do processo de pauta dá-se a oportunidade de que eles exerçam sua cidadania ao ter o assunto por ele “agendado” abordado no telejornal aproveitando a visão dele (e não somente a dele, senão os outros cidadãos seriam excluídos do processo), ao “noticiar” um assunto de interesse do público possibilita-se que mudanças e transformações ocorram no cotidiano de determinado grupo ou comunidade (PEREIRA, 2010, p. 175).

Como já ressaltado anteriormente, em função de suas propostas comunicacionais, as emissoras do campo público possuem papel fundamental neste processo de fortalecimento do exercício democrático e de inserção de cidadãos e cidadãs no debate de temáticas de interesse

social, possibilidades que se ampliam ao considerarmos os referidos potenciais da interatividade na TV digital.

A título de exemplo, os veículos do campo público podem se valer da interatividade para fornecer aplicações referentes a serviços públicos, tais como saúde, benefícios sociais, educação, direitos da pessoa idosa e das pessoas com deficiência. Estes aplicativos podem conter informações sobre como acessar os referidos serviços; endereço, telefone e/ou canal de retorno para envio de mensagens aos órgãos públicos responsáveis pela administração destes setores; possibilidade de consulta sobre escolas, creches, hospitais e postos de saúde mais próximos ao usuário a partir do fornecimento de informações como endereço e/ou Código de Endereçamento Postal (CEP); dentre outros.

A TV digital interativa também pode ser utilizada para democratização do acesso ao ensino, a partir da disponibilização de informações sobre a educação básica e superior; também sobre iniciativas estaduais, regionais e locais - tanto do poder público como de entidades socioassistenciais não governamentais - de formação dos cidadãos e cidadãs, como cursos gratuitos de formação técnica e profissional e ensino preparatório para vestibular e concursos. Vídeos de educação a distância, documentários, jogos e *quizzes* também podem ser ferramentas de apoio e incentivo ao aprendizado.

A criação de oportunidades também pode se dar por meio da sincronização de bancos de dados das agências de empregos com a TV digital interativa, possibilitando consulta às vagas disponíveis e até mesmo cadastro de currículo.

A interatividade também pode ser usada para fortalecer a participação cidadã no que diz respeito a decisões que interferem no exercício de direitos, potencial que se destaca no caso das emissoras legislativas. Por meio de enquetes, pode-se aferir a opinião da população sobre um projeto de lei em votação; sobre determinada política pública em construção; acerca de setores que consideram prioritários à destinação de verbas; sobre melhorias necessárias em serviços como transporte, saúde, educação e cultura. Da mesma forma, o canal de retorno pode manter-se sempre aberto, com acesso aos diferentes setores da administração pública, de forma que sugestões, críticas, demandas e denúncias possam ser enviadas pelos cidadãos e cidadãs.

Às considerações feitas, somam-se três exemplos que serão abordados a seguir e reiteram a importância da TV digital interativa no fortalecimento do exercício democrático. Um ponto comum aos três é que os mesmos têm instituições públicas de ensino superior e pesquisa como base de seus desenvolvimentos, um dos aspectos defendidos nesta dissertação. Essa cooperação traz inúmeros benefícios, que, como será possível observar, não se restringem às

instituições e às emissoras, mas estendem-se à população e reforçam a importância da educação para o desenvolvimento e a criação de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Antes de adentrarmos nos exemplos propriamente ditos, cabem aqui duas considerações. A primeira é sobre a usabilidade, característica que “diz respeito à máxima eficiência de uso de um determinado produto em seu contexto” (MÉDOLA; TEIXEIRA, 2007, p. 4). No que tange à interatividade, pode ser definida como “a capacidade do *software* em permitir que o usuário alcance suas metas de interação com o sistema” (SCAPIN, 1993 *apud* MÉDOLA; TEIXEIRA, 2007, p. 4).

A construção de uma interface interativa, portanto, deve levar em consideração fatores que facilitem a navegação pelos usuários, principalmente ao considerarmos a realidade brasileira, marcada pela desigualdade de acesso ao ensino e níveis ainda críticos de analfabetismo³⁸. Neste cenário, como veremos a partir dos exemplos que se seguem, o uso do controle remoto pode ser um facilitador. A utilização de suas teclas para navegação e a associação das mesmas a determinado comando facilitam o uso das aplicações interativas, em especial ao contribuir para a memorização.

Em segundo lugar, há de se ressaltar que as limitações impostas pela ausência de *modem* e/ou do Ginga em conversores distribuídos pelo Governo Federal, não devem ser um fator desmotivador para a disponibilização de serviços interativos. Como já ressaltado, o Ginga possibilita o recebimento de aplicações interativas mesmo que o aparelho de TV não esteja conectado à Internet. Ainda que não se dê de forma plena, uma vez que não há canal de retorno, o acesso a estas aplicações, por si só, já pode potencializar o exercício da cidadania e contribuir para a autonomia dos cidadãos e cidadãs.

Além disso, como veremos a seguir, a experiência comunitária é um fator agregador e pode contribuir para a multiplicação do acesso a estes recursos entre aqueles que não o tiverem.

A) Projeto Brasil 4D

Uma das primeiras iniciativas de interatividade do campo público de televisão, o Projeto Brasil 4D (Desenvolvimento, Democracia, Diversidade e Digital) foi desenvolvido pela Empresa Brasil de Comunicação em parceria com instituições de ensino superior, poder público e empresas. Em estudo sobre o impacto socioeconômico de sua primeira etapa, realizada em

³⁸ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2018 estima que 6,8% dos brasileiros com 15 anos ou mais são analfabetos, o que corresponde 11,3 milhões de pessoas. A PNAD Contínua é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

João Pessoa, na Paraíba, o então diretor presidente da EBC, Nelson Breve, destaca que o projeto foi “concebido para demonstrar, em campo, a eficácia da interatividade na TV Digital como instrumento de promoção da cidadania, que permite levar à população mais carente informações sobre direitos e acesso a políticas públicas de um modo mais acessível e compreensível” (ABDALLA; CHIANCA; CASTILLEJO, 2013, p. 11).

O projeto entrou em funcionamento em janeiro de 2013, possibilitando a 97 famílias dos bairros Cristo Redentor, Gramame/Colinas do Sul e Mandacaru, na capital paraibana, o usufruto de ferramentas da TV Digital interativa. Seleccionadas entre beneficiários do Bolsa Família, elas receberam e tiveram instaladas em suas casas as antenas e os conversores necessários para recebimento do sinal digital.

No projeto foram testadas as transmissões em alta definição (HD) e na definição *standard* (SD), a multiprogramação, a qualidade do sinal e o uso de conteúdos interativos. A partir do canal 61 e de seus segmentos, foram disponibilizadas às famílias escolhidas as programações da TV Brasil (61.1) e da TV Câmara (61.2). O segmento 61.3 foi utilizado para disponibilização de serviços interativos e o segmento 61.3SEG para recepção móvel e sem acesso ao conteúdo interativo.

Os conteúdos digitais interativos dividiram-se em quatro temáticas:

- 1) trabalho, composto por três programas-piloto desenvolvidos em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e relacionados à obtenção e posse de documentos; consulta a oportunidades de emprego; informações sobre programas de qualificação profissional; e *quizzes* relacionados às referidas temáticas. Os dados sobre oferta de emprego e cursos eram atualizados via *streaming*;
- 2) saúde, constituído por episódios produzidos pela Universidade Católica de Brasília, abordando os temas Saúde em Família, Farmácia Popular, Aleitamento Materno e Vacinação;
- 3) benefícios, com disponibilização de vídeos interativos, produzidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), acerca de benefícios do Governo Federal, tais como o Bolsa Família e o Cadastro Único.
- 4) finanças, com curso interativo de educação financeira oferecido pelo Banco do Brasil.

Em estudo conduzido com apoio do Banco Mundial, foi medido o impacto socioeconômico do projeto entre as famílias paraibanas beneficiadas. A partir da aplicação de questionários estruturados, foram colhidos dados sobre as características dos domicílios -

número de banheiros, dormitórios e aparelhos de televisão; presença ou ausência de energia elétrica, tratamento de esgoto, água encanada e eletrodomésticos, etc. –, dos entrevistados – gênero, faixa etária, grau de escolaridade, ocupação, etc. – e estatísticas dos resultados efetivos da utilização dos serviços interativos na vida das famílias.

Estes últimos mostraram que os principais recursos utilizados pelos entrevistados foram os relativos aos benefícios sociais (73%) e o de empregos e cursos (65%). No que diz respeito à facilidade de uso, o aplicativo de cursos e empregos foi o que obteve os melhores indicadores, alcançando o índice de 81% de classificações como muito fácil e fácil pelos moradores ouvidos na pesquisa.

O aplicativo de empregos e cursos também obteve os melhores resultados no que tange aos benefícios percebidos pelos usuários do Brasil 4D. De acordo com o relatório, no que diz respeito à busca por qualificação, todos os entrevistados afirmaram que o aplicativo ajudou muito.

Em relação à busca por empregos, 89% declararam que o aplicativo ajudou bastante ou muito. Quanto a tirar documentos, 83% perceberam que o aplicativo contribuiu bastante ou muito. Em terceiro lugar, ficou o aplicativo sobre a saúde, com 82% dos entrevistados declarando que ele contribuiu bastante ou muito. Seguindo o mesmo critério, o de direitos e deveres sociais ficou em quarto lugar, com 71% dos entrevistados declarando que ajudou bastante ou muito (ABDALLA; CHIANCA; CASTILLEJO, 2013, p. 103).

Com relação aos benefícios econômicos, destaca-se a redução de despesas na obtenção de informações, indicada por 64% dos entrevistados, e o aumento da renda familiar, ressaltado por 2% dos participantes ouvidos. É válido notar que a referida melhora de renda foi resultado da conquista de emprego a partir de consulta no aplicativo disponibilizado pelo Brasil 4D.

Cabe ressaltar, ainda, a multiplicação das informações e do aprendizado a partir do compartilhamento dos conteúdos pelas famílias beneficiadas com os vizinhos. Como apontado no relatório, retoma-se, neste cenário, a noção de “televizinho”, comum à época da primeira fase da TV no Brasil, quando aqueles que não tinham o aparelho reuniam-se na casa de vizinhos para acompanhar a programação. Nesta nova fase, tem-se, então, o que o documento aponta como “televizinhos digitais”.

A figura do “televizinho digital” também foi observada durante a segunda etapa do Brasil 4D, realizada em Brasília em 2014. Na ocasião, foram selecionadas 300 famílias de baixa renda atendidas pelos programas Bolsa Família e DF sem Miséria, moradoras das regiões de

Ceilândia e Samambaia. Assim como em João Pessoa, os sorteados tiveram uma antena e o conversor instalados em suas residências, além de capacitação para uso do sistema.

Os conteúdos digitais interativos oferecidos para as famílias do Distrito Federal versaram sobre os temas (a) Assistência Social, com informações sobre o CadÚnico, o Bolsa Família e endereços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); (b) Mulher, com informações sobre a Lei Maria da Penha e os tipos de violência contra a mulher, bem como endereços e contatos de órgãos de segurança pública e outros programas relacionados ao tema; (c) Saúde, com informações sobre o Programa Saúde da Família, serviços oferecidos, endereços das clínicas e dos postos de saúde mais próximos e calendário de atendimentos da Carreta da Mulher nas Regiões Administrativas; e (d) Trabalho, com dados sobre oferta de empregos, atualizados diariamente, e endereços das Agências do Trabalhador.

Também foram disponibilizadas aplicações desenvolvidas pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil, acerca de políticas públicas geridas pelas duas instituições. O menu principal do Brasil 4D contemplou, ainda, o módulo “Outros”, destinado ao armazenamento de vídeos, créditos e outros assuntos gerais.

Para orientar e estimular o acesso e uso da aplicação, estas foram associadas a conteúdos audiovisuais em linguagem televisiva, estruturados em três gêneros e formatos distintos: episódios dramaturgicamente ficcionais ancorados por um típico núcleo familiar que expressa a composição do público alvo, denominada “família 4D”; vídeos tutoriais ancorados por dois apresentadores; e depoimentos (IASBECH *et al*, 2014, p. 3).

Tal como na primeira etapa, a navegação pela interface interativa foi feita por meio do controle remoto, a partir do uso das setas e dos botões coloridos, sendo cada um destes últimos destinados a ações permanentes, a saber: vermelho para retorno imediato ao Menu Principal; verde para retorno à tela anterior; amarela para ativar locução e azul para acessar ajuda (vide FIGURA 1).

Ao entrar na interface principal do Brasil 4D Brasília, o cidadão ou cidadã tem acesso a um vídeo de dois minutos, destacando alguns dos temas de serviços. Em cada módulo é apresentada a relação de serviços relativos ao respectivo tema, com vídeo tutorial acerca dos conteúdos e mecanismos de interatividade disponibilizados.

Uma matéria da Agência Brasil, de março de 2014 (AGÊNCIA BRASIL, 2014), fala na disponibilização do Brasil 4D para famílias de Paranoá, região administrativa do DF, que adquiriram imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida. De acordo com a notícia, a tecnologia foi destinada a 224 apartamentos adquiridos por famílias com renda de até R\$1,6

mil e com a finalização do conjunto habitacional as outras residências também seriam contempladas com o projeto.

Figura 1 - Interface interativa do módulo Mulher do Projeto Brasil4D – Brasília



Fonte: EBC, 2020.

A matéria também ressalta a estimativa de que até o final daquele ano 30 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida fossem beneficiadas com o Brasil 4D em Brasília. Destaca, ainda, a realização de testes do programa em São Paulo, a serem realizados nos meses de abril e maio de 2014. No entanto, não foram encontradas informações acerca destas iniciativas.

Ao pesquisar sobre o projeto no *site* da EBC, o internauta é encaminhado para uma página contendo apenas matérias relacionadas ao mesmo. Um dos últimos conteúdos disponibilizados sobre o Brasil 4D data de fevereiro de 2015³⁹. Ao final deste é disponibilizado *link* para o *site* do programa, mas ao clicar o usuário é encaminhado para uma “página não encontrada”.

A autora efetuou, ainda, outras buscas em mecanismos da *Web*, procurando informações também em *sites* de instituições e poderes públicos parceiros do Brasil 4D, mas não foram encontradas informações atuais sobre a iniciativa. Com base na data do último conteúdo encontrado no *site* da EBC, infere-se que, com as mudanças ocorridas na gerência da Empresa após o *impeachment* de Dilma Rousseff, o programa não tenha sido levado adiante.

³⁹ <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/02/tv-interativa-do-brasil-4d-usuarios-destacam-beneficios-socioeconomicos>

B) “Explorando ConsCiências”

Desenvolvido no âmbito do Laboratório de Mídia Digital (LMD) da Facom – UFJF, o programa “Explorando ConsCiências” estava dentre os conteúdos interativos previstos para serem exibidos pela JFTV Câmara. A produção se deu em parceria com o Laboratório de Aplicações e Inovação em Computação (LApIC), também da UFJF.

O “Explorando ConsCiências” foi criado com base em proposta desenvolvida pelo pesquisador do LMD, Stanley Cunha Teixeira, em seu trabalho de conclusão da especialização em Cinema, TV e Mídias Digitais, na UFJF, em 2009. Em sua tese de doutorado, Teixeira (2018, p. 139) explica que a proposta do então denominado “Como eles conseguiram?” era fazer uso de recursos de interatividade do SBTVD-T para promover a divulgação de grandes descobertas científicas do passado que mudaram os rumos da humanidade. Ao fazer uso dos recursos interativos, uma das propostas era estimular o telespectador a se envolver, de forma ativa, na construção de seu próprio conhecimento.

Ao ingressar no LMD, em 2011, o pesquisador já vinha produzindo o conteúdo em parceria com uma produtora local e o nome do mesmo já havia sido alterado, com fins de abarcar temáticas que não somente aquelas diretamente ligadas à ciência. A proposta foi incorporada e passou a ser discutida no âmbito do grupo de pesquisa.

Em 2013, pesquisadores do LMD e do LApIC decidiram participar do Ginga BR Labs, edital do então Ministério das Comunicações que propunha a entrega de um laboratório completo de pesquisa e fomento do Ginga a emissoras públicas nacionais. Como a UFJF não possui emissora de TV, quesito exigido para participação do processo, buscou-se parceria com a TV Assembleia, para a qual foi apresentada a proposta do “Explorando ConsCiências”.

Ainda em 2013 a TV Assembleia foi selecionada e recebeu um dos laboratórios, “que inicialmente foi instalado nas dependências da Facom, quando então os trabalhos em torno do programa ganharam impulso” (TEIXEIRA, 2018, p.140). Com fins de adequá-lo à linha editorial da emissora, decidiu-se por abordar temas ligados à história de Minas Gerais, com foco em descobertas sobre o passado das cidades mineiras.

Porém, como ressalta Teixeira (*ibidem*, p.181), assim que foram entregues os produtos previstos no edital do Ginga BR Labs, a TV Assembleia decidiu montar uma equipe interna de trabalho e os equipamentos foram transferidos para a sede da emissora em Belo Horizonte. Para prosseguir com as pesquisas o LMD precisou aguardar a liberação de verbas pelo Finep, montante aprovado em 2011, mas que só começou a ser liberado em 2014 e acabou de ser repassado em 2018.

Além de um programa piloto, já foram produzidos quatro episódios do “Explorando ConsCiências”, dos quais três foram feitos com apoio do laboratório do Ginga BR Labs. Em cada um deles há um personagem principal, um explorador interpretado por Teixeira. A proposta é que a cada episódio, a ser exibido nos intervalos da programação, este personagem visite lugares historicamente relevantes e investigue realizações que os tenham colocado em evidência nos cenários estadual, nacional e/ou internacional.

Em função de dificuldades de deslocamento, os quatro episódios já produzidos foram feitos em Juiz de Fora e exploram as histórias da Usina de Marmelos, a primeira hidrelétrica da América do Sul; da estrada União e Indústria, a primeira pavimentada da América Latina; do Cristo Redentor, primeira imagem de Cristo no alto de uma cidade a ser instalada no Brasil; e do Banco do Credireal, o segundo banco a ser aberto no país.

Os conteúdos possuem duração fixa de dois minutos, sendo 30 segundos voltados às vinhetas final e inicial, com 15 segundos cada. Durante os 1’30”, são apresentadas as informações mais relevantes sobre os locais visitados, de forma que os conteúdos interativos constituem um complemento àquelas. Para tanto, o texto principal segue a lógica do modelo jornalístico da pirâmide invertida, com resposta às perguntas “o quê, quem, quando, onde, como e por quê?”.

Figura 2 - Menu da pilha de *links* do “Explorando ConsCiências”



Fonte: LMD/Facom in Teixeira, 2018, p.146

Em cada episódio são apresentados sete *links* - número que pode variar a partir da quantidade de materiais e dados levantados -, exibidos em *pop-ups* no rodapé da tela e nos quais

são disponibilizados textos curtos com informações adicionais. Para acionamento destes últimos, são utilizadas pequenas lupas coloridas, que vão surgindo na tela à medida que a história avança. Cada lupa contém uma das quatro cores dos botões do controle remoto e aparecem sobre objetos específicos na tela, acompanhadas de um sinal sonoro. Ao clicar no botão correspondente, os *pop-ups* são acionados. Após aparecer no monitor, cada lupa desliza até o canto inferior esquerdo da tela, onde fica o menu com uma pilha de *links* (FIGURA 2).

Quando o empilhamento no menu atinge o número máximo de quatro *links*, cada nova lupa que entra no topo da pilha empurra para fora uma lupa de mesma cor na base. Neste momento o botão colorido fica associado ao novo *link* e perde a conexão com aquele que foi descartado. Este recurso dá ao telespectador quatro vezes mais tempo para terminar de explorar um *link* qualquer e escolher outro de seu interesse. Enquanto o *pop-up* do *link* permanece aberto, as lupas não são exibidas e apenas a marcação sonora indica que novos *links* estão surgindo e sendo guardados na pilha. Ao sair do *pop-up*, as lupas e a pilha voltam a aparecer (TEIXEIRA, 2018, p. 146-147).

Como explica Teixeira, dado o tempo curto de duração de cada conteúdo, não é possível ao telespectador acessar todos os *links* em uma única vez. Assim, a cada vez que o episódio for exibido o usuário poderá acessar *links* diferentes. Além disso, as informações também são disponibilizadas para acesso via segunda tela⁴⁰, por meio de um aplicativo a ser instalado nos dispositivos móveis. “Enquanto a narrativa avança no televisor, um pergaminho com um infográfico em forma de mapa vai sendo construído simultaneamente na tela do dispositivo” (*ibidem*, p. 147). Pelo infográfico podem ser acionadas informações complementares, tal como fotos, vídeos, entrevistas, enquetes e jogos.

Com fins de inclusão das famílias de baixa renda, para as quais o uso da segunda tela pode não ser uma opção viável, tendo em vista que muitas delas não têm condições de comprar dispositivos móveis e/ou pagar por planos de Internet, foi desenvolvida, ainda, a opção de redimensionamento do fluxo de vídeo, possibilitando que o mapa apareça na tela da TV.

Teixeira ressalta que a veiculação do programa pela JFTV Câmara é de grande relevância para os pesquisadores da UFJF e também para a emissora, tendo em vista a ausência de iniciativas regulares de interatividade em canais públicos e privados de TV. O autor complementa: “todo o *know-how* obtido a partir do ‘Explorando ConsCiências’ terá um canal de escoamento para ajudar os pesquisadores na segunda fase dos trabalhos, que envolve a

⁴⁰ Refere-se à utilização de outros dispositivos - tais como *smartphones* e/ou *tablets* - para acessar informações complementares ao mesmo tempo em que se assiste à programação da TV.

transferência das tecnologias desenvolvidas para adicionar interatividade em todos os programas da TV Câmara”.

C) “Sua Saúde”

Também desenvolvido no âmbito do Laboratório de Mídia Digital, o projeto “Sua Saúde” integra a pesquisa de mestrado do jornalista Ricardo Beghini, concluída em 2014. A iniciativa é composta de quatro peças audiovisuais desenvolvidas para a televisão digital interativa, com informações e serviços sobre os seguintes temas: Dengue, Consulta Pública, Marcação de Consultas e Programa Saúde da Família (PSF).

Um dos diferenciais em relação ao “Explorando Consciências” é a utilização do canal de retorno, que possibilita ao usuário enviar informações à emissora. O recurso está disponível em todos os protótipos desenvolvidos, em mecanismos como o fornecimento do CEP para localização do posto de saúde mais próximo à residência do telespectador e em Consulta Pública sobre o Programa Mais Médicos.

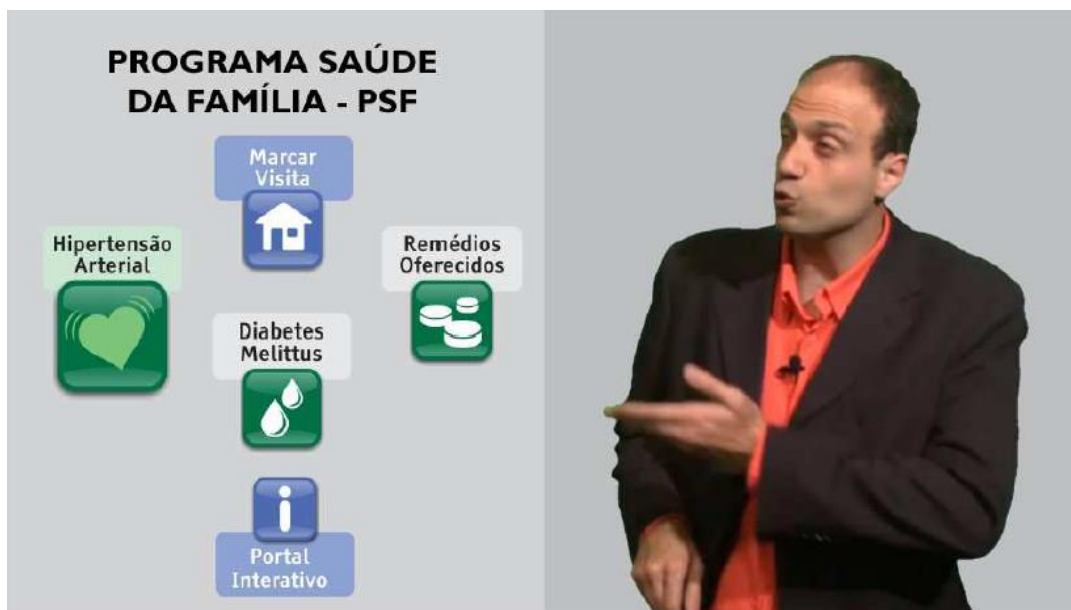
A produção das peças foi precedida de pesquisa realizada com usuários do Sistema Único da Saúde (SUS), em setembro de 2013, no Laboratório Central (Lacen) do SUS, em Juiz de Fora. O levantamento contempla informações socioeconômicas – idade, gênero, escolaridade, renda, etc. – e hábitos de uso da televisão.

Dentre outros resultados, 49,9% dos entrevistados declararam possuir ensino fundamental incompleto e 38,8% afirmaram ter renda mensal de um a dois salários mínimos⁴¹. No que diz respeito ao acesso a informações sobre saúde, 72,2% disseram obtê-las pela televisão, cujo “consumo” se dá, para mais 92% dos entrevistados, em casa. Cabe ressaltar que apenas 3,7% dos usuários do SUS ouvidos por Beghini disseram se informar sobre o tema via Internet.

As peças interativas foram desenvolvidas levando-se em conta características do padrão televisivo e características da linguagem jornalística, tais como clareza e simplicidade. Para tornar o acesso mais democrático, atendendo aos “aspectos cognitivos de novas e velhas gerações de usuários, optou-se por utilizar botões com símbolos que remetem à informação ou serviço correspondentes” (BEGHINI, 2014, p. 97). Os botões são acompanhados por textos, e a navegação é feita via controle remoto.

⁴¹ À época da pesquisa o salário mínimo era de R\$724.

Figura 3: Interface interativa do módulo Programa Saúde da Família



Fonte: BEGHINI, 2014, p.109

Com fins de auxiliar no processo de navegação, também foram estabelecidos padrões de cores, sendo usado o verde para símbolos e fundos relacionados ao fornecimento de mais informações sobre o conteúdo, e o azul para serviços que necessitam de envio de informações pelos usuários.

Assim como o “Explorando ConsCiências”, as peças do “Sua Saúde” foram desenvolvidas para serem exibidas nos intervalos de programação. Com duração de até um minuto, também não fornecem tempo hábil para que o usuário navegue por todos os conteúdos, mas propõem a criação de um Portal Interativo, que poderá ser acessado pelo usuário mesmo após o fim da exibição das peças principais.

No protótipo sobre a dengue (FIGURA 3), o telespectador pode navegar por até oito telas, das quais seis contêm informações sobre o *Aedes aegypti*, os sintomas da doença, números da epidemia, tratamento, combate ao mosquito e Central da Dengue. As outras duas opções contemplam a já citada consulta sobre o posto de saúde mais próximo à casa do usuário e o acesso ao Portal Interativo do “Sua Saúde”.

Na peça Consulta Pública, os telespectadores são convidados a responder se são favoráveis ou contrários ao Programa Mais Médicos, do Governo Federal. Antes de registrar sua resposta, o usuário pode consultar mais informações sobre o tema, acessadas por meio da opção “O que é”. Ressalta-se que a mesma é colocada à esquerda da tela, “mais próxima do centro ótico, induzindo o usuário a pesquisar a temática” (*ibidem*, p. 104).

O “Sua Saúde” também contempla um sistema de pré-agendamento de consultas⁴². Após escolher a especialidade desejada entre as disponibilizadas na tela, o cidadão ou cidadã deve fornecer o número de seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou de seu cartão do SUS e sua senha de acesso. Como explica Beghini (2014, p. 107), o uso da senha serve para evitar o uso indevido da interatividade, com pessoas marcando consultas por outras, bem como para coibir desistências irregulares, uma vez que a mesma é bloqueada caso o usuário não compareça à consulta. A marcação exige confirmação do paciente dias antes da data marcada, potencializando compromisso do mesmo com a consulta ou remanejamento de vagas, caso ele não possa comparecer.

Por fim, desenvolveu-se a peça sobre o Programa Saúde da Família, do SUS. São oferecidos conteúdos interativos sobre Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus e Remédios oferecidos. Também compõe o protótipo um *link* de acesso ao Portal Interativo “Sua Saúde” e um *link* para marcação de visitas, por meio do qual o usuário pode agendar a ida de um profissional do PSF em sua residência. Assim como na marcação de consulta, este último recurso exige fornecimento do CPF ou do número do cartão do SUS do usuário e de sua senha de acesso. O solicitante também deve estar atento às mensagens de confirmação disponibilizadas no Portal Interativo.

Para além da interatividade, o sistema digital de televisão também garante às emissoras geridas pelos poderes o uso da multiprogramação. Uma iniciativa importante que se vale da utilização deste recurso para fortalecimento das emissoras legislativa será abordada a seguir.

4.2.3 Tecendo parcerias: Rede Legislativa de TV Digital

Em outubro de 2012, a partir do Ato da Mesa nº 52, a Câmara dos Deputados criou a Rede Legislativa de TV Digital e a Rede Legislativa de Rádio. De acordo com a medida, o objetivo é a universalização, progressiva, do acesso dos brasileiros aos sinais das emissoras da TV Câmara e da Rádio Câmara. A operação das duas redes fica a cargo da Secretaria de Comunicação Social da Casa Legislativa Federal.

De acordo com o artigo 5º do Ato, com fim de reduzir os custos de instalação e manutenção de suas redes nacionais, a Câmara “estabelecerá parcerias com as emissoras de rádio e de TV do Senado Federal, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais”

⁴² Cabe ressaltar que 55% dos entrevistados na pesquisa realizada por Beghini responderam que gostariam de poder marcar uma consulta pelo controle remoto.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p.1). O parágrafo segundo do artigo prevê a possibilidade de, nos casos em que não houver condições técnicas de formar parcerias com os referidos entes públicos, serem firmados “acordos, convênios ou outros instrumentos jurídicos com outras emissoras de direito público ou de direito privado, nos termos da legislação em vigor (...)” (*ibidem*).

No Ato da Mesa também está prevista a subcanalização dos canais consignados à Câmara dos Deputados, bem como das emissoras parceiras, para transmissão da programação plena de 24 horas de cada uma. O artigo 6º, que versa sob o canal outorgado à Câmara, prevê ainda a transmissão para dispositivos móveis e para interatividade com a população. No que diz respeito às emissoras parceiras, a medida define caber às mesmas a responsabilidade pelos conteúdos veiculados, em acordo com os termos previstos nos acordos firmados e com a legislação vigente.

Em justificativa do projeto, os proponentes ressaltam que “a criação da Rede Legislativa de TV Digital só é possível porque a tecnologia da TV digital oferece, entre as inovações, a multiprogramação. Desta forma, a Câmara dos Deputados pode ceder um espaço em seu canal de radiodifusão aos seus potenciais parceiros” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p.2).

Cabe aqui destacar que, com fins de executar e coordenar os trabalhos de implantação das duas Redes Legislativas, a Câmara dos Deputados instituiu, em setembro de 2014, o Comitê Gestor de Rádio e TV Digital (CGRTVD). Criado pela Portaria nº290, dentre outras atribuições, foi designado ao órgão o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas para as Redes Legislativas de Rádio e TV Digital; a interação com os demais entes da Administração Pública, emissoras de direito público ou privado, com fins de firmar acordos e parcerias para compartilhamento de infraestrutura e conhecimentos técnicos, e a apreciação dos planos de expansão das referidas Redes, que, elaborados pela Secom, devem ser submetidos à Presidência da Casa.

A Portaria define que o Comitê será constituído pelo presidente da Secretaria de Comunicação e por representantes de outros nove órgãos da Câmara, ligados a setores como informática; finanças, orçamento e contabilidade; estudos e debates estratégicos, dentre outros. A medida estabelece, ainda, funcionamento por prazo indeterminado do CGRTVD, que, após pouco mais de cinco anos de trabalho, foi extinto pelo Ato nº4, promulgado em novembro de 2019.

Segundo dados disponíveis em seu portal⁴³, atualizados em dezembro de 2019, a Rede Legislativa de TV Digital possui hoje 61 emissoras parceiras, estando presente em 53 municípios, dentre os quais figura Juiz de Fora. Ainda conforme as informações, a Rede encontra-se em implantação em 117 cidades e outras 364 aguardam a liberação de um canal.

O portal oferece *link* para acompanhamento do processo de solicitação de canais, para informações sobre os documentos necessários para adesão à Rede e para o Manual da Rede Legislativa de Rádio e TV Digital. Este último documento tem como objetivo orientar as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais interessadas em integrar a rede.

Além de um passo a passo das ações necessárias para solicitar entrada nas Redes Legislativas de Rádio e de TV Digital e instruções técnicas, o manual tece algumas orientações sobre as obrigações legais da operação. Sobre essas últimas, é interessante ressaltar, tendo em vista a proposta de democratização do acesso à informação, intrínseca aos veículos públicos, aquelas relativas à acessibilidade, pautadas pela Portaria nº310/2006 do, à época, Ministério das Comunicações.

A referida Portaria disciplina a acessibilidade para pessoas com deficiência nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e prevê alguns recursos de acessibilidade para televisão, dentre os quais o Manual destaca três: a áudio-descrição, a legenda oculta e a janela com interprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A primeira, conforme resalta o Manual das Redes Legislativas de Rádio e TV Digital, consiste na descrição narrativa de sons, elementos visuais e outras informações concernentes ao conteúdo que contribuam para a melhor compreensão do mesmo por pessoas com deficiência visual e intelectual. A narração é integrada ao som original do programa, com canal de áudio específico. Atualmente, a obrigatoriedade de disponibilização do recurso é de seis horas semanais e, conforme Portaria nº 188/2010 do MC, deve chegar 20 horas a partir de julho de 2020.

A legenda oculta (*closed caption*), “corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016?, p.21). A Portaria nº 310/2006 do Ministério das Comunicações previa que até 2017 o recurso deveria estar disponível na totalidade da programação dos canais de TV. No documento das Redes Legislativas também são tecidas recomendações sobre o aparelho a ser utilizado para inserção da legenda oculta pelas emissoras parceiras.

⁴³ <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/tv>

Conforme o Manual, nos termos da Portaria nº310/2006, o último recurso citado, que é a exibição de janela com intérprete de Libras, só é exigido para programas da propaganda político-partidária e eleitoral, campanhas institucionais e informativos de utilidade pública. Logo, a adoção do recurso em sua programação cabe a cada emissora, as quais, conforme ressaltado no documento, não se isentam da obrigatoriedade da legenda oculta ao aderirem a janela de Libras.

Questões relativas às obrigações legais das emissoras que compõem as Redes Legislativas de Rádio e TV Digital também constam nos acordos, convênios e/ou instrumentos jurídicos firmados para ingresso nas mesmas. No Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara Municipal de Juiz de Fora e a Câmara dos Deputados - nº 2015/143.0⁴⁴, por exemplo, define-se que os partícipes devem cumprir a legislação que regula as atividades de radiodifusão para o SBTVD, com destaque especial para a lei nº4.117/1962 (CBT), o Decreto nº52.795/63 (Regulamenta Serviços de Radiodifusão), a Portaria nº 652 do MC (relativa à consignação de canais de radiofrequência), as Resoluções nº284/2001, nº398/2005 e nº457/2007 da Anatel, e as Normas da ABNT relativas ao padrão nacional de TV Digital.

Além da já citada responsabilidade pela programação, também cabe à CMJF, conforme o Acordo, a disponibilização da torre de transmissão e a condução do sinal da emissora até a mesma; a aquisição e instalação dos equipamentos necessários à emissão dos sinais, bem como a manutenção e conservação dos mesmos; o monitoramento da qualidade dos sinais irradiados, de forma integral e ininterrupta; o custeio das despesas necessárias à manutenção da Estação Radiodifusora de TV Digital, dentre outras.

No que diz respeito à vigência do Acordo, o documento prevê duração de 60 meses contados a partir de sua data de assinatura, exigindo formalização de futura renovação do mesmo. Tendo em vista que a assinatura do Acordo entre a CMJF e a Câmara dos Deputados se deu em agosto de 2015, em breve o Legislativo de Juiz de Fora deverá realizar os procedimentos necessários à renovação, de forma a garantir que os munícipes continuem tendo acesso às programações das Casas Legislativas federais, estadual e municipal.

A despeito de experiências isoladas, como o referido exemplo de uso da multiprogramação para fortalecimento do setor legislativo de TV e do Projeto Brasil 4D, a administração pública deixou passar chances de democratização do acesso à informação e à comunicação possibilitadas com a transição do sistema analógico para o digital. Neste tangente,

⁴⁴ <https://www.camara.leg.br/internet/contratos/contrato.asp?contrato=143&ano=2015&tipo=07>

talvez a mais grave tenha sido a não elaboração de um novo marco regulatório para a radiodifusão.

Prevalecem, ainda hoje, legislações antigas e que em muitos dos casos não contemplam mudanças decorrentes das inovações tecnológicas. Alguns “remendos” trazem novas diretrizes, mas geram confusão e ineficiência, contribuindo para garantia dos monopólios existentes no país. Com fins de complementar informações já tecidas e auxiliar na compreensão do funcionamento do setor, a seguir serão feitas breves análises dos principais instrumentos regulatórios do país.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL DA RADIODIFUSÃO

A legislação brasileira é marcada por uma fragmentação e por divisões de regras voltadas aos diferentes serviços de comunicação social, dentre os quais figura a radiodifusão. Para o presente tópico, propõe-se uma breve análise de alguns pontos dos principais instrumentos jurídicos que regem o serviço de TV nacional, dentre os quais figuram o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, e a Constituição Federal de 1988. Serão tecidas, ainda, considerações sobre decretos e outros instrumentos normativos que os alteram ou regulamentam. Salienta-se que serão abordados tópicos que estejam em consonância com as propostas desta dissertação.

O primeiro marco regulatório da radiodifusão brasileira é a Lei nº4.117, de 27 de agosto de 1962⁴⁵, que instituiu o CBT. A lei enquadra como serviço de telecomunicações a “transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético” (BRASIL, 1962). Quanto aos fins aos quais se destinam, estes serviços se dividem em cinco tipos, dentre eles a radiodifusão. Esta última pode ser sonora e de televisão e volta-se à recepção direta e livre pelo público em geral.

O Decreto nº52.795, de 31 de outubro de 1963, regulamenta os serviços de radiodifusão. Em seu artigo 3º, estabelece que os mesmos tem finalidade educativa e cultural, inclusive em seus aspectos informativo e recreativos, e são considerados de interesse nacional. Dentre outros preceitos, seu artigo 28º estabelece que as concessionárias do referido serviço devem, no

⁴⁵ Cabe aqui ressaltar que, embora crie a Anatel, que fica responsável pela distribuição das faixas de radiofrequência, inclusive para o serviço de radiodifusão, a Lei Geral das Telecomunicações, de 1997, não dispõe sobre estes últimos. Logo, a radiodifusão continua gerida pelo CBT e outros instrumentos jurídicos posteriormente elaborados.

estabelecimento de sua programação, destinar no mínimo 5% do horário diário à transmissão de serviço noticioso; limitar ao máximo de 25% do tempo de veiculação diária à publicidade e reservar cinco horas semanais para transmissão de programas educacionais⁴⁶.

Na mesma linha, em seu capítulo V, voltado à Comunicação Social, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a produção e a programação das emissoras de rádio e TV devem (a)dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; (b)promover as culturas nacional e regional e estimular produção independente que objetive a divulgação das mesmas; (c)atender ao princípio da regionalização da produção cultural, artística e jornalística e (d)respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família. Ainda conforme a Carta Magna, estes princípios devem ser observados por todos os meios de comunicação social eletrônica, “independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço” (BRASIL, 1988).

A Constituição também veda qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, estabelecendo que toda manifestação de pensamento, criação, expressão e informação não sofrerão restrições. O Decreto de 1963 que regulamenta a radiodifusão também prevê que nenhuma autoridade poderá impedir ou embaraçar a liberdade destes serviços, salvo nos casos previstos em lei (art. 63). Quem o fizer estará sujeito às penalidades previstas no Código Penal (art. 169). No artigo 66 estabelece-se, ainda, que são livres as críticas e os conceitos desfavoráveis.

A legislação brasileira também apresenta medidas que visam impedir a concentração de propriedade dos veículos de radiodifusão. No § 5º de seu artigo 220, a Constituição estabelece que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, 1988). Em seu artigo 12, o Decreto Lei nº 236/1967, que complementa o CBT, limita o número de concessões ou permissões para execução de serviços de radiodifusão. No caso da televisão, cada entidade pode ter até 10 outorgas em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e duas por Estado.

Em relação à propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão, a Constituição define que a mesma é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país. Estabelece-se, ainda, que pelos menos 70% do capital destas empresas deverá pertencer, direta ou indiretamente, “a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação” (BRASIL, 1988).

⁴⁶ Salienta-se que todas estas cláusulas foram inseridas pelo Decreto nº88.067 de 1983.

Este último requisito é um dos estabelecidos pelo CBT, em redação dada pela Lei nº13.424/2017, como necessário às concessões, permissões ou autorizações para exploração dos serviços de radiodifusão. Para tanto, determina-se, ainda, que uma mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade; bem como que pessoas em gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial não podem exercer a função de diretor ou gerente destas empresas.

Estas e outras informações previstas em lei devem ser comprovadas no ato de apresentação de requerimento de outorga, a qual é de responsabilidade do Executivo Federal. No artigo 32, o CBT estabelece que os serviços de radiodifusão serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão, e devem ser por ela fiscalizados. Os prazos de exploração são de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze para os de televisão. Em sua redação original o Código previa possibilidade de renovação por períodos sucessivos e iguais desde que cumpridas, pelos concessionários, as obrigações legais e contratuais, mantida a idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público. No entanto, a Lei nº13.424/2017 retira os requisitos exigidos para a renovação.

A Constituição Federal, sem seu artigo 223º, também estabelece que a outorga e renovação da concessão, bem como a permissão e a autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de imagens, competem ao Poder Executivo. Em relação ao CBT, o texto acrescenta que para tanto deve ser observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal. A partir da CF também fica estipulado que cabe ao Congresso Nacional apreciar os atos de concessão e renovação de outorga destas emissoras (art. 49). Os prazos de exploração dos serviços previstos na Carta Magna são os mesmos estipulados na Lei 4.117/1962.

Criada com fins de simplificar os processos de renovação de outorga de rádios e emissoras de TV, a Lei nº 13.424/2017 também exclui alguns dos requisitos previstos no artigo 34 do texto original do Código Brasileiro de Telecomunicações para as novas concessões e permissões para o serviço de radiodifusão. No que tange aos referidos procedimentos, mantêm-se a publicação de edital, com 60 dias de antecedência, e convite a entidades interessadas em apresentar propostas. Também é mantida a “preferência para a concessão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades” (BRASIL, 1962).

A lei promulgada durante o governo Temer também altera a de nº5.785, de 1972, que versa sobre a prorrogação de prazos para concessões e permissões dos serviços de radiodifusão previstos no CBT. A medida de 2017 permite que emissoras de rádio e TV funcionem em

“caráter precário” caso expirem suas outorgas sem que haja decisão sobre o pedido de renovação. Ressalta-se que as concessionárias que desejarem renovar a concessão devem entrar com requerimento junto ao órgão competente durante os 12 meses anteriores ao término do prazo da licença.

A Lei nº 13.424 também altera o Código Brasileiro de Telecomunicações no que diz respeito às alterações contratuais ou estatutárias das empresas concessionárias.

Enquanto a redação anterior condicionava a “alteração de objetivos sociais, a alteração do controle acionário de empresas e a transferência de concessão, permissão ou autorização” à anuência prévia do órgão competente (hoje o MCTIC), a Lei 13.424/2017, reduziu essa obrigação apenas a “transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica a outra”. Ou seja, a mencionada Lei retirou a necessidade de anuência para “alterações do quadro societário”, “alteração de objetivos sociais” e transferências entre pessoas físicas (FONSÊCA, 2017, p.25).

O panorama traçado nos permite inferir que ao mesmo tempo em que dispõe de instrumentos que visam coibir ações como o oligopólio, o monopólio e a pertença de veículos de comunicação por agentes políticos em exercício, a legislação brasileira também apresenta dispositivos que contribuem para a perpetuação de grandes grupos privados no domínio da radiodifusão.

No que diz respeito a este último ponto, vide Lei 13.424/2017 e a derrubada, pelo Congresso Nacional, de 52 vetos impostos pelo presidente João Goulart ao texto do Código Brasileiro de Telecomunicações, ações que demonstram a força do empresariado na definição dos marcos regulatórios da radiodifusão brasileira.

Há de se ressaltar, ainda, que algumas práticas contribuem para o não cumprimento efetivo de medidas previstas em lei. Em documento organizado para o *Media Ownership Monitor (MOM)*, Daniel Fonsêca salienta alguns mecanismos de burla da legislação, tal como a prática dos chamados “contratos de gaveta”, que consistem na não oficialização, junto ao MCTIC, de transferências parciais ou integrais do controle de emissoras.

Há ainda questões relacionadas à interpretação da lei. No que diz respeito à propriedade de veículos por pessoas em gozo de imunidade parlamentar ou foro privilegiado, por exemplo, o autor cita o sistema de afiliação política de conglomerados, que geralmente ocorre no caso de grupos regionais, ressaltando que

embora a legislação trate expressamente da proibição da participação de políticos eleitos em emissoras de radiodifusão, essa prática é comum no Brasil e os órgãos responsáveis não fiscalizam alegando uma interpretação de que tal

restrição se aplicaria somente aos diretores das emissoras e não ao conjunto do quadro societário (FONSÊCA, 2017, p.19).

Fonsêca (2017, p.55-56) cita, ainda, a ausência de dispositivos constitucionais e legais específicos que determinem a obrigatoriedade de publicização de informações sobre as empresas prestadoras de serviços públicos outorgados, tais como sobre composição acionária e quadros societário e diretivo. Salienta-se, como observado pelo autor, que esta realidade fere mecanismos da Constituição, à exemplo de seu artigo 37, que estabelece a publicidade como um dos princípios a serem obedecidos pela administração pública.

Há de se considerar, ainda, como problematizado por Fonsêca no decorrer do documento, que embora algumas destas informações estejam disponíveis em bancos de dados *online* da Anatel, muitas empresas tem a cultura de atualizar seus dados somente no momento da renovação. Como “não há cultura por parte dos órgãos competentes de punir as empresas por não disponibilizarem ou não atualizarem informações, cria-se uma espiral da opacidade em relação à radiodifusão” (*inidem*, p.26).

Ainda no que diz respeito à inibição de ações que caracterizam risco ao acesso democrático na exploração dos serviços de radiodifusão, tal como a propriedade cruzada dos meios, salienta-se que

o ambiente normativo da radiodifusão não prevê nenhum dispositivo que impeça a detenção, pelo mesmo agente econômico, de empresas com relevante poder de mercado em diferentes setores, com exceção da Lei 12.485/2011, que impõe limites para o controle simultâneo de emissoras de TV aberta, canais pagos e operadoras de telecomunicações (FONSÊCA, 2017, p.54).

No que diz respeito às emissoras do campo público, ressalta-se haver poucas remissões e determinações específicas relativas aos veículos que o compõem nas legislações analisadas. A Constituição Federal foi o primeiro instrumento regulatório a referir-se ao sistema público, o que se deu no já evidenciado artigo 223. No entanto, não há uma especificação sobre este campo da radiodifusão, tais como que características o diferenciam dos demais e que iniciativas de comunicação o integram.

O já citado artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações, no tangente às novas concessões ou permissões para serviços de radiodifusão estabelece preferência para pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades. O Decreto Lei nº236/1967, estabelece em seu artigo 13º que a TV educativa se voltará à divulgação de programas educacionais, por meio da transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Define, ainda,

que a televisão educativa não possui caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda e patrocínio de programas.

O artigo 14 do Decreto restringe a execução do serviço educativo de TV à União, aos Estados, Territórios e Municípios; às universidades brasileiras e às fundações constituídas no país e cujos estatutos não contrariem o CBT. A medida também prevê que a outorga destes canais não dependerá da publicação de editais, bem como que as universidades e fundações deverão comprovar recursos próprios para os empreendimentos.

Os serviços de radiodifusão comunitária, por sua vez, foram regulamentados apenas em 1998, a partir da publicação da Lei nº9.612. A referida legislação, no entanto, volta-se apenas à radiodifusão sonora. No âmbito da televisão, o já citado projeto do Canal de Cidadania (Portaria 489/2012, do então Ministério das Comunicações), possibilita às associações comunitárias manterem canais em âmbito municipal a partir do recurso da multiprogramação.

Também no que diz respeito a legislação das emissoras públicas de radiodifusão, relembra-se a já citada e analisada (vide capítulo anterior) Lei nº11.652/2008, que cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A regulamentação que propõe, no entanto, restringe-se à radiodifusão pública no âmbito do governo federal.

Por fim, no que tange à democratização da informação, é importante salientar que a Constituição Federal prevê a criação do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar a ser instalado pelo Congresso Nacional (art. 224). O colegiado foi instituído a partir da Lei nº8.389, de 30 de dezembro de 1991. É competência do CCS realizar estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que forem encaminhadas pelo Congresso em relação ao capítulo constitucional sobre a Comunicação Social, com destaque a questões como liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação; produção e programação das emissoras de rádio e televisão; monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social; complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão; outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de rádio e TV e legislação complementar relativa à comunicação social.

Em sua composição, o colegiado conta com representantes das empresas de rádio, televisão e imprensa escrita; um engenheiro com conhecimento na área de comunicação; representantes das categorias profissionais dos jornalistas, radialistas, artistas e cinema e vídeo, e cinco membros representantes da sociedade civil. Como prevê a Lei, o presidente e o vice-presidente são eleitos pelo Conselho dentre estes últimos.

No Regimento Interno do CCS, publicado em junho de 2013, também são definidas as regras para convocação de audiência pública e participação social nas mesmas; de

funcionamento das comissões temáticas; dos estudos, pareceres e recomendações; da relatoria; do uso da palavra e das reuniões do colegiado.

De acordo com informações disponíveis no site do Senado, uma das últimas ações do Conselho foi a realização de um estudo sobre a liberdade de imprensa. Conforme matéria sobre o tema, disponível no portal da Casa (HELENA, 2019), o levantamento foi solicitado por parlamentares. O documento elaborado é “uma compilação de informações sobre a liberdade de expressão e as violações contra os jornalistas” (AGÊNCIA SENADO, 2019). A previsão era de que o mesmo fosse usado pelos senadores em iniciativas que garantam a liberdade de expressão e de atuação da imprensa.

As considerações até aqui tecidas servirão de base para os próximos tópicos, focados na JFTV Câmara. Os mesmos voltam-se a apresentação dos resultados obtidos a partir da observação participante, da realização de entrevistas com seus profissionais e da análise de sua programação, finalizados com sugestões de uso da interatividade pela emissora.

5 JFTV CÂMARA: UM CANAL DE TV DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Emissora ligada à Câmara Municipal de Juiz de Fora (CMJF), a JFTV Câmara entrou oficialmente no ar em maio de 2017, cerca de três meses após iniciar suas transmissões em caráter experimental. Operando em sinal aberto e digital, o canal funciona no dial 35.1, integrando também, por meio do recurso da multiprogramação, as transmissões da TV Câmara (dos Deputados) (35.2), da TV Assembleia (de Minas Gerais) (35.3) e da TV Senado (35.4).

No entanto, a primeira proposta de constituição de um canal de televisão do legislativo municipal de Juiz de Fora se deu 20 anos antes, em 1997, pelo então presidente da Casa, vereador Paulo Rogério dos Santos. A possibilidade de criação da emissora fortaleceu-se com a aprovação da Resolução Nº 1.163, em 30 de agosto de 2002. De autoria de Isauro Calais, vereador e presidente da CMJF na época, a medida previa a criação da TV Câmara, órgão de difusão de sons e imagens integrado à estrutura da Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal e subordinado à supervisão direta da Mesa Diretora do Legislativo Municipal.

A norma confere à Mesa Diretora, por meio de ato próprio, a definição do funcionamento e das atribuições do canal. Prevê também que o financiamento das despesas decorrentes da execução da resolução se dê via dotações orçamentárias da CMJF. Ainda conforme o artigo 2º da medida, “a programação a ser retransmitida será de caráter educativo, informativo e de orientação social” (CMJF, 2002).

Questões financeiras, porém, impossibilitaram a instalação da emissora naquela época. O projeto viria a se consolidar 12 anos depois, na gestão do ex-vereador e presidente da Câmara, Julio Gasparette, quando foi dado início às transmissões das reuniões ordinárias e audiências públicas via canal de TV a cabo e Internet. A emissora foi então batizada “TV Câmara - Vereador Paulo Rogério dos Santos”, em homenagem ao parlamentar precursor da proposta no Legislativo municipal de Juiz de Fora.

Os primeiros passos para a democratização do acesso à programação da emissora foram dados em 2015, quando, na gestão do vereador Rodrigo Mattos, a Câmara Municipal teve homologada a concessão para operar um canal de televisão. Naquele ano foram comprados o transmissor e alguns equipamentos, e, em fevereiro de 2017, a emissora deu início às suas transmissões, atuando em caráter experimental.

Durante sessão solene de inauguração do canal, realizada no dia 5 de maio de 2017 no plenário da Câmara Municipal, Mattos destacou a importância da emissora, ressaltando que a

mesma possibilitaria dar mais transparência aos trabalhos do Legislativo. O vereador disse ainda que ela não seria a TV dos vereadores, mas “a TV pública de Juiz de Fora. Na TV Câmara, a população vai poder ver e ser vista. Os mais diferentes setores da sociedade terão espaço na nossa programação” (MATTOS, 2017).

O caráter público da JFTV Câmara também foi destacado pelo jornalista Ricardo Miranda, superintendente de Comunicação da Câmara na época, ao ressaltar algumas das possibilidades oferecidas pelos veículos do campo. Em entrevista à emissora, Miranda destacou que “o tempo na tevê pública, para discussões de coisas de interesse público, é muito maior que na tevê comercial. Aqui na TV pública, a população tem direito, ela vai chegar, vai participar, vai se ver, a gente vai nos bairros, ouvir a população” (MIRANDA, 2017).

O pertencimento à radiodifusão pública é reforçado, ainda, em vídeo institucional⁴⁷ publicado pela emissora na ocasião do início das transmissões oficiais em canal aberto. O material é iniciado com a fala da então editora-chefe, Renata Brum, afirmando que “Juiz de Fora ganha uma nova tevê, 100% pública e digital: a JFTV Câmara”. Ao final do vídeo, a profissional torna a evidenciar o caráter público da emissora: “Queremos você conosco, afinal TV pública é para todos!”.

O vídeo institucional destaca, ainda, que o juizforano vai poder acompanhar, de casa, tudo que acontece na Câmara Municipal, a partir de transmissões ao vivo de reuniões ordinárias e audiências públicas; e de materiais jornalísticos com resumos dos projetos de lei e do trabalho das Comissões. Reforça-se também a facilidade em fiscalizar o trabalho dos vereadores e destaca-se o objetivo da emissora de ampliar a participação popular.

Em seu primeiro ano, conforme dados da própria JTFV Câmara⁴⁸, o canal produziu 618 matérias (reportagens especiais, *stand-ups* e chamadas) e veiculou mais de 365 horas de transmissão ao vivo (audiências públicas, reuniões ordinárias, eventos no plenário da Câmara), cerca de 30 horas por mês. Ainda segundo informações da emissora, os vídeos publicados no *YouTube* somavam 46 mil visualizações na época⁴⁹.

Assim, além de democratizar o acesso das cidadãs e cidadãos juizforanos às ações do Legislativo, as transmissões em canal aberto resultaram em mudanças na produção e programação da emissora, com fortalecimento de seu jornalismo, diversificação de conteúdos,

⁴⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=a8ky3ZpkQZs>

⁴⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=Q7phqi6Md7k>

⁴⁹ No dia 5 de novembro de 2019, conforme apurado pela autora no canal da CMJF no *YouTube*, essas visualizações já chegavam a 251.651, embora o perfil contasse apenas com pouco mais de dois mil seguidores.

estabelecimento de parcerias e busca por novas formas de abordar as ações da CMJF e outros assuntos de interesse público.

Partindo da já evidenciada importância da radiodifusão pública, busca-se aqui compreender melhor a proposta comunicacional e as rotinas produtivas da emissora do Legislativo Municipal de Juiz de Fora, possibilitando a elaboração de propostas de conteúdos digitais interativos que ajudem a fortalecer o caráter público do canal e, portanto, que possam contribuir com o exercício de direitos pela população juizforana.

Nos próximos tópicos, abordar-se-ão os recursos metodológicos adotados na realização da pesquisa, bem como os resultados obtidos por meio da observação participante e das entrevistas. No próximo capítulo serão apresentadas as análises da programação e as proposições e considerações da autora acerca das possibilidades digitais interativas oferecidas pela JFTV Câmara.

5.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Etapa fundamental de qualquer investigação científica, uma vez que as escolhas podem contribuir com ou dificultar a obtenção de resultados, a definição dos métodos e técnicas da pesquisa devem adequar-se ao problema proposto, bem como às fontes de consulta e levantamento de dados e, se for o caso, à hipótese proposta pelo pesquisador ou pesquisadora. Conforme ressaltam Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, “a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação” (2003, p. 163).

Compreendendo-se que a proposição de conteúdos digitais interativos para a JFTV Câmara perpassa o entendimento de suas rotinas produtivas, de suas propostas comunicacionais e da composição de sua grade de programação, optou-se aqui por se trabalhar com três métodos principais: observação participante, com fins de acompanhar o dia a dia da redação; entrevistas com profissionais do canal e da CMJF, com objetivo de compreender, dentre outras questões, suas atribuições e qual o entendimento dos mesmos acerca do papel da JFTV Câmara; e a Análise da Materialidade Audiovisual, voltada aos estudos dos materiais audiovisuais produzidos pela emissora.

Entende-se que, a partir dos resultados obtidos nas referidas etapas de investigação, somadas as demais metodologias adotadas e desenvolvidas ao longo do trabalho, obter-se-á o embasamento necessário à proposição de conteúdos interativos que de fato reflitam os objetivos

e as propostas da tevê do Legislativo Municipal de Juiz de Fora, bem como os princípios comunicacionais a ela atribuídos enquanto radiodifusora do campo público.

Assim, com fins de possibilitar uma melhor compreensão dos objetivos do emprego de cada método, dando maior transparência ao percurso metodológico traçado pela autora, os tópicos a seguir voltam-se a uma explicação de cada um deles e considerações sobre sua aplicação na presente pesquisa.

Cabe, antes, uma ressalva: a experiência da autora no projeto de Iniciação Científica “O telejornalismo nas emissoras públicas brasileiras”, o qual integrou por dois anos durante sua graduação, forneceu importante embasamento teórico para a preparação e aplicação das técnicas e métodos adotados na investigação da JFTV Câmara. Assim, muitos dos aspectos analisados na investigação da programação da emissora e dos questionamentos que guiaram a observação participante e as entrevistas foram elaborados com base nos princípios atribuídos à radiodifusão pública estudados pela autora no referido projeto, os quais foram trabalhados no capítulo 3 desta dissertação.

A. Observação participante

Técnica etnográfica fundamental à Antropologia, a observação engloba os processos de coleta de dados e de captação de diferentes aspectos de uma dada realidade, implicando não somente a utilização dos sentidos, tais como ver e ouvir, mas também um exame dos fatos e/ou fenômenos que se deseja investigar (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 191).

Marconi e Lakatos (2003, p. 191) argumentam ser a observação o ponto de partida da investigação social, ressaltando que a mesma auxilia “o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (2003, p. 191).

Dentre as variantes da técnica, destaca-se a observação participante, que se caracteriza pelo contato direto e comumente prolongado entre o pesquisador e os indivíduos pertencentes ao grupo ou comunidade que deseja estudar. O investigador insere-se, portanto, no contexto social e cultural dos pesquisados, tornando-se parte do mesmo, o que lhe permite apreender detalhes ricos e pormenorizados das vivências, ações, manifestações socioculturais e outros aspectos característicos do grupo em estudo.

Morris S. Schwartz e Charlotte G. Schwartz (1955, p. 355 *apud* CICOUREL, 19??, p. 89) definem a observação participante

(...) como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.

Na técnica da observação participante, o investigador é, portanto, instrumento da investigação, o qual, como qualquer outro indivíduo, traz consigo sentimentos, emoções, subjetividades e visões sociais e culturais pré-concebidas, que, somados às relações estabelecidas por ele com os pesquisados, podem vir a comprometer a objetividade do estudo.

Salienta-se não se falar aqui de uma objetividade total, reconhecendo-se que a mesma é impossível de ser alcançada, dado que a observação, ao ser feita sob o ponto de vista de um sujeito e suas bagagens socioculturais, será resultado de um processo de interpretação. Logo, o que se propõe é a adoção de medidas e ferramentas que auxiliem o investigador a manter a fiabilidade dos dados.

Neste cenário, Fernando Manuel Bessa Fernandes (2011, p. 265) evoca a capacidade de raciocínio como recurso do qual o pesquisador deve se valer, seja qual for a técnica por ele empregada. Além da curiosidade, da criatividade e da observância ética - dado se tratar de pesquisa com seres humanos -, Fernandes aponta o rigor teórico metodológico como um dos elementos associados à racionalidade.

Por *Rigor Metodológico* pode ser entendida a adoção de um movimento do raciocínio que leve em conta o contexto da produção dos sentidos e do “estado da arte” dos conhecimentos obedecendo aos parâmetros acadêmicos, assim como a consciência de que a isenção asséptica dos olhares e juízos não existe, dada a processualidade inerente a toda e cada produção humana, “naturalmente” multifacetada - imperfeita (FERNANDES, 2011, p. 265).

O estabelecimento de um roteiro prévio, elaborado com base nas investigações teóricas empreendidas antes do trabalho de campo, constitui importante recurso de fortalecimento da cientificidade da observação participante. Nele, o pesquisador pode incluir questões a serem esclarecidas e aspectos a serem observados durante a permanência no grupo ou comunidade investigada.

Outra ferramenta de trabalho importante na observação participante é o diário de campo, no qual o pesquisador registra suas percepções, questionamentos e informações apreendidas ao longo da investigação. Lícia Valladares (2007, p. 154) ressalta que, com a “manutenção do diário de campo (*field notes*), o pesquisador se autodisciplina a observar e anotar sistematicamente”, o que contribui, portanto, com a fiabilidade dos dados.

Conforme evidencia Valladares, “a observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado” (2007, p. 154).

De esse modo, a inserção do investigador pode ser facilitada pela contribuição do chamado informante-chave.

Na relação intersubjetiva que se estabelece entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, o informante-chave é aquele que pode “abrir portas”, no sentido de facultar, facilitar, proporcionar ou oferecer ao pesquisador informações e/ou condições especiais para o desenvolvimento das suas observações (FERNANDES, 2011, p. 267).

O estabelecimento de uma relação favorável com os pesquisados também perpassa a transparência dos objetivos do investigador, que deve apresentar àqueles, de forma clara e compreensível, a proposta da pesquisa. Uma vez que a participação dos integrantes do grupo estudado se dá de forma voluntária, implicando a cooperação entre as partes, a lisura e o diálogo são essenciais ao bom andamento da investigação. “Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo” (CRUZ NETO, 2002, p. 55).

A postura do investigador em relação à problemática em estudo, aspecto levantado por Otávio Cruz Neto (2002), também é fator contribuinte para o estabelecimento de uma boa relação com os pesquisados. O autor destaca que, ao entrar em campo esperando encontrar dados que confirmem o que considera saber, o investigador pode “dificultar o diálogo com os elementos envolvidos no estudo na medida em que permite posicionamentos de superioridade e de inferioridade frente ao saber que se busca entender” (CRUZ NETO, 2002, p. 56).

Salienta-se ainda que, no jornalismo, a observação participante é comumente utilizada nos estudos de *newsmaking*⁵⁰, sendo empregada na investigação das rotinas produtivas de uma redação. O pesquisador pode, então, aplicar a técnica no acompanhamento de reuniões de pauta, produção de matérias jornalísticas, edição dos materiais, seleção de quais irão ser utilizados, dentre outras atividades que integram o dia a dia do fazer jornalístico.

De acordo com Livia de Souza Vieira (2018, p. 133), Alfredo Pereira Júnior foi um dos precursores do estudo do processo de definição da notícia no Brasil, empregando a técnica de

50 Teoria que considera que as notícias são resultado de uma rotina de produção, que envolve, dentre outros fatores a seleção dos fatos a serem noticiados a partir da aplicação de critérios de noticiabilidade, pela sistematização da produção - divisão de tarefas entre pauteiro, jornalista e editor, por exemplo - e compartilhamento de deontologia da profissão.

observação participante na redação do telejornal RJTV, da Rede Globo do Rio de Janeiro. Ele investigou “como as rotinas de produção influenciam os jornalistas no momento de decidir se uma notícia deve ou não entrar em um telejornal e, conseqüentemente, definir o que as pessoas vão assistir” (PEREIRA JUNIOR, 2005, p. 6 *apud* VIEIRA, 2018, p. 133-134).

Considerando-se que muitos dos pesquisadores do jornalismo são jornalistas, torna-se necessário ressaltar que as vivências profissionais destes podem ter conseqüências em seus estudos. Cláudia Lago (2007, p. 57 *apud* VIEIRA, 2018, p. 144) argumenta que, no jornalismo, “a utilização da observação participante reveste-se de alguns complicadores a mais, já que o campo é marcado por uma auto-referencialidade extrema que pode deixar o pesquisador bastante inclinado a aceitar como dados as explicações que os atores tecem sobre o campo”.

As implicações também pode ser benéficas, como argumenta Vieira, na medida em que, por pertencer ao campo, o pesquisador estará mais apto a tecer críticas às situações que vivencia em sua observação. Em referência a Lago (2007, p. 61), quando esta cita Bourdieu (1999, p. 697), Vieira relembra, ainda, que o compartilhamento de um lugar comum entre pesquisador e pesquisado favorece o estabelecimento de uma comunicação não violenta entre ambos (2018, p. 144).

Diante de tal perspectiva, uma das técnicas adotadas para a análise da JFTV Câmara foi a observação participante, com fins de se investigar as rotinas produtivas da emissora. A definição das pautas, a apuração das matérias, a gravação de programas e a edição de conteúdos foram alguns dos processos de produção que puderam ser investigados pela autora durante a semana em que estive na redação do canal⁵¹, experiência a ser retomada com detalhes em tópico mais adiante.

B. Entrevistas

Método de coleta de informações intrínseco à *práxis* jornalística, a entrevista é também importante instrumento da investigação social, sendo comumente adotada nas pesquisas científicas com fins de levantar dados que auxiliem no diagnóstico, compreensão e/ou resolução de dado problema ou realidade.

Enquanto procedimento metodológico de investigação científica, a entrevista consiste, portanto, em uma forma de interação social estabelecida entre duas ou mais pessoas a partir de

⁵¹ Embora o período de uma semana possa parecer pequeno para aplicação da observação participante, ressalta-se que a mesma foi combinada à outras técnicas de pesquisa - entrevista e Análise da Materialidade Audiovisual - não constituindo-se como método principal da investigação aqui proposta.

propósitos pré-definidos e com objetivos específicos, voltados à investigação de aspectos concernentes ao objeto em estudo.

Em relação ao modo de interação entre os interlocutores, Márcia Tourinho Dantas Fraser e Sônia Maria Guedes Gondim (2004, p. 143) apresentam duas modalidades principais de entrevista: a face a face e a mediada. No primeiro caso, entrevistado e entrevistador encontram-se frente a frente e efetuam uma troca sujeita a influências de caráter verbal, não-verbal - tais como os silêncios, movimentos corporais e expressões faciais - e àquelas decorrentes da visualização das reações faciais do interlocutor.

No rol das entrevistas mediadas, as autoras ressaltam aquelas feitas por telefone, por computador e por questionários. Estas também estariam sujeitas aos aspectos verbais e não verbais, diferenciando-se da face a face, no entanto, ao não possibilitar uma visualização das expressões faciais do interlocutor.

Alguns autores (GASKELL, 2002; LAKATOS; MARCONI, 2003; FRASER; GONDIM, 2004; MANZINI, 2004 *apud* BELEI *et al.*, 2008) também classificam a entrevista de caráter científico em relação à estruturação, dividindo-a em três tipos: a estruturada, a semiestruturada e a não-estruturada.

Entende-se por entrevista estruturada aquela que contém perguntas fechadas, semelhantes a formulários, sem apresentar flexibilidade; semiestruturada a direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas; não-estruturada aquela que oferece ampla liberdade na formulação de perguntas e na intervenção da fala do entrevistado (BELEI *et al.*, 2008, p. 189).

Conforme Fraser e Gondim (2004, p. 143), as entrevistas estruturadas são frequentemente adotadas em pesquisas de caráter quantitativo ou experimental. As pesquisadoras ressaltam que nesta modalidade atenta-se para um “ajuste do roteiro às hipóteses previamente definidas, a padronização da apresentação de perguntas e a limitação das opções de respostas para facilitar o planejamento das condições experimentais e do tratamento estatístico dos dados” (*ibidem*).

As pesquisas qualitativas, por sua vez, conforme as autoras, valem-se mais comumente das entrevistas semiestruturadas e não-estruturadas. Estas últimas caracterizam-se por uma postura aberta do investigador, que, não estando preso a um roteiro pré-fixado, estabelece um diálogo mais amplo e aberto com o entrevistado. Este último, por sua vez, tem suas oportunidades de fala expandidas.

Para Fraser e Gondim, um dos aspectos que justifica a semiestruturação ou não estruturação da entrevista na investigação qualitativa é o fato de que esta última busca

compreender uma realidade particular e assume um forte compromisso com a transformação social, por meio da auto-reflexão e da ação emancipatória que pretende desencadear nos próprios participantes da pesquisa. Para os defensores da abordagem qualitativa, a realidade humana é construída no processo de inserção do indivíduo em um contexto social particular e, em decorrência, os participantes são vistos como pessoas que constroem seus discursos e baseiam suas ações nos significados derivados dos processos de comunicação com os outros, com quem compartilham opiniões, crenças e valores. Deste modo o poder de ação e transformação das pessoas pode ser ampliado ao ser propiciado a cada uma delas refletir sobre suas próprias concepções, crenças e ações (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1994; Gergen & Gergen, 2000; Gondim, 2002a) (FRASER; GONDIM, 2004, p. 145).

Logo, além do conhecimento da opinião dos entrevistados sobre aspectos do tema em estudo, o emprego da entrevista qualitativa volta-se a uma compreensão dos motivadores das visões de mundo por eles manifestadas. Ou seja, o emprego da técnica visa um entendimento detalhado “das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p. 65).

George Gaskell (2002) relembra ainda o caráter de partilha e negociação da entrevista, que não se dá em via de mão única, mas compreende um processo de interação social no qual as manifestações dos interlocutores refletem suas diferentes realidades e percepções. “Com respeito a isso, tanto o(s) entrevistado(s) como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção de conhecimento” (GASKELL, 2002, p. 73).

No que diz respeito à definição da amostra devem ser considerados os objetivos da pesquisa e o meio social a ser pesquisado e a escolha deve se dar com fins de possibilitar uma compreensão ampla do tema. No entanto, vale ressaltar que o pesquisador também deve considerar o esgotamento deste último.

Em um ambiente social específico, o espectro de opiniões é limitado, pois a partir de um determinado número de entrevistas percebe-se o esgotamento das respostas quando elas tendem a se repetir e novas entrevistas não oferecem ganho qualitativo adicional para a compreensão do fenômeno estudado. Isto significa que já se torna possível identificar a estrutura de sentido, ou seja, as representações compartilhadas socialmente sobre determinado tema de interesse comum (Gaskell, 2002; Gondim, 2002a) (FRASER; GONDIM, 2004, p. 147).

Tal situação pode ocorrer, por exemplo, em investigação conduzida dentro de uma redação jornalística, visto que os profissionais da área compartilham um *ethos* e uma visão comuns sobre o papel do jornalismo na sociedade. Comumente ancoradas em abordagens qualitativas, as pesquisas sobre jornalismo têm nas entrevistas uma técnica relevante para a investigação, demandando um planejamento atencioso dos passos a serem adotados.

A observação da proposta de pesquisa é o principal fator a ser considerado no planejamento da entrevista. Combinada a leituras teórico-metodológicas, ela irá guiar não somente a definição dos entrevistados e da respectiva amostra, mas também as questões a serem investigadas a partir da aplicação do método.

A adoção de um tópico guia, composto por perguntas ou mesmo sentenças-chave que remetam a itens relevantes para a pesquisa, também é um importante aliado da entrevista qualitativa. Embora, ao contrário da entrevista estruturada, a semi e a não estruturada não obedeçam a um roteiro rígido, o pesquisador pode lançar mão dos mecanismos citados como guias para a condução do procedimento.

Na presente pesquisa, optou-se pela realização de entrevistas com profissionais da JFTV Câmara e da Câmara Municipal, com fins de investigação da história da emissora e de sua proposta comunicacional, bem como das dificuldades enfrentadas pelos entrevistados no dia a dia, da compreensão dos mesmos sobre o que é a comunicação pública e como eles se propõem a efetuar os princípios que atribuem a este campo comunicacional, como equilibram os interesses da sociedade juizforana e dos vereadores, dentre outras questões relativas aos compromissos do canal com os cidadãos e cidadãs.

Para o levantamento destes dados foram escolhidos como fontes os profissionais da emissora ligados à produção dos conteúdos, além dos responsáveis pela JFTV Câmara e pelo setor de comunicação do Legislativo e do então presidente da Mesa Diretora da Casa, a saber:

- Marise Baesso, repórter da JFTV Câmara, aprovada em concurso, na emissora desde maio de 2019;
- Maria Judith Possani, repórter da JFTV Câmara, aprovada em concurso, na emissora desde junho de 2019;
- Juliana Neves, editora de imagens da JFTV Câmara, na emissora desde março de 2017;
- Lívia Garcia, produtora da JFTV Câmara, na emissora desde em 2015, inicialmente na função de repórter, e, desde 2016, na produção;

- Maurício Oliveira, superintendente de Comunicação da CMJF desde o início de 2019, trabalhou na emissora entre 2015 e 2018;
- Maressa Souza, subcoordenadora de Rádio e TV da CMJF desde agosto de 2018, e
- o Vereador Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Juiz de Fora no período de condução da pesquisa.

Ressalta-se que, devido a questões de agenda, não foi possível a realização da entrevista com o presidente da Mesa Diretora. A segunda semana de trabalho da autora na redação, escolhida para a realização das entrevistas, coincidiu com o início do período legislativo de outubro, impossibilitando a conversa com o parlamentar naquela ocasião. Mesmo após o fim do período de investigação, foram feitos constantes contatos com o assessor do parlamentar, porém não foi possível agendar a entrevista.

Mediante autorização prévia dos envolvidos, os procedimentos foram gravados, em mídia sonora digital, para posterior consulta da pesquisadora e garantia da fiabilidade e acurácia das informações coletadas. Ressalta-se ainda, sobre o uso do gravador, a possibilidade de se registrar elementos como pausas, silêncios e entonação de voz, possibilitando uma melhor compreensão da narrativa (BELEI *et al.*, 2008, p. 189).

C. Análise da Materialidade Audiovisual

Desenvolvida no âmbito do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq/UFJF), coordenado pela Professora Doutora Iluska Coutinho, a Análise da Materialidade Audiovisual consiste em um método científico quanti-qualitativo voltado à análise de conteúdos audiovisuais de caráter jornalístico. Conforme ressaltado pela docente em artigo apresentado do 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom),

se o Jornalismo é apontado por alguns como uma forma conhecimento e dar a ver o mundo, muitas vezes sendo compreendido como tradutor de diferentes saberes, que se inscrevem nas notícias e seus processos, um dos desafios dos estudiosos do telejornalismo é exatamente o de tradução de diferentes códigos, níveis e estruturas implicados na experiências de produção, oferta e consumo do jornalismo audiovisual (COUTINHO, 2016, p. 9).

A importância de um método de investigação e análise do jornalismo televisivo é reforçada pelos dados apresentados por Coutinho, que, mediante análise de artigos publicados

no Grupo de Pesquisa (GP) de Telejornalismo da Intercom entre os anos de 2009 e 2015, observou uma lacuna nas descrições sobre os métodos, técnicas e procedimentos utilizados pelos pesquisadores-autores.

De 224 textos analisados, apenas 73 (32,6%) traziam em seus resumos informações sobre os métodos de pesquisa empregados. Coutinho ressalta, ainda, que mesmo estes artigos apresentam carência na problematização das técnicas apontadas, não explicitando, por exemplo, a etapa na qual determinado método foi aplicado ou os procedimentos de análise e interpretação dos resultados obtidos.

A ausência de reflexão sobre a utilização dos métodos e técnicas nos conteúdos de pesquisa sobre o (tele)jornalismo, como ressaltado pela autora, pode estar associada ao próprio fazer jornalístico, dado que muitas vezes os pesquisadores do tema são profissionais que têm ou já tiveram experiência na área. Logo, tender-se-ia a uma “repetição” da prática profissional, a qual não pressupõe uma apresentação das técnicas e dos caminhos traçados pelo repórter na construção das notícias.

Com a Análise da Materialidade Audiovisual, busca-se traçar um método que “torne possível analisar o jornalismo audiovisual considerando as particularidades de seus produtos, em sua dimensão material e estética, mas incluir também os sentidos que deles emergem, e nos quais estão inscritos em seus processos de produção e circulação” (COUTINHO, 2016, p. 8-9).

Assim, ao propor uma visão mais ampla dos conteúdos telejornalísticos, o método permitiria aos pesquisadores-jornalistas ir além de técnicas profissionais que encontram-se já inscritas em suas memórias, possibilitando a elaboração de análises que contemplem maiores discussões e considerações sobre as metodologias científicas empregadas.

Partindo do pressuposto de que operações de decomposição/leitura dos objetos analisados “descaracterizariam a forma de enunciação/produção de sentido do telejornalismo” (COUTINHO, 2016, p. 10), a Análise da Materialidade Audiovisual toma como objeto de avaliação a unidade texto+som+imagem+tempo+edição.

A escolha do objeto empírico da investigação, somada ao estabelecimento de eixos e itens de avaliação, constitui-se como o primeiro procedimento metodológico que compõe o método proposto. Ressalta-se, conforme apontado por Coutinho, que a determinação dos referidos eixos avaliativos deve levar em consideração a questão da pesquisa, o referencial teórico adotado e os elementos paratextuais - materiais que acompanham o texto e contribuem para a interpretação dos mesmos, tais como as vinhetas, chamadas, cabeças e outros elementos que integram o contexto de fruição da matéria telejornalística.

Antes de efetuar a análise é necessário, ainda, que o pesquisador compreenda as propostas comunicacionais do produto audiovisual e da emissora no qual o mesmo é veiculado. Tais informações irão embasar as etapas empíricas seguintes e devem ser explicitadas pelo pesquisador ao longo do texto, com fins de dar mais transparência a seu percurso metodológico.

Mapeados alguns aspectos do objeto de pesquisa e definidos os eixos de análise, parte-se para a elaboração da ficha de avaliação do conteúdo investigado. Temáticas, abordagens adotadas, caracterização e modos de apresentação das fontes, adoção de vieses educativos e/ou culturais são alguns dos itens que podem ser empregados, por exemplo, na análise do telejornalismo público. Após ser estabelecida, a ficha deve ser testada em uma amostra do objeto empírico.

O procedimento seguinte constitui-se na definição do recorte/amostra a ser investigado, com posterior obtenção destes conteúdos. Concluídas todas as referidas etapas, parte-se, então, para a análise propriamente dita. Reforça-se a necessidade de registro de todo o processo, com inferências e problematizações sobre cada uma das etapas e decisões tomadas, possibilitando ao leitor a compreensão do caminho tomado pelo pesquisador e, assim, contribuindo com a legitimidade dos resultados obtidos na investigação.

Como método que busca aproximar-se das especificidades da prática jornalística, a Análise da Materialidade Audiovisual guarda algumas semelhanças com a mesma, conforme paralelos tecidos por Iluska Coutinho e Jhonatan Mata entre o método e a apuração de uma reportagem televisiva externa:

Para viabilizar a pauta de investigação é necessário antes de ir à campo (ou de observar o objeto empírico) contar com o trabalho da produção, instância em que se definem as molduras, ou a amplitude de abertura da “janela para o mundo”. A pauta ou estabelecimento de molduras na análise da materialidade audiovisual corresponde aos momentos de: 1) identificação do objeto audiovisual (e suas propostas); 2) elaboração dos eixos de observação e da ficha de análise; 3) Pré-teste do instrumento; 4) pesquisa documental/definição e obtenção da amostra a ser investigada; 5) construção de parâmetros de interpretação dos dados e, em casos em que há mais de um pesquisador envolvido ou que o volume a avaliar é extenso, sistematizar um material de codificação (COUTINHO, MATA, 2018, p. 12).

Na presente pesquisa, a Análise da Materialidade Audiovisual foi o método escolhido para se investigar a programação da JFTV Câmara. O estabelecimento dos eixos de análise, a serem detalhados no capítulo 6, levou em conta o caráter estatal da emissora, bem como seu pertencimento ao campo público da radiodifusão. Também foram levadas em conta informações obtidas na pesquisa de campo empreendida pela autora, em especial aquelas

concernentes à proposta comunicacional da emissora, às suas rotinas produtivas - incluindo aqui questões técnicas e de pessoal - e às propostas comunicacionais de seus programas.

Logo, questões como a diversidade de fontes, as oportunidades e tempos de fala concedidos aos cidadãos e cidadãs, as abordagens/enquadramentos das matérias jornalísticas e a presença ou ausência de pontos de vista conflitantes sobre determinados temas são alguns dos eixos analisados a partir da proposição de perguntas-chave.

5.2 CONDUZINDO A INVESTIGAÇÃO DA JFTV CÂMARA

Conforme já ressaltado anteriormente, a proposta inicial desta investigação de mestrado era acompanhar as discussões, proposições e o desenvolvimento de conteúdos e ferramentas digitais interativas para a JFTV Câmara, a partir de parceria envolvendo a emissora e pesquisadores da UFJF. No entanto, com as mudanças políticas e administrativas ocorridas na Câmara Municipal no início de 2019, bem como em decorrência do cenário econômico atual, o projeto, que encontrava-se em análise pelo Departamento Jurídico da Casa, foi interrompido.

Assim, adaptou-se a proposta inicial e optou-se por investigar as possibilidades oferecidas pelos conteúdos da emissora para o desenvolvimento de ferramentas interativas, a partir da análise das propostas comunicacionais do canal de tevê e de sua programação. Esta última, como já explicitado, foi realizada mediante consulta aos vídeos disponibilizados pela CMJF no *YouTube* e será exposta em detalhes mais adiante.

A investigação das propostas comunicacionais da emissora, por sua vez, foram conduzidas a partir da pesquisa de campo. Para tanto, foi necessário estabelecer contato com os responsáveis pela coordenação da emissora e pelo setor de comunicação da Câmara Municipal. A ponte estabelecida com esses profissionais se deu com ajuda da editora de imagens da JFTV Câmara, Juliana Neves, com quem esta autora estudou durante a graduação. Em contato inicial via telefone, informou-se sobre quem eram esses profissionais e as possibilidades de marcação de uma primeira reunião com os mesmos.

Assim, no final de maio de 2019 foi realizado o primeiro contato com a subcoordenadora de TV e Rádio da Câmara, Maressa Souza, via telefone. Após breve explicação da pesquisa, foi marcada uma primeira reunião presencial com a jornalista. Durante o encontro, foram explicadas com mais detalhes a proposta da investigação e quais seriam as técnicas de levantamento de dados a serem aplicadas na redação da emissora. Questionou-se, então, a possibilidade de realização da pesquisa, que foi aprovada pela subcoordenadora sob orientação

de que a mestranda entrasse em contato com o superintendente de Comunicação da CMJF, Maurício Oliveira, a quem caberia a decisão final.

Seguindo a orientação, marcou-se para os dias seguintes uma reunião com Maurício Oliveira, a quem também foram apresentados a proposta de pesquisa e os levantamentos a serem realizados na sede da emissora. De posse da autorização dos profissionais da Câmara, passou-se à elaboração de um projeto a ser submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFJF. A demanda de aprovação pelo órgão é prevista na Resolução N°466 do Conselho Nacional da Saúde⁵², publicada em 12 de dezembro de 2012, e abarca projetos de pesquisa que envolvam investigações com seres humanos, incluindo levantamentos estatísticos a partir da aplicação de entrevistas, questionários e procedimentos afins.

O projeto de pesquisa é submetido por meio da Plataforma Brasil, *site* do Ministério da Saúde, que constitui uma base unificada dos registros de pesquisas com seres humanos realizados no país. A partir do registro das informações na Plataforma, os relatórios são encaminhados ao Comitê de Ética da instituição na qual a pesquisa será desenvolvida.

Além de informações sobre o pesquisador e a instituição de ensino, são colhidos dados detalhados sobre a proposta de pesquisa, tais como os objetivos da mesma, metodologias propostas, riscos e benefícios oferecidos, tamanho e características da amostra. Em alguns casos é exigido, ainda, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que deve fornecer aos participantes as informações necessárias para que eles decidam se aceitam ou não participar da pesquisa. O modelo do TCLE a ser utilizado pelo investigador deve ser anexado junto ao projeto e também é submetido à análise.

A depender dos objetivos da pesquisa, o TCLE pode ou não conter autorização para identificação dos pesquisados. No caso do presente estudo, optou-se pela identificação dos mesmos, uma vez que se considerou importante à compreensão dos levantamentos o conhecimento dos cargos ocupados pelos profissionais entrevistados, sendo conseqüentemente necessária a divulgação de seus nomes.

A primeira submissão do projeto de pesquisa foi efetuada apenas em meados de julho, após passar por revisão do orientador e da coorientadora do estudo. Composto por pesquisadores de diversos departamentos, o CEP da UFJF reúne-se mensalmente, geralmente na última quinta-feira do mês. Em julho, no entanto, em decorrência do período de férias, o

⁵² Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

encontro se deu antes, o que fez com que a apreciação da proposta enviada se desse apenas no mês de agosto.

O retorno da primeira submissão foi recebido via *e-mail* em 23 de agosto, um dia depois da reunião do Conselho, cujo parecer apresentou algumas pendências. Consultadas as solicitações feitas via Plataforma Brasil e efetuadas as devidas adequações, foi efetuada uma nova submissão do projeto, apreciada pelo CEP UFJF na reunião do mês de setembro.

O parecer sobre a nova submissão foi comunicado a pesquisadora via *e-mail* no dia 26 de setembro, com aprovação e autorização para o início da pesquisa. De posse da autorização, a pesquisadora efetuou novo contato presencial com a subcoordenadora da JFTV Câmara e com o superintendente de Comunicação da Câmara, com fins de informar sobre a aprovação da pesquisa e as datas de realização dos procedimentos.

Assim, conforme cronograma apresentado na segunda versão do projeto, no dia sete de outubro foi dado início à pesquisa de campo na redação da emissora. Na primeira semana, a pesquisa voltou-se à observação participante, com fins de conhecer o dia a dia dos profissionais. Na semana seguinte, foram realizadas as entrevistas com alguns desses profissionais, mediante marcação prévia conforme dias e horários sugeridos pelos mesmos.

Com base nos levantamentos realizados, os próximos tópicos abordam questões relativas às rotinas produtivas da emissora, tais como sua proposta comunicacional, o dia a dia na redação, a programação do canal e os desafios de se equilibrar os interesses público e dos legisladores nos conteúdos.

5.2.1 Proposta comunicacional da JFTV Câmara

Antes de adentrar em um relato sobre a observação participante realizada na redação da JFTV Câmara, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a proposta comunicacional da emissora - aqui tomada como um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a produção de conteúdos e atuação de seus profissionais - e os programas que compõem sua grade de programação. Neste tópico, abordar-se-á a primeira.

A existência de uma lei e/ou regimento e/ou conjunto de diretrizes legalmente instituídas que estabeleçam as propostas, objetivos, princípios e valores que irão reger o funcionamento de um veículo público de comunicação é fundamental para resguardar seu funcionamento e a atuação de seus profissionais diante de possíveis intimidações e constrangimentos impostos por agentes públicos e privados.

Emissora estatal e, portanto, enquadrada no campo público da radiodifusão, além da Resolução Nº 1.163, a JFTV Câmara não possui nenhuma norma jurídica própria que oriente seu funcionamento. Conforme já destacado, a referida medida prevê a integração da TV Câmara à estrutura da Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal e sua subordinação à supervisão direta da Mesa Diretora do Legislativo Municipal. Ainda conforme a norma, seu financiamento encontra-se vinculado a dotações orçamentárias da CMJF.

No que se refere à programação, as orientações limitam-se ao disposto no artigo 2º, que estabelece que a retransmissão de conteúdos será de caráter educativo, informativo e de orientação social. O artigo 3º, por sua vez, prevê que as atribuições e o funcionamento da emissora sejam definidos em ato próprio da Mesa Diretora da Câmara. Em maio de 2017, mês que marca a inauguração da JFTV Câmara, a Mesa elaborou um documento que disciplina os objetivos, a utilização e o funcionamento dos veículos de comunicação da Casa, porém a norma não foi oficializada.

De acordo com a subcoordenadora Maressa Souza, o documento foi elaborado pela antiga gestão da Mesa Diretora, em função de algumas situações com as quais se depararam na prática. Apesar de não ter validade jurídica, o ato acaba por nortear as atividades da JFTV Câmara, respeitando-se os compromissos previstos no contrato de concessão do canal, já mencionado em capítulo anterior. Diante de tal cenário, abordar-se-á a seguir algumas de suas diretrizes, que também contribuem com a compreensão da proposta comunicacional da emissora.

Quanto às disposições comuns, o artigo 2º do documento estabelece que os veículos de comunicação da Superintendência da Câmara divulgarão as atividades legislativas e eventos ocorridos na Casa, priorizando as sessões plenárias, as reuniões das comissões permanentes e temporárias, o Conselho de Ética e as atividades da Presidência. No parágrafo 1º do referido artigo, define-se que, nos trabalhos das emissoras de tevê e de rádio da CMJF, as sessões plenárias terão prioridade de cobertura e transmissão ao vivo em relação a qualquer outra atividade legislativa que esteja ocorrendo simultaneamente na Casa.

A criação de manuais de redação e procedimentos que detalharão as normas de funcionamento dos veículos da Câmara é prevista no artigo 3º do ato, porém apurou-se na pesquisa de campo que a emissora de tevê não possui tal documento. O artigo seguinte, por sua vez, estabelece que as notícias veiculadas terão caráter apartidário, não opinativo e imparcial, com reforço, em parágrafo único, da equanimidade de tratamento a ser dado aos vereadores. O artigo 5º esclarece que atividades internas dos partidos, realizadas na sede da Câmara ou fora dela, não receberão cobertura pelos órgãos de comunicação da Casa.

Os artigos de 8 a 17 dispõem sobre os veículos audiovisuais. Conforme o 8º, a TV Câmara cumpre o que determina a Lei nº 8.977/1995 (Lei da Cabodifusão). Recorda-se, como já abordado, que o artigo 23 da referida lei prevê a disponibilização de canais básicos de utilização gratuita pelos operadores de TV a Cabo, dentre eles um canal a ser explorado pelo legislativo municipal, voltado à documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões.

O ato não oficial da Mesa Diretora da CMJF apresenta ainda definições sobre a programação, estabelecidas nos artigos de 9 a 12. No que tange à TV Câmara, prevê-se: (a) a veiculação de programas de caráter jornalístico, educativo, cultural e científico, sejam eles próprios, produzidos em co-parceria ou obtidos de terceiros, desde que observada a predominância de programas de conteúdo legislativo e institucional; (b) a observância de critérios institucionais, viabilidade de veiculação na grade de programação e disponibilidade de equipamentos na cobertura de eventos externos à Câmara Municipal, estando o deslocamento para outros municípios condicionado à autorização do Presidente da Mesa Diretora, e (c) a difusão de educação continuada a distância e integração à rede legislativa.

Em seu artigo 13º, o documento prevê que, para a realização de suas atividades, as emissoras de rádio e televisão da Câmara poderão valer-se de convênios de cooperação com outras emissoras, entidades e empresas; trabalhar em regime de co-produção, estabelecer convênios que visem desenvolvimento de veículos de radiodifusão comunitários, universitários, educativos e legislativos, e distribuir seus programas via cabodifusão e redes de computadores.

Aos estúdios é delimitada a utilização apenas para gravações de interesses institucionais (artigo 14). As transmissões de rádio, bem como as imagens e sons captados pela tevê, poderão ser compartilhadas com/cedidas a outras emissoras, devendo os conteúdos televisivos estar selados com o logotipo da JFTV Câmara (artigos 16 e 17).

Nas disposições finais, dentre outras resoluções, o artigo 19 prevê punições para quem se utilizar das instalações, materiais e equipamentos dos veículos da Câmara de forma indevida e para finalidades distintas daquelas para as quais eles foram criados.

Embora tal norma constitua-se como importante guia no funcionamento da emissora, sua não oficialização e a inexistência de outros marcos legais abrem margem para uma utilização equivocada da emissora, cenário agravado pela compreensão errônea que alguns legisladores possam ter de que a mesma atua como uma espécie de assessoria de imprensa.

A compreensão do papel da JFTV Câmara pelos vereadores juizforanos foi justamente uma das questões colocadas pela autora a alguns dos profissionais entrevistados. Questionado sobre o tema, o superintendente de Comunicação Maurício Oliveira confirma às vezes haver

pedidos de vereadores para cobertura de eventos/ações particulares. Porém, o jornalista acredita não se tratar de uma falta de compreensão do papel da emissora e sim do fato de a mesma ser nova, citando como exemplo a TV Assembleia, que, com quase 25 anos, possui um formato próprio e uma linha de trabalho já conhecidos pelos deputados mineiros.

A partir de relatos feitos a ele por profissionais que estão há mais tempo na Câmara Municipal, o superintendente conta que, antes da criação da JFTV Câmara, já existiam alguns setores com câmeras e microfones, e parlamentares utilizavam-se desses equipamentos para cobrir algumas de suas atividades. Como ressalta,

com a TV Câmara isso mudou. Foi até essa identidade que o Ricardo Miranda quis passar para a TV Câmara, que a gente não ia ter mais um setor para ficar atendendo pedido particular de vereador e iria profissionalizar isso, fazendo com que a TV cobrisse aquilo que era de interesse social (OLIVEIRA, 2019).

Diante de tal cenário, Maurício afirma haver um esforço no sentido de conscientizar os parlamentares de que a finalidade da JFTV Câmara não é a de mostrar atividades particulares - o que caberia a suas assessorias de imprensa -, mas sim assuntos de interesse coletivo. Segundo o jornalista, os resultados têm sido positivos.

Por meio das entrevistas com os profissionais da emissora observa-se haver uma compreensão de seus caracteres institucional e público, com um entendimento de que suas produções devem abarcar não somente as ações da Câmara e suas comissões, mas também temáticas de interesse público, social.

Para a produtora Lívia Garcia é preciso mostrar o trabalho dos vereadores, pois os juízesforanos têm interesse em saber o que os representantes eleitos fazem, mas é necessário tomar cuidado para que as abordagens não apresentem um viés propagandístico. Assim, entende que não cabe ao veículo mostrar ações particulares, mas sim trabalhos conjuntos dos vereadores - tais como atividades das Comissões e votações de leis - e que contribuam com a vida da população.

Eu acho que a TV pública também tem um conceito de aproximar o cidadão, no nosso caso aqui, com o Legislativo. Então, a gente tem que ser uma TV transparente: tudo que é feito aqui a gente tem que passar exatamente de forma transparente para o cidadão. Porque é isso que ele quer ver, ele quer ver o que acontece (GARCIA, 2019).

A editora Juliana Neves conta que não possuía experiência profissional em veículos públicos de comunicação e que, após ingressar na JFTV Câmara, passou a compreender a

importância dos mesmos. Em complemento ao que foi dito por Livia, a profissional ressalta também a necessidade de cobertura de outros temas para além dos relativos às atividades parlamentares.

(...) às vezes a gente, por estar dentro de uma casa legislativa, acha que “ah, é uma TV que vai cobrir o que está acontecendo aqui dentro da Câmara”, mas não é! A gente começa a perceber a importância quando os repórteres vão para a rua, e eles começam a ter retorno, quando as pessoas, às vezes, começam a procurar aqui para falar alguma coisa, ou quando é alguma matéria de denúncia, e a gente vai no bairro e pega essas denúncias (NEVES, 2019).

Questionada sobre qual compreende ser a proposta comunicacional da emissora, Marise Baesso evidencia os vieses público e institucional do veículo, ao destacar que a JFTV Câmara deve ter programas voltados à população - caráter, principalmente, de prestação de serviço - e também conteúdos sobre o Legislativo - com abordagens pedagógicas, inclusive, que versem sobre o que é esse poder, como se dá sua atuação junto aos demais e quais são as suas contribuições para o município. Assim, ressalta que a equipe da emissora tem buscado fazer conteúdos “que não são necessariamente da Câmara, mas que a gente entende que seja um serviço para a população” (BAESSO, 2019). Como exemplos, cita a cobertura dos 25 anos da Lei Murilo Mendes, da Lei da Anistia, das atividades do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e a série Mobilidade Urbana.

Eu acho que temos que saber, realmente, que a gente é uma tevê legislativa, que a gente tem um compromisso maior com essa coisa pública, que não é o lucro; que a gente também não tem a obrigação de fazer uma coisa que vai ser só pela audiência, mas sim pelo compromisso com o cidadão, por outras questões mais cidadãs e menos de consumidor (BAESSO, 2019).

No que se refere à comunicação pública, a repórter Maria Judith Possani afirma entender que a mesma é feita para beneficiar a sociedade, não devendo ter nenhum vínculo com empresas, comércio e/ou publicidade. Os veículos do campo têm como finalidade, portanto, dar às pessoas “acesso ao que de fato está sendo discutido, dar transparência ao poder público e prestar um serviço de utilidade pública” (POSSANI, 2019). Para que a emissora do Legislativo Municipal de Juiz de Fora se aproxime desse ideal, defende a necessidade de uma maior profissionalização da equipe e a existência de diretrizes que orientem a atuação de seus funcionários.

A subcoordenadora Maressa Souza também ressalta que, para que a JFTV Câmara se consolide como veículo público, faz-se necessária a existência de um instrumento jurídico que

orientar o funcionamento da emissora e validar as decisões de seus profissionais. Maressa também afirma ser preciso mais investimentos em recursos materiais e humanos, o que possibilitaria colocar em prática projetos que se voltam para a comunidade e, assim, integrar a população nas produções. Tal como a produtora Lívia Garcia, ela destaca ainda a necessidade de que todos os governos e gestões da Mesa Diretora se comprometam com o desenvolvimento da emissora.

Ainda sobre o caráter público da JFTV Câmara, vale ressaltar, conforme apontado por Maurício Oliveira, que as concessões permitem a exploração de um bem que é público: o espectro eletromagnético. Logo, para o jornalista, falar de comunicação pública é falar da utilização de “um canal público para que eu possa, de alguma forma, trazer um benefício para a sociedade, no caráter informativo, no caráter Legislativo” (OLIVEIRA, 2019).

O superintendente também destaca a democratização do acesso à informação, ao considerar que, na correria do dia a dia, nem sempre o cidadão consegue acompanhar as ações do Legislativo, o que é possibilitado pela emissora.

Ele pode acompanhar hoje o trabalho dos vereadores, porque antes as pessoas votavam nos vereadores e depois esqueciam, não acompanhavam o trabalho deles. A TV Câmara hoje permite isso, que você acompanhe o seu vereador, que você saiba se ele está representando dignamente seu voto (OLIVEIRA, 2019).

Nesse sentido, Maurício destaca que os vereadores já perceberam o alcance da JFTV Câmara e a necessidade, portanto, de reformular a postura e sua relação com o público. A análise de que conteúdos compõem a programação da emissora, feita a seguir, permite-nos observar como os pontos aqui levantados se refletem em sua produção.

5.2.2 No ar: a programação do canal

Com pouco mais de dois anos no ar, a JFTV Câmara deu passos importantes no que se refere às produções próprias, que integram conteúdos jornalísticos, programas de entrevistas, materiais curtos sobre direito do consumidor, além das transmissões ao vivo das sessões plenárias.

De acordo com a subcoordenadora de Rádio e TV da Câmara Municipal, Maressa Souza, em agosto de 2018, quando ela ingressou no cargo, a programação era quase toda de retransmissões da cadeia legislativa - programas e conteúdos de emissoras legislativas

parceiras, campanhas governamentais, etc. Os conteúdos locais restringiam-se às transmissões ao vivo das sessões plenárias e matérias jornalísticas ligadas a temáticas da Casa.

Os materiais jornalísticos são um dos principais produtos da emissora. O atual superintendente de Comunicação da CMJF, Maurício Oliveira, entrou na TV em 2015, quando ela ainda não era transmitida em canal aberto e ressalta mudanças ocorridas das temáticas com o passar dos anos.

Eu cheguei na condição de repórter da emissora, e aí a gente começou a cobrir o dia a dia legislativo aqui da Câmara e, aos poucos, a gente foi percebendo que além do dia a dia aqui da Câmara existia a necessidade de poder pautar outros assuntos, porque as leis, os projetos são criados aqui, mas eles refletem lá fora. Então era preciso poder mostrar os efeitos dessas leis, como essas regras criadas aqui estavam sendo, de fato, colocadas em prática lá fora (OLIVEIRA, 2019).

A fala de Maurício é corroborada pela repórter Maria Judith, ao ressaltar que, além das atividades da Casa e projetos da CMJF - tais como Parlamento Jovem⁵³, Câmara Mirim⁵⁴ e Conheça a Câmara⁵⁵ -, também são produzidas matérias com outras temáticas de interesse público, como cultura e questões do dia a dia dos munícipes. “Então tem o cunho da transparência do Poder Legislativo, e essa questão também da utilidade pública, nesse sentido de discutir temas interessantes” (POSSANI, 2019).

Os conteúdos noticiosos são reunidos e exibidos em bloco único, sem horário fixo na grade de programação. A subcoordenadora Maressa Souza conta que esses blocos vêm

com uma abertura e entram as notícias, umas seguidas das outras, e o encerramento. Hoje, dentro da programação, a gente sempre prioriza colocar o bloco antes de começar a reunião ordinária e repete depois, porque entendemos que, naquele momento, os cidadãos locais, juizforanos, ligaram para ver a transmissão ao vivo, e aí a gente acaba “pegando” eles ali. Fora isso, ele não tem um horário fixo na grade porque o programador tenta encaixar com base no conteúdo que ele tem disponível [...] (SOUZA, 2019).

⁵³ Iniciativa da Assembleia de Minas, em parceria com as câmaras municipais do estado, voltada à formação política de estudantes dos ensinos médio e superior.

⁵⁴ Projeto da CMJF que reúne estudantes das redes pública e privada de ensino, com idades entre 13 e 15 anos, e possibilita aos mesmos conhecerem o funcionamento da Câmara Municipal. Capacitados por meio de oficinas sobre cidadania e política, ao longo do projeto os estudantes participam de atividades legislativas e da elaboração de propostas de lei.

⁵⁵ Criado em 2012, o projeto Conheça a Câmara oferece uma visita guiada para a apresentar as instalações da CMJF e o trabalho de seus servidores e dos vereadores. As visitas devem ser agendadas com antecedência.

Uma exceção é a série Mobilidade Urbana, que reúne reportagens especiais sobre os problemas enfrentados no trânsito em Juiz de Fora a partir dos pontos de vista de munícipes, especialistas e poder público. Iniciada em setembro de 2019, a série foi a primeira produzida pela emissora, com episódios inéditos veiculados às 10 horas da manhã das segundas-feiras⁵⁶. Criada a partir da proposição de um funcionário da JFTV Câmara, conta com vinheta própria e aborda temáticas como acessibilidade, veículos alternativos, ciclorrotas, linha férrea e pedestres.

Outras duas produções quinzenais da emissora que também possuem horários fixos na programação são os programas de entrevistas Câmara Discute e Diversidade, lançados em outubro de 2019 e exibidos nas noites de domingo. O Câmara Discute trabalha temas ligados à cidadania e às políticas públicas, por meio da abordagem de Projetos de Lei ou de assuntos de interesse público que estejam em evidência entre os munícipes.

As temáticas são abordadas junto a dois entrevistados, sendo um deles um vereador que desenvolva algum trabalho relacionado às mesmas e o outro um representante da sociedade civil ou um especialista no assunto. Na semana da observação participante, por exemplo, acompanhou-se a gravação de uma edição do Câmara Discute sobre políticas públicas de proteção animal, para a qual foram convidados o vereador Marlon Siqueira, Presidente da Comissão de Defesa, Controle e Proteção Animal da CMJF, e Miriam Neder, Gerente do Departamento de Controle Animal da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF).

O Diversidade, por sua vez, foi inspirado em um projeto desenvolvido pela Câmara Municipal com objetivo de promover a reflexão e o debate sobre inclusão social em espaços públicos, como instituições de ensino e saúde. No programa da tevê, como conta Maressa, busca-se abordar temas ligados aos grupos sociais classificados como minorias, tais como negros, mulheres e pessoas com deficiência.

O programa também conta com dois entrevistados. Na semana da análise, foi acompanhada a gravação de uma edição na qual foram abordados os temas trabalhos sociais e ajuda humanitária. Um pastor evangélico e um padre católico foram convidados para a discussão.

Trabalhos desenvolvidos pela Câmara Municipal também inspiraram o Momento Sedecon (Serviço de Defesa do Consumidor), sendo este último um órgão ligado à CMJF. O programa, que já era feito para a rádio, foi adaptado para o formato televisivo e consiste em

⁵⁶ Durante a elaboração dessa dissertação a série ainda estava no ar.

materiais de curta duração, exibidos ao longo da programação, voltados ao esclarecimento de dúvidas e questões relativas aos direitos do consumidor.

Faz parte de um projeto também da gente tentar dar uma visibilidade maior à questão institucional da Câmara, porque o Sedecon é um órgão da Câmara Municipal que presta serviço para a sociedade. Então, eu trato isso como conteúdo institucional, mas que tem um cunho educativo e de cidadania (SOUZA, 2019).

Por fim, constituem conteúdos próprios da emissora a transmissão ao vivo das sessões plenárias, abrangendo as reuniões ordinárias e extraordinárias, as audiências públicas e, eventualmente, outros eventos realizados no Plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Complementam a grade de programação da JFTV Câmara produtos obtidos mediante parcerias. Uma delas foi firmada em maio de 2019 com a Universidade Federal de Juiz de Fora, viabilizando a veiculação do programa Mosaico, produzido por alunos da Faculdade de Comunicação Social (Facom) por meio da Produtora de Mídias. Edições inéditas são exibidas às quartas-feiras, às 21 horas, com reprise nas tardes de sábado. A parceria também prevê a exibição de versões antigas do programa.

A JFTV Câmara também possui parceria com a TV Assembleia, emissora ligada ao Legislativo Estadual de Minas Gerais, que disponibiliza ao canal juizforano edições de materiais já exibidos em sua programação.

Ainda quanto às parcerias, vale ressaltar outras duas importantes firmadas pela emissora e que já chegaram ao fim. Uma delas foi feita com a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa) para exibição de documentários produzidos pelo órgão. Durante entrevista à pesquisadora, o superintendente Maurício Oliveira contou que uma reunião com o representante de comunicação da Prefeitura estava prevista para a semana seguinte para se discutir a possibilidade de um novo acordo com a Fundação.

O outro contrato foi estabelecido com a organização não-governamental Basquetebol do Futuro, que desde 1994 atua na formação de atletas de base em Juiz de Fora. Firmada em junho de 2018, a parceria resultou na criação do programa de entrevistas Pautando o Esporte, conduzido pelo jornalista esportivo Ivan Elias.

O contrato foi rescindido em 2019, em função de dificuldades na produção. De acordo com Maressa Souza, cabia à JFTV Câmara gravar e editar o programa, mas, com a atual estrutura e as demandas da emissora, não foi possível dar continuidade ao projeto. Os produtores do Pautando o Esporte também alegaram não ter condições de arcar com os custos de produção, visto se tratar de um programa sem fins lucrativos.

A subcoordenadora de Rádio e TV da Câmara reconhece a importância da parceria com a sociedade civil sem fins lucrativos no fortalecimento da programação local, mas ressalta ser preciso adotar instrumentos jurídicos que selem essas cooperações de forma a viabilizar sua realização.

Entre outubro de 2018 e abril de 2019, a emissora também produziu o JFTV Notícias, noticiário semanal exibido em formato de revista jornalística. Compunham o jornal matérias sobre as atividades da Câmara Municipal e outras sobre temáticas locais diversificadas - cultura, saúde, comportamento, etc. -, notas sobre o esporte local e sobre acontecimentos internacionais, e conteúdos das emissoras legislativas parceiras - TV Senado, TV Câmara e TV Assembleia. Depois também foram incluídas a previsão do tempo e uma agenda cultural.

A produção foi interrompida em função da exoneração de alguns profissionais da emissora, que eram de cargos comissionados, para ingresso dos aprovados em concurso. Entre a saída dos primeiros e o ingresso dos novos jornalistas houve uma lacuna, e a falta de profissionais fez com que o noticiário deixasse de ser produzido.

Maressa afirma que há possibilidade de retorno, mas que aguarda a solução de questões estruturais, como a construção de um estúdio e a aquisição de alguns equipamentos. Fala, ainda, sobre a possível criação de um boletim diário, de curta duração, a ser exibido no final da tarde - similar ao programa radiofônico produzido pela Câmara e transmitido pela Rádio CBN.

A gente tem alguns outros projetos que podem ser desengavetados, programas ligados à saúde, ao próprio Parlamento Jovem, que é um programa que a Câmara tem junto com a Assembleia Legislativa, que é para educação legislativa. Mas hoje eu entendo que talvez dependeria de uma estrutura, e não só uma estrutura de estúdio: vai ser também um novo momento da Câmara, no qual a gente tenha mais mão de obra humana para fazer isso. Para que a grade cresça, nessa mesma proporção tem que crescer o investimento também em tecnologia e em material humano (SOUZA, 2019).

Outras propostas e formatos também têm sido testados. A repórter Marise Baesso conta que, em julho de 2019, foi gravado o piloto de um programa de auditório. Feito no Plenário da Câmara, o programa teve como tema o Dia da Mulher Negra Latino-Americana. Observa-se, portanto, que, apesar das dificuldades do dia a dia, os profissionais têm tentado apresentar novas ideias, viabilizando a participação dos cidadãos e cidadãs juizforanos.

5.2.3 O dia a dia na redação da JFTV Câmara

O acompanhamento das rotinas produtivas da JFTV Câmara teve início no dia sete de outubro de 2019, segunda-feira, e os turnos de acompanhamento foram sendo definidos ao longo semana, conforme as coberturas e apurações já programadas pela produtora do canal, a disponibilidade dos profissionais da emissora e as demandas de última hora.

A observação participante iniciou-se na tarde da segunda-feira, com o acompanhamento da reunião de pauta da emissora. Ressalta-se que as ideias discutidas na ocasião foram majoritariamente relativas a projetos futuros e não a pautas do dia a dia. Foram temas da conversa, por exemplo, a realização de uma série especial de reportagens para o fim de ano, para a qual a subcoordenadora Maressa Souza pede sugestões aos presentes, e a produção de uma série especial nos distritos de Juiz de Fora, com fins de conhecer melhor suas histórias, seus moradores e desafios do dia a dia.

Na reunião também são feitas atualizações sobre a série especial Mobilidade Urbana, com considerações sobre a ausência de retorno de algumas fontes contatadas. São dados, ainda, informes sobre questões técnicas, como a chegada de novos estagiários, um deles para atuar como cinegrafista.

Vale ressaltar que a reunião de pauta envolve os diferentes profissionais da JFTV Câmara, contando com a participação não somente daqueles diretamente envolvidos com a produção dos conteúdos, mas também funcionários da técnica e de outros setores da emissora. Sobre essa integração, a subcoordenadora Maressa Souza ressalta que a mesma contribui com a definição de temas a partir de informações trazidas pelos mesmos, dissipando, por exemplo, dúvidas sobre a viabilidade e o rendimento de temas propostos para matérias.

Não discutida diretamente na reunião de pauta, com exceção de algumas atualizações sobre a série Mobilidade Urbana, a programação prévia daquela semana já estava detalhada e escrita em um quadro branco, afixado em um dos lados do biombo que delimita a sala onde funciona a redação da JFTV Câmara. Esta última localiza-se no segundo andar do Palácio Barbosa Lima, prédio histórico situado na Rua Halfeld, região central de Juiz de Fora, inaugurado em 1878 para abrigar o Legislativo Municipal e o Fórum. Com exceção do período entre 1965 e o final da década de 70, quando a Câmara instalou-se no Edifício Adhemar Rezende de Andrade, o palácio tem sido a casa do poder Legislativo juizforano.

O cômodo onde fica a redação da JFTV Câmara é dividido por biombo e tem três ambientes. O primeiro deles, visualizado assim que se entra no local, é onde ficam as mesas de trabalho das jornalistas e da produtora, equipadas com computador e impressora. A segunda sala é da subcoordenadora Maressa Souza, e na outra sala fica a ilha de edição e um armário

com equipamentos. Ressalta-se que entre o ambiente principal e os outros dois não há separação por portas.

O quadro branco, que estende-se por todo o biombo, tem uma parte utilizada para disponibilizar a agenda de produção da semana. Esta divide-se, na vertical, em dois lados, correspondentes aos turnos de trabalho manhã e tarde. Cada um destes lados, por sua vez, possui cinco subdivisões na horizontal, uma para cada dia útil da semana. Nas mesmas são colocadas informações sobre as pautas diárias e sessões plenárias, com dados como tema, horário, local, atividade a ser realizada - gravação de sonora, *stand up*, transmissão ao vivo, etc. - e equipe - repórter e cinegrafista - responsável pela apuração.

O quadro começa a ser preenchido pela produtora do canal, Livia Garcia, na sexta-feira da semana anterior, a partir de levantamento prévio de atividades parlamentares previstas para a semana seguinte. As informações são coletadas, principalmente, no *site* da Câmara, onde constam agendas mensais das sessões plenárias, e no sistema intranet da Casa, por meio do qual são recebidos memorandos e solicitações de cobertura de ações/atividades do Legislativo, suas comissões e vereadores.

Também integram o quadro dados sobre as gravações dos dois programas de entrevista produzidos pela emissora, Câmara Discute e Diversidade; das gravações do programa Momento Sedecon e de outras matérias produzidas pela emissora e que não tenham relação direta com as atividades do Legislativo. No período analisado, constavam ainda informações sobre gravações da série Mobilidade Urbana.

As informações disponibilizadas no painel são atualizadas pela produtora conforme demandas surgidas ao longo da semana. No período da observação participante, por exemplo, logo após a reunião de pauta, foi marcada para a tarde de quarta-feira, 9 de outubro, a gravação de uma externa para a série de mobilidade, com a temática pedestres. Porém, houve uma demanda de última hora, enviada pela Comissão Especial de Telefonia da Câmara, fazendo com que a equipe fosse realocada para a cobertura de uma matéria no distrito de Valadares. Tratava-se do recebimento do comunicado de uma operadora de telefonia informando que até o mês de dezembro a mesma instalaria seus serviços no local. Ressalta-se que Valadares foi uma das cinco áreas rurais de Juiz de Fora alçadas à categoria de distrito, mediante trabalho da Comissão, com fins de que pudessem se beneficiar de um programa estadual que visa garantir o acesso à telefonia móvel e Internet em localidades afastadas dos centros urbanos.

Dados referentes ao trabalho de produção - marcação de pautas, entrevistas, vivos, etc. - também são acrescentados ao quadro, que em outras de suas partes contém ainda informações sobre o dia a dia da redação, tais como pendências e matérias já editadas e a editar.

As informações sobre as pautas também são disponibilizadas via sistema interno da redação, por meio da utilização de um *software* que possibilita não somente a criação das mesmas, mas também seu compartilhamento entre os profissionais da emissora. Pelo sistema, os funcionários também têm acesso a outros documentos relativos à produção, tais como textos de matérias jornalísticas, agenda de contatos e roteiros de programas. Também é possível a criação de um calendário de eventos, facilitando a tarefa de produção das notícias.

A jornalista Lívia Garcia é funcionária da JFTV Câmara desde março de 2015 e há cerca de três anos atua como produtora do canal⁵⁷. Nessa época, a emissora ainda não funcionava em canal aberto, e, conforme relatado por Lívia em entrevista à autora, a produção de conteúdos ainda era pequena, restrita ao trabalho dos vereadores e o dia a dia da Casa.

Juliana Neves, que se juntou à equipe da JFTV Câmara como editora de imagens em março de 2017, poucos meses antes da inauguração oficial do canal 35.1, relembra ainda que, naquela época, já eram acompanhados os projetos Câmara Mirim, Conheça a Câmara e Parlamento Jovem, promovidos pela CMJF.

Quando a emissora passou a funcionar na tevê aberta, a produção de conteúdos aumentou, e a equipe passou a cobrir, por exemplo, audiências públicas, sanção de Projetos de Lei e outras temáticas não diretamente ligadas à Casa. No final de 2018, a emissora passou a produzir, ainda, o JFTV Notícias. Sobre o período, a produtora Lívia Garcia (2019) relembra: “durante a semana, a gente tentava equilibrar as marcações que tínhamos para as matérias que deveriam estar prontas até, pelo menos, na quinta-feira, e também o dia a dia dos vereadores - reunião de Comissão, audiência pública, reunião ordinária (...)”.

Durante algum tempo, Lívia, que naquela época e ainda hoje também trabalha como repórter quando necessário, esteve sozinha na função. Em 2017, foi contratada uma estagiária que a auxilia no processo produtivo durante o turno da manhã. Outro auxílio na produção são as reuniões de pauta, que ela conta serem mais recentes, implantadas na gestão da atual subcoordenadora da TV, Maressa Souza. Antes, segundo Lívia, as decisões sobre as pautas ficavam a seu cargo, com auxílio e orientação das então coordenadoras do canal, mas sem a participação da equipe como se tem hoje. Sobre a época em que não havia o envolvimento dos demais profissionais nessas decisões, ela ressalta que focava mais nos assuntos internos da Casa.

⁵⁷ Vale ressaltar que, em abril de 2019, em função de mudanças necessárias à contratação das jornalistas concursadas, Lívia saiu da emissora, retornando à produção da JFTV Câmara em setembro.

Sobre tal cenário, vale destacar que o mesmo permite inferir que o engajamento da equipe na discussão das pautas teve resultados positivos, ao dar mais dinâmica à produção, incluindo novas possibilidades temáticas e de abordagem, a partir da contribuição de outros profissionais da emissora.

Questões estruturais - como a ausência de um estúdio -, o número reduzido de profissionais e a falta de um veículo próprio são os principais problemas para a produção apontados por Lívia. Sobre o carro, a produtora conta que a emissora possuía contrato com uma locadora, mas o mesmo foi extinto em março de 2019. Desde então, o deslocamento das equipes é feito por meio de veículos da Câmara, incorrendo em problemas como a disponibilidade de automóveis e de profissionais⁵⁸.

A repórter Marise Baesso, que também ressalta dificuldades decorrentes da falta de um carro próprio pela emissora, destaca ainda que ter um carro plotado ajudaria na divulgação da JFTV Câmara ao levar o nome do canal para as ruas.

Marise também comenta sobre a falta de profissionais e relembra que, após ingressar, ficou cerca de um mês como única repórter do canal até que a jornalista Maria Judith Possani fosse empossada. Embora a entrada da profissional tenha dado novo fôlego à produção, ela coincidiu com a saída de dois cinegrafistas, impossibilitando o investimento em propostas jornalísticas diferentes, aspiradas pelas repórteres.

A época em que Marise assumiu o cargo também coincidiu com a ausência da produtora Lívia Garcia. Embora a atividade fosse exercida pela estagiária da produção, as repórteres também precisaram assumir algumas das funções, como a marcação de entrevistas. O cargo chegou a ser ocupado por um outro funcionário da casa durante um tempo, normalizando-se as rotinas produtivas após o retorno de Lívia.

Já sobre o número de profissionais, algumas das experiências aqui já citadas e outras a serem consideradas a seguir demonstram dificuldades que poderiam ser superadas com investimento em recursos humanos. A emissora conta apenas com as duas repórteres concursadas, que trabalham no turno da tarde. Assim, quando há coberturas no período da manhã ou mais de duas pautas importantes em um mesmo dia e horários próximos, por exemplo, outros profissionais são escalados. Nestes casos, além da já citada colaboração da produtora Lívia Garcia, conta-se ainda com o auxílio de jornalistas da assessoria da Câmara.

⁵⁸ Quanto aos motoristas, vale destacar que eles são concursados e possuem carga horária fixa, o que dificulta, por exemplo, quando há apurações externas cujos horários não coincidem com os turnos destes servidores.

Outra questão observada é o tempo investido no treinamento de novos colaboradores. No período da observação participante, por exemplo, um estagiário ingressou na equipe para atuar como cinegrafista. Sem experiência na atividade, ele passou a ser treinado por um dos profissionais da JFTV Câmara, demandando a disponibilidade de um funcionário que talvez pudesse estar auxiliando em outras coberturas. Salienta-se que, com a chegada do estudante universitário, a emissora passou a contar com quatro operadores de câmera.

Na edição e na produção, além das jornalistas responsáveis, há um estagiário em cada setor, auxiliando na execução dos serviços. A operação técnica, que é composta por quatro profissionais, também conta com o auxílio de estagiários. Para além das oportunidades de formação oferecidas aos estudantes universitários, que são de extrema valia e importância, há de se ressaltar que a recorrência à mão de obra dos mesmos pode ser também o reflexo de uma tentativa de preencher lacunas deixadas pela falta de profissionais especializados.

Na manhã do segundo dia da observação participante foi possível verificar alguns dos desafios resultantes das questões estruturais levantadas pela produtora Lívia Garcia: sem contar com um estúdio próprio, a emissora precisou recorrer a uma parceria com a Funalfa para utilizar o Teatro Paschoal Carlos Magno como cenário para a gravação dos programas *Câmara Discute* e *Diversidade*⁵⁹.

Para tanto, é preciso deslocar e montar uma estrutura no local, como câmeras, *spots* de luz e mesa de som. Para compor o cenário são levados, ainda, uma mesa, cadeiras, livros e até um tapete. Ressalta-se que alguns desses acessórios são objetos particulares de profissionais da casa e não patrimônio da Câmara.

Durante o período da observação participante, a mestranda acompanhou, ainda, a apuração de algumas matérias, internas e externas. Também na terça-feira, 8 de outubro, à tarde, a autora esteve com a jornalista Marise Baesso na cobertura de uma ação realizada na Câmara para celebrar o Outubro Rosa⁶⁰, campanha de conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama.

Na ocasião, a coordenadora do projeto *Mama Amiga*, a professora Denise Barros, entregou ao vereador Antônio Aguiar uma caixa rosa que foi deixada no saguão principal do

⁵⁹ Em reunião de pauta no dia 14 de outubro, acompanhada pela mestranda que encontrava-se na redação para a condução de entrevistas, Maressa Souza comunicou a indisponibilidade da locação no mês de dezembro e solicitou sugestões de outros locais públicos nos quais os programas pudessem ser gravados.

⁶⁰ A título de esclarecimentos, ressalta-se que matéria acabou sendo editada com *offs* da repórter Maria Judith, em função de problemas técnicos nos arquivos gravados por Marise Baesso. Como o conteúdo foi gravado um dia antes de um período no qual Marise precisou se ausentar, conforme relatado mais adiante, foi preciso recorrer à sua colega de redação.

Palácio Barbosa Lima para recolhimento de doações de lenços e toalhas, acessórios que seriam encaminhados a pacientes em tratamento contra a enfermidade.

Denise, que teve a doença, conta ter descoberto no lenço um meio de empoderamento depois da queda dos cabelos em função do tratamento e, já curada, deu início a campanha para ajudar outras mulheres vítimas de câncer. O parlamentar, por sua vez, é autor da Lei Nº 13.431/2016, que instituiu no calendário oficial do município o Dia Municipal de Combate ao Câncer de Mama, celebrado em 19 de outubro.

Observa-se, na apuração, a integração entre iniciativas da sociedade civil e o poder público e a busca por equilíbrio no espaço de fala dado ao parlamentar e à cidadã. Tanto Denise quanto o vereador Antônio Aguiar são entrevistados: à professora, Marise pergunta sobre a importância da parceria com a Câmara no recolhimento das doações e demais ações previstas; ao vereador, por sua vez, ao trazer números sobre a doença, a repórter questiona como ele vê o cenário do câncer de mama em Juiz de Fora e no Brasil e quais as demais atividades a serem realizadas pela Casa.

Ainda que figure como personagem, observa-se uma tentativa de inclusão de Denise não somente como representante de mulheres que como ela venceram a enfermidade, mas como cidadã cujas ações sociais têm impacto na vida de outras pessoas. Não há, portanto, uma vitimização da entrevistada, tendendo ao sensacionalismo - tal como feito por alguns veículos comerciais com fins de aumentar a audiência -, mas uma humanização das pacientes, ao abordar uma iniciativa que visa auxiliá-las a enfrentar consequências do tratamento.

O parlamentar, por sua vez, acaba por ser abordado também como especialista, visto que é médico, e umas das perguntas dirigidas a ele se volta ao cenário da doença nos âmbitos municipal e nacional. Assim, ainda que figure como vereador e autor da lei que institui o dia de combate à doença, a abordagem adotada na entrevista com o mesmo volta-se para o interesse público.

Na matéria é mostrada ainda a apresentação do coral Renovart, da Acispes (Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé na Serra), do qual alguns dos membros também já passaram por tratamento de câncer. A coordenadora do coral e uma de suas integrantes, que teve a enfermidade, foram ouvidas. Ressalta-se que, assim como com Denise, não houve vitimização da entrevistada, que em sua fala ressalta que a música representa alegria e renovação.

Durante a apresentação, realizada na escadaria da Câmara, a vereadora Ana Rossignoli também é ouvida e aborda não só o envolvimento do Legislativo com a campanha Outubro Rosa, mas também a importância das mulheres cuidarem da saúde, fazendo a prevenção por

meio dos exames. Assim, ela fala não somente de seu lugar como parlamentar, mas como mulher, também sujeita à enfermidade. As participações de Ana e das integrantes do coral corroboram a busca por equilíbrio na voz dada aos parlamentares e os munícipes observadas pela pesquisadora na apuração.

Na quarta-feira à tarde, acompanhou-se a repórter Maria Judith Possani na cobertura da já citada visita dos vereadores da Comissão Especial de Telefonia ao distrito de Valadares. Ressalta-se aqui, por se tratar de demanda de última hora, a falta de esclarecimentos sobre a ação: na redação, informou-se que se trataria de uma reunião da Comissão, mas somente em contato com os vereadores no local a repórter esclareceu se tratar de uma visita em função do comunicado feito pela operadora de telefonia sobre a instalação dos serviços no distrito.

Representantes da referida Comissão e da de Urbanismo da CMJF, do Executivo e alguns munícipes se reuniram próximo à igreja em cujo terreno localiza-se a torre a ser utilizada para fornecimento dos serviços. Foram ouvidos três moradores da comunidade, o representante da Prefeitura e os quatro vereadores presentes. Os residentes do local falaram sobre a importância da chegada dos serviços; os parlamentares, de forma geral, ressaltaram os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões e a importância dos resultados para a população, sendo corroborados pela falas do representante do Executivo.

A partir da observação de como se deu a visita, desde a comunicação da pauta até o momento de realização da mesma, observa-se tratar-se, tão somente, de uma busca dos parlamentares pela publicização do resultado alcançado após o trabalho da Comissão Especial. Não se questiona aqui o mérito de tal conquista, nem tampouco das ações dos parlamentares para que a mesma fosse alcançada, reconhecendo-se sua relevância para a inclusão digital da comunidade beneficiada. O que se debate é a forma como se deu a apuração: no dia não havia, por exemplo, nenhum representante da operadora, dado que o comunicado se deu de forma não presencial, assim como não foi possível investigar mais a fundo, junto aos moradores, sobre os benefícios da chegada dos serviços. Uma apuração feita com antecedência poderia mostrar os impactos disso no comércio ou mesmo na vida dos estudantes.

A partir da experiência é possível inferir sobre influência exercida pelos parlamentares na definição das pautas da Casa, uma vez que, em um primeiro momento, esse comunicado poderia ter sido feitos pelas assessorias - da Casa e dos parlamentares -, garantindo o imediatismo e ineditismo da notícia e reservando à tevê uma abordagem mais completa e aprofundada, o que resultaria em informações mais relevantes a serem passadas sobre os benefícios da conquista.

Ainda sobre tal cobertura, ressalta-se questão técnica observada: no momento da apuração estava chovendo e a JFTV Câmara não possui capas protetoras para as câmeras de vídeo, o que quase impossibilitou a realização da cobertura. A solução foi dada pela pesquisadora, que ofereceu sua sombrinha ao cinegrafista e seu auxílio para segurar a mesma enquanto ele fazia as filmagens, protegendo, assim, o equipamento.

A jornalista Maria Judith também foi acompanhada em outras duas apurações. Uma delas foi a cobertura de reunião na qual foi discutida a regulamentação da Lei Nº 13.699/2018, que dispõe sobre a inserção do símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas placas de atendimento prioritário dos estabelecimentos comerciais.

Realizado na sala Asa Delta da Câmara, na tarde do dia 10 de outubro, o encontro reuniu um dos autores da lei, vereador Julio Obama Jr., representantes da Prefeitura Municipal e de entidades sociais na tentativa de acelerar a regulamentação da medida e, portanto, sua aplicação.

Na sexta-feira, 11 de outubro, foi apurada uma matéria sobre a Lei da Anistia (PL Nº 4.382/2019), que estabelece critérios especiais para que contribuintes com débito junto ao município renegociem suas dívidas. Uma das etapas de produção, acompanhada pela mestranda, se deu no posto montado entre o prédio da Funalfa e o palácio Barbosa Lima, na Rua Halfeld, para atendimento à população. No local, foram ouvidos alguns munícipes e o subsecretário de receita da Prefeitura. Em uma outra etapa da produção foi dada voz ao vereador Pardal, presidente da Câmara, que falou sobre a atuação da Casa no processo de aprovação da lei, proposta pelo Executivo.

Tanto na cobertura da referida reunião quanto na apuração sobre a Lei da Anistia um aspecto observado na investigação foi a preocupação da repórter em fornecer informações claras e compreensíveis sobre os temas, ambos socialmente relevantes e com impactos diretos no exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs juizforanos.

Para tanto, a jornalista Maria Judith conversou com as fontes antes de realizar as entrevistas, coletando informações que contribuíram não apenas para a construção da matéria em si, mas também para a proposição de questionamentos mais profícuos junto às autoridades ouvidas. Manifesta-se aqui certo didatismo, com fins de repassar aos munícipes as informações das quais necessitam para usufruir dos direitos garantidos por ambas as leis.

Com exceção das matérias frias - que não requerem publicação imediata - e/ou especiais, assim que as repórteres retornam à redação, elas iniciam o processo de construção das notícias. Os cinegrafistas, por sua vez, passam as imagens captadas para os computadores da ilha de edição.

Para a construção dos textos noticiosos, as jornalistas consultam as imagens captadas, com fins de escolher as sonoras⁶¹ que serão utilizadas. Ao fim do processo, o roteiro é repassado para a editora Juliana Neves, já contendo a identificação dos tempos de fala de cada entrevistado que irão entrar no produto final. O procedimento de identificação do *time code*⁶² pelas repórteres foi adotado em função de experiências anteriores, na qual a editora precisava ouvir os áudios e identificar as partes que melhor se encaixavam com os *offs*⁶³, situação que acabava por gerar alguns problemas quando as escolhas dela não coincidiam com as inicialmente pensadas pelos autores dos conteúdos. Assim, com exceção de entrevistas que sejam únicas e pequenas, os jornalistas já deixam essa marcação feita.

Um outro desafio na construção das notícias é o fato de que as jornalistas Marise Baesso e Maria Judith Possani vieram do impresso, não possuindo tanta intimidade com a linguagem do telejornal. Nesse sentido, a ajuda da editora tem sido de grande valia, já que a mesma tem liberdade para fazer sugestões às colegas, tais como a substituição de alguns termos por outros mais adequados à televisão, a diminuição no tamanho de algumas sonoras e o corte de *offs*, com uso de transição direta entre sonoras de entrevistados.

Juliana ressalta, ainda, que um outro desafio da edição é

casar os textos com as imagens que vêm da rua, porque às vezes o repórter vai pensando uma coisa e o cinegrafista vai pensando outra. Aí o repórter chega aqui, faz um texto muito grande e o cinegrafista não estava esperando que o repórter fosse fazer aquele texto. Ou, então, lá no local onde eles estavam não tinha como fazer tanta variação de imagem para cobrir o texto (NEVES, 2019).

Com relação ao último cenário apontado pela editora, ressaltam-se as reuniões realizadas na sala Asa Delta, que não possibilitam a captura de tomadas diferenciadas. Como ela observa, conseqüentemente, as matérias apuradas no local apresentam uma repetição do ritmo e dos tipos de imagens.

Os programas Diversidade e Câmara Discute passam por pouca interferência da edição, que no geral se dá somente para a inclusão da vinheta e realização de cortes que se façam necessários. O mesmo se dá com o Momento Sedecon, comumente composto por vinheta, tomada com pergunta feita por munícipes e resposta dada pela coordenadora do órgão.

⁶¹ Registro de falas dos entrevistados feito durante a apuração.

⁶² Denominação dada ao relógio digital que indica as horas, minutos, segundos e *frames* (equivalente ao português “quadros”, termo usado para designar cada imagem que compõe um registro audiovisual) da gravação, cujas delimitações servem de indicativo dos trechos a serem utilizados na edição.

⁶³ Nas matérias telejornalísticas correspondem aos textos narrados pelo repórter e que são cobertos com imagens.

Além de serem exibidos na programação do canal, todos os conteúdos produzidos pela emissora, inclusive as sessões plenárias transmitidas ao vivo, são disponibilizados no canal da Câmara Municipal no *YouTube*, garantindo sua acessibilidade pública. Os mesmos também são compartilhados na página do Legislativo no *Facebook*.

No próximo tópico, busca-se abordar de que estratégias os profissionais da emissora se valem na tentativa de equilibrar a participação de vereadores e munícipes nos conteúdos próprios do canal.

5.2.4 Em busca de equilíbrio: legisladores e cidadãos na tela da emissora

Conforme já ressaltado, para além da cobertura do Legislativo, a JFTV Câmara tem também um compromisso público, devendo voltar seu olhar para as demandas, necessidades e interesses dos cidadãos e cidadãs em temas que dizem respeito ao exercício democrático.

Assim, uma das questões a ser investigada na análise da programação da emissora, desenvolvida no próximo capítulo, é se as abordagens adotadas em seus conteúdos noticiosos se voltam mais a uma publicização das ações do Legislativo ou também possuem um viés público, social. Investiga-se, ainda, se há um equilíbrio nas participações de vereadores e de munícipes: tendo em vista que as decisões tomadas pelos parlamentares possuem reflexos diretos na vida dos juizforanos e juizforanas, será que estes últimos estão tendo espaço para manifestar suas percepções e experiências?

A busca por um conteúdo mais plural inicia-se na produção. A produtora Lívia Garcia ressalta que, por ter uma experiência profissional basicamente restrita ao Legislativo - ingressou na Câmara como estagiária no gabinete de um parlamentar e, depois de formada, trabalhou como assessora de um vereador antes de ingressar na JFTV Câmara -, acabou absorvendo a compreensão de que o foco principal dos conteúdos era nas ações dos vereadores.

A mudança de visão se deu, principalmente, a partir do contato com profissionais vindos de emissoras comerciais: “com o passar dos anos, com a experiência que as outras pessoas foram me passando, eu comecei a enxergar as pautas, as matérias, de outra forma” (GARCIA, 2019). Lívia conta que hoje, quando algum vereador sugere pauta sobre projeto de lei sancionado, por exemplo, ela já ressalta junto ao mesmo a necessidade de integrar outros atores sociais, como especialistas e/ou algum munícipe. O movimento contrário também é adotado pela produtora, que, quando produz pautas sobre assuntos não diretamente relacionados com a Casa, busca uma forma de integrar os legisladores, quando possível.

Para a repórter Marise Baesso, a questão central da matéria é sua temática e não o vereador. A jornalista ressalta a importância de se abordar nos conteúdos as decisões, ações e atividades promovidas pelos parlamentares, mas argumenta que não cabe à tevê fazer uma propaganda destes e sim adotar uma abordagem que mostre como essas decisões reverberam na vida dos munícipes.

A gente tem os projetos aqui da Câmara, igual o Conheça a Câmara, o Parlamento Jovem, coisas que a gente sempre faz e que há uma tentativa da gente de mostrar que aqui é a casa do povo, ouvindo esses estudantes, não ficando só na fonte oficial, não ficando só no servidor da Câmara que participa destes projetos, tentando trazer essa outra voz (BAESSO, 2019).

Marise conta ainda que, na cobertura dos Torneios Leiteiros dos distritos de Juiz de Fora, ela e a repórter Maria Judith se propuseram a adotar uma abordagem diferente, que desse voz às comunidades onde os eventos se realizaram. Segundo Marise, elas entenderam ser uma oportunidade de “jogar luz” nos projetos desenvolvidos nestes locais, bem como em outros aspectos positivos dos mesmos, tais como o projeto turístico desenvolvido em Sarandira e as cachoeiras que atraem visitantes em Torreões.

As tentativas de dar voz aos cidadãos também é ressaltada por Maria Judith Possani, que conta que ela e Marise se esforçam para equilibrar a participação dos cidadãos e cidadãs com a dos legisladores. Para tanto, elas sugerem abordagens e formatos que possibilitem inserir os cidadãos nos conteúdos, como “contação” de histórias,

[...] deixar que a pessoa se veja na TV, que outras pessoas se identifiquem com ela, e ouvir o clamor do cidadão, o que o cidadão quer. Por exemplo, se estamos tratando do tema saúde, não é só ouvir o vereador que solicitou aquela ação, mas ouvir os cidadãos: “Você está fazendo uso dessa UBS? O que está ruim para você? O que está bom, que você tem a elogiar?” (POSSANI, 2019).

Judith refere-se, ainda, à série especial Mobilidade Urbana, na qual são ouvidos não somente representantes do poder público, especialistas e porta-vozes de empresas do setor de transporte, mas também os cidadãos e cidadãs de Juiz de Fora. Na reportagem cujo tema foi pedestres e motoristas, por exemplo, conta ter ouvido 26 munícipes. Deste total, entraram no conteúdo final cerca de 23 falas. Como ela ressalta, embora sejam participações curtas, constituem uma oportunidade de manifestação da população no debate de um tema socialmente relevante.

Na edição, um dos desafios encontrados por Juliana Neves ao ingressar na emissora foi o de equilibrar os tempos de fala dos parlamentares, dando espaços de manifestação

equivalentes a cada um dentro de um mesmo conteúdo. Desafio que também ocorre na apuração: em matéria sobre a inauguração de uma das alças do Viaduto Augusto Franco, em setembro, foram incluídas as falas de oito dos 11 vereadores presentes no evento. Infere-se que, embora as repórteres tenham compreensão de que em casos como o descrito opta-se por se dar preferência aos presidentes das Comissões envolvidas, há uma pressão não enunciada que acaba por interferir no trabalho de apuração.

O reflexo dessa situação, por sua vez, se deu na edição, vista a necessidade de se cortar as falas para que a matéria não ficasse muito extensa, trabalho realizado por Juliana junto com a repórter responsável pelo conteúdo. Vale destacar que este foi um outro desafio apontado pela editora, que conta que, ao assumir a edição na emissora, tinha dificuldades em retirar trechos das falas dos parlamentares. Hoje ela se diz mais preparada para discernir o que é importante para cada um, dentro dos contextos de cada matéria.

Questionada sobre como faz, nas orientações que repassa aos profissionais da emissora, para equilibrar os interesses do Legislativo e da população, a subcoordenadora Maressa Souza diz se nortear pelo ato elaborado pela antiga Mesa Diretora.

No documento da antiga Mesa dizia que a gente teria que priorizar o que acontece nas audiências públicas, os debates que vêm das reuniões ordinárias e das Comissões. Então, a gente recebeu um memorando, via Comissão de Saúde, via Comissão de Abastecimento; nós vamos fazer aquele encontro, aquela reunião (SOUZA, 2019).

Maressa relembra reunião recente promovida pela Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor com feirantes do município. Com experiência profissional na televisão privada, ela ressalta que o encontro, de caráter burocrático, dificilmente receberia cobertura destes veículos, mas, como TV Legislativa, ela compreende ser função da JFTV Câmara fazê-lo. Para tanto, ressalta a tentativa de fazer uma abordagem mais interessante, dando voz não somente ao parlamentar que propôs o encontro, mas também aos cidadãos e cidadãs que ali estavam representando a sociedade.

Sobre a cobertura de ações da Casa, complementa: “acontece da gente fazer reportagens que não vêm via Comissão, que vêm via gabinete? Acontece, mas geralmente são coisas ligadas a eventos de conscientização, eventos educativos” (SOUZA, 2019). Refere-se, como exemplo, à matéria que estava sendo produzida naqueles dias sobre a Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea, instituída no calendário oficial do município a partir de Projeto de Lei de autoria do vereador Zé Márcio Garotinho.

5.2.5 Atuais desafios e possibilidade futuras

Além de alguns problemas levantados por meio da observação participante e das entrevistas, tais como a falta de um veículo próprio, o número reduzido de profissionais diante da demanda, a inexistência de uma legislação própria e déficits estruturais - falta de um estúdio, necessidade de mais equipamentos, etc. -, a JFTV Câmara tem como um desafio a conquista dos cidadãos e cidadãs juizforanos.

Questionados sobre o retorno da população, os entrevistados dizem que ela se dá principalmente via redes sociais e em contato com os profissionais da emissora nas ruas, mas é ainda reduzida. Além destas manifestações, a participação dos munícipes também se dá durante as transmissões ao vivo, como conta Maurício Oliveira.

A gente já percebe alguns horários, por exemplo, cinco e meia da tarde, que é o horário em que começam as reuniões ordinárias durante quinze dias do mês, o período legislativo, a audiência vai lá em cima. Dá um problema no áudio, telefone toca: ‘oh, está com problema, está com problema!’ Dia em que tem uma votação polêmica, está todo mundo ligado. Então a gente começa a perceber, embora a gente não tenha feito ainda uma pesquisa quantitativa, que tem alguns horários da emissora em que a população está mais ligada no que a gente produz (OLIVEIRA, 2019).

Além das postagens na página da Câmara Municipal no *Facebook* e das publicações no *Instagram* - estas últimas mais recentes e feitas com apoio da equipe, com fins de mostrar o dia a dia da emissora -, Maurício Oliveira diz também que há investimentos de divulgação em jornais impressos e revistas locais e, à época da entrevista, relatou que uma *van* de serviço da Câmara estava sendo adesivada com o logotipo do canal, ampliando o alcance do nome da emissora.

Sobre a ativação do canal no *Instagram*, a subcoordenadora de Rádio e TV Maressa Souza ressalta ter sido feita com o intuito de se estabelecer mais um canal de comunicação com a população, por meio do qual as pessoas possam enviar dicas, sugestões, críticas. Ela conta que, “nos programas de entrevista, a gente coloca as redes sociais de todo mundo, coloca a minha como apresentadora, coloca dos convidados que estão participando, para que, de alguma maneira, as pessoas possam interagir” (SOUZA, 2019).

Para além de levar o nome da JFTV Câmara para a população, observa-se uma preocupação dos profissionais em fazer com que os munícipes compreendam o papel da emissora e, assim, possam usufruir da mesma. Marise Baesso acredita haver, por parte de muitos, uma falta de conhecimento sobre o fato de que o veículo é público, um espaço do qual

os cidadãos e cidadãs podem se aproveitar. Maurício Oliveira também afirma ser necessário fazer da JFTV Câmara uma aliada da população, mostrando ao cidadão que ali ele pode acompanhar o que os vereadores eleitos têm feito.

Nesse cenário, cabe destacar a fala de Juliana Neves quando afirma ser a emissora um importante passo para Juiz de Fora: “(...) como a gente só tem as TVs privadas aqui que fazem muito sucesso, acho que a TV Câmara vem com um viés completamente diferente, para mostrar um lado que não é mostrado pelas TVs privadas aqui da cidade, e isso é muito importante” (NEVES, 2019).

Para que essa aproximação com a comunidade se concretize, Marise Baesso acredita ser preciso que a emissora invista em uma campanha institucional, abordando inclusive o que é uma tevê pública. A importância de ações neste sentido se faz mais que necessária ao considerarmos o relato da repórter Maria Judith Possani, ao contar que, conversando com um comerciante para matéria da série mobilidade, foi questionada pelo mesmo sobre a JFTV Câmara. Segundo Judith, ele que queria saber mais sobre a emissora, perguntando, por exemplo, se ela é municipal e qual a função da mesma.

Nesse sentido, a programação também pode constituir-se como um fator de aproximação. Sobre a mesma, Juliana Neves acredita ainda ser um desafio

conseguir conciliar a quantidade de produção interna, do Legislativo, e a produção externa, pública. Agora a gente começou com dois programas, que estão sendo gravados, que são o Câmara Discute e o Diversidade, que vão falar sobre temas diversos que são de importância pra sociedade, e eu acho que ainda falta isso (NEVES, 2019).

Juliana complementa argumentando ser preciso, ainda, que os cidadãos e cidadãs saibam que, para além das transmissões das sessões plenárias, a JFTV Câmara também produz conteúdos. Tal colocação chama atenção, mais uma vez, para a necessidade de ações comunicacionais que aproximem munícipes e emissora, bem como para a necessidade de se trabalhar atenciosamente a grade do canal.

Ainda no que tange à programação, além da já citada possibilidade de nova parceria com a Funalfa, Maurício Oliveira conta que um dos projetos para 2020 é a criação de jornal diário voltado às notícias do dia a dia em Juiz de Fora, ao *hard news*. Para o futuro, Maressa destaca ainda ser possível que as reuniões das Comissões da Casa passem a integrar as transmissão ao vivo.

Outro ponto relevante apontado por quatro dos seis profissionais entrevistados é a possibilidade da criação de um conselho, com participação da sociedade civil, com fins de

auxiliar na gestão da emissora. A repórter Marise Baesso compreende que a coisa pública se diferencia da privada ao não se voltar ao lucro, podendo ter por trás não somente instituições do poder público, mas também outras que não visem o lucro, instituições públicas.

No caso da TV da Câmara, o que mais se aproximaria disso é se você tivesse um conselho gestor, com formação de vários setores da sociedade, representantes que se reunissem e colocassem aquilo que fosse interesse, que votassem os horários, que votassem os programas, que pudessem gerir essa TV nesse sentido. Claro que com o poder legislativo por trás, mas que tivesse uma maior independência também (BAESSO, 2019).

A necessidade de um órgão gestor participativo que atue na fiscalização e gestão da emissora também é defendida pela jornalista Maria Judith.

Isso é o que a gente precisa com mais urgência, [um conselho] que determine o tempo de programação, que tipos de programas têm que existir, um conselho que possibilite ouvir a opinião pública, ouvir a universidade, um conselho com participação ativa da sociedade e, obviamente, com participação do Poder Legislativo também, mas que norteasse um pouco melhor o nosso trabalho e que impusesse limites (POSSANI, 2019).

De acordo com Maurício Oliveira, há expectativas de que, em 2020, o processo para criação desse conselho, que seria composto por representantes do Legislativo, da sociedade e de profissionais da área, possa ser acelerado. Embora afirme não haver, hoje, nenhum tipo de pressão para favorecimento de dado grupo político, corrobora a fala das jornalistas da JFTV Câmara ao ressaltar a importância do órgão na garantia da independência da atuação de seus profissionais.

Por que o conselho? Porque aí a gente vai ter um trabalho completamente independente e sem a possibilidade de vereador ou qualquer tipo de questão política querer interferir na programação, na linha editorial - o que a gente deve mostrar, o que deve deixar de mostrar, os assuntos que eu posso pautar (OLIVEIRA, 2019).

Ainda sobre a criação do órgão, Maressa Souza diz ser um assunto sobre o qual já conversou com alguns vereadores e relata ter abordado, inclusive, a possibilidade de criação do órgão via Projeto de Lei. Por fim, Marise Baesso acredita que, para além da criação do conselho, é preciso que haja maior envolvimento da academia e dos munícipes, fiscalizando e atuando para que a concessão seja utilizada em prol dos cidadãos e cidadãs.

Sobre os problemas estruturais observados, Maurício Oliveira afirma que já está sendo realizado processo licitatório para a construção de um estúdio de tevê e que novos equipamentos

devem ser adquiridos a longo prazo. Segundo ele, há dificuldades relativas ao cenário econômico e aos altos custos destes materiais.

No que diz respeito aos recursos humanos, não foram feitos apontamentos sobre possíveis soluções. No entanto, matéria publicada em julho de 2019 pelo jornal Tribuna de Minas informa que a Câmara Municipal estuda a possibilidade de realizar novo concurso público. Embora a Casa não tenha divulgado maiores detalhes e nem dados sobre o número de vagas, afirma-se haver “especulações de que as vagas a serem oferecidas busquem profissionais para incrementar dois projetos recentes do Poder Legislativo, como a JFTV Câmara e o processo de digitalização dos procedimentos administrativos” (SALLES, 2019).

6 POSSIBILIDADES DIGITAIS INTERATIVAS DA JFTV CÂMARA

Além das considerações anteriormente tecidas, elaboradas a partir de dados obtidos pela autora via entrevistas e observação participante, a proposição de conteúdos e ferramentas digitais interativas que possam ser disponibilizados pela JFTV Câmara também demanda um olhar cuidadoso sobre sua programação.

Assim, antes de partir para considerações sobre as possibilidades de interatividade oferecidas por sua programação, serão apresentados os resultados obtidos por meio da investigação dos conteúdos próprios da JFTV Câmara. Antes, serão feitas explicações sobre os passos da análise e a delimitação dos eixos de investigação.

6.1 UM OLHAR SOBRE OS CONTEÚDOS DA EMISSORA

Conforme já ressaltado, o método escolhido para a investigação dos programas da JFTV Câmara foi a Análise da Materialidade Audiovisual, que propõe o estabelecimento de eixos de investigação e a consideração dos conteúdos como um todo - sem decomposição dos componentes texto, som, imagem, tempo e edição.

Para a pesquisa, toma-se como objeto empírico um mês composto da programação, escolhido de forma aleatória, correspondente aos seguintes períodos: 1º semana de junho de 2019, entre os dias um e sete de junho; 2ª semana de julho de 2019, entre os dias oito e 14 de julho; 3ª semana de agosto de 2019, entre 15 e 21 de agosto; e 4ª semana de setembro de 2019, período de 22 a 28 de setembro.

Os materiais foram consultados no canal da Câmara Municipal de Juiz de Fora no *YouTube*. Para melhor manipulação dos vídeos e possibilidade de arquivamento para eventual consulta posterior, foi feito *download* dos arquivos. Dos 64 materiais veiculados no período, não foi possível baixar apenas um, a saber, o vídeo da 8ª Reunião Ordinária do 7º período, de 10 de julho de 2019, a qual foi visualizada via plataforma.

Dos 64 materiais, foram 39 conteúdos noticiosos, dentre eles, uma reportagem da série Mobilidade Urbana, e 25 transmissões ao vivo, sendo 13 reuniões ordinárias, três reuniões extraordinárias, oito audiências públicas e uma conferência. Cabe destacar que as reuniões extraordinárias, realizadas nos dias 12 de julho e 27 de setembro de 2019 - duas seguidas -, encontram-se nos mesmos arquivos de vídeo das reuniões ordinárias que as antecedem, tendo sido analisadas de forma separada pela autora.

Considerando-se os caracteres únicos das reuniões ordinárias e extraordinárias e das audiências públicas, e tendo em vista que as mesmas não são, em si, produções da JFTV Câmara, mas sessões da Câmara Municipal por ela transmitidas, optou-se por analisá-las de forma separada dos conteúdos noticiosos. Levando-se em conta, ainda, que as reuniões são voltadas às discussões e decisões dos parlamentares, com manifestações de fala, em sua maioria, restritas aos mesmos, foi elaborada uma ficha de análise específica para investigação delas, em acordo com suas particularidades.

Para as audiências públicas, por sua vez, dadas às similaridades com os conteúdos jornalísticos quanto a possibilidades de manifestação dos munícipes, utilizar-se-á a mesma tabela desenvolvida para aqueles. As exposições e considerações sobre os resultados obtidos, no entanto, serão feitas de forma separada.

Os três tópicos seguintes são destinados a apresentação dos eixos de investigação e dos dados apurados.

6.1.1 Análise dos conteúdos jornalísticos

Neste tópico, analisar-se-á os materiais de cunho noticioso/jornalístico, incluindo-se aqui os conteúdos do dia a dia e reportagens especiais, produzidos e veiculados pela JFTV Câmara. Conforme já salientado, adotar-se-á, para análise destes conteúdos e das audiências públicas, uma tabela diferente daquela elaborada para as reuniões da Câmara, tendo em vista que os primeiros constituem espaços possíveis de deliberação para os cidadãos e cidadãs, estando as segundas majoritariamente restritas à atuação legislativa. Assim, por exemplo, poder-se-á tecer um cenário comparativo das vozes presentes, fazer considerações sobre a diversidade étnica e de gênero, analisar os vieses adotados e refletir sobre como os munícipes são apresentados nos conteúdos.

Para esta investigação foram elencadas quatro categorias de análise: tema, abordagem, fontes e interatividade. Para cada uma destas, por sua vez, foram estabelecidas questões-chave a serem investigadas nos conteúdos (TABELA 1). Conforme já ressaltado, no período em investigação, a JFTV Câmara veiculou 39 conteúdos jornalísticos de produção própria (APÊNDICE A), sendo um deles a terceira reportagem da série especial Mobilidade Urbana.

Sobre os formatos, deste total foram exibidas duas notas cobertas⁶⁴, um *stand up*⁶⁵ e 36 VTs⁶⁶. O total da soma dos tempos dos materiais corresponde a duas horas, 25 minutos e 30 segundos.

No que diz respeito ao tema, primeiro eixo de avaliação, inicialmente procedeu-se à identificação daqueles sobre os quais versam as matérias. Dentre os 39 conteúdos, predominaram temáticas diretamente ligadas à Câmara Municipal de Juiz de Fora, com 16 matérias que correspondem à cobertura de ações/atividades do Legislativo e dos vereadores - audiências públicas, reuniões, ações de conscientização, etc. -; 12 materiais que tratam de atividades de comissões permanentes e especiais da Casa - reuniões, apresentações de relatórios, presença em eventos, etc. -; e seis matérias que dizem respeito a projetos do Legislativo, das quais três são sobre o Fiscaliza JF⁶⁷, duas sobre o Parlamento Jovem e uma sobre o Conheça a Câmara. A cultura é tema em dois conteúdos, ao passo que histórias de superação, saúde e trânsito constituem objeto de uma matéria cada, sendo este último acionado na já mencionada reportagem da série especial sobre mobilidade urbana.

A prevalência de temáticas relacionadas à CMJF e seus parlamentares justifica-se tendo em vista o caráter estatal da emissora. Reflete, ainda, uma das diretrizes previstas em Ato da Mesa Diretora analisado em tópico anterior, o qual, embora não oficial, é utilizado como orientador das ações dos colaboradores da JFTV Câmara e prevê veiculação de programas de caráter jornalístico, educativo, cultural e científico, desde que observada a predominância de programas de conteúdo legislativo e institucional.

O predomínio de tais assuntos não significa, no entanto, que o caráter público dos conteúdos seja menos efetivo, tal como observado a partir de outros tópicos da análise. Um deles é o segundo aspecto investigado quanto ao tema, o qual busca observar se os assuntos abordados interferem no exercício de direitos pelas cidadãs e cidadãos juizforanos.

⁶⁴ Formato do telejornalismo caracterizado pelo uso de imagens para cobertura do texto noticioso. Pode ser gravada ou transmitida ao vivo.

⁶⁵ Formato do telejornalismo caracterizado pela transmissão de informações pelo repórter do local do acontecimento. Vale ressaltar que o conteúdo noticioso da JFTV Câmara classificado como tal constitui um vídeo no qual a repórter Maria Judith Possani traz informações sobre evento de lançamento da Frente Parlamentar Mista de Combate à Dengue, a ser realizado em data futura. A gravação, portanto, não se dá no local do fato, sendo o material classificado como *stand up* por se tratar de formato telejornalístico que mais se aproxima de seu conteúdo.

⁶⁶ O videotape ou VT é um equipamento eletrônico que permite a gravação do áudio e do vídeo gerados por uma câmera, sendo o termo adotado no campo jornalístico para designar as matérias editadas.

⁶⁷ Projeto da Câmara Municipal de Juiz de Fora voltado a ações de fiscalização e controle da atuação do Executivo Municipal pelo Legislativo. Ressalta-se que boa parte das ações de fiscalização se dá a partir de denúncias e reclamações enviadas pelos munícipes.

Tabela 1- Categorias de análise dos conteúdos jornalísticos, audiências públicas e outras sessões plenárias

Categorias	Perguntas-chave
Tema	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a(s) temática(s) acionada(s)? - Ela(s) interfere(m) no exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs juizforanos? - No caso de temáticas relacionadas a serviços públicos, são fornecidas informações claras de como ter acesso aos mesmos? - No caso de temáticas relativas a problemas que interferem no exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs são apresentadas ações do Legislativo na busca pela solução destas questões?
Abordagem	<ul style="list-style-type: none"> - A abordagem se volta à uma publicização de ações do Legislativo e de seus representantes - viés institucional - ou aos interesses dos cidadãos e cidadãs juizforanos - viés público? - As informações disponibilizadas contribuem para o ganho de autonomia pelos cidadãos e cidadãs juizforanos? - A matéria/conteúdo permite uma compreensão dos fatos para além destes - suas razões, implicações, consequências?
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Que fontes compõem a/o matéria/conteúdo? - Quantas são mulheres e quantos são homens? - Há diversidade étnica-racial? - Há representação de pessoas com deficiência? - Qual o tempo de fala dado a cada uma das fontes? - Os vereadores utilizam o espaço de fala somente para divulgar suas ações e/ou do Legislativo ou problematizam os assuntos, demonstrando interesse efetivo nas questões apresentadas? - Nos conteúdos em que há representatividade dos munícipes, como se dá essa participação: de fato expõe problemas que os afetam e demandam soluções do poder público, tecem considerações relevantes aos temas, somente corroboram falas do repórter e/ou outros entrevistados, etc.? - Há pontos de vista conflitantes?
Interatividade	<ul style="list-style-type: none"> - Quais as possibilidades de interatividade oferecidas pela matéria/pelo conteúdo?

Fonte: elaborada pela autora (2019)

Para apenas um dos materiais considerou-se que não. Trata-se de matéria veiculada em 15 de agosto e que versa sobre a história do pianista juizforano Moisés Mattos. A matéria conta

um pouco da história do músico que, vindo de família humilde, superou as dificuldades e graduou-se em uma universidade alemã, país no qual ainda vive, dá aulas e cursa mestrado.

Para os outros 38 conteúdos, considerou-se não somente aqueles cujos temas abordados interferem de forma direta no exercício de direitos, mas também aqueles cuja influência se dá de maneira indireta. Como exemplo, cita-se matéria exibida em 19 de agosto e que se vale da história do juizforano Juarez de Assis para conscientizar sobre o combate à dengue. O aposentado perdeu a esposa em 2010, 15 dias depois que a mesma foi diagnosticada com a doença, e hoje atua como voluntário da Frente Parlamentar Mista de Combate à Dengue, composta por vereadores e representantes de órgãos públicos, da sociedade civil e de associações.

Logo, embora não seja o tema central, o acesso aos serviços de saúde, direito previsto na Constituição Federal, permeia o conteúdo. Em seu artigo 196, a Carta Magna prevê que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Dentre outras atribuições, cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) não somente o controle e fiscalização de procedimentos, mas também a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica. Conforme a Lei Nº 8.080 /1990 (Lei Orgânica da Saúde), a vigilância epidemiológica consiste em

um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos (BRASIL, 1990).

Desse modo, ao chamar atenção para as ações de combate à dengue, evoca-se, ainda que de forma indireta, o papel do Estado na promoção de políticas de prevenção e controle de doenças, evidenciando-se, mais uma vez, a questão do direito à saúde.

Um exemplo de intervenção direta da temática no exercício de direitos, por sua vez, é dada em matéria sobre a visita do desembargador Rogério Medeiros, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), à Câmara Municipal. Veiculado no dia 11 de julho, para além da cobertura da visita, o conteúdo dá enfoque ao cadastramento biométrico, processo obrigatório para os eleitores de Juiz de Fora. Uma parceria foi firmada entre a Justiça Eleitoral e a CMJF, que cedeu três salas do Palácio Barbosa Lima para realização do procedimento.

A obrigatoriedade da biometria para participação nas eleições é ressaltada em fala do desembargador, que diz que quanto menos eleitores menos democrático é o processo. Rogério Medeiros destaca, ainda, que a biometrização importa em mais segurança para o eleitor e para o processo eleitoral, já que não haverá mais a hipótese de um eleitor votar no lugar de outro.

O tema é reforçado em matéria veiculada na mesma data e que aborda a importância da participação dos jovens nas eleições. No conteúdo, que também foi produzido na ocasião da visita do desembargador à cidade, são ouvidos dois eleitores que fizeram o cadastramento biométrico na sede da Câmara, dentre eles, um jovem. A partir de fala do presidente do TRE abordou-se, ainda, preocupação com o processo de recadastramento na zona rural da cidade.

Desse modo, evoca-se, de forma direta, o direito ao voto, previsto no Capítulo IV da Constituição Federal, que versa sobre os direitos políticos. Conforme o artigo 14 (BRASIL, 1988), “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei (...)”. A matéria aborda, ainda, procedimentos necessários à garantia do referido direito diante do cenário de modernização do processo eleitoral em Minas.

O terceiro aspecto analisado sobre o tema foi se, no caso de assuntos relacionados a serviços públicos⁶⁸, foram fornecidas informações claras de como ter acesso aos mesmos. Para 23 dos conteúdos, que não versam sobre tais serviços, considerou-se que a questão não se aplica. Dentre as 16 matérias restantes, em seis observou-se haver as referidas informações, ausentes nas outras dez analisadas.

Como exemplo de conteúdo onde há carência de informação sobre acesso a serviços públicos, cita-se matéria do dia sete de junho, que versa sobre visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara à Agência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon). Um dos principais temas levantados são as cobranças indevidas feitas por instituições financeiras e bancos nos benefícios dos aposentados.

Em fala sobre o assunto, o superintendente do Procon em Juiz de Fora, Eduardo Schröder, resalta que o idoso que tiver qualquer problema do tipo pode procurar o órgão, que fará a intermediação junto à outra parte na busca por soluções para a questão. No entanto, embora completo em termos de contextualização dos fatos, o conteúdo não fornece informações de como contatar a agência.

⁶⁸ Considera-se aqui todos os serviços voltados à garantia do bem estar e do exercício de direitos pela sociedade assumidos pelo Estado como sua responsabilidade, podendo ser prestado por meio da administração direta ou indireta, tais como saúde, educação, segurança pública, defesa do consumidor, dentre outros.

Ressalta-se o caráter público dos serviços prestados pelo Procon na medida em que, conforme Lei Municipal Nº 10.589, de 21 de novembro de 2003, a Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora é uma autarquia integrante da Administração Indireta Municipal, vinculada à Diretoria de Política Social. Cabe à mesma, dentre outras competências, o planejamento, coordenação, regulação e execução da política municipal de proteção de defesa do consumidor; o recebimento, análise e encaminhamento de reclamações, consultas e denúncias dos consumidores, e a promoção de medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis na defesa e proteção do consumidor.

No que diz respeito ao fornecimento de informações necessárias para o acesso a serviços públicos, destaca-se matéria exibida no dia sete de junho sobre visita da Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar Social da Câmara ao PAM Marechal, unidade de saúde localizada na região central de Juiz de Fora e na qual concentram-se serviços de atenção secundária, como as especialidades médicas.

Na matéria, ressaltam-se problemas estruturais da unidade apontados em relatório da Vigilância Sanitária e determinação do Ministério Público de que as irregularidades fossem solucionadas ou os serviços transferidos. Em passagem da repórter e em arte gráfica exibida posteriormente, contendo nota enviada pela Secretária de Saúde (SS), informa-se sobre serviços que já foram transferidos para outras unidades. Contribui-se, assim, com o acesso dos cidadãos e cidadãs a serviços não mais prestados na unidade, informando-os sobre as mudanças e os locais nos quais passaram a ser feitos.

Dentre os conteúdos aos quais considerou-se que a questão não se aplica, figuram aqueles relacionados a atividades do Parlamento Jovem, à participação de integrantes de Comissões da Casa em etapas dos torneios leiteiros, a já citada matéria sobre o pianista juizforano Moisés Mattos e outros.

A última questão investigada com relação ao tema foi se, no caso de assuntos relativos a problemas que interferem no exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs juizforanos, são apresentadas ações do Legislativo na busca pela solução destas questões. Para 29 dos 39 conteúdos observou-se que sim e, para os demais, verificou-se que a questão não se aplica.

Em matéria veiculada dia 12 de julho, por exemplo, realiza-se cobertura de uma reunião da Comissão da Pessoa Idosa com representantes da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Juiz de Fora. Motivado pelos descontos indevidos feitos nos benefícios dos idosos, temática também acionada na já citada matéria sobre visita da Comissão

ao Procon/JF, o encontro consiste em ação da CMJF na busca pela solução de problemas enfrentados pelos idosos.

O mesmo se dá na cobertura da audiência pública realizada para discutir a situação econômica e fiscal da Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização (Empav), órgão da administração indireta responsável por atender às demandas municipais de pavimentação e recomposição asfáltica, obras civis, manutenção de praças e jardins e poda e corte de árvores em Juiz de Fora.

Convocada pelo vereador Juraci Scheffer, dentre outras questões, a sessão plenária voltou-se a uma busca pela compreensão dos fatores que levaram a empresa a contrair uma dívida de R\$22 milhões, bem como dos resultados obtidos por comissão técnica formada para analisar a situação. Entre as principais consequências do cenário vivido pela empresa, figuram a demissão de funcionários comissionados e a não realização de obras asfálticas e outros serviços de manutenção prestados pela mesma, deixando precária a situação de vias urbanas do município. Na audiência, servidores da empresa e moradores de diversos bairros de Juiz de Fora puderam manifestar-se, expondo seus problemas, dúvidas, reclamações e demandas.

Tendo em vista o papel do Legislativo como poder fiscalizador dos atos do Executivo, os exemplos acima colocados retratam situações nas quais comissões da CMJF e seus vereadores utilizam-se de tal prerrogativa na busca por soluções de problemas que afetam os munícipes nos mais diversos âmbitos. Tais matérias refletem, ainda, a predominância de temáticas relativas a ações das comissões, da Casa e de seus parlamentares, observada no levantamento dos temas.

O segundo eixo analisado foi a abordagem, para a qual foram propostas três perguntas-chave. Na primeira, objetivou-se investigar qual o viés predominante nos conteúdos, se o institucional ou o público, ou seja, se a abordagem voltou-se majoritariamente a uma publicização de ações do Legislativo e de seus representantes ou aos interesses dos cidadãos e cidadãs juizforanos.

A partir da investigação, observou-se haver equilíbrio entre os dois vieses em 29 dos conteúdos, prevalência do viés institucional em quatro e do viés público em dois. Para as quatro matérias restantes considerou-se que a questão não se aplica, sendo as mesmas as relacionadas aos temas cultura, trânsito e história de superação.

Um dos conteúdos nos quais considerou-se que prevaleceu o viés institucional foi em matéria do dia 26 de setembro sobre confirmação de redução nos valores do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para profissionais autônomos e isenção para maiores de 65 anos.

Embora o tema seja de interesse da sociedade e tenham sido ouvidos o secretário de Fazenda, Fúlvio Albertoni - que falou sobre a importância da discussão entre poder público e sociedade para se chegar àquelas definições e deu instruções sobre o cadastramento digital dos profissionais autônomos - e o representante dos profissionais idosos, Vicente de Paulo Clemente - que comemora a decisão, a qual ressalta fazer valer lei municipal já existente - entendeu-se que, ao ceder-se tempo considerável de fala ao vereador Marlon Siqueira, o conteúdo acabou voltando-se a uma publicização.

Integrante da Comissão Especial de Estudos Sobre Cobrança do ISSQN, o parlamentar tem duas oportunidades de fala, somando um minuto e 33 segundos. Embora destaque benefícios aos contribuintes e o envolvimento de diferentes órgãos no processo, Marlon utiliza a oportunidade para promover a comissão, a partir da utilização de recursos como a primeira pessoa do plural em suas afirmações - “a gente”, “conseguimos”, “nós também conseguimos, ali, melhorar a legislação” - e adjetivos - “discussões intensas”, “redução extremamente significativa”, “avanço extremo” - nas remissões à mesma e suas atividades. Destacam-se, ainda, as entonações de voz e postura do entrevistado, que reforçam o viés de publicização observado⁶⁹.

O viés institucional também prevalece em uma nota coberta sobre visita de estudantes e de pessoas atendidas por um projeto social ao Palácio Barbosa Lima via Conheça a Câmara. O conteúdo voltou-se à divulgação da visita e do projeto em si, mostrando e explicando as atividades realizadas pelos visitantes, destacando que os mesmos conheceram os trabalhos desenvolvidos na Câmara, passaram por gabinetes de vereadores, pela sala da presidência e conheceram a JFTV Câmara. Também são passadas informações sobre como agendar a visita e explica-se que as mesmas são marcadas em dias de audiência pública - a serem acompanhadas pelos visitantes -, conforme ordem em lista de espera.

Considerou-se haver prevalência do interesse público, por sua vez, na já citada matéria sobre reunião da Comissão de Defesa dos Direitos dos Idosos com representante do INSS para discutir descontos indevidos aos benefícios dos aposentados e em matéria sobre plenária do Parlamento Jovem em JF. Com relação à primeira, exibida em 12 de julho, a reunião é utilizada como ponto de partida para expor algumas questões que foram levadas ao representante do instituto, para apresentar esclarecimentos feitos pelo mesmo e para passar instruções de como acessar alguns serviços da previdência. Na segunda matéria, por sua vez, a realização de etapa

⁶⁹ Cabe ressaltar que não se questiona aqui o mérito dos trabalhos daquele parlamentar e dos demais integrantes da referida comissão, estando sob análise tão somente o conteúdo.

do referido projeto é utilizada para abordar-se a formação política e cidadã proporcionada aos estudantes, destacando-se propostas feitas pelos mesmos e a evolução nas discussões e argumentos deles observadas por coordenadores do Parlamento Jovem ouvidos na matéria.

Um dos conteúdos nos quais verificou-se haver equilíbrio entre os vieses público e institucional foi na cobertura de etapa das oitivas realizadas pela Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) dos Ônibus, veiculada em 4 de junho. Instalada em dezembro de 2018 e finalizada em agosto de 2019, a CPI teve como finalidade investigar e apurar a qualidade do serviço de transporte coletivo urbano de Juiz de Fora.

Na matéria em questão, versou-se sobre uma das etapas de oitivas realizadas pela comissão, na qual foram ouvidos representantes do poder público, empresas e uma cadeirante usuária do transporte público. Embora a única fonte ouvida seja o vereador Zé Márcio Garotinho, integrante da CPI, e o foco principal da matéria sejam as atividades da mesma, não há predominância de uma publicização, mas sim uma espécie de prestação de contas aos usuários sobre as investigações. É dado destaque, por exemplo, a outras etapas das atividades da CPI; ao objetivo das oitivas, que é o de comparar se o serviço oferecido está em conformidade com o contrato firmado entre as empresas e a PJJ, e à necessidade de se juntar o que vinha sendo apurado com fins de se chegar a uma conclusão e indicações de medidas a serem tomadas.

Também observou-se equilíbrio na abordagem adotada em outro conteúdo sobre o mesmo tema, veiculado no dia 19 de agosto. Nele, aborda-se a apresentação do relatório final da Comissão, sendo ouvidos os vereadores Adriano Miranda e Sargento Mello Casal, presidente e relator da CPI, respectivamente. Assim como na matéria anterior, embora somente vereadores sejam fontes e o tema seja a conclusão das atividades, são apontadas irregularidades verificadas no processo licitatório. Algumas delas são apresentadas por meio de arte gráfica, tais como irregularidades na habilitação e qualificação das empresas contratadas, inexistência de representante da administração pública no acompanhamento da execução do contrato, divergência entre a metodologia adotada para cálculo da idade de frota e aquela prevista na legislação municipal, falta de regularidade no treinamento de funcionários pelas empresas de transporte e problemas na fiscalização, conservação e limpeza dos ônibus.

Outro problema, apontado na fala do vereador Sargento Mello, foi a manutenção de empresas já contempladas em contrato anteriores, irregularidades que ressalta terem se iniciado já no cumprimento do edital e demandarem atuação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conforme explicitado na fala do vereador Adriano Miranda, diante dos problemas encontrados, propôs-se o congelamento de reajustes tarifários e a realização de novo processo

licitatório. Assim, tal como na matéria anterior, esse conteúdo também apresenta um viés de prestação de contas, reforçado ao considerarmos fala do relator ao destacar o caráter público do relatório, o qual estará disponível e poderá ser consultado por todos os interessados.

A segunda questão colocada referente à abordagem foi se as informações disponibilizadas contribuem para o ganho de autonomia pelos cidadãos e cidadãs juizforanos. Para todos os conteúdos investigados considerou-se que sim. Destaca-se, por exemplo, matéria sobre visita do Fiscaliza JF à Zona Norte da cidade, exibida em cinco de junho. Por meio da mesma, os munícipes tomam ciência sobre um projeto voltado à fiscalização da atuação do poder Executivo pelo Legislativo e sobre como fazer para enviar suas demandas e solicitar visita de seus profissionais.

Destaca-se também a já citada notícia sobre visita da Comissão de Saúde às instalações do PAM Marechal, na qual os munícipes tornam-se cientes dos problemas no local - mostrados de forma detalhada em um dos *offs* -, das ações do Ministério Público e da Vigilância Sanitária e de alterações nos locais de prestação de alguns serviços, dotando-os de autonomia, por exemplo, ao ir procurar estes últimos, uma vez que se tornam cientes de sua manutenção e/ou transferência daquela unidade para outra.

Há de se ressaltar, ainda, que todas as informações concernentes às ações da Casa, de seus legisladores e de suas comissões importam em ganho de autonomia para os munícipes, uma vez que fornecem aos mesmos instrumentos para avaliar a atuação dos legisladores e, portanto, para fazer suas escolhas nas próximas eleições municipais. Além disso, as informações disponibilizadas contribuem com o acesso a serviços públicos e direitos sobre os quais, em alguns casos, os cidadãos e cidadãs não tinham conhecimento. Os munícipes têm ainda a oportunidade de conhecer melhor o funcionamento do Legislativo, dos demais poderes e de órgãos/entidades da administração pública, dotando-se de autonomia para acompanhar o exercício das funções dos mesmos e tornando-se aptos e aptas a fazer cobranças, críticas, demandas e sugestões.

Ainda no que diz respeito à abordagem, analisou-se se as matérias permitem uma compreensão dos fatos para além destes - suas razões, implicações, consequências. Para 34 dos conteúdos observou-se que sim e, para os demais, considerou-se que as informações disponibilizadas não foram suficientes para tal compreensão. Sobre os últimos, cita-se conteúdo de viés institucional sobre lançamento da Frente Parlamentar Mista de Combate à Dengue, no qual não se abordam, por exemplo, os números da doença no município e outras questões que justifiquem a implantação da mesma.

A ausência de contextualização também se dá na já citada matéria do dia 11 de julho sobre visita do presidente do TRE-MG à Câmara Municipal, na qual destaca-se o recadastramento biométrico, mas não são fornecidas informações de como proceder para fazê-lo - locais de atendimento, horários de funcionamento, possibilidade de agendamento, documentos necessários, etc. Também não são dadas informações, por exemplo, de como se deu a parceria entre a CMJF e a Justiça Eleitoral de Minas, bem como seus benefícios em termos de inclusão, desenvolvimento e outros.

Uma das notícias nas quais observou-se disponibilização de informações que contribuem para a compreensão do todo é uma publicada em 24 de setembro e que versa sobre a alteração nos processos de licitação para carros e compra de insumos na Câmara Municipal. Na mesma, as informações disponibilizadas em *offs* e aquelas prestadas por Rodrigo Fioresi, chefe do Núcleo de Licitação da Câmara, em entrevista, esclarecem como a contratação destes serviços funcionava e como passa a funcionar a partir da alteração. Ressalta-se, ainda, implicações da medida, tais como a expectativa de redução dos gastos em torno de 40% e a extinção de alguns serviços.

Em matéria do dia 25 de julho, sobre reunião na qual foi discutida a assistência de saúde prisional em Juiz de Fora, considerou-se também haver informações bem completas sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), cuja implantação no município foi debatida. Além da PNAISP em si - funcionamento, forma de financiamento, etc. -, as informações disponibilizadas permitem, ainda, a compreensão de como se dá hoje o atendimento aos acautelados na cidade e o que mudaria com a adesão ao programa. Uma única ponderação a respeito do conteúdo é que poderiam ter sido dadas mais informações sobre prazos e passos seguintes da instalação do plano no município.

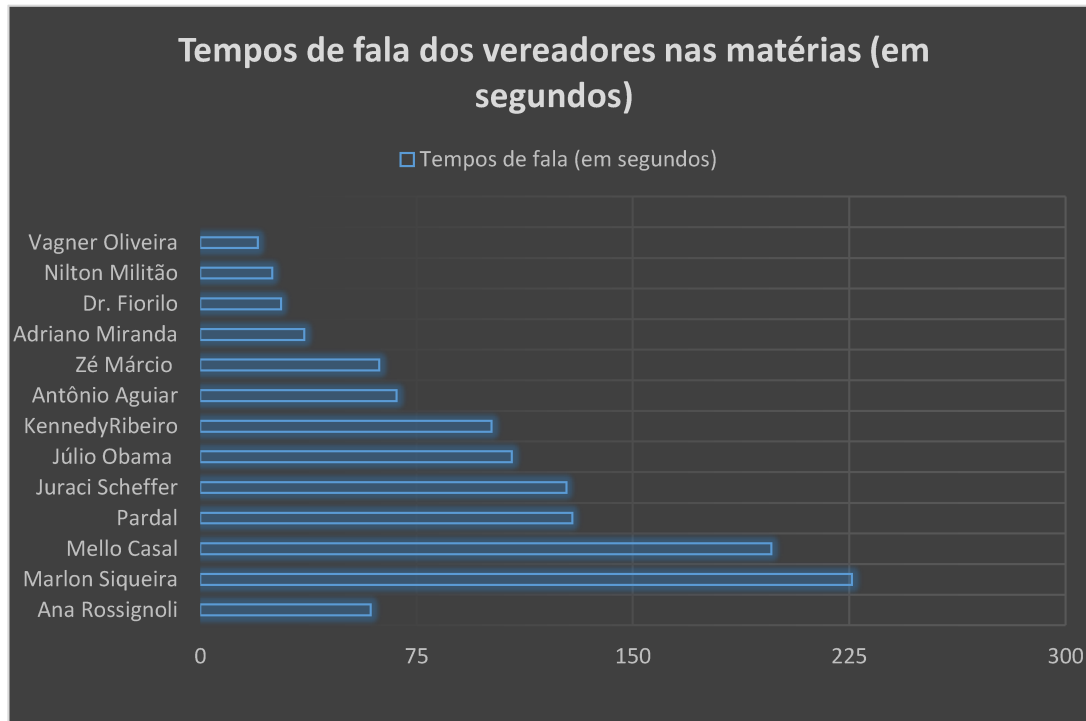
Por fim, analisou-se o eixo fontes, com identificação e classificação das mesmas e contabilização dos tempos de fala dados a cada uma delas. Na perspectiva do telejornalismo público, observou-se ainda os quesitos diversidade étnica-racial e de gênero, inclusão de pessoas com deficiência e existência ou ausência de pontos de vista conflitantes. Analisou-se ainda como se deu a participação/inclusão de munícipes e vereadores.

As fontes foram classificadas em categorias, a saber: vereadores, aqui considerados de forma separada dada a centralidade dos mesmos nos conteúdos; outros políticos, abrangendo membros do Executivo em seus três âmbitos, do Legislativo nos âmbitos estadual e federal e políticos de outros municípios; Judiciário, relativo a profissionais do terceiro poder; funcionários públicos, aqui inclusos profissionais de setores públicos, tais como secretários e

secretárias municipais, profissionais de segurança pública e servidores públicos; populares, a saber, sujeitos tomados na condição de cidadãos e cidadãs em exercício de direitos e deveres; sociedade civil organizada, abarcando sindicatos/associações de classe, conselhos municipais, núcleos sociais geridos por instituições públicas, associações de moradores, instituições socioassistenciais, organizações não-governamentais, dentre outros afins; profissionais do esporte; especialistas, *experts* em determinado tema; profissionais do setor artístico-cultural; e representantes da iniciativa privada, tais como empresários, comerciantes e industriais.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora é composta por 19 legisladores, dentre os quais, no período analisado, havia apenas uma mulher: a vereadora Ana Rossignoli. O tempo total de fala ocupado pelos integrantes da Casa foi equivalente a 19 minutos e 47 segundos, dos quais apenas 59 segundos correspondem às manifestações de Ana, entrevistada em dois dos conteúdos analisados: uma matéria do dia 21 de agosto, na qual abordam-se melhorias alcançadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no primeiro semestre de 2019, e na já citada notícia sobre visita desta comissão ao Procon/JF.

Gráfico 1 - Tempos de fala dos vereadores nas matérias (em segundos)



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Dentre os 19 vereadores, seis não foram fonte em nenhum dos conteúdos analisados, a saber: André Mariano, Cido Reis, Rodrigo Mattos, Wanderson Castelar, Wagner França e João

Coteca. Entre os parlamentares com maior tempo de fala, por sua vez, encontram-se Marlon Siqueira - fonte em quatro conteúdos e com tempo de fala de três minutos e 46 segundos -, Sargento Mello Casal - também com quatro manifestações e três minutos e 18 segundos de fala -, o presidente da Mesa Diretora, Luiz Otávio Fernandes Coelho, o Pardal - fonte em seis conteúdos, com total de dois minutos e nove segundos de fala - e Juraci Scheffer - com três manifestações, cuja soma de tempo corresponde a dois minutos e sete segundos. O menor tempo de fala é do vereador Vagner de Oliveira, com fala de 20 segundos em matéria sobre presença da Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor, a qual preside, na abertura dos Torneios Leiteiros de Juiz de Fora.

A análise dos tempos de fala de todas as fontes foi feita, ainda, de forma separada para homens e mulheres, com fins de verificação da diversidade de gênero nas matérias investigadas. Na categoria populares, foram consultadas sete fontes do sexo feminino, com total de um minuto e 58 segundos de fala, e 17 pessoas do sexo masculino, totalizando cinco minutos e 59 segundos de manifestação.

Na categoria outros políticos, somente a deputada Margarida Salomão figura como fonte do sexo feminino. A parlamentar foi ouvida em matéria do dia 20 de agosto sobre audiência na qual se discutiu a renovação do contrato da MRS Logística, empresa gestora da linha férrea, em Juiz de Fora. O tempo de fala de Margarida foi de 33 segundos.

Entre os homens, por sua vez, foram seis políticos consultados, dentre eles o prefeito de Juiz de Fora Antônio Almas, em duas ocasiões; o governador Romeu Zema, em visita à cidade na ocasião em que foi comunicada a liberação de verbas para reforma do Palacete Santa Mafalda⁷⁰; dois deputados estaduais, à frente de audiência pública realizada pela ALMG no plenário da CMJF para discutir a renovação do contrato com a MRS Logística, e dois vereadores de municípios vizinhos, presentes em evento do Parlamento Jovem. O tempo total das manifestações é de pouco mais de três minutos.

Dentre as fontes do Judiciário, uma foi feminina, a saber, a juíza auxiliar do TRE-MG, Roberta Rocha Fonseca, ouvida na já citada matéria sobre a importância da participação dos jovens nas eleições. A fala da magistrada teve duração de 33 segundos. As falas dos homens, representados pelo desembargador Rogério Medeiros e pelo diretor do Foro Eleitoral de Juiz de Fora, José Clemente Piedade de Almeida, somaram quatro minutos e 18 segundos.

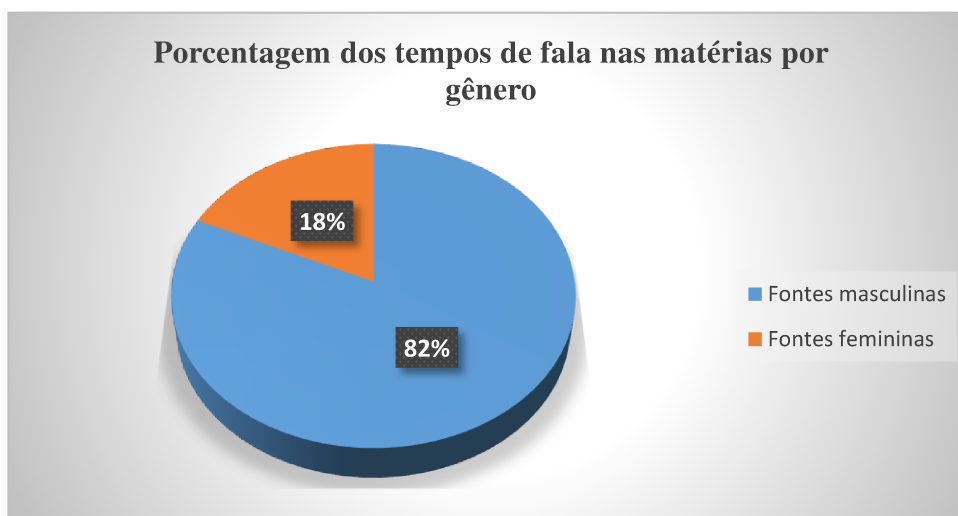
⁷⁰ Edificação tombada pelo patrimônio histórico e que encontra-se fechada desde 2013 em função de problemas estruturais. O prédio abrigava a Escola Estadual Delfim Moreira, que desde a referida data funciona em imóvel alugado pela Prefeitura, com custo aproximado de R\$45 mil por ano.

Na categoria representantes do funcionalismo público, foram nove manifestações femininas e 26 masculinas - incluindo-se aqui participações repetidas de algumas fontes - com, respectivamente, cinco minutos e seis segundos e 15 minutos e 58 segundos de fala.

Entre os especialistas, o tempo de fala de representantes do sexo feminino foi de 44 segundos, contra dois minutos e nove segundos dos homens. Na representação da sociedade civil organizada, a voz feminina correspondeu a 37 segundos, ao passo que a masculina foi de quatro minutos e seis segundos.

Da iniciativa privada, as duas fontes ouvidas no período foram representantes da MRS, com fala da gerente geral de regulação Danielle Junqueira em matéria sobre audiência pública realizada pela Câmara para debater a renovação da concessão da Empresa, e do diretor de relações institucionais da mesma, Luiz Gustavo Bambini de Assis, em matéria sobre audiência presidida pela ALMG para discussão do mesmo tema. Danielle manifestou-se por 46 segundos e Luiz por 41.

Gráfico 2 - Porcentagem dos tempos de fala nas matérias por gênero



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Profissionais do esporte foram fonte em apenas uma matéria, que conta a história do paratleta Gabriel Araújo, integrante da equipe paralímpica de natação do clube juizforano Bom Pastor. No conteúdo, veiculado em dia 16 de agosto, além de Gabriel são ouvidos outros cinco atletas, dentre os quais uma mulher. As falas dela somaram 42 segundos e, as de seus colegas, pouco mais de dois minutos. Na categoria profissionais da área artística-cultural, foram ouvidas três mulheres e dois homens, sendo o total dos tempos de fala, respectivamente, de um minuto e quarenta segundos e quatro minutos e 11 segundos.

Ainda sobre o gênero, observou-se em quantos dos 36 VTs foram ouvidos somente homens, somente mulheres e fontes de ambos os sexos, chegando-se aos respectivos números: dezesseis, três e dezessete. Observa-se que a quantidade de conteúdos nos quais somente homens foram ouvidos é praticamente igual àquela na qual há fontes de ambos os sexos. Somada aos resultados obtidos no que se refere aos tempos de fala de homens e mulheres (GRÁFICO 2), reflete desigualdade de gênero, indo de encontro à proposta do telejornalismo público.

Os resultados obtidos na análise da diversidade étnica-racial e da representatividade de pessoas com deficiência (PCD) também demonstram ausência de inclusão de grupos minoritários no debate das questões de interesse público, perspectiva atribuída ao telejornalismo público. A representação de PCDs como fontes se dá somente na já citada matéria sobre o paratleta Gabriel Araújo, estando ausente nos demais 35 VTs. A diversidade étnica-racial entre as fontes, por sua vez, foi observada em 11 dos conteúdos.

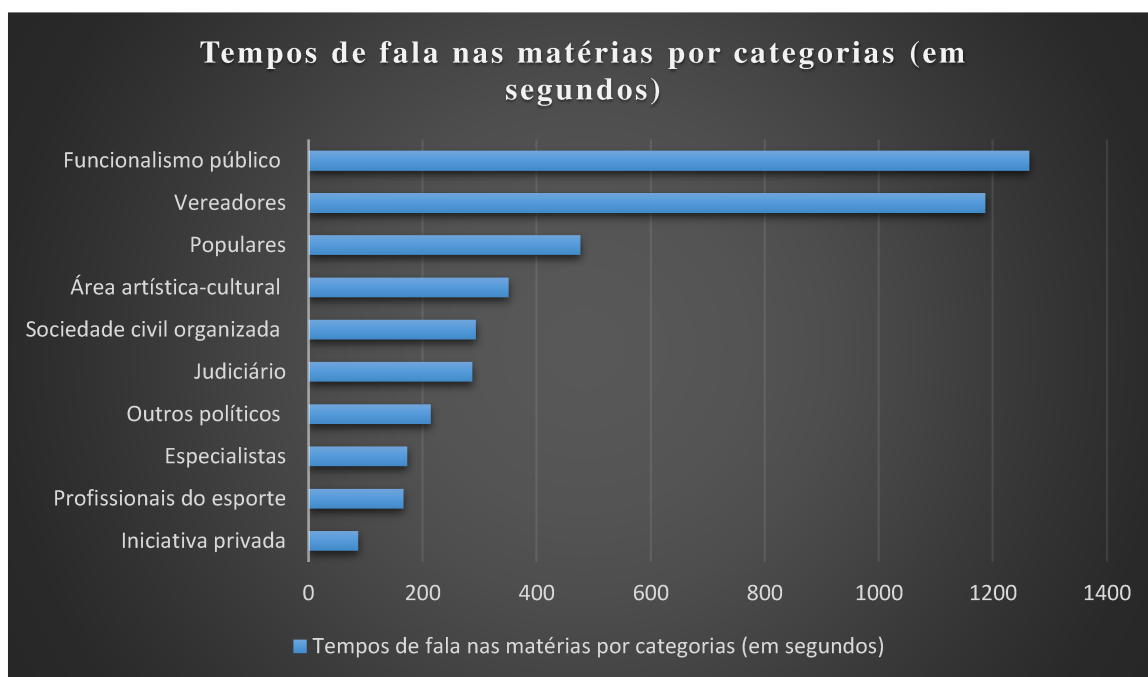
Ainda no eixo fontes, analisou-se se foram apresentados pontos de vista conflitantes, princípio também atribuído ao jornalismo público. Dentre os 36 VTs, considerou-se que o mesmo não se aplicava para metade deles, esteve ausente em nove e presente nos demais. Na já referida matéria sobre visita do Fiscaliza JF à Zona Norte de Juiz de Fora, por exemplo, são apresentadas as reclamações dos moradores e ações do Legislativo na busca pela solução dos problemas apontados, mas não há apresentação de contraponto a partir de posicionamento da Prefeitura.

Em notícia sobre visita do projeto de fiscalização ao Hospital de Pronto Socorro (HPS), por sua vez, exibida em 19 de agosto, além dos vereadores, são ouvidos usuários e funcionários da unidade. Os primeiros expõem problemas ali encontrados, tais como precariedade estrutural e de limpeza nos banheiros, falta de higiene na manutenção de equipamentos e falta de qualidade no atendimento prestado por médicos na unidade. No contraponto, os representantes do hospital têm oportunidade de apontar dificuldades na gestão - como as de cunho financeiro -, ressaltar a busca por soluções e reivindicações apresentadas ao poder público sobre problemas estruturais e de falta de equipamentos. Esclarece-se, ainda, que a unidade é voltada ao primeiro atendimento, sendo necessário que a rede acolha os pacientes após realização dos primeiros-socorros, de forma a permitir a rotatividade dos leitos, cuja falta figura entre as reclamações dos usuários.

Outro ponto analisado sobre as fontes é como se dá a participação dos vereadores e dos populares. No que diz respeito aos primeiros, buscou-se observar se utilizaram do espaço de

fala somente para divulgar suas ações e/ou do Legislativo ou problematizaram os assuntos, demonstrando interesse efetivo nos mesmos.

Gráfico 3 - Tempos de fala nas matérias por categorias (em segundos)



Fonte: elaborado pela autora (2019)

De forma geral, para os conteúdos nos quais houve manifestações de parlamentares, observou-se haver um equilíbrio nas mesmas. No conteúdo acima citado, sobre visita ao HPS, por exemplo, a fala do vereador Júlio Obama Júnior destaca-se das dos outros dois vereadores ouvidos - Pardal e Dr. Antônio Aguiar - ao apontar alguns dos problemas identificados durante a visita e esclarecer que irão, em um primeiro momento, consultar o contrato firmado entre o hospital e a Prefeitura, para então cobrar melhorias que devem voltar como resposta aos impostos pagos pelos usuários. Antônio Aguiar, por sua vez, ressalta que as visitas têm um cunho de fiscalização, mas também de oferecer alternativas e diz, como servidor da saúde, entender que muitas ações podem melhorar a assistência, sem que se tenha que dispor de grande quantia de dinheiro. A participação de Pardal se dá ao mostrar-se fala do mesmo junto a gestores do hospital, na qual ressalta compreender as dificuldades dos mesmos, bem como que os vereadores estão ali em busca de entendimento e caminhos para tentar melhorar a situação do local, dentro das condições da gestão.

Destaca-se, ainda, matéria do dia 10 de julho sobre reunião de comissão especial para discutir problemas nas residências do projeto Minha Casa, Minha Vida. O tema central foi a

fiscalização dos imóveis irregulares, a partir da qual o presidente da comissão, vereador Sargento Mello Casal, levantou outras questões. Uma delas foi relativa aos problemas gerados pelas invasões destas edificações, uma vez que os moradores irregulares não honram com as despesas, prejudicando as demais famílias, tendo em vista que algumas contas são pagas em conjunto - como o serviço de água e esgoto. Neste aspecto, o parlamentar ressalta contribuição do trabalho de fiscalização, que, embora não voltado para tal fim, ajudaria na identificação dos invasores e na tomada das medidas legais necessárias.

Nos conteúdos em que há representatividade dos munícipes, buscou-se investigar como se deu essa participação: se eles de fato expõem problemas que os afetam e demandam soluções do poder público ou somente corroboram falas do repórter e/ou de outros entrevistados. Verificou-se que, em sua maioria, os populares teceram considerações relevantes, a partir, por exemplo, da exposição de problemas relativos ao exercício de direitos e acesso aos serviços públicos - já citadas matérias de visitas do Fiscaliza JF - e de considerações sobre os benefícios de projetos dos quais participam - como em matéria do Parlamento Jovem. No entanto, observou-se que essas manifestações ainda são tímidas, em termos de tempo de fala e conteúdo, podendo ser potencializadas com fins de efetivamente inserir os munícipes na discussão de temas de interesse público.

Embora não constem na tabela principal, é válido ressaltar algumas outras questões observadas. No que tange aos formatos narrativos adotados, prevaleceu a estruturação comumente adotada no jornalismo, com matérias compostas por *off*, sonoras e passagem dos repórteres. Como já citado no capítulo anterior, algumas apurações são feitas com colaboração de outros funcionários da emissora e/ou da assessoria da Câmara. Nestes casos, os conteúdos não apresentaram passagem.

O uso de recursos diferenciados se deu nas matérias não relacionadas ao dia a dia da Casa Legislativa. No conteúdo sobre a história do pianista juizforano Moisés Mattos, por exemplo, a repórter Maria Judith Possani fez uso de uma linguagem mais poética, tecendo, inclusive, trocadilhos com o mundo da música, tais como “a harmonia da história de Moisés é repleta de dissonância” - ao contar que aos 12 anos ele já trabalhava em uma fábrica de cosméticos próxima à sua casa - ; e “esse episódio compõe uma partitura repleta de melodias agradáveis na vida do pianista” - sobre quando, após ouvir acordes de *jazz* enquanto trabalhava na referida fábrica, foi bater na porta da casa de músicos alemães que residem em Juiz de Fora.

Abordagem diferenciada também foi adotada pela repórter Marise Baesso na reportagem da série Mobilidade Urbana, que no período analisado voltou-se aos veículos alternativos de transporte. Com fins de sentir na pele as dificuldades enfrentadas pelos ciclistas

nas ruas centrais de Juiz de Fora, a jornalista se equipou e andou de bicicleta por algumas destas vias, registrando tudo por meio de uma câmera instalada em seu capacete. Parte das imagens, acompanhadas de comentários de Marise, compõem a matéria.

Uma ressalva a ser feita é que em alguns momentos essas imagens foram aceleradas, por meio de recursos da edição, o que causa certo desconforto aos olhos. Problemas relativos às imagens também foram observados em matéria sobre o anúncio da reforma do Palacete Santa Mafalda. Durante captação de imagens da fala da Diretora da Escola Estadual Delfim Moreira, há muita trepidação e é utilizado *zoom in* (movimento de aproximação da imagem) no meio da entrevista, o que também causa certo desconforto em que está assistindo.

Espisódios como os citados, no entanto, são exceções, prevalecendo qualidade técnica das imagens e dos sons captados. Ressalta-se que também não foram observados problemas no que diz respeito à correspondência das imagens com os textos na construção dos *offs*. Destaca-se, ainda, boa utilização dos recursos gráficos em matérias que tratam de temas de interesse social, tais como sobre serviços públicos, podendo o recurso ser ainda mais explorado na construção dos conteúdos jornalísticos da JFTV Câmara.

6.1.2 Análise das audiências públicas e outras sessões plenárias

Na seção I de seu primeiro capítulo, que versa sobre as Disposições Preliminares, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora aborda as espécies de reunião realizadas pela Casa, dentre as quais encontram-se as audiências públicas. Conforme item VI do artigo 113, as mesmas

se realizarão para tratar de assuntos de relevante interesse público, instruir proposições a serem desenvolvidas e/ou em trâmite, mediante requerimento fundamentado de Vereador, sujeito à aprovação do Plenário, e quando convocadas pela Presidência ou através de Pareceres formulados em Comissão (CMJF, 2012, p.64-65).

A participação popular, de entidades representativas e equivalentes é prevista no artigo 153 do Capítulo VII do Regimento, que disciplina a realização das audiências públicas. Para tanto, faz-se necessário inscrição ou admissão da participação pelo Presidente da Câmara Municipal, mediante prévia e expressa manifestação.

Prevê-se, ainda, que após aprovação da audiência pública a CMJF realize convites a autoridades, representantes de entidades e partidos políticos com representatividade no Município e pessoas interessadas indicadas em requerimento. Conforme § 1º do artigo 155, “quando a matéria a ser discutida versar sobre temas polêmicos e/ou controvertidos proceder-

se-á ao convite de segmentos diversos a fim de possibilitar a captação de uma gama de opiniões o mais heterogênea possível” (CMJF, 2012, p. 80).

As manifestações de convocados, convidados e interessados demandam inscrição prévia até os primeiros 30 minutos da audiência, junto à Assessoria Cerimonial da CMJF, e os tempos de fala podem ser de cinco minutos - havendo até 12 inscritos - ou de três minutos - havendo mais de 12 inscritos.

Os vereadores, por sua vez, podem fazer uso da palavra por cinco minutos, após manifestações dos oradores inscritos, também devendo inscrever-se com antecedência. Ressalta-se que o Regimento prevê que as manifestações se deem dentro do tema objeto da exposição.

Ainda conforme a legislação da Casa, informações relevantes expostas pelos oradores serão reunidas em documento formalizado pela Mesa Diretora. Após aprovação pelos vereadores, o mesmo deverá ser encaminhado ao “Poder Executivo Municipal, aos órgãos públicos ou empresas privadas, citadas na Audiência Pública, nos termos regimentais” (CMJF, 2012, p. 81). As audiências devem, ainda, ser lavradas em ata, arquivando-se pronunciamentos escritos e documentos apresentados.

Além de divulgação na imprensa oficial, com informações sobre dia, hora e matéria a ser discutida, as audiências públicas devem ser transmitidas, obrigatoriamente, pelos meios e instrumentos de comunicação da Câmara Municipal.

A presente seção volta-se à análise das audiências públicas e outras sessões plenárias, excluindo-se as reuniões ordinárias e extraordinárias que, conforme já ressaltado, em função de suas particularidades foram analisadas de forma separada e a partir de ficha de análise específica, com resultados a serem expostos no tópico seguinte.

No período analisado foram realizadas oito audiências públicas, sendo uma em julho, quatro em agosto e três em setembro (APÊNDICE B). Também foi transmitida ao vivo uma conferência ministrada pelo desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, realizada no plenário da Câmara no dia 11 de julho. O tempo total dos conteúdos foi de 23 horas, 48 minutos e 54 segundos.

Em conformidade com a ficha de análise utilizada na investigação dos conteúdos noticiosos (TABELA 1), o primeiro eixo investigado sobre as audiências e a referida palestra foi o tema. Inicialmente, procedeu-se à identificação dos mesmos. As condições dos museus, bibliotecas, centros culturais, teatros e anfiteatros de Juiz de Fora foi assunto de audiência convocada pelo vereador Juraci Scheffer e realizada em 9 de julho. A outra sessão plenária

analisada em julho foi a já citada palestra do presidente do TRE-MG, com o tema Direito e Novas Tecnologias.

No dia 16 de agosto de 2019, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou, no plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, uma audiência pública para discutir a renovação da concessão da malha ferroviária no município. A renovação também foi tema da primeira audiência pública da Câmara Municipal, em 19 de agosto, proposta pelo vereador Juraci Scheffer.

Proposta pelo vereador Júlio Obama Júnior, a segunda audiência pública de agosto, feita no dia 20, discutiu questões estruturais de acesso na Avenida Juiz de Fora e na Rua Paracatu, região Nordeste da cidade. No período analisado também foi transmitida a terceira audiência pública de agosto, na qual discutiu-se o Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2020.

Em setembro, analisou-se a segunda, a terceira e quarta audiências públicas do período, realizadas nos dias 24, 25 e 26 do referido mês, respectivamente. Na primeira, também proposta pelo vereador Juraci Scheffer, discutiu-se a situação fiscal e econômica da Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização (Empav). A saúde foi tema da segunda audiência analisada, proposta por diversos vereadores. Por fim, analisou-se audiência voltada à demonstração do desempenho do município em relação às metas fiscais estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e à divulgação de despesas e receitas. A sessão foi realizada em atendimento à solicitação do Secretário de Governo, Carlos Alberto Ramos de Faria.

A segunda questão investigada quanto ao tema foi se o mesmo interfere no exercício de direitos pelos cidadãos. Para todas as temáticas abordadas considerou-se que sim. Nas audiências em que foi discutida a renovação da concessão da linha férrea à empresa MRS Logística, por exemplo, encontram-se implicados direitos como mobilidade, segurança e saúde, conforme apontado em falas de munícipes presentes na plateia ao ressaltarem, dentre outros problemas, dificuldades no traslado de pessoas com deficiência em algumas passarelas, ineficiência do trânsito em horários de pico a partir da interrupção do mesmo para passagem de trens, riscos de atropelamentos e de acidentes em passagens de níveis, passarelas e outros cruzamentos; riscos de assaltos em passarelas, má conservação e lixo em algumas destas e nas margens da linha férrea, e enchentes decorrentes da estrutura da malha ferroviária em alguns bairros, gerando riscos de contração de doenças.

Ressalta-se, ainda, tratar-se do direito de exploração de um bem público pela iniciativa privada, com estabelecimento de contrapartidas e investimentos estruturais a serem cumpridos pela concessionária nos municípios cortados pela linha férrea. Nas audiências analisadas foram

pleiteadas, dentre outras, contrapartidas que se voltem à minimização dos impactos do transporte ferroviário na mobilidade urbana de Juiz de Fora, com proposições como a de transposição da linha, construção de viadutos e disponibilização de trens de transporte de passageiros, com fins de desafogar o transporte público.

Ainda sobre o tema, analisou-se se, no caso de assuntos relacionados a serviços públicos, são disponibilizadas informações sobre como acessar os mesmos. Para oito das nove sessões analisadas considerou-se que a pergunta não se aplica. A exceção foi a audiência pública que discutiu a situação dos serviços de saúde em Juiz de Fora, para a qual a resposta à questão foi positiva.

Sobre isso, destaca-se fala da subsecretária de atenção à saúde, Maria Aparecida Martins, que, ao responder questões colocadas por vereadores e munícipes, teceu esclarecimentos sobre como está sendo feito o sistema de marcação de consultas. Ela ressalta tentativa de centralização do procedimento com a criação do Serviço Unificado de Marcação de Consultas (SUMC), a qual não funcionou em decorrência da falta de condições de implementação do projeto original. Assim, esclarece que a marcação foi novamente descentralizada e está sendo feita nas unidades de saúde, informando, inclusive, sobre mudanças nos horários de marcação que seriam implantadas a partir de outubro.

No último eixo de análise do tema, busca-se descobrir se, no caso de temáticas relativas a problemas que interferem no exercício de direitos, são apresentadas ações do Legislativo na busca por soluções àqueles. Para os nove conteúdos analisados a resposta foi sim. A principal ação se dá na realização de audiências, bem como na cessão do plenário da Casa para a ALMG e para a conferência do presidente do TRE-MG, proporcionando a discussão de temas de interesse público, a participação e manifestação de cidadãos e cidadãs e esclarecimentos do poder público e outros setores envolvidos.

Ressalta-se, ainda, que os parlamentares contribuem a partir da colocação de questionamentos, muitos deles voltados à busca de esclarecimentos a demandas feitas a eles pelos munícipes; a partir de sugestões para a resolução dos problemas, tal como por propostas de criação de leis e comissões; a partir do acompanhamento de ações de órgãos públicos; e a partir do estabelecimento de canais de comunicação com o público.

Sobre este último, destaca-se fala do vereador Zé Márcio Garotinho na audiência pública promovida pela Câmara Municipal para discutir a renovação da concessão da MRS Logística, em 19 de agosto. O parlamentar esclarece que eles têm até o dia 13 do mês seguinte para encaminhar pautas e reivindicações relativas ao tema para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e exibe no telão um *e-mail* criado pela Comissão de Urbanismo, Transporte,

Trânsito, Meio Ambiente e Acessibilidade da Casa para que os cidadãos e cidadãs enviem suas contribuições.

Destacam-se, ainda, projeto de lei do vereador Juraci Scheffer que propõe a criação do Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (Fumpac), com fim de fomentar políticas públicas de proteção do patrimônio cultural, e proposta feita pelo vereador Kennedy Ribeiro de destinação de parte das emendas dos parlamentares para aquisição de fitas utilizadas na aferição de glicose, cuja falta foi um dos problemas apontados na audiência pública sobre a saúde.

A segunda categoria analisada foi a abordagem. Quanto ao viés predominante, se institucional ou público, observou-se haver equilíbrio nas oito audiências públicas e considerou-se que a questão não se aplica à palestra sobre Direito e Novas Tecnologias, dada a finalidade e formato da mesma - exposição de tema, sem participação de munícipes e/ou vereadores.

Nas audiências, embora o tempo de fala cedido aos munícipes não seja tão grande - em todas elas, em função do número de inscritos, foi de até três minutos -, a oportunidade de manifestação dos mesmos é fundamental ao exercício democrático e contribui para manutenção do equilíbrio das abordagens. A manifestação de vereadores, representantes de órgãos públicos e outros setores envolvidos nos respectivos temas reforça esse cenário, ao oportunizar que sejam expostos diferentes pontos de vista, considerações e informações.

Ressalta-se ainda que, embora alguns parlamentares se utilizem dos espaços de fala para relembrar ações próprias na busca de soluções para questões semelhantes às discutidas e/ou defender a classe de acusações feitas por algum orador da plateia, bem como apesar do uso do espaço de fala por munícipes que fazem tais críticas e/ou tecem comentários sobre assuntos que não aqueles em pauta, de forma geral, tal como previsto no regimento interno da Casa, as manifestações voltam-se à problematização dos temas objeto das discussões, oportunizando uma compreensão ampla dos mesmos a partir de diferentes visões envolvidas.

Questionou-se ainda, no que diz respeito à abordagem, se as informações fornecidas contribuem para o ganho de autonomia pelos cidadãos e cidadãs juizforanos. Para todos os nove conteúdos analisados verificou-se que sim. Na já citada palestra do presidente do TRE-MG, por exemplo, os munícipes tomam ciência da obrigatoriedade do cadastramento biométrico e dos locais nos quais ele pode ser feito. De posse de tal informação, podem realizar o procedimento, garantindo o exercício do direito do voto.

Na terceira audiência pública do oitavo período, na qual se discute o projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2020, os munícipes tomam conhecimento da situação financeira do município e

de diversas questões relativas à destinação de verbas. A partir da fala do Secretário de Planejamento e Gestão, Lúcio Sá Fortes, também tornam-se cientes do orçamento participativo, a partir de contribuições que podem ser enviadas pela população via aplicativo.

Há de se ressaltar, ainda, que as audiências, tal como os conteúdos de caráter jornalístico, são uma oportunidade para que os eleitores acompanhem o trabalho dos legisladores, obtendo informações de que necessitam para fazer suas escolhas nos próximos pleitos.

O último eixo analisado no que diz respeito à abordagem foi se os conteúdos contribuem para uma compreensão dos fatos para além dos mesmos, com informações sobre suas razões de ser, implicações e consequências. Para todos os conteúdos verificou-se que sim. Neste sentido, destaca-se consideração já feita sobre os benefícios das diversas possibilidades de manifestações, que permitem uma visão dos fatos a partir de diversos ângulos.

Cita-se como exemplo audiência pública que discutiu questões estruturais de acesso na Avenida Juiz de Fora e na Rua Paracatu. A partir de considerações sobre problemas enfrentados nas referidas vias, os oradores - dentre eles munícipes, diretoras de escolas públicas da região e o vereador Júlio Obama Júnior, proponente da reunião - pontuaram diversas questões. Algumas delas, inclusive as nove formuladas pelo parlamentar em sua fala de abertura da sessão, foram respondidas pelo secretário de Transporte e Trânsito, Eduardo Facio, que foi tecendo esclarecimentos sobre cada uma, possibilitando uma compreensão das competências, dificuldades e procedimentos de competência da Settra.

Sobre solicitação de instalação de semáforo com botoeira próximo a uma das escolas ali representadas, por exemplo, Facio esclarece ser preciso estudo técnico para definir a viabilidade dos equipamentos a serem implantados. Por meio de *slides*, mostra imagens da região próxima à instituição de ensino, explicando as medidas ali já adotadas: quebra-molas antes e depois da escola, faixa de pedestres e um semáforo de advertência, o qual visa alertar os condutores sobre existência de travessia futura. Este último, conforme resalta o secretário, foi instalado cerca de um mês da audiência, sendo preciso acompanhar para ver sua funcionalidade.

Por fim, analisou-se o eixo fontes, procedendo-se, inicialmente, a uma classificação. Para tanto, foram utilizadas as mesmas categorias da análise dos conteúdos noticiosos: vereadores, outros políticos, judiciário, funcionários públicos, populares, sociedade civil organizada, profissionais do esporte, especialistas, profissionais do setor artístico-cultural e iniciativa privada. Destas, somente os atletas não foram representados no período em análise.

Gráfico 4 - Tempos de fala dos vereadores nas audiências públicas e outras sessões plenárias
(em segundos)



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Contabilizou-se, ainda, o tempo de fala de cada uma das fontes e, assim como para as matérias, também analisou-se a diversidade de gênero (GRÁFICO 05). Quanto ao tempo, ressalta-se que não foram contabilizadas manifestações dos vereadores que não tivessem relação com o assunto discutido - tais como justificativas de atraso e justificativas da ausência de colegas - e as falas dos parlamentares que presidiam a Mesa Diretora.

Ainda sobre as falas dos vereadores (GRÁFICO 04), analisou-se quais se deram na tribuna e quais se deram de suas bancadas, via pedido de palavra pela ordem⁷¹. Dentre os mesmos, Ana Rossignoli manifestou-se em seis das oito audiências públicas, sempre a partir de sua bancada, somando 16 minutos e 48 segundos de fala.

⁷¹ Se dá quando, de suas bancadas, os parlamentares pedem uso da palavra para fazer intervenções não previstas. As falas na tribuna, por sua vez, conforme já ressaltado nas considerações iniciais do tópico, necessitam de inscrição prévia.

Dentre os vereadores homens, por sua vez, Dr. Fiorilo e João Coteca foram os únicos com manifestações não registradas no período da análise. Juraci Scheffer foi o que contabilizou mais tempo de fala: duas horas, sete minutos e 27 segundos no total. Ressalta-se que, deste tempo, apenas 12 minutos e 17 segundos se deram via pedido de palavra pela ordem.

O tempo considerável de manifestações na tribuna pode ser justificado pelo fato de que Juraci foi propositor de quatro das oito audiências analisadas, a saber, as que discutiram as condições de patrimônios artístico-culturais de Juiz de Fora; a renovação do contrato da MRS Logística; a situação econômica e fiscal da Empav; e a situação da saúde no município - esta última proposta junto com outros parlamentares. Nas três primeiras, além de falar na abertura, fez as considerações finais.

O segundo parlamentar com mais tempo de fala foi Júlio Obama Júnior, proponente da audiência que discutiu questões estruturais de acesso na Avenida Juiz de Fora e na Rua Paracatu e um dos proponentes da reunião sobre a saúde. Em ambas ele fez uso da tribuna para a abertura e as considerações finais. As duas ocasiões, somadas às outras nas quais fez uso do púlpito, totalizaram 58 minutos e 44 segundos de fala.

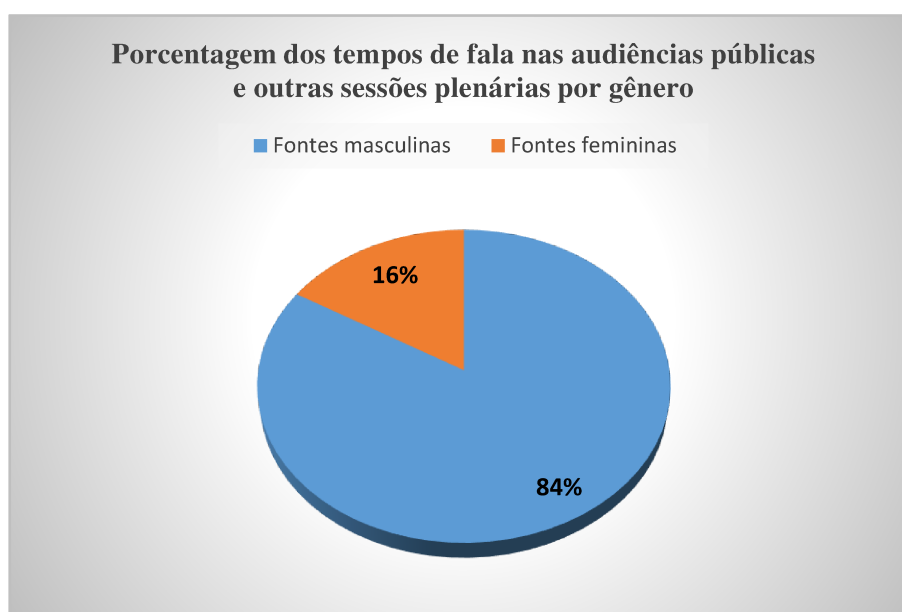
Júlio ainda fez uso da palavra de ordem em quatro das sessões, totalizando 13 minutos e 55 segundos. Logo, no período de análise o tempo total de manifestações do vereador foi de uma hora, 12 minutos e 39 segundos.

O terceiro vereador com maior tempo de fala foi Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), somando 25 minutos e 28 segundos de uso da tribuna. Deste total, 19 minutos e 49 segundos foram utilizados na abertura e considerações finais da audiência pública que discutiu o cenário da saúde em Juiz de Fora, da qual também foi proponente. A outra manifestação se deu durante sessão realizada pela ALMG na Câmara Municipal para debater a renovação da concessão da empresa MRS.

Dentre os vereadores homens, manifestaram-se ainda Dr. Antônio Aguiar, com 22 minutos e 53 segundos por meio do pela ordem; Adriano Miranda, com 15 minutos e 55 segundos de palavra na tribuna e quatro minutos e 57 segundos via pela ordem - total de 20 minutos e 52 segundos; Kennedy Ribeiro, com total de 20 minutos e um segundo - três minutos e 47 segundos no pela ordem e 16 minutos e 14 segundos na tribuna; Rodrigo Mattos, com 17 minutos e 32 segundos de fala - 13 minutos e dois segundos na tribuna e quatro minutos e meio pela ordem; Zé Márcio Garotinho, com 12 minutos e 23 segundos na tribuna e quatro minutos e 22 segundos pela ordem - somando 16 minutos e 45 segundos; e Wanderson Castelar, com três manifestações na tribuna, somando 14 minutos e 23 segundos.

Fazendo uso da palavra pela ordem, figuram ainda os vereadores Vagner de Oliveira, Wagner França, Nilton Militão, Sargento Mello Casal, Marlon Siqueira, André Mariano e Cido Reis, com, respectivamente, 12 minutos e 33 segundos; 11 minutos e quatro segundos; dez minutos e 16 segundos; oito minutos e 50 segundos; dois minutos e 13 segundos; dois minutos e 11 segundos e um minuto e 57 segundos.

Gráfico 5 - Porcentagem dos tempos de fala nas audiências públicas e outras sessões plenárias por gênero



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Dentre os populares, as manifestações femininas se deram em nove ocasiões e somaram 22 minutos e 19 segundos, todas elas feitas da plateia. Os homens, por sua vez, tiveram um total de 34 falas, somando uma hora, 50 minutos e 20 segundos. Deste total, quatro minutos e 58 segundos se deram em fala na tribuna e os demais foram feitos por munícipes na plateia.

Na categoria outros políticos, dentre as vozes femininas figura somente a deputada federal Margarida Salomão, que fez uso da tribuna por seis minutos e 19 segundos na audiência realizada pela CMJF para discutir a renovação da concessão da malha ferroviária.

Dentre os homens, por sua vez, foram seis manifestações de outros políticos, totalizando uma hora, 45 minutos e 33 segundos. Ressalta-se que, desse total, 53 minutos e 35 segundos foram utilizados pelo deputado estadual João Leite na presidência da audiência realizada pela ALMG para discutir a renovação do contrato de concessão da MRS. Diferentemente das manifestações dos vereadores, a fala dele como presidente da sessão foi considerada porque o

mesmo não somente conduziu a audiência, como teceu considerações e apresentou estratégias no que se refere à questão.

A categoria judiciário teve apenas uma mulher como fonte: a diretora da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais, Roberta Rocha Fonseca, que utilizou a tribuna por dois minutos e 20 segundos para fazer a abertura da palestra do desembargador Rogério Medeiros. Este último foi a fonte masculina com maior tempo de fala dentre as três fontes desta categoria, com 49 minutos e 22 segundos, em um total de uma hora, cinco minutos e 40 segundos.

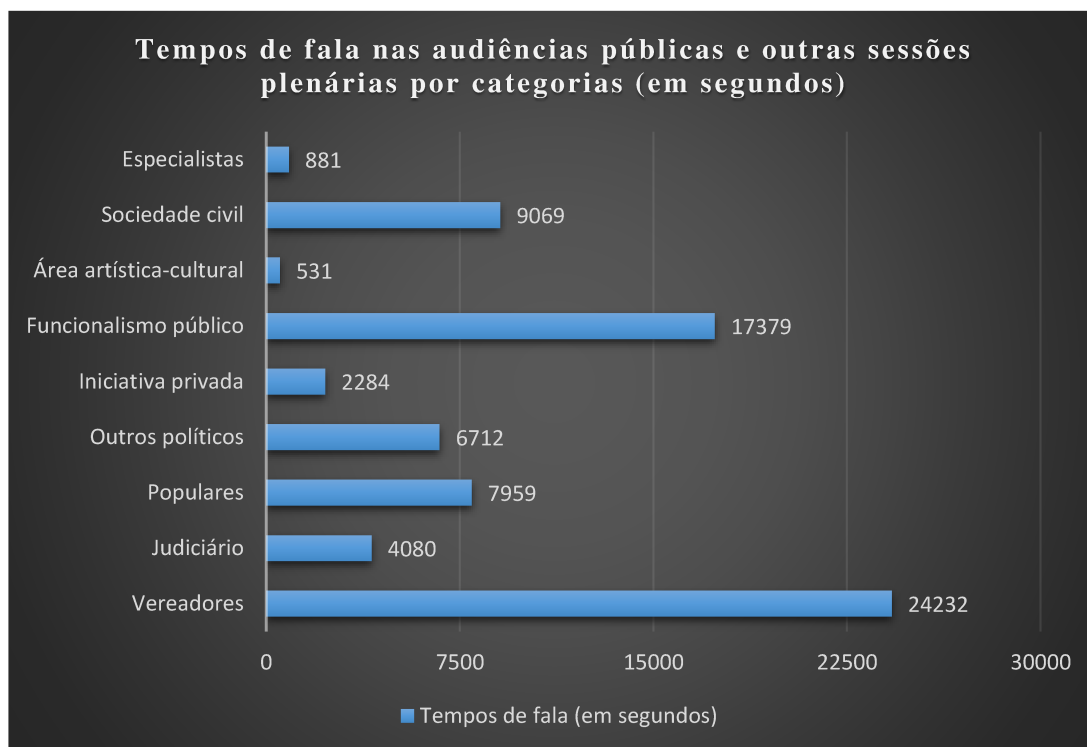
Representantes da sociedade civil organizada somaram cinco manifestações dentre as mulheres, correspondentes a 13 minutos e 20 segundos. Deste total, duas manifestações se deram na tribuna, somando cinco minutos e oito segundos. A categoria teve, ainda, 30 fontes masculinas, com duas horas, 17 minutos e 49 segundos de fala, dos quais 33 minutos e 26 segundos se deram por munícipes na plateia.

Dentre representantes do funcionalismo público, nove mulheres fizeram uso da tribuna, com manifestações que somaram duas horas, cinco minutos e sete segundos. Ressalta-se que, deste total, quase uma hora e oito minutos correspondem à fala da controladora-geral do município, Marlene Bassoli, durante audiência na qual foram demonstrados o desempenho do município em relação às metas fiscais estabelecidas na LOA e divulgadas as despesas e receitas. As falas das 14 fontes masculinas da categoria, por sua vez, totalizaram duas horas, 44 minutos e 32 segundos. Assim como as femininas, todas elas se deram na tribuna.

A iniciativa privada foi representada por três oradores, uma mulher e dois homens, todos eles com utilização da tribuna. A fala da fonte feminina foi de 13 minutos e nove segundos, ao passo que as falas das fontes masculinas somaram 24 minutos e 55 segundos. Somente com fontes do sexo masculino figuram as categorias profissionais do setor artístico-cultural, com uma fonte, e especialistas, com duas fontes. A soma dos tempos de fala foi de, respectivamente, oito minutos e 51 segundos e 14 minutos e 41 segundos.

Associadas às discrepâncias nos tempos de fala, as proporções entre homens e mulheres - incluindo-se aqui os parlamentares - observadas em alguns dos nove conteúdos demonstram que, assim como na análise dos materiais jornalísticos, não se pode considerar ter havido diversidade de gênero nas audiências analisadas. Na audiência sobre a situação econômica e fiscal da Empav, por exemplo, foram 29 manifestações de homens e somente quatro de mulheres.

Gráfico 6 - Tempos de fala nas audiências públicas e outras sessões plenárias por categorias (em segundos)



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Ainda sobre as fontes, observou-se haver diversidade étnica-racial em sete dos nove conteúdos analisados. A representação de pessoas com deficiência, por sua vez, não se deu em nenhuma das sessões analisadas. Investigou-se, ainda, se haviam pontos de vista conflitantes, questão considerada não aplicável à conferência do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e presente nas oito audiências.

Também no que se refere às fontes, questionou-se se os parlamentares utilizaram o espaço de fala somente para divulgar suas ações e/ou as do Legislativo ou se de fato problematizaram os assuntos. Observou-se, conforme já ressaltado anteriormente, que alguns vereadores se utilizaram dos espaços de fala para relembrar ações próprias na busca de soluções para questões semelhantes às discutidas e/ou defender a classe de acusações feitas por algum orador presente na plateia.

Sobre esta última situação, cita-se como exemplo a audiência na qual se discutiu problemas do setor da saúde em Juiz de Fora. Durante a mesma, um dos munícipes com direito à fala ressalta o papel dos vereadores na elaboração de leis que facilitem o acesso da população à saúde, dizendo-se surpreso ao ver que mais de 80% das leis que criaram recentemente foram para nomear ruas e criar datas comemorativas.

Em resposta ao comentário, o vereador Mello Casal reconhece o direito do orador em cobrar dos legisladores, mas diz não estar preocupado em sair fazendo qualquer tipo de lei, que as fará quando forem necessárias. Ressalta ainda que a cidade já possui 14 mil leis e diz que a maioria delas não é seguida. Mello fala ainda que dar nome às ruas é prerrogativa dos vereadores.

Os vereadores Nilton Militão, André Mariano e Antônio Aguiar também fizeram uso da palavra pela ordem para defender os parlamentares das acusações, ressaltando, por exemplo, outras ações feitas por eles em prol da população - tais como as audiências públicas - e a destinação de verbas de emendas para atender à comunidade.

A despeito de manifestações do tipo, observou-se que, no geral, os vereadores utilizaram-se de seus espaços de fala para problematizar, apontar dúvidas, cobrar respostas e soluções dos demais poderes e propor soluções para os problemas em debate. Na audiência sobre a situação da Empav, por exemplo, o proponente, Juraci Scheffer, resalta que a empresa ficou conhecida por ser cabide de emprego de cabos eleitorais e isso teve como consequência o anúncio de uma dívida vultosa, questionando ao diretor da mesma se há alguma apuração de atos praticados que resultaram na dívida, se foram constatados atos ilícitos ou passíveis de dúvida, se houve auditoria interna e se os resultados serão tornados públicos. O vereador questiona ainda se o relatório resultante do trabalho da comissão técnica instalada para analisar a situação da empresa está disponível para consulta, qual a sua conclusão, por que a PJF levou tanto tempo para admitir a dívida de mais de R\$22 milhões e se há indícios de má gestão, mal planejamento ou desídia. Também pergunta o que está sendo aguardado para dar início às atividades de recuperação asfáltica com dinheiro de empréstimo autorizado pela Casa junto à Caixa Econômica Federal; se é verdade que há possibilidade de extinção da Empav e sua incorporação à Secretaria de Obras e, se sim, quais seriam as vantagens; o que será feito para a valorização do corpo técnico da empresa; dentre outras questões.

Em uso da palavra pela ordem, o vereador Cido Reis questionou por que a Cesama deixou de comprar mão de obra e aplicação de massa pela Empav e o que de fato aconteceu para que a empresa fosse proibida de prestar serviços para a iniciativa privada. O vereador Júlio Obama Júnior, por sua vez, diz que a questão dos empregos o preocupa muito e questiona se vão haver mais demissões, cobrando respostas diretas pela Prefeitura.

Destaca-se também manifestação do vereador Wanderson Castelar, que, após fala do novo diretor-presidente da Empav, Fúlvio Albertoni, manifestou preocupação com possível extinção do serviço de parques e jardins no interior da empresa. O parlamentar resalta que o setor é fundamental na manutenção de espaços públicos, os quais diz estarem muito degradados,

conforme testemunha a partir de reclamações recebidas dos munícipes. Castelar também relata ter recebido a informação de que um grupo de funcionários da empresa teria sido colocado de férias antes da anunciada demissão, o que ressalta estabelecer relação de vantagem destes em relação aos funcionários que foram imediatamente demitidos.

Na audiência sobre a renovação da concessão do contrato da MRS Logística, os vereadores cobraram, dentre outras coisas, estudo da possibilidade de retomada do transporte ferroviário de passageiros, mais investimentos em segurança nas passagens de nível, passarelas e outras travessias, obras de drenagem em bairros prejudicados com alagamentos junto ao leito da linha férrea e mais envolvimento do poder Executivo nas discussões sobre o tema.

Por fim, quanto às fontes analisou-se como se deu a participação dos cidadãos e cidadãs juizforanos. Reitera-se que, a despeito do uso do espaço de fala por alguns deles para tecer críticas e/ou comentários sobre outros temas que não aqueles em pauta, observou-se que, em sua maioria, as manifestações possibilitaram aos munícipes expor e problematizar questões que afetam o exercício efetivo de seus direitos, bem como cobrar soluções dos vereadores e representantes dos demais poderes e outros setores envolvidos, presentes nas audiências.

Na audiência sobre a situação da saúde na cidade, os munícipes cobraram, dentre outras questões, maior participação dos secretários municipais nas reuniões dos Conselhos de Saúde e esclarecimentos sobre obras para as quais já foram liberadas emendas parlamentares e que ainda não foram iniciadas. Também foram relatadas experiências e tecidas reclamações sobre dificuldades na marcação de consultas, falta de profissionais nas unidades de saúde, carência de medicamentos e suprimentos, demora nos atendimentos, demora na marcação e recebimento de exames, e outros mais. Representantes de servidores também ressaltaram a precarização nas condições de trabalho e riscos aos funcionários da saúde.

Na reunião sobre questões estruturais na Avenida Juiz de Fora e na Rua Paracatu, dentre outras manifestações, os munícipes apontaram problemas e cobraram melhorias nas sinalizações horizontal e vertical; solicitaram obras no sistema hídrico, com fins de minimizar impactos e danos nas vias, e questionaram a não inclusão dos moradores em discussões sobre o tema.

Também não constantes na ficha de análise, cabem aqui considerações sobre questões técnicas na transmissão das audiências. Assim como nos conteúdos jornalísticos, prevaleceu a qualidade das imagens e do áudio. A única exceção observada no que diz respeito a este último foi uma falha na captação do som da Tribuna durante fala do Promotor de Justiça da Comarca de Juiz de Fora, Alex Fernandes Santiago, em sessão realizada pela ALMG em agosto. Somente cerca de sete minutos depois do início de sua explanação o problema foi corrigido.

No que diz respeito aos enquadramentos, observou-se haver um padrão, recorrendo-se ao chamado plano americano - usado no cinema para referir-se às imagens nas quais a figura humana é mostrada do joelho para cima - para captação de imagens dos oradores na plateia, e ao denominado primeiro plano - com a figura humana enquadrada do peito para cima - para os oradores na Tribuna e fala dos vereadores a partir de suas bancadas. O plano geral, que possui um ângulo visual bem aberto e capta o cenário em sua quase totalidade, é utilizado no restante do tempo, como enquanto oradores se dirigem à Tribuna. Vez ou outra a plateia é mostrada, especialmente quando algum parlamentar ou orador na tribuna faz referência aos presentes.

6.1.3 Um formato particular: análise das reuniões ordinárias e extraordinárias

Também compõem as sessões plenárias realizadas pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, transmitidas ao vivo pela JFTV Câmara, as reuniões ordinárias e extraordinárias. O regimento interno da Casa prevê a realização de dez reuniões ordinárias mensais, sempre na segunda quinzena de cada mês, com exceção dos meses de janeiro, julho e dezembro, nos quais as mesmas se darão na primeira quinzena. De segunda a quinta-feira, as sessões tem início às 17 horas e 30 minutos e, nas sextas-feiras, começam às 10 horas e 30 minutos.

De acordo com o artigo 113 do regimento, são reuniões ordinárias “as que se realizam durante qualquer Sessão Legislativa, nos dias úteis, proibida a realização de mais de uma por dia” (CMJF, 2012, p. 64). As extraordinárias, por sua vez, correspondem àquelas realizadas em horários diferentes dos fixados para as ordinárias, podendo ser convocadas pela Mesa Diretora, pelo Presidente da CMJF, por vereador - aprovada por maioria absoluta dos membros da Casa - ou pelo prefeito.

Constituem as reuniões ordinárias:

- o pequeno expediente, destinado à leitura de correspondências e comunicações, expediente recebido do prefeito e expediente apresentado pelos vereadores - tais como requerimentos, moções, representações, projetos de lei, projetos de resolução. O pequeno expediente contemplava, ainda, o pronunciamento dos vereadores, mas, durante o período analisado, foi aprovada a resolução Nº 1.331, de 18 de setembro de 2019, passando o mesmo para a ordem do dia, outra seção que compõe as reuniões ordinárias. Alterou-se, ainda, a duração do pequeno expediente: de um máximo de duas horas, passou a ter um período máximo de uma hora e 30 minutos, improrrogáveis. Exige-se quórum mínimo de um terço dos vereadores para dar início ao mesmo;

- a ordem do dia, que até a promulgação da referida resolução tinha duração máxima de uma hora e 30 minutos, sendo destinada à leitura de pareceres, discussão e votação de proposições em pauta, preliminares, avulsos e vetos. Com inclusão da manifestação dos vereadores, a partir da medida aprovada em setembro, a seção passa a ter duração máxima de duas horas. Os vereadores interessados em falar devem inscrever-se, de próprio punho, em livro especial e sob fiscalização do 1º secretário, até 30 minutos a partir do início da reunião. O tempo de fala é de cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco. Para dar início à mesma é exigida presença de maioria absoluta dos parlamentares;
- o grande expediente, com duração máxima de 30 minutos, improrrogáveis. Para utilização da fala, os oradores interessados devem inscrever-se entre oito e 14 horas, na Divisão de Documentação da Câmara Municipal. O tempo de fala é de 15 minutos, prorrogáveis por mais 15 pelo presidente da Casa e, havendo mais de um inscrito, o tempo de fala será proporcionalmente distribuído; e
- o expediente final, destinado ao encerramento da reunião pelo presidente.

As reuniões extraordinárias, por sua vez, não compreendem o pequeno e o grande expedientes, restringindo-se à deliberação “sobre a matéria para a qual foi convocada e que constará de sua Ordem do Dia” (CMJF, 2012, p. 75). Conforme § 5º do artigo 138 do Regimento Interno da Câmara, “o Vereador poderá fazer uso da palavra no início da Reunião Extraordinária por 5 (cinco) minutos improrrogáveis, para tratar de assuntos relevantes e urgentes” (ibidem, p. 76).

No período analisado para esta pesquisa foram realizadas 13 reuniões ordinárias e três extraordinárias, totalizando 29 horas, 28 minutos e 24 segundos de programação (APÊNDICE C). Em função de características que são únicas a essas sessões, para a investigação foram feitas algumas adaptações ao roteiro utilizado na análise das matérias, audiências públicas e outras sessões plenárias, mantendo-se as categorias contempladas: tema, abordagem, fontes e interatividade (TABELA 02).

Tabela 2 - Categorias de análise das reuniões ordinárias e extraordinárias da CMJF

Categorias	Perguntas-chave
Tema	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a(s) temática(s) acionada(s)? - Ela(s) interfere(m) no exercício de direitos pelas cidadãs e cidadãos juizforanos? - No caso de temáticas relativas a problemas que interferem no exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs são apresentadas possíveis soluções e ações do Legislativo na solução destas questões?
Abordagem	<ul style="list-style-type: none"> - As discussões tecidas em Plenário permitem uma compreensão dos fatos para além destes - suas razões, implicações, consequências? - As colocações, questionamentos e informações feitas/dadas pelos vereadores contribuem para o ganho de autonomia pelos cidadãos e cidadãs juizforanos?
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Quais vereadores têm oportunidade de fala? - Algum deles é entrevistado antes da reunião? - Qual o tempo de fala de cada um deles? - Há diversidade de gênero? E étnico-racial? - Há representação de pessoas com deficiência? - Os vereadores utilizam o espaço de fala somente para divulgar suas ações e/ou do Legislativo ou problematizam os assuntos, demonstrando interesse efetivo nas questões apresentadas? - Algum munícipe presente no Plenário se manifesta? Se sim, que temática levanta e qual tempo de fala do mesmo? - Há pontos de vista conflitantes?
Interatividade	<ul style="list-style-type: none"> - Quais as possibilidades de interatividade oferecidas conteúdo?

Fonte: elaborada pela autora (2019)

Cabe ressaltar que, assim como para as audiências públicas, não foram considerados os tempos de fala dos vereadores que presidiam as sessões, nem justificativas de atraso e/ou ausência de colegas. Da mesma forma, não foram contabilizados os tempos de fala usados pelos vereadores para pedirem autorização de retirada das reuniões com fins de comparecerem a outros compromissos legislativos; para registros de presença; para pedidos de vista, inclusão e/ou retirada de matérias das discussões; para leituras de pareceres sobre os projetos em

discussão; e para as leituras do pequeno expediente. Ainda sobre este último, ressalta-se não terem sido considerados os temas das correspondências, requerimentos, pedidos de informação, moções, representações, projetos de lei e outras matérias lidas, estando as temáticas tomadas em análise restritas àquelas acionadas na ordem do dia e às colocadas em pauta pelos vereadores em suas manifestações.

A identificação das matérias em pauta foi o primeiro procedimento realizado quanto ao eixo tema. Sobre tal etapa cabe ressaltar que, dada a variedade de assuntos abordados, bem como a repetição de alguns discutidos na ordem do dia ao longo de algumas reuniões - uma vez que os projetos de lei e de resolução e os decretos legislativos passam por três discussões na Casa - optou-se por identificar os mais recorrentes.⁷² Observa-se, ainda, que foram consideradas todas as propostas em votação durante o período em análise, independentemente de sua aprovação ou não.

No que diz respeito à ordem do dia, no período investigado foram discutidos, dentre outros, projetos de lei (PLs) e de resolução (PRs) voltados à

- saúde pública, como os PLs 163/2018 e 31/2019, que, respectivamente, dispõe sobre disponibilização do soro antiofídico e demais imunobiológicos na unidade de Pronto Atendimento de Urgência e Emergência do município de Juiz de Fora e solicita, de hospitais e maternidades privadas e públicas, treinamento dos pais de recém-nascidos para socorro em caso de engasgamento e prevenção de morte súbita;
- educação, à exemplo do PL 35/2017 que dispõe sobre vaga em creche para criança filho ou filha de pais com relação de trabalho, com garantia de percentual de vagas para as mesmas;
- instituição de datas comemorativas e eventos no calendário oficial do município, tais como Dia do Motociclista (PL 110/2019), Exposição Especializada do Cavalo Mangalarga Marchador de Juiz de Fora (PL 16/2019), Dia Municipal das Religiões dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (PL 7/2019) e Semana Municipal de Orientação e Prevenção da Gravidez na Adolescência (22/2019);

⁷² Vale ressaltar que a enumeração e análise de recorrência dos temas abordados - tal como foi realizado na investigação das matérias, audiências públicas e outras sessões plenárias -, dada a variedade dos mesmos e a impossibilidade de classificação de alguns em termos mais genéricos - como em editoriais jornalísticas: saúde, economia, segurança, etc. -, tornaria o trabalho extenso e cansativo. Destaca-se, ainda, que a menção aos assuntos mais recorrentes não representa nenhum dano à análise, bem como que, ao tecer considerações sobre os outros eixos de investigação, algumas temáticas que foram foco de discussão durante as reuniões serão abordadas mais detalhadamente.

- concessão de títulos honoríficos, a pessoas físicas e jurídicas;
- instituição de honrarias, como as Medalhas Pedro Nava (PR 10/2019), do Mérito Jurídico (PR 1/2019) e Prefeito Tarcísio Delgado de Inclusão Social (PL 9/2019);
- denominação de logradouros públicos - praças, ruas, etc., e
- ao direito do consumidor, à exemplo do PL 66/2019, que obriga a Cesama, a partir de solicitação do consumidor, a instalar nos hidrômetros dos imóveis do município um eliminador de ar para líquidos - o ar faz os ponteiros girarem, gerando cobranças por recursos não utilizados.

Foram propostas, ainda, alterações em leis. O PL nº 251/2017, por exemplo, dispõe sobre aumento de 10 para 30 dias úteis de antecedência, no prazo estabelecido pela Lei 11.755/2009, para solicitação de audiência pública voltada à apresentação da planilha de cálculo adotada para reajuste da tarifa de transporte coletivo e para a tarifa de serviço de táxi no município.

Também foram discutidas mensagens do Executivo, tais como a nº 4367/2019 (PL), que dispõe sobre a criação de cargos nas carreiras de Auxiliar de Enfermagem, Cirurgião-Dentista e Técnico de Nível Superior - Enfermeiro, do quadro de servidores municipais da administração direta pública; a nº 4371/2019 (PL), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020; a nº 4373/2019, que autoriza ao município contratação de operações de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG); e a nº 4382/2019 (PL), que estabelece critérios excepcionais para quitação dos débitos de natureza tributária.

Além dos projetos de lei e de resolução, também foram matéria de ordens do dia no período analisado uma moção de repúdio (486/2019) à Medida Provisória 881/2019, denominada MP da Liberdade Econômica, e uma representação (58/2019) solicitando à Fundação Hemominas de Belo Horizonte informações sobre a redução de carga horária para oferta do serviço de coleta de sangue à população.

Há ainda temáticas levantadas pelos vereadores em suas manifestações, tais como considerações sobre a dengue, a partir de menções à Frente Parlamentar Mista de Combate à doença; sobre problemas de mobilidade urbana ocasionados por vendedores ambulantes irregulares; sobre a falta e transferência de médicos de UBSs da cidade; sobre direitos dos idosos - gratuidade de passagens intermunicipais e interestaduais, segurança, cobranças indevidas em benefícios -; sobre a legislação de prevenção a incêndios e procedimentos

adotados pelo Corpo de Bombeiros para imóveis antigos do centro de Juiz de Fora; dentre outros.

A segunda questão analisada quanto ao tema foi se os discutidos interferem no exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs. Apenas para um dos assuntos considerou-se que não. Trata-se do projeto de resolução nº 14/2019, que altera o nome da Comissão Permanente de Defesa dos Idosos, substituindo o termo “idosos” por “pessoa idosa”. O PR foi o único em análise na 2ª reunião extraordinária de setembro, durante a qual nenhum dos parlamentares se manifestou.

Para as demais reuniões, considerou-se os temas cuja influência se dá de forma direta, como no caso do projeto do Executivo que estabelece critérios excepcionais para quitação dos débitos de natureza tributária - mensagem nº 4382/2019 -, ou de maneira indireta, caso do projeto de lei complementar (PLC) 10/2017, que altera a Lei Complementar 31/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI).

Sobre o primeiro, os contribuintes com débitos tributários com o município são beneficiados com redução nos valores das multas - a por obrigação da infração principal e a de mora - e dos juros de mora, aumentando as possibilidades para que os mesmos regularizem sua situação junto à Fazenda Pública. Além disso, visto que algumas dívidas são cobradas via Cartório de Protesto, aumenta-se as chances dos inscritos na dívida ativa de limpar seus nomes, resultando em benefícios na obtenção de créditos e poder de compra.

O PLC 10/2017, por sua vez, diminui de 1.200 para 400 o número de unidades nos conjuntos habitacionais necessárias para exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança. Visto que novos empreendimentos resultam em aumento populacional e, conseqüentemente, em maior demanda aos serviços públicos - educação, saúde, transporte, segurança pública, etc. -, ao abranger mais iniciativas imobiliárias, o projeto contribui para a definição de políticas públicas que venham a prevenir problemas futuros na prestação destes serviços aos moradores das localidades onde os novos imóveis serão construídos.

Ainda quanto ao tema, buscou-se verificar se, no caso de temáticas relativas a problemas que interferem no exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs, são apresentadas ações do Legislativo na busca de solução destas questões. Para um conteúdo, a saber, a já citada 2ª reunião extraordinária de setembro, considerou-se que a pergunta não se aplica, uma vez que o único assunto abordado na mesma refere-se a questão interna da Câmara Municipal.

Para os demais, além da proposição, discussão e votação de leis, destaca-se também o envolvimento dos vereadores na convocação de audiências públicas e reuniões; no envio de requerimentos e representações a órgãos do poder público; na realização de investigações; na

abordagem, em plenário, de questões levadas aos mesmos pelos munícipes; ao tecerem esclarecimentos sobre temas diversos e em cobranças e busca de soluções junto aos demais poderes, especialmente o Executivo.

A exemplo de investigação, destaca-se realização da CPI dos Ônibus, cuja apresentação do relatório final foi tema central da 1ª reunião ordinária do mês de agosto, realizada no dia 19. Dentre outras ações, durante os trabalhos da comissão, os vereadores ouviram usuários, empresários e poder público, efetuaram a análise de documentos e fizeram visitas às empresas concessionárias do serviço de transporte municipal. A partir das informações recolhidas, foram constatadas diversas irregularidades na prestação dos serviços e cumprimento dos contratos - vide análise das matérias -, que levaram os parlamentares a fazer uma série de recomendações à Secretaria de Transporte e Trânsito e ao Executivo. A leitura do relatório durante a reunião constitui uma ação de prestação de contas junto à população, contribuindo ainda para a autonomia dos munícipes, que, diante das informações ali contidas, que são de teor público, fortalecem os instrumentos de cobrança de seus direitos.

No período investigado, destaca-se também episódio ocorrido na 2ª reunião ordinária do mês de agosto, quando, durante fala na tribuna, a vereadora Ana Rossignoli mostra insatisfação com a transferência de um médico que atuava há cinco anos no Programa Saúde da Família na UBS do bairro Progresso, Zona Leste de Juiz de Fora. Ana também reclama da falta de profissionais e solicita ao vereador Rodrigo Mattos, representante do governo na Casa, e aos membros da Comissão de Saúde que verifiquem as razões da transferência. Pede ainda a convocação de reunião com o secretário de Saúde.

Após a fala da parlamentar, alguns de seus colegas relatam situações semelhantes ocorridas em outras UBSs da cidade e reforçam pedidos de encontro com o secretário de Saúde. Rodrigo Mattos tece alguns esclarecimentos sobre a questão⁷³ e, minutos depois, retoma a palavra para comunicar que entraram em contato com o secretário de Saúde e que, posteriormente, o mesmo fará contato com o presidente da Câmara, vereador Pardal, para agendar uma reunião. Informa ainda que o encontro se dará também com a presença da subsecretária de atenção primária à saúde e, citando ter havido uma interferência da Promotoria de Saúde referente aos contratos, ressalta que durante o mesmo serão feitos os devidos esclarecimentos.

⁷³ O representante do Executivo na Casa esclarece aos pares que uma das razões para os problemas relatados é a substituição de médicos com contrato por outros aprovados em concurso, destacando que, dentre estes últimos, há aqueles que desistem das vagas durante processo de comprovação da documentação, sendo necessário aguardar alguns dias até que se possa convocar o próximo classificado.

Vale ressaltar que o relato de tal episódio se dá na medida em que o mesmo configura não somente o atendimento a pedido feito pelos vereadores, mas também a solicitações feitas por cidadãos e cidadãos juizforanos junto aos mesmos, reforçando-se ação dos legisladores em prol de problemas que interferem no efetivo exercício de direitos pelos munícipes.

A segunda categoria de análise estabelecida foi a abordagem, cujo primeiro questionamento é se as discussões tecidas em plenário permitem uma compreensão dos fatos para além destes - suas razões, implicações, consequências. Para a 1ª reunião extraordinária de julho e para a 2ª extraordinária de setembro considerou-se que a questão não se aplica, tendo em vista a ausência de manifestação dos vereadores. Considerou-se que não para as primeiras reunião ordinária de agosto e reunião extraordinária de setembro. Sobre esta última, ressalta-se que as poucas manifestações feitas pelos parlamentares se voltaram a esclarecimento de votos contrários a uma das matérias discutidas em bloco⁷⁴ e a esclarecimento de dúvida com relação à temática de um projeto de resolução em votação.

Na primeira sessão ordinária do 8º período, por sua vez, conforme já citado, foi apresentado o relatório final da CPI dos Ônibus. Ressalta-se que o documento é bastante completo em seu teor, com considerações não somente sobre as irregularidades e recomendações apontadas, mas também sobre questões previstas em lei e em contrato, sobre termos ali utilizados - tais como contratos administrativos e de concessão de serviços públicos -, análise dos direitos e responsabilidades do poder público, dentre outras questões que são fundamentais à compreensão do tema.

No entanto, no que diz respeito às discussões travadas em plenário, considerou-se que as mesmas não possibilitaram a compreensão do todo. Somada ao tempo extenso de leitura do documento, a discussão travada entre Mello Casal - relator da CPI - e Wanderson Castelar - integrante da Comissão que apresentou voto contrário ao relatório final - parece ter prejudicado o debate da questão entre os parlamentares. Além dos dois vereadores, só fizeram uso da palavra os demais integrantes da Comissão: vereadores Dr. Adriano Miranda, presidente; Zé Márcio Garotinho e Cido Reis.

Entendeu-se, portanto, que a compreensão do tema ficou prejudicada em razão de discussões que poderiam ser travadas com os demais parlamentares, a partir, por exemplo, da colocação de dúvidas que podem também ter sido suscitadas junto aos cidadãos e cidadãs que acompanhavam a leitura do relatório. Ressalta-se, ainda, a não colocação de considerações mais

⁷⁴ Por sugestão de um dos vereadores, todas as matérias que estavam em 3ª discussão foram lidas de uma única vez pelo presidente e então votadas.

completas sobre os próximos passos do processo: embora seja citado que o documento estará disponível para consulta pública e que o mesmo será encaminhado à Prefeitura e ao Ministério Público, não são tecidas explicações sobre medidas efetivas que podem ser tomadas a partir do mesmo - como proceder, por exemplo, para que as recomendações como as de realização de novo processo licitatório e de manutenção da tarifa sejam de fato atendidas⁷⁵.

Nas demais sessões, observou-se que as discussões contribuem para a compreensão da maioria dos temas, deixando a desejar, no entanto, no que diz respeito a algumas matérias em votação. Quanto a alterações de lei, por exemplo, o resumo dos processos lido pelo presidente da Mesa antes da discussão e votação das matérias nem sempre é suficiente para compreensão do todo, o que, somado à ausência de considerações feitas pelos parlamentares, não possibilita aos cidadãos e cidadãs o entendimento do que muda na legislação com as medidas propostas.

Em outros casos, por sua vez, as colocações feitas pelos vereadores são fundamentais para que os munícipes entendam as implicações das decisões, como durante votação do já citado projeto do Executivo que estabelece critérios excepcionais para quitação dos débitos de natureza tributária. Durante a 10ª reunião ordinária do mês de setembro, por exemplo, Juraci Scheffer tece considerações sobre emendas propostas pela Casa, ressaltando que uma delas aumenta de 80% para 100% o desconto na multa e nos juros de mora para quem fizer requerimento até as datas limites estabelecidas para cada um dos tipos de parcelamento oferecidos. O vereador explica ainda não ser possível reduzir a multa principal em 100% em função da correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Juraci também cita emenda proposta que obriga o município a emitir, em até três dias úteis após adesão do contribuinte ao parcelamento, a carta de anuência, o que vai possibilitar que o mesmo regularize sua situação nos cartórios de protesto.

Ainda sobre a proposta de anistia tributária, ressalta-se contribuição do vereador Zé Márcio Garotinho ao tratar de problemas com relação aos homônimos, explicando que nem todos os contribuintes de mesmo nome têm seus CPFs cadastrados, o que faz com que as cobranças sejam enviadas para todos eles. Fala ainda nas dificuldades dos cidadãos em comprovarem que não são donos dos imóveis com dívidas cadastradas e informa elaboração de requerimento com vistas a solucionar a questão.

⁷⁵ Ressalta-se que, a despeito de recomendação feita no relatório em virtude das irregularidades verificadas pela CPI, cerca de três meses após apresentação do documento a passagem de ônibus teve reajuste de quase 12%, passando de R\$3,35 para R\$3,75.

Tal situação também reflete a segunda pergunta apresentada sobre a abordagem, que questiona se as colocações e informações feitas/dadas pelos vereadores contribuem para o ganho de autonomia pelos munícipes. No caso do referido projeto de lei, assim como para a maioria dos temas abordados, considerou-se que sim. A partir das colocações dos vereadores sobre as emendas propostas e do acompanhamento das decisões relativas ao PL da anistia, os contribuintes com dívidas junto ao município tornam-se aptos a procurar o órgão responsável, já de posse de informações sobre os parcelamentos e benefícios possíveis.

Ainda sobre tal questionamento relativo à abordagem, destaca-se fala do vereador Dr. Fiorilo em entrevista⁷⁶ à repórter Maria Judith Possani, antes da 9ª reunião ordinária de julho. Em seus questionamentos, a jornalista traz à tona lei de 2016, de autoria do parlamentar, que possibilita a mulheres, crianças e pessoas com deficiência solicitar parada dos ônibus do transporte coletivo fora de pontos pré-estabelecidos após as 22 horas. Em sua fala, Fiorilo reforça que a lei já está em vigência desde 2016 e explica que a mesma visa proteger os grupos citados, os quais ressalta serem mais vulneráveis a ações violentas - assaltos, agressões -, ao autorizar e obrigar os motoristas a pararem em pontos perto da casa destes usuários, por exemplo⁷⁷. O parlamentar fala ainda de ações de divulgação da lei, tal como a distribuição de panfletos em pontos de ônibus.

Por último, analisou-se a categoria fontes. Primeiramente, contabilizou-se o tempo de fala de cada vereador a partir do uso da tribuna, da palavra pela ordem - considerou-se aqui também apartes feitos em falas de outros parlamentares - e de entrevistas realizadas por repórteres da JFTV Câmara antes de algumas reuniões.

No período analisado, o vereador Sargento Mello Casal foi quem teve maior tempo de fala: três horas, cinco minutos e 32 segundos. Ressalta-se que, deste total, pouco mais de uma hora e 40 minutos foram destinadas à leitura do relatório final da CPI dos Ônibus, da qual o parlamentar foi relator, durante a primeira reunião de agosto. Somada às demais manifestações de Mello na tribuna, chega-se a um total de duas horas, 34 minutos e 47 segundos. Por meio da palavra pela ordem o legislador manifestou-se por 30 minutos e 45 segundos no período investigado.

⁷⁶ Ressalta-se que antes de algumas reuniões são feitas entradas ao vivo com entrevistas curtas junto a um dos parlamentares. As questões podem versar sobre temas a serem ressaltados no dia ou outros em voga naquele momento (como a realização de alguma data ou semana incluídas no calendário oficial de Juiz de Fora).

⁷⁷ A repórter ainda contribui ao esclarecer que o motorista não pode alterar o itinerário, mas pode parar em pontos que não os pré-determinados para aquele percurso.

Juraci Scheffer foi o segundo parlamentar com mais tempo de fala: uma hora, 48 minutos e 10 segundos na tribuna; 49 minutos e 35 segundos no uso da ordem; e quatro minutos e 41 segundos nas entrevistas, totalizando duas horas, 42 minutos e 26 segundos. Também com tempo considerável de manifestação figura seu companheiro de partido, Wanderson Castelar, com duas horas, 35 minutos e 39 segundos. Deste total, uma hora, 54 minutos e 36 segundos se deram em manifestações na tribuna, e o restante, 41 minutos e três minutos, por meio de palavra pela ordem.

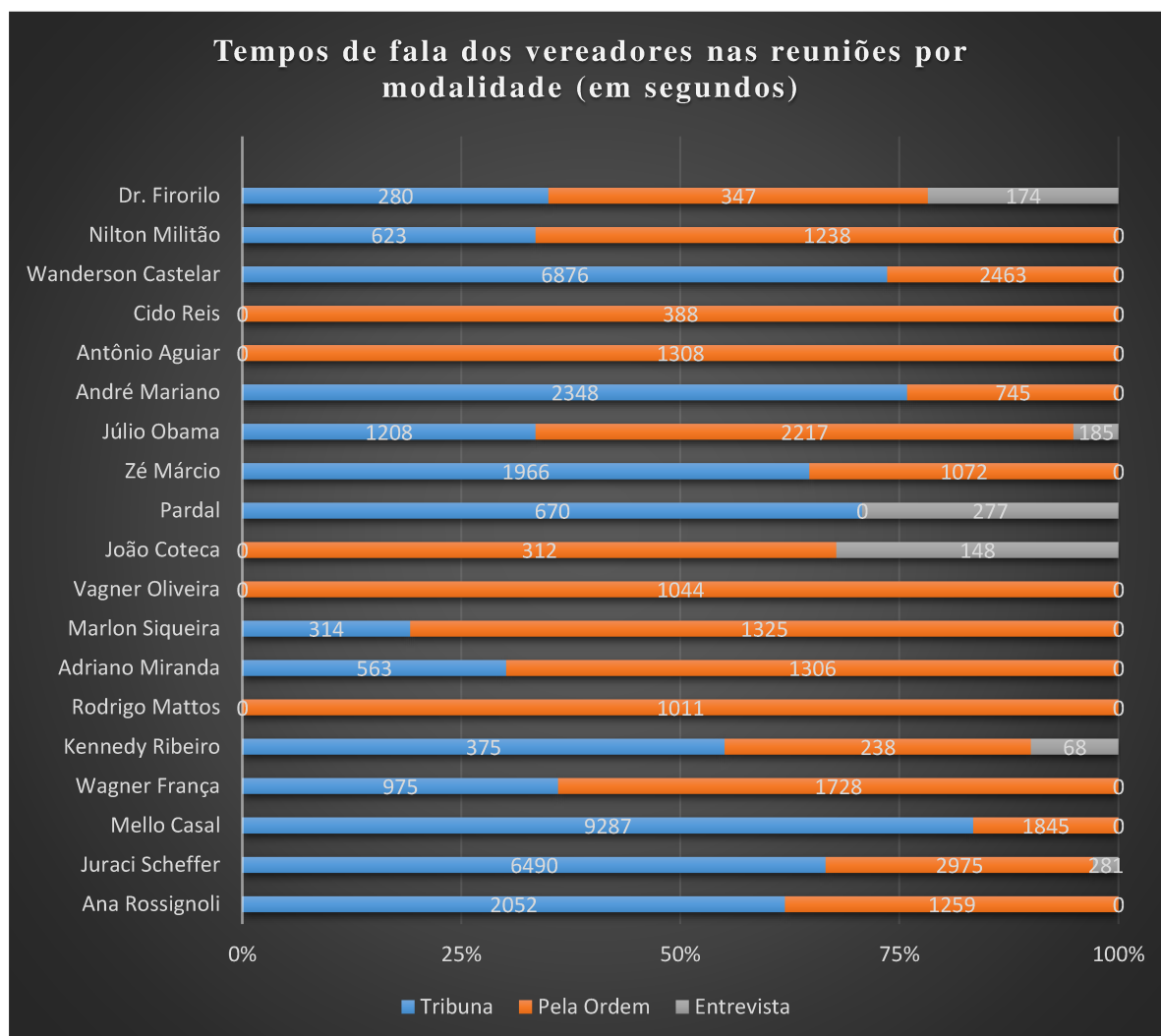
Também fizeram uso da tribuna os vereadores André Mariano (39 minutos e oito segundos), Zé Márcio Garotinho (32 minutos e 46 segundos), Ana Rossignoli (34 minutos e 12 segundos), Wagner França (16 minutos e 15 segundos), Nilton Militão (dez minutos e 23 segundos), Kennedy Ribeiro (seis minutos e 15 segundos), Adriano Miranda (nove minutos e 23 segundos), Marlon Siqueira (cinco minutos e 14 segundos), Pardal (11 minutos e 10 segundos), Júlio Obama Júnior (20 minutos e oito segundos) e Dr. Fiorilo (quatro minutos e 40 segundos). Dos dezenove parlamentares, somente Rodrigo Mattos, Vagner de Oliveira, João Coteca, Antônio Aguiar e Cido Reis não se manifestaram no púlpito.

Com exceção de Pardal, a palavra pela ordem foi utilizada por todos os demais parlamentares além de Wanderson Castelar, Mello Casal e Juraci Scheffer. Os maiores tempos de manifestação foram de Júlio Obama Júnior (36 minutos e 57 segundos), Wagner França (28 minutos e 48 segundos), Marlon Siqueira (22 minutos e cinco segundos), Antônio Aguiar (21 minutos e 48 segundos), Adriano Miranda (21 minutos e 46 segundos), Ana Rossignoli (20 minutos e 59 segundos) e Nilton Militão (20 minutos e 38 segundos). Com menos de 20 minutos de fala estão Vagner de Oliveira (17 minutos e 24 segundos), Rodrigo Mattos (16 minutos e 51 segundos), Zé Márcio Garotinho (17 minutos e 52 segundos), André Mariano (12 minutos e 25 segundos), Cido Reis (seis minutos e 28 segundos), Dr. Fiorilo (cinco minutos e 47 segundos), João Coteca (cinco minutos e 12 segundos) e Kennedy Ribeiro (três minutos e 58 segundos).

As entrevistas foram feitas em 11 das 16 sessões analisadas, sendo uma vez com o vereador Kennedy Ribeiro e por duas ocasiões com os parlamentares Dr. Fiorilo, Pardal, Júlio Obama Júnior, João Coteca e Juraci Scheffer. As questões, em sua maioria, versaram sobre projetos de lei de autoria dos entrevistados, ações dos mesmos e/ou de comissões às quais pertencem e assuntos trazidos por eles em plenário.

Nas mesmas, o maior tempo de fala foi de Juraci Scheffer, com os já citados quatro minutos e 41 segundos, seguido por Pardal, com quatro minutos e 37 segundos; Júlio Obama Júnior, com três minutos e cinco segundos; Dr. Fiorilo, com dois minutos e 54 segundos; João Coteca, com dois minutos e 28 segundos; e Kennedy Ribeiro, com um minuto e oito segundos.

Gráfico 7 - Tempos de fala dos vereadores nas reuniões por modalidade (em segundos)



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Ainda sobre as fontes, observou-se se houve diversidade de gênero e étnica-racial, bem como representação de pessoas com deficiência, entre os parlamentares que fizeram uso da palavra. Para duas das reuniões extraordinárias - a primeira de julho e a segunda de setembro - considerou-se que a pergunta não se aplica, dado que não houve manifestação dos parlamentares.

Tal como observa-se a partir da composição da Casa, a vereadora Ana Rossignoli é a única representante feminina entre os 19 legisladores de Juiz de Fora. Dentre os 14 conteúdos nos quais os parlamentares fizeram uso da fala, Ana manifestou-se em 11, para os quais considerou-se haver diversidade de gênero, embora pequena.

É também pequena a diversidade étnica-racial, que se dá na presença de três parlamentares negros em um total de 19, a saber, Júlio Obama Júnior, Nilton Militão e André

Mariano. Eles manifestaram-se em todos os referidos conteúdos. Na Legislatura atual não há representatividade de pessoas com deficiência.

Ainda quanto às fontes, tal como na investigação das matérias e audiências públicas, buscou-se analisar como se dão as manifestações dos vereadores: se os mesmos se utilizam do espaço de fala somente para divulgar suas ações e/ou do Legislativo ou se problematizam os assuntos, demonstrando interesse efetivo nos mesmos.

Para além de colocações sobre as matérias em votação - esclarecimentos, dúvidas, comentários, sugestões -, os vereadores também fazem uso da palavra para levar ao plenário questões de interesse público, tais como demandas da população, assuntos relativos à prestação de serviços públicos, e outros problemas que afetam o exercício de direitos pelos munícipes. Há ainda ocasiões nas quais tecem críticas a assuntos em pauta no país, tal como a já citada MP da Liberdade Econômica, a Reforma da Previdência e a morte de uma criança vítima de bala perdida no Rio de Janeiro, bem como aos governos Estadual e Federal. Sobre estas últimas, ressalta-se que muitas das vezes ocasionaram debates na Casa, durante os quais os parlamentares expuseram suas opiniões, refletindo a diversidade ideológica que compõe o Parlamento Municipal.

Sobre questões que afetam o exercício de direitos e representam demandas da população, citam-se como exemplos as considerações tecidas por Juraci Scheffer sobre fechamento da Escola SESI Juiz de Fora - Luíz Adelar Scheuer, deixando 23 estudantes impossibilitados de concluir o ensino médio gratuito oferecido a alunos do curso profissionalizante de mecânica do SENAI; considerações feitas por Mello Casal sobre reunião na qual discutiu-se a ocupação irregular das ruas e calçadas no centro de Juiz de Fora, ressaltando prejuízos aos munícipes, ao município - em termos de arrecadação, por exemplo - e aos ambulantes em situação regular; considerações sobre os direitos da pessoa idosa, tal como em relato do vereador Kennedy sobre reunião com representante do INSS para discutir cobranças indevidas nos benefícios; e considerações de diversos vereadores no que tange à contratação de Guardas Municipais aprovados em concurso - 30 estão em treinamento, mas somente 24 serão chamados, tendo muitos dos aprovados buscado apoio dos parlamentares em busca de uma solução que possibilite a contratação de todos.

Vale ressaltar que estes e outros temas suscitaram manifestações de outros vereadores, cujas considerações vieram a contribuir com o debate. Ressalta-se, ainda, conforme já mencionado sobre os conteúdos jornalísticos e audiências públicas, que há também casos nos quais os parlamentares fizeram uso da fala para elucidar algumas de suas ações/medidas. No

entanto, estes se deram em pequeno número se comparados às abordagens de questões socialmente relevantes.

Também no eixo fontes, analisou-se se algum munícipe fez uso da Tribuna Livre “Vereador Natanael Elói do Amaral”, o que se deu em três das sessões. Na 7ª reunião ordinária de julho, Leandro Lopardi fez uso da palavra para tecer considerações sobre o Aeroclube de Juiz de Fora, abordando a história, trabalhos atuais e projetos futuros da entidade, bem como os impactos da mensagem do Executivo nº 4361/2018, que seria discutida na Câmara nos dias seguintes. Conforme explicado pelo orador, ao mudar os termos de concessão de uso da área na qual o Aeroclube funciona, a aprovação da medida possibilitaria a exploração mais dinâmica da propriedade, resultando em novas formas de captação de verbas para manutenção da entidade. A fala teve duração de 18 minutos e nove segundos.

Na 9ª reunião ordinária de setembro, dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios de Juiz de Fora e Região (SINTECT/JFA) subiram à tribuna para falar sobre a possibilidade de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Durante pouco mais de 21 minutos, eles abordaram questões sobre a Constituição Federal, números que demonstram que a empresa gera lucro, benefícios dos Correios para a população brasileira, riscos relativos à terceirização dos serviços, dentre outros argumentos contrários à privatização.

Também em setembro, na 10ª e última reunião ordinária do período, após apresentação de dois corais, o maestro Domício Procópio subiu à tribuna para falar sobre a 25ª edição do Festival Internacional de Coros de Juiz de Fora. Em cerca de um minuto e meio, o músico falou sobre as atrações do Festival, convidou a população a participar e manifestou sua alegria em levar as apresentações à Câmara. Ele ainda agradeceu à Casa, à Prefeitura Municipal e à UFJF pelo apoio ao evento.

Ressalta-se, ainda, cancelamento de uso da tribuna na 9ª reunião ordinária de julho. O uso da mesma por representante da Cooperativa Habitacional Bom Jardim Ltda. estava previsto para aquela sessão, mas foi cancelado pelo solicitante. Também cabe destacar uso da palavra pelo desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima na 8ª reunião ordinária do mês de julho. O convidado falou por quase dezesseis minutos, durante os quais teceu considerações sobre a visita a Juiz de Fora, a modernização do processo eleitoral e o cadastramento biométrico.

O último quesito investigado na categoria fontes foi se houve pontos de vista conflitantes. Para a 8ª reunião ordinária de setembro, considerou-se que não; para as primeiras reuniões extraordinárias do 7º e do 9º período, considerou-se que a questão não se aplica e, para as demais sessões, a resposta foi sim.

A título de exemplo, citam-se as discussões travadas entre os vereadores Wanderson Castelar e Sargento Mello Casal na já mencionada reunião de agosto, na qual foi apresentado o relatório da CPI dos Ônibus. Castelar argumenta ter votado contra a aprovação do relatório final por ter tido acesso apenas à leitura oral de parte do documento e não ao mesmo por completo. Mello, por sua vez, diz que, como relator, tinha a opção de fazer ou não uma apresentação prévia do documento aos pares, tendo optado pela apresentação e acatado sugestões feitas pelos colegas de trabalho. O relator argumenta ainda que foi votado pelos demais membros da CPI que eles não teriam cópia do relatório.

Embora os dois vereadores também façam uso da palavra para se defenderem de insinuações, ofensas e “acusações” feitas pelo respectivo par, levando a conversa aos âmbitos pessoal e ideológico, no geral as manifestações permitem a apresentação de pontos de vista conflitantes sobre o tema central em discussão, que é o relatório da CPI.

Diferentes pontos de vista também se manifestam na votação de matérias da ordem do dia. Na votação de mensagem do Executivo que versa sobre a contratação de empréstimo pela PJF junto ao BDMG, os vereadores André Mariano e Júlio Obama Júnior votaram contra o projeto. Em justificativa apresentada na 10ª reunião ordinária de setembro, André Mariano se diz contrário à matéria ao entender que o município possui necessidades mais urgentes - como melhorias na prestação dos serviços de saúde pública - do que a reforma no prédio da PJF, para a qual a verba será destinada.

Wanderson Castelar, por sua vez, confirma seu voto favorável, argumentando estar comprovada a necessidade da reforma e seu caráter de urgência. Ressalta-se, ainda, que outros vereadores também já haviam se colocado a favor da medida em reuniões anteriores, ressaltando, inclusive, a necessidade de melhorias para evitar riscos aos servidores e munícipes que transitam no local, bem como para a preservação de uma edificação que é patrimônio de Juiz de Fora.

No que diz respeito às questões técnicas, reitera-se a qualidade das imagens e dos sons, tal como nas matérias e outras sessões plenárias analisadas. Os enquadramentos utilizados, por sua vez, correspondem aos adotados nas audiências, com uso do primeiro plano nas imagens do vereadores na Tribuna e em suas bacadas e uso do plano geral nos demais momentos.

6.2 PROPOSTAS DE INTERATIVIDADE E FORTALECIMENTO DO EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO

A partir da análise dos conteúdos noticiosos da JFTV Câmara, observou-se haver prevalência de coberturas sobre ações/atividades do Legislativo e dos vereadores, de atividades das comissões permanentes e especiais da Casa e de projetos desenvolvidos pela CMJF. A despeito deste cenário, nas abordagens predominou o equilíbrio entre os vieses público e institucional.

A preocupação com este equilíbrio manifesta-se nas falas dos colaboradores da emissora, que compreendem não somente o papel da mesma como veículo responsável pela divulgação das atividades da Casa Legislativa que representa, mas enquanto veículo pertencente ao campo público da radiodifusão, devendo, portanto, voltar seu olhar também aos interesses dos cidadãos e cidadãs juizforanos.

Nas audiências públicas, destinadas à discussão de temas que impactam o dia a dia e o exercício de direitos pelos munícipes, embora os representantes do poder público e de outros setores envolvidos tenham maior tempo de fala que os populares presentes na plateia, também foi observado equilíbrio nos vieses. Reitera-se a importância da participação dos oradores, que possibilita, a partir da manifestação de diversos pontos de vista sobre os temas, uma compreensão destes em suas complexidades e amplitudes.

Destaca-se ainda, quanto às reuniões da Casa, a abertura da Tribuna Livre para manifestações dos munícipes em três ocasiões. Somadas às abordagens de temas de interesse nas falas dos vereadores e à votação de leis com impactos diretos e indiretos no exercício de direitos pelos juizforanos e juizforanas, essas aberturas de espaço contribuíram para a manutenção do equilíbrio dos vieses adotados também nestas sessões.

Além do poder de legislar, ou seja, de elaborar as leis, a Câmara Municipal também atua como fiscalizadora dos demais poderes e, como representantes eleitos pelo povo, os vereadores devem atuar como intermediários entre aqueles que representam e o poder Executivo. A este respeito, destaca-se que, durante o período analisado, em diversas de suas manifestações, vereadores e munícipes relataram procura do Legislativo na busca pela solução de problemas e para pedidos de cobrança junto à administração pública.

Destacam-se ainda os diversos serviços prestados pelas Câmaras Municipais à população. Em Juiz de Fora, por exemplo, há emissão de documentos, o Centro de Atenção ao Cidadão, que presta orientações nas áreas jurídica e social; o Polo de Mediação de Conflitos - parceria com a Faculdade de Direito da UFJF - e o já citado Serviço de Defesa do Consumidor (Sedecon). Realizam-se, ainda, projetos como o Engenharia Popular - parceria com as Faculdades Doctum -, que oferece auxílio na regularização de imóveis, e os já citados Diversidade, Câmara Mirim, Conheça a Câmara e Parlamento Jovem.

Observa-se, portanto, uma confluência entre as atribuições e os serviços prestados pelo Poder Legislativo e os princípios atribuídos às emissoras públicas de radiodifusão. Diante de tal cenário, abre-se uma série de possibilidades à JFTV Câmara, não somente no que diz respeito às suas produções - que, ao englobar estes serviços e ações, pode desenvolver abordagens voltadas ao social e aos direitos dos munícipes -, mas também potencializa-se o desenvolvimento de conteúdos e ferramentas digitais interativas que fortaleçam o caráter público da emissora e o exercício de direitos pelos cidadãos e cidadãs juizforanos.

Conforme já abordado no capítulo quatro, a interatividade digital constitui um canal de interação entre a emissora e o telespectador, quebrando o paradigma unidirecional intrínseco à televisão. Dessa forma, quem acompanha a programação pode interagir com a mesma a partir do acesso a conteúdos e informações complementares e/ou do envio de dados via canal de retorno.

Tendo por base os dados levantados na análise da programação da emissora, sua proposta comunicacional, as atribuições do Poder Legislativo e dos veículos públicos de comunicação, bem como as possibilidades de inclusão digital, fortalecimento do exercício democrático e de *accountability* oferecidas pela tecnologia digital de televisão, propor-se-ão neste tópico conteúdos que podem ser explorados pela JFTV Câmara via interatividade.

Cabe ressaltar que pretende-se aqui apontar possibilidades e não protótipos de aplicativos e ferramentas interativas, uma vez que, tendo em vista o não prosseguimento da parceria entre a emissora e os pesquisadores da UFJF, não foi possível desenvolver, testar e colocar em prática propostas efetivas.

Antes de partir para as contribuições, é importante ainda destacar que, embora se saiba que os conversores distribuídos às famílias beneficiadas pelo CadÚnico não possuem *modem* de acesso à Internet, privando-as de um canal de retorno com a emissora e, portanto, da interatividade plena, optou-se por sugerir também conteúdos que façam uso deste recurso. Aposta-se aqui nas possibilidades oferecidas pelos televisores que já vêm com o conversor embarcado, bem como na perspectiva da multiplicação da informação a partir dos “televizinhos digitais”, cenário apontado no desenvolvimento dos trabalhos do Brasil 4D.

6.2.1 Complementando os conteúdos noticiosos

Presente em quase 97% dos lares brasileiros (PNAD 2017), a televisão atua como mediadora na construção de sentidos e significados e na legitimação do mundo tal como representado em sua tela. Em análise do papel da mesma nas sociedades democráticas,

Dominique Wolton ressalta seu potencial como “produtora e fornecedora de representações e laços sociais e, conseqüentemente, portadora de função referencial e identitária” (MATA, 2013, p. 49).

Há de considerar ainda o já ressaltado protagonismo do veículo como fonte de informação dos brasileiros. Somados à veiculação de notícias locais e relativas às ações de representantes eleitos pelo povo, tais fatores elevam a importância do papel da JFTV Câmara como fonte de informações das quais os cidadãos e cidadãs juizforanos necessitam para exercer seus direitos e tomar as decisões que afetam os rumos sociais.

Dentre os 39 conteúdos noticiosos veiculados pela emissora legislativa no período analisado, verificou-se que 38 interferem no exercício de direitos pelos munícipes. Assim sendo, o uso de recursos interativos pode vir a fortalecer o exercício da cidadania pelos mesmos ao complementar informações disponibilizadas nas matérias.

À similaridade da proposta do já mencionado “Explorando ConsCiências”, desenvolvido por pesquisadores do Laboratório de Mídia Digital da UFJF, ícones podem ir surgindo na tela à medida que informações vão sendo apresentadas na matéria. Ressalta-se aqui a importância de se desenvolver um padrão que atenda a critérios de usabilidade, ou seja, que apresente soluções de interface e navegação de forma a garantir a eficácia do usufruto dos conteúdos interativos. Neste cenário, reitera-se que o *design* do controle remoto figura como aliado, pois, na medida em que seus botões e teclas de navegação são utilizados como referência de acesso aos conteúdos, facilita-se não só o acesso aos recursos, mas também o aprendizado e a memorização dos procedimentos, que podem ser padronizados.

Assim, conforme proposto no projeto do LMD, pode-se recorrer a pequenos ícones nas cores dos botões do controle remoto, que, quando clicados, fazem aparecer na tela rodapés com informações complementares e/ou *links* que conduzam às mesmas. O botão “ok”, as setas e, em alguns casos, o teclado alfanumérico, também podem ser utilizados para navegação e acesso aos conteúdos.

No caso dos *links* de acesso, os mesmos conduziriam para uma interface mantida e atualizada pela emissora, cujo *design* e organização podem se dar a exemplo do *site* da Câmara Municipal, sem que se demande, no entanto, acesso à Internet. Pode-se ainda fazer uso da segunda tela, de forma a possibilitar que o usuário acesse informações complementares sem que tenha que interromper o acompanhamento da matéria. Pensando-se em termos de inclusão, tal como feito na proposta do “Explorando ConsCiências”, para aqueles que não possuem dispositivos eletrônicos e/ou acesso à Internet pode ser oferecida a possibilidade de

redimensionamento de tela. Ressalta-se que tais desvios devem ser sutis, para não tirar a atenção dos telespectadores dos conteúdos principais.

É válido ressaltar ainda que as informações oferecidas, bem como os vídeos das matérias, devem, dentro das possibilidades técnicas e de recursos humanos da emissora, ser mantidas em sua interface principal, de forma que os munícipes acessem os mesmos a qualquer momento, mesmo depois do término da exibição dos conteúdos principais.

Outro aspecto importante sobre o desenvolvimento de conteúdos digitais interativos para as matérias é que os mesmos devem ser desenvolvidos em conjunto com as repórteres responsáveis pela apuração. De posse das informações sobre os temas, as jornalistas estarão aptas a apontar, por exemplo, dados que não entraram na edição, mas são de relevância para a compreensão do todo, outros conteúdos produzidos pela JFTV Câmara sobre o assunto e as comissões e/ou legisladores envolvidos no tema em questão.

Da mesma forma, a parceria com as assessorias dos parlamentares e com a assessoria da Câmara Municipal são essenciais para a obtenção e atualização de informações que podem ser oferecidas por recursos interativos. Nesse processo, é necessário esforço conjunto de jornalistas, profissionais de arte e *design* e técnicos, devendo estes últimos avaliar as possibilidades de implementação dos recursos sugeridos, bem como zelar pela manutenção da interface interativa da emissora a partir da contribuição dos produtores de conteúdo.

Recorrendo-se a materiais de cunho jornalístico exibidos durante o período analisado, tecer-se-ão a seguir algumas considerações sobre as possibilidades interativas oferecidas pela JFTV Câmara. Atenta-se, na apresentação das mesmas, para a realidade atual da emissora, em especial no que se refere aos recursos humanos, mas considera-se também potenciais parcerias, que poderiam vir a solucionar estas e outras deficiências, propiciando uma exploração efetiva da interatividade e da inclusão social que a mesma pode proporcionar.

Em matéria que ressalta a presença de integrantes da Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal na abertura dos Torneios Leiteiros, exibida em sete de junho, poder-se-ia fornecer dados sobre esta, tais como o nome dos parlamentares que a integram, com informações e/ou canal de contato direto dos/com os mesmos; os objetivos, ações e atuação da comissão no município, tais como projetos, audiências públicas propostas, trabalhos desenvolvidos junto aos setores que representa, dentre outras; atividades previstas e conteúdos da JFTV Câmara relacionados à mesma.

Algumas das informações sobre a referida comissão poderiam ser fornecidas por meio de um vídeo institucional, cuja produção, tendo em vista as já citadas dificuldades da emissora

em termos de pessoal, poderia se dar em parceria com instituições de ensino superior - via projetos de extensão, por exemplo. Estes materiais dariam mais dinamicidade ao fornecimento dos dados, deixando-os mais interessantes aos munícipes e, assim, contribuindo para o acesso a informações dos quais necessitam para o exercício de sua cidadania.

Poder-se-ia, ainda, estabelecer um canal de contato com a Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor, possibilitando aos cidadãos e cidadãs o envio de demandas, dúvidas, cobranças, sugestões, críticas e elogios, via interatividade.

A matéria também é propícia à criação de conteúdos interativos sobre os Torneios Leiteiros. As datas e locais das próximas etapas, os requisitos e procedimentos necessários à inscrição dos animais no torneio, instruções para quem quiser comercializar seus produtos e dados sobre como chegar aos locais do evento são algumas das informações possíveis de serem disponibilizadas.

Também podem ser fornecidos *links* para outras matérias da JFTV Câmara sobre os Torneios Leiteiros e as comunidades nas quais se realizam. Sobre estas últimas, nos conteúdos interativos pode-se disponibilizar dados acerca da localização geográfica dos distritos, de suas populações, das atividades econômicas principais deles, de projetos sociais desenvolvidos nos mesmos e sobre como seus moradores podem acessar os serviços públicos. Também há de se considerar o potencial econômico e turístico destes locais, possibilitando a produção de conteúdos especiais sobre suas belezas naturais, patrimônios históricos e outras atrações artístico-culturais⁷⁸.

Conforme já apontado, a interatividade também pode contribuir com o exercício de direitos. Como exemplo, tomam-se as matérias sobre atividades da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Em uma delas, exibida no dia 10 de julho, fala-se sobre a criação de um grupo de trabalho para atuar no combate à violência cometida contra essa parcela da população. A partir da mesma, além da disponibilização de dados sobre a referida comissão - tal como no exemplo dado para a Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor - podem ser fornecidas informações sobre órgãos que acolhem denúncias, tais como o Núcleo de Atendimento ao Idoso (NAE) da Polícia Civil (PC), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e outros órgãos de

⁷⁸ Sobre esta última possibilidade, relembra-se a já citada proposta de produção de uma série especial sobre os distritos juizforanos, feita em reunião de pauta da emissora.

segurança pública. Endereços - físico, eletrônicos, redes sociais -, telefones e/ou *e-mail* de contato e dados sobre a atuação destes podem ser fornecidos.

É possível, ainda, que sejam elaborados materiais em vídeo e/ou arte gráfica informando sobre ações que constituem crimes de agressão contra a pessoa idosa, com instruções de como proceder para buscar ajuda. A elaboração destes materiais também pode ser adotada para instruir aposentados e pensionistas sobre descontos indevidos em seus benefícios, tema de outras matérias que versam sobre atividades da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa durante o período analisado.

As referidas matérias também oferecem a possibilidade de divulgação de dados sobre órgãos envolvidos na questão, como o INSS, o Procon Municipal e o Sedecon, com fornecimento de endereço - físico, eletrônico, redes sociais -, telefone e/ou *e-mail* de contato e eventuais vídeos institucionais sobre os mesmos. Também podem ser disponibilizadas matérias da JFTV Câmara que versem sobre as cobranças indevidas, como a edição do Momento Sedecon, exibida em novembro de 2019, na qual são esclarecidas questões relativas a linhas de crédito para aposentados e pensionistas⁷⁹.

Em uma destas matérias da Comissão da Pessoa Idosa, veiculada em junho, fala-se de uma cartilha de crédito consciente a ser distribuída no município, a qual contém também informações sobre golpes mais comuns aplicados aos maiores de 60 anos. O arquivo do documento poderia ser disponibilizado via interatividade, complementando outras informações e orientações às pessoas idosas.

Sugestões semelhantes são válidas para matérias que versam sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (PCDs), como as duas exibidas em agosto, uma contando a história do paratleta Gabriel Araújo e outra sobre reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na qual foram discutidos projetos de acessibilidade para Juiz de Fora.

Às informações sobre a referida comissão e sobre direitos das PCDs podem ser adicionados dados acerca de outras instituições, projetos e órgãos públicos que atuam na defesa/garantia destes direitos e/ou na proteção, inclusão, promoção e desenvolvimento de pessoas com deficiência, tais como o Projeto Diversidade, da CMJF; o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD); a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Juiz de Fora; a Associação dos Cegos de Juiz de Fora, que atua na inclusão dos cegos na sociedade; o Instituto Aviva, que trabalha a inclusão de crianças com deficiência a partir de práticas lúdico-esportivas adaptadas; dentre outros. Neste âmbito,

⁷⁹ Vide: <https://youtu.be/8aBhVa3Hitk>

destaca-se o canal de retorno, a partir do qual entidades que atuam no setor podem ser convidadas a se cadastrar e fornecer seus dados de contato, que ficarão disponíveis na interface da emissora.

Este tópico traz à tona, ainda, a necessidade de disponibilização de recursos de acessibilidade nas matérias, tais como a áudio-descrição e tradução na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Reitera-se que a obrigatoriedade da primeira passa das atuais seis para vinte horas semanais a partir de julho de 2020 e que a exibição da janela com intérprete de Libras é exigida somente para programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, campanhas institucionais e informativos de utilidade pública.

Com fins de ampliar a acessibilidade e inclusão de PCDs, no entanto, a JFTV Câmara pode, dentro de sua capacidade, disponibilizar estes recursos para além do previsto em lei. Sobre a tradução em Libras, por exemplo, destaca-se existência da Suíte VLibras, que consiste em um conjunto de ferramentas computacionais que possibilitam a tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvida por meio de parceria firmada entre a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Governo Federal e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), dentre suas aplicações a tecnologia possui o VLibras Vídeo, voltada à tradução de vídeos submetidos pelos usuários para a Libras⁸⁰.

O uso de recursos interativos para fortalecimento do exercício democrático também pode se dar a partir da disponibilização de informações sobre comissões especiais e de inquérito da Câmara Municipal. Às matérias sobre a CPI dos ônibus, por exemplo, além de informações sobre a composição, objetivos e atuação da mesma, caberiam informações sobre os direitos dos usuários do transporte coletivo e a disponibilização de documentos relativos ao tema - edital de licitação, contratos firmados entre as empresas e o Executivo, relatório final da CPI, etc. Além disso, durante os trabalhos de investigação, um canal de retorno poderia ter sido usado para envio de mensagens pelos usuários do serviço de transporte, fortalecendo a comunicação entre as partes e possibilitando envio de denúncias pelos munícipes.

Também poderiam ser oferecidas informações sobre a Secretaria de Transporte e Transito (Setra), tais como contato e atuação da pasta na fiscalização dos referidos serviços, inclusive sobre como acionar a mesma para envio de demandas e denúncias. Neste caso, destaca-se possibilidade de parceria com o Executivo na elaboração de conteúdos institucionais,

⁸⁰ Ressalta-se que, durante Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital, em 2015, o vocabulário utilizado pelo VLibras foi escolhido como padrão para a transmissão de informação na Linguagem Brasileira de Sinais nos programas veiculados pelas emissoras brasileiras de televisão.

tais como vídeos contendo esclarecimentos e orientações sobre os direitos dos usuários do transporte público, obrigações das empresas concessionárias e a atuação fiscalizatória da Settra.

Durante transmissões das matérias produzidas na ocasião da visita do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais a Juiz de Fora, por sua vez, poderiam ter sido disponibilizados conteúdos interativos com informações sobre o recadastramento biométrico: obrigatoriedade, locais de realização na cidade - endereços e telefones e/ou *e-mails* de contato -, instruções para agendamento, enumeração dos documentos necessários, esclarecimentos sobre as penalidades para quem não fizer o procedimento e importância e objetivos do mesmo. Em um cenário que contemplasse uma estrutura interativa devidamente estruturada, poder-se-ia, por exemplo, disponibilizar um canal de retorno para agendamento dos atendimentos na CMJF. Vídeos institucionais e campanhas oficiais sobre o recadastramento, bem como outras matérias produzidas pela JFTV Câmara acerca do tema, também poderiam integrar os referidos conteúdos digitais interativos.

Nos materiais noticiosos que versam sobre atividades dos projetos desenvolvidos pela Câmara também cabem conteúdos interativos. Vídeos institucionais, se necessário, realizados por meio de parcerias, auxiliariam na compreensão sobre estes projetos, seus benefícios e formas de participação/solicitação nos/dos mesmos. Destaca-se aqui o Fiscaliza JF, para o qual pode ser disponibilizado um canal de retorno para envio de demandas pelos munícipes, bem como acesso destes ao andamento das solicitações - do envio ao Executivo, passando por resposta do mesmo e ações efetivamente empreendidas na solução do problema apontado -, o que figuraria como prestação de contas do Legislativo.

Tais conteúdos poderiam contar, ainda, com informações sobre os locais visitados. No que se refere aos bairros, por exemplo, localização geográfica, número de habitantes e serviços públicos oferecidos naquela região - como a identificação de hospitais, unidades de saúde, escolas e postos policiais, com seus respectivos endereços e telefones de contato.

Jogos interativos de perguntas e respostas poderiam ser utilizados na divulgação do Conheça a Câmara, desafiando quem estiver em casa a adivinhar questões relacionadas à história da Casa e do palacete que a abriga, bem como de seu funcionamento e atuação dos parlamentares. Fortalece-se, assim, não somente a memória do local, mas também o exercício político, uma vez que os jogadores tomam conhecimento sobre a atuação do Legislativo.

Sobre o Parlamento Jovem, informações acerca do projeto - história, finalidade, cidades nas quais se realiza, impactos sociais, etc. -, das escolas de Juiz de Fora participantes, dos alunos membros, dos temas por eles propostos e discutidos e das etapas anteriores e futuras poderiam ser disponibilizadas. Um canal de contato com os coordenadores da iniciativa no município

também poderia ser estabelecido. Matérias afins produzidas pela JFTV Câmara e também pela TV Assembleia - emissora legislativa parceira -, bem como vídeo institucional, caso haja algum, também constituem materiais a serem disponibilizados por canal interativo.

Em matérias como a que apresenta mudanças nos processos de compra de insumos e contratação de serviços pelos vereadores, informações sobre o que muda com os novos procedimentos poderiam ser fornecidas via interatividade. Uma arte gráfica ou mesmo um vídeo com animações auxiliariam na compreensão de como era o processo e como fica agora, destacando seus benefícios e como os munícipes podem acompanhar todas as etapas - do processo licitatório à relação mensal dos custos.

Conteúdos semelhantes podem ser adotados para matérias como a exibida dia 27 de setembro e que versa sobre audiência na qual foram apresentadas as receitas e despesas do município. *Links* com acesso aos documentos públicos que contêm as informações passadas pela controladora-geral do município poderiam ser disponibilizados, bem como aqueles com temas afins, tal como leis de regulamentação orçamentária. A partir de parcerias com o poder público, poderia, ainda, ser disponibilizado um vídeo didático-educativo tecendo esclarecimentos sobre o tema, a atuação do órgão ali representado e informações de contato.

As matérias da série Mobilidade Urbana também renderiam conteúdos interativos diversos. Alguns deles poderiam constar em todas as matérias, tais como a disponibilização de informações sobre a Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito, Meio Ambiente e Acessibilidade da CMJF e sobre a Settra; vídeos institucionais/educativos sobre o trânsito; e outras matérias relacionadas à série. Outros, por sua vez, poderiam ser desenvolvidos especialmente para as temáticas em questão, por exemplo, artes gráficas que informem pontos principais das leis municipais de acessibilidade, das leis que regem o uso de veículos de transporte alternativos e da regulamentação dos transportes por aplicativo e táxis.

O uso de trechos não utilizados na edição das matérias pode resultar em um compilado com outros esclarecimentos de questões ligadas a cada um dos temas abordados, em especial quanto à legislação municipal e aos direitos de pedestres e motoristas. O canal de retorno poderia ser usado para levantamentos de informações - tais como se os tempos de travessia oferecidos pelos semáforos no bairro onde o telespectador mora e/ou no centro da cidade são considerados suficientes pelo mesmo - ou para oferta de jogos interativos de educação para o trânsito - alguns podem, inclusive, se basear em atividades hoje desenvolvidas pela Settra em escolas da rede pública.

Da mesma forma, a interatividade poderia ser utilizada para apresentação do resultado de enquetes, tais como a acima referida sobre os tempos de travessia dos pedestres nas vias

urbanas, com possíveis vídeos e/ou depoimentos esclarecendo pontos relativos às temáticas abordadas. No exemplo dado um representante da Settra e/ou um especialista no assunto poderia ser chamado para explicar como são feitos os cálculos e quais as possibilidades de alteração destes intervalos.

Em matérias relacionadas à cultura ou nas quais o tema venha à tona como temática secundária, podem ser fornecidas informações sobre eventos e/ou instituições e/ou patrimônios ali citados/representados. Na matéria sobre a história do pianista Moises Mattos, por exemplo, cita-se o Conservatório Estadual de Música Haydée França Americano, sobre o qual poderiam ser disponibilizadas mais informações: história, cursos oferecidos, como proceder e que documentos levar para se inscrever nos mesmos, projetos desenvolvidos, endereço - físico, eletrônicos, redes sociais - e telefone e/ou *e-mail* de contato. Ressalta-se a oferta de aulas gratuitas no local, o que representa uma oportunidade de inclusão e formação às cidadãs e cidadãos de baixa renda que se interessem pela música.

Na mesma linha, poder-se-ia disponibilizar informações sobre outros projetos de inclusão musical, sejam eles desenvolvidos pelo poder público, por instituições de ensino superior, pela sociedade civil organizada e/ou por indivíduos em particular. Assim como no caso das citadas ações em prol da inclusão das pessoas com deficiência, o canal de retorno poderia ser usado para cadastramento destas iniciativas e elaboração de um banco de dados sobre o tema.

Em matéria sobre audiência pública na qual discutiu-se a situação dos museus, bibliotecas, centros culturais, teatros e anfiteatros de Juiz de Fora, por sua vez, poderiam ser fornecidas informações sobre os que foram representados em falas dos entrevistados, com abordagens sobre a história, localização geográfica, endereço - físico, *site* e redes sociais - e telefone de contato dos mesmos.

Poder-se-ia, ainda, disponibilizar informações sobre atuação da Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer da Câmara: vereadores que a compõem, projetos e iniciativas da mesma, materiais afins, canal e/ou informações de contato. Também poderiam ser disponibilizados o endereço e informações de contato da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), gestora de muitos dos espaços citados; dos Conselhos Municipais de Cultura e de Patrimônio Cultural; da Divisão de Patrimônio Cultural (DIP) da Prefeitura de Juiz de Fora; e de outros órgãos públicos que atuem na gestão e conservação dos patrimônios histórico-culturais locais.

Na matéria sobre a audiência, abordou-se ainda a situação destes espaços quanto ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento que atesta adequação às normas

de segurança e prevenção de incêndios. Assim, por meio da interatividade, poderiam ser fornecidas informações sobre os documentos e procedimentos necessários para obtê-lo. Para tanto, poder-se-ia recorrer a conteúdos institucionais da corporação. Se inexistentes, a produção de um vídeo explicativo poderia ser proposta à assessoria da mesma em Juiz de Fora. Também poderiam ser fornecidas informações de contato dos batalhões do Corpo de Bombeiros Militar da cidade.

Serviço público essencial, a saúde também foi tema de algumas matérias, mesmo que de forma indireta - como nos conteúdos sobre visita da Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar Social ao PAM Marechal e do Fiscaliza JF ao Hospital de Pronto Socorro. Durante a exibição de matérias do tipo, o recurso da interatividade poderia ser utilizado para consulta à localização, contato telefônico e serviços oferecidos de/por unidades e hospitais citados e também daquelas mais próximas à residência do telespectador - por meio do fornecimento do Código de Endereçamento Postal (CEP) pelo usuário, tal como proposto nos protótipos do “Sua Saúde”.

Também poderiam ser fornecidas informações sobre marcação de consultas e exames, dadas as já citadas alterações mencionadas por representante da Secretaria de Saúde em audiência pública que debateu o tema. Poder-se-iam, ainda, ser disponibilizadas informações sobre a Comissão de Saúde da CMJF, a exemplo das sugestões já feitas para outras da Casa.

Em matéria sobre a Frente Parlamentar Mista de Combate à Dengue, caberiam não somente informações sobre a mesma - integrantes, atuação, possibilidade de participação dos munícipes, canais e/ou informações de contato, atividades previstas -, mas também conteúdos interativos nos quais se apresentem números da doença em Juiz de Fora; ações de prevenção; informações sobre a atuação dos agentes de saúde, com fins de instruir os munícipes sobre como identificá-los e auxiliá-los; sintomas da doença; e como proceder quando houver suspeita da mesma.

A adoção de um jogo interativo que estimule o telespectador a encontrar focos do mosquito *Aedes aegypti* em diferentes ambientes de uma casa podem contribuir com a inserção de jovens e adolescentes nas ações de combate ao vetor da doença. O jogo pode ser exibido a partir de notificações feitas nos intervalos de programação e/ou durante exibição de conteúdos relacionadas ao tema, tais como matérias e campanhas institucionais.

Ressalta-se que, para o desenvolvimento destes *games*, *quizzes*, enquetes e outras ferramentas que demandem canal de retorno aqui propostas, pode-se - assim como já sugerido para a produção de alguns vídeos institucionais - firmar parcerias com instituições de ensino superior. Estas cooperações suprem a carência de profissionais da emissora e reduzem os custos

de produção e manutenção dos aplicativos e *softwares*, além de estimularem a produção acadêmica e o desenvolvimento dos discentes.

6.2.2 Possibilidades interativas nas audiências públicas e outras sessões

As audiências públicas possibilitam a disponibilização de conteúdos digitais interativos comuns às diferentes sessões, que podem ser acessados no momento da transmissão ao vivo ou posteriormente, via interface principal da emissora. A exemplo do que foi proposto para as notícias, ícones nas cores dos botões do controle remoto podem ir surgindo na tela ao longo da exibição, trazendo notas de rodapé e/ou *links* de acesso a informações complementares. Dispositivos de segunda tela e/ou o redimensionamento da tela do aparelho de televisão podem ser recursos adotados para acesso a estes dados sem que se interrompa a fruição do conteúdo principal.

Um conteúdo interativo que pode ser comum às audiências é a disponibilização de informações sobre as mesmas. Sobre o tema, pode-se tecer esclarecimentos retirados do requerimento de proposição destas sessões, cujo arquivo completo pode ser disponibilizado para acesso pelos munícipes. Durante as considerações iniciais e finais dos vereadores proponentes, podem aparecer na tela dados e/ou *links* que levem a informações sobre estes parlamentares, tais como as comissões da Casa que integram, projetos de lei e resolução propostos pelos mesmos, atividades relacionadas à temática abordada ou outro assunto semelhante e canais e/ou informações de contato de seus gabinetes.

Da mesma forma, recursos interativos também podem ser utilizados para fornecimento de dados sobre outros setores envolvidos e que estarão representados em plenário, tais como o Executivo, órgãos públicos, associações de classe, iniciativa privada, dentre outros. Além de informações acerca da atuação de cada um destes, possibilitando-se compreender sua presença no contexto das sessões, poder-se-á fornecer endereço - físico, *site*, *e-mail* e de redes sociais - e telefone de contato dos mesmos.

Por meio de recursos interativos também pode ser disponibilizado um menu interativo, acionado via botão homônimo no controle remoto, a ser exibido em dispositivo de segunda tela ou a partir do redimensionamento da tela da tevê. O mesmo pode conter ícone direcionando para agenda mensal das audiências públicas, reuniões e outras sessões plenárias. Sobre a primeira, devem estar contidos um resumo sobre o tema, identificação dos vereadores e/ou comissões proponentes, nomes dos convocados e convidados, data e horário das sessões.

Este menu pode conter ainda informações sobre como os munícipes podem participar das audiências, com instruções claras sobre como proceder para fazer uso da fala. Neste sentido seria interessante investir em um vídeo institucional que aborde os procedimentos necessários e benefícios, em termos de exercício de direitos, do uso da palavra em plenário. Pode ser disponibilizado, ainda, um canal de comunicação por meio do qual os telespectadores possam enviar críticas, sugestões, dúvidas e demandas, bem como propor temas para outras audiências públicas. Da mesma forma, o canal de retorno pode ser disponibilizado durante as transmissões ao vivo, para que os munícipes enviem suas dúvidas sobre o tema em debate, com possibilidade de resposta ao longo da sessão.

O menu pode ser utilizado para levar os cidadãos e cidadãs à interface interativa principal da emissora, em aba destinada a informações específicas sobre as audiências públicas: histórico e informações sobre as anteriores, documentos relacionados às mesmas, outras sessões resultantes de desdobramentos de audiências realizadas no passado, matérias da JFTV Câmara, dentre outros dados complementares.

As atas e notas taquigráficas das audiências também são documentos que podem ser posteriormente disponibilizados ao público via interatividade, bem como, nos casos em que se aplicarem, relatórios com ações acordadas durante as sessões. Como forma de *accountability*, sugere-se acompanhamento do processo pelo Legislativo, com posterior divulgação sobre as propostas que foram e as que não foram efetivamente cumpridas. Tendo em vista se tratar de dados posteriores, notificações sobre suas disponibilidades podem ser feitas em matérias de cobertura sobre as audiências públicas em questão, durante outras sessões plenárias e/ou durante intervalos da programação.

É possível, ainda, disponibilizar-se conteúdos interativos específicos sobre os assuntos em debate. No caso da audiência que abordou a situação dos serviços de saúde em Juiz de Fora, por exemplo, poder-se-ia disponibilizar informações sobre o direito à saúde, sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços oferecidos pelo mesmo, sobre o Conselho Municipal de Saúde - integrantes, funções, contato, como ingressar, *links* para acesso a calendário de reuniões, etc. - e a gestão participativa deste serviço público, e os já sugeridos dados sobre os hospitais e unidades de Juiz de Fora, incluindo consulta sobre os mais próximos ao telespectador.

Por meio de parcerias com instituições superiores de ensino e/ou com as assessorias dos vereadores que compõem a Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar da Casa, pode-se pensar, ainda, na possibilidade de produção de materiais em vídeo que apresentem alguns dos

problemas enfrentados por usuários e servidores da saúde, bem como esclarecimentos feitos por representantes do poder público - tal como foi feito na dinâmica da audiência.

Outro exemplo é audiência na qual foram apresentadas as despesas e receitas municipais. Recursos interativos poderiam ser adotados e exibidos ao longo da sessão com informações sobre a Controladoria-Geral do Município - atribuições, servidores da pasta, endereços e telefone de contato, etc. -, com direcionamento para os documentos-base da apresentação da representante do órgão e com acesso a aplicativos de gestão participativa citados pela mesma - como o Colab.re, por meio do qual os munícipes podem indicar problemas, irregularidades e sugestões sobre temas diversos relativos à cidade.

Na mesma sessão também poderiam ser fornecidos *links* de acesso ao Portal da Transparência, com disponibilização de vídeo institucional explicando como acessar os recursos oferecidos pelo mesmo e quais informações ele disponibiliza - ressalta-se já haver conteúdo audiovisual sobre isso. Neste ponto, também poderiam ser oferecidas informações de acesso à página da Câmara Municipal voltada à prestação de contas, contendo demonstrativos de despesas e receitas, relatórios de compras e serviços, demonstrativos de despesas com viagens e combustíveis, dentre outros. Dadas as já citadas dificuldades de acesso à Internet por parcela significativa da população, as informações acima referidas podem ser integradas e disponibilizadas na interface digital interativa da emissora. O *site* possui, ainda, um canal de comunicação com os munícipes, que pode ser também disponibilizado na TV Digital.

Sobre outras sessões plenárias, como conferências e palestras, podem ser adaptadas as sugestões tecidas para as audiências públicas. Como exemplo, cita-se conferência do presidente do TRE-MG, desembargador Rogério Medeiros, durante a qual poderiam ter sido disponibilizadas informações sobre o conferencista, o órgão que representa e os procedimentos necessários ao cadastramento biométrico, um dos temas principais relativos a Juiz de Fora ressaltados em sua fala. Sobre este último, reitera-se os já sugeridos dados sobre a obrigatoriedade do processo, os locais nos quais está sendo realizado na cidade - com endereços, inclusive eletrônicos, telefones, *e-mail* de contato -, instruções para o agendamento, enumeração dos documentos necessários, esclarecimentos sobre as penalidades para quem não fizer o procedimento e importância e objetivos do mesmo.

Reforça-se, assim como para os conteúdos noticiosos, possibilidade de disponibilização de vídeos institucionais e campanhas oficiais sobre a biometria e outros conteúdos relativos ao tema, como as matérias produzidas pela JFTV Câmara na ocasião da visita do magistrado a Juiz de Fora e outras que versem sobre o recadastramento.

6.2.3 Compreendendo as reuniões da CMJF

A interatividade pode ser aliada no fortalecimento da democracia também ao fornecer conteúdos que auxiliem na compreensão do funcionamento do Legislativo, tal como já apontado sobre as audiências públicas e outras sessões plenárias. Fortalece-se tal caráter quando empregada às reuniões ordinárias e extraordinárias, nas quais são discutidas e votadas as leis municipais, requerimentos e outras solicitações que interferem no exercício de direitos pelos juizforanos e juizforanas.

Como nas audiências, há dados que podem ser comuns a todas as reuniões. Durante as leituras do pequeno expediente e as votações da ordem do dia, por exemplo, notificações podem ser apresentadas na tela, informando e direcionando o telespectador para os documentos relativos às matérias em análise. No que se refere à ordem do dia, pode-se ser utilizado *layout* semelhante ao do *site* da CMJF⁸¹, com tabela que informa o número do processo, resumo da proposta, tipo de proposição - PL, PR, moção, etc. -, autoria, pareceres, quórum e observações, bem como se a matéria se encontra em primeira, segunda ou terceira discussão.

Ao clicar no número da proposição, o usuário é encaminhado a outra página, com informações detalhadas sobre a tramitação da matéria na Casa e os textos relativos à mesma - projeto, justificativas, pareceres das respectivas comissões, ofícios, etc. Em alguns casos são oferecidos, ainda, mecanismos de participação popular, por meio de votação de enquetes e/ou envio de sugestões para os projetos. Tais recursos poderiam ser também oferecidos via interatividade pela TV.

Na mesma linha da proposta para as audiências públicas, uma possibilidade é a oferta de um menu interativo, a ser ativado via controle remoto, com abas que direcionem o telespectador a informações disponíveis na interface principal da emissora. Além dos dados acima elencados, e cuja disponibilização também pode se dar via notificações na tela ao longo das transmissões, podem ser criadas abas tais como “Atribuições da Câmara Municipal”, “Vereadores”, “Comissões”, “Sobre as reuniões da CMJF”, “Agenda das reuniões”, dentre outras que auxiliem na compreensão dos procedimentos do Legislativo Municipal.

Quanto à primeira aba sugerida, a utilização de um vídeo institucional ou game interativo podem dar mais dinamicidade aos conteúdos, além de contribuir com uma compreensão mais efetiva e clara do papel da Câmara. Sobre os vereadores, informações colhidas com suas assessorias podem auxiliar na construção de um perfil político sobre os

⁸¹ Vide: www.camarajf.mg.gov.br/sal/buscarreuniao.php.

mesmos, de uma relação de projetos de autorias deles, de audiências públicas e outras sessões das quais foram proponentes, de informações sobre as Comissões que integram e de dados de contato - endereços do gabinete, *site*, redes sociais e *e-mail* e telefone. Vídeos institucionais e/ou outros materiais que as assessorias considerem relevantes também podem ser propostos e ter sua disponibilização avaliada pelos colaboradores da emissora.

Na mesma linha, na aba “Comissões” podem disponibilizados dados sobre as atribuições e áreas de atuação das mesmas, sobre os parlamentares que as integram, sobre audiências propostas por seus membros, e acerca de reuniões, eventos e outras atividades realizadas por elas, com destaque sobre suas respectivas temáticas, outros setores envolvidos e *links* para matérias da JFTV Câmara relacionadas, quando for o caso.

Na aba “Sobre as reuniões da CMJF”, a ideia é que seja disponibilizado um vídeo de cunho didático-educacional, que esclareça os munícipes sobre os trâmites que compõem estas sessões, com fins de que os mesmos possam usufruir de forma mais eficaz de seu acompanhamento. Pode-se, ainda, recorrer a notificações, nos minutos que antecedem o início destas reuniões, informando sobre a disponibilidade do conteúdo.

Já na seção “Agenda das reuniões”, disponibilizar-se-á um calendário com informações das sessões mensais, contendo data, horário e, quando já definida, a ordem do dia. Se for possível, pode-se ainda disponibilizar um canal de comunicação para que seja feito envio de mensagens relativas exclusivamente às reuniões.

Ressalta-se que nas reuniões não é possível se pensar em conteúdos interativos sobre temáticas específicas para além das já citadas - as previstas na ordem do dia e no pequeno expediente -, uma vez que os vereadores que fazem uso da fala não apresentam os assuntos com a antecedência necessária à elaboração e à disponibilização de conteúdos interativos. Há de se considerar, ainda, que outros temas podem surgir ao longo das discussões, também sem possibilidade de preparação prévia de recursos interativos.

6.2.4 Outras possibilidades interativas

Para além das possibilidades acima elencadas, propostas a partir da análise da programação da JFTV Câmara, destacam-se ainda outras que podem vir a ser oferecidas pela emissora ao levarmos em conta seu pertencimento ao campo público da radiodifusão e, portanto, sua já ressaltada vocação para o social e também para possibilidades de experimentação, tendo em vista que a mesma não se volta à busca pelo lucro.

Preceito atribuído aos veículos públicos de comunicação e previsto na Resolução Nº 1.163, que institui a emissora de tevê da Câmara Municipal de Juiz de Fora, a veiculação de materiais de caráter educativo abrange inúmeras possibilidades interativas. A exemplo do Projeto Brasil 4D, a JFTV Câmara pode investir na disponibilização de informações sobre cursos gratuitos de formação, tais como o Curso Preparatório para Concursos (CPC), oferecido pela PJJ; o cursinho popular Garra, que oferece aulas gratuitas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); o Programa Boa Vizinhança, da UFJF, que, dentre outras atividades, oferece cursos de idiomas gratuitos a moradores de bairros do entorno do *campus* da instituição, dentre outros. Neste cenário, destaca-se mais uma vez a necessidade de se fazer parcerias e de se criar um canal de comunicação via interatividade digital para que outras iniciativas possam ser divulgadas.

O acesso a estes materiais pode se dar via interface interativa principal da emissora, acessada pelo botão “menu” do controle remoto e também por meio de notificações na tela durante exibição de conteúdos relacionados.

A exemplo do “Explorando ConsCiências”, que estava para ser exibido pela emissora via parceria com o Laboratório de Mídia Digital, pode-se, ainda, investir na produção de vídeos didáticos e educativos. Para tanto, o estabelecimento de parcerias com institutos e instituições de ensino interessadas, tal qual a feita com o LMD, mostra-se viável e produtivo.

Tal como o citado programa, pode-se investir na disponibilização de conteúdos interativos que complementem as informações contidas nos vídeos produzidos, bem como encaminhem para *sites* de domínio público que disponibilizem o acesso a textos, livros e outros materiais didáticos para os interessados em conhecer mais sobre o assunto abordado.

Jogos e *quizzes* interativos também são opções viáveis para os públicos infantil e adolescente, estimulando o aprendizado a partir de práticas lúdicas. Uma opção interessante seria a parceria com a iniciativa privada, livrarias, editoras, papelarias, com fins de oferecer benefícios àqueles que se saírem melhor ao final de determinado período - um mês ou um semestre, por exemplo -, tais como percentuais de descontos em cursos de idiomas, livros e materiais escolares. A ideia é que, além de um estímulo a mais para aprendizagem via recursos disponibilizados pela emissora, estes “brindes” auxiliem na formação destas crianças e adolescentes.

Também a exemplo do projeto Brasil 4D e em atendimento a oferta de programação de orientação social prevista no artigo 2º da Resolução Nº1.163, a JFTV Câmara pode investir em conteúdos digitais interativos sobre programas de assistência social e vagas de emprego. Tutoriais, vídeos e/ou artes gráficas com informações sobre como se cadastrar, atualizar dados

e receber benefícios como Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BCP); informações de contato, endereço e identificação dos Centros de Referências de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) mais próximos do telespectador; bem como informações sobre outros projetos e ações na área de desenvolvimento social podem ser oferecidos. Para tanto, dever-se-á ser feita parceria institucional com a Prefeitura, responsável pela gestão destes serviços e programas.

A parceria com o Executivo também pode se dar para disponibilização de vagas de emprego, tendo em vista que a PJF administra o portal “Seu emprego JF”, no qual são divulgadas oportunidades de trabalho em diversas áreas. Aproveitando-se o *design* do referido *site*, pode ser criada uma aba na interface principal da JFTV Câmara, na qual serão disponibilizadas as informações sobre as vagas, com atualizações à medida que novas forem surgindo.

Além do acesso à interface principal via menu, podem ser produzidas pequenas pílulas, com arte gráfica simples acompanhada de narração, nas quais seriam passadas informações sobre vagas disponíveis. Esses conteúdos seriam exibidos durante os intervalos e, ao longo dos mesmos, uma notificação apareceria na tela, direcionando o telespectador à aba do serviço na interface principal.

Ainda na esteira da orientação social, a interatividade pode ser utilizada para fornecimento de informações pela Defesa Civil, especialmente durante períodos de chuva. Alertas podem surgir ao longo da programação, a qualquer momento, com atualizações sobre a situação nos locais mais críticos e orientações do órgão aos moradores. Pode-se, ainda, ser criada uma aba de acesso a estes dados, possibilitando consulta se há alguma orientação ou risco para a região na qual mora o telespectador, mediante informação de seu CEP ou procura por regiões (Leste, Oeste, Norte, Nordeste, etc).

A exemplo de uso sugerido para votações de leis, os recursos interativos, via canal de retorno, podem ser utilizados para o levantamento de informações que auxiliem na execução de políticas públicas. Enquetes e envio de mensagens, por exemplo, podem ser utilizados para obtenção de dados sobre a incidência de doenças em determinadas regiões da cidade e deficiência na prestação de serviços públicos - saúde, educação, tratamento de água e esgoto, energia elétrica, segurança, manutenção de vias e praças, etc.

Para aqueles que não possuem Internet e não conseguem fazer uso do canal de retorno devem ser oferecidas outras possibilidades, tais como informações sobre onde levar suas demandas e reclamações - nome do órgão, telefone e endereço.

Para a área da saúde, serviço essencial a toda a população, podem ser disponibilizados via interatividade vídeos institucionais e informações sobre os serviços oferecidos pelo SUS: vacinação, programas de saúde da mulher, ações de prevenção de doenças e o Programa Saúde da Família. Tal como já mencionado, também podem ser fornecidas informações sobre os hospitais e/ou as unidades de saúde mais próximas dos usuários via fornecimento do CEP pelo mesmo.

Com os devidos investimentos e mediante parceria com a Secretaria de Saúde, a longo prazo, há ainda a possibilidade de marcações de consultas e exames via TV Digital, bem como acompanhamento da disponibilização dos resultados destes últimos, tal como sugerido por Ricardo Beghini nos protótipos do “Sua Saúde”.

Parcerias com órgãos de segurança pública, com a Justiça e com projetos que atuam na defesa dos direitos das mulheres, idosos, pessoas com deficiência, negros, LGBTQIA+ e outros grupos em vulnerabilidade social também podem render a criação de conteúdos interativos. Aspectos da lei, instruções sobre como proceder em caso de agressão e/ou discriminação, projetos e entidades nas quais procurar ajuda e orientação em Juiz de Fora, podem ser disponibilizadas em vídeos, tutoriais, artes gráficas e/ou outros recursos.

Há de se considerar, ainda, outros programas produzidos pela JFTV Câmara e que não foram contemplados no período de análise da programação, a saber, o Momento Sedecon, o Diversidade e o Câmara Discute. A partir da exibição do Momento Sedecon, por exemplo, podem ser disponibilizadas notificações que levem a mais informações sobre o tema em questão - como matérias da JFTV Câmara afins, documentos legais, endereço, telefone e *e-mail* do Serviço, etc. - e também à aba do órgão a ser disponibilizada na interface, com mais informações e documentos sobre os direitos do consumidor.

Inspirado em projeto desenvolvido pela Câmara Municipal, o Diversidade pode disponibilizar, durante sua exibição, *links* de acesso sobre a referida iniciativa - história, coordenadores, endereços físicos e nas redes sociais, telefone de contato -, bem como sobre os temas em debate e os convidados.

Para o Câmara Discute, que conta com a presença de um vereador e de outro convidado - representantes da sociedade civil organizada, do poder público, de entidades assistenciais, etc. -, também podem ser disponibilizadas informações sobre os entrevistados, tecendo-se relações entre suas atuações e o tema em debate. Também podem ser fornecidos dados sobre o assunto em discussão, com direcionamento para matérias correlatas produzidas pela JFTV Câmara, quando for o caso.

Para os três programas, assim como para as demais produções, ao final dos mesmos podem ser exibidas notificações contendo *links* que direcionem para um repositório com outras edições destes. Tendo em vista dificuldades de armazenamento, em função dos tamanhos dos arquivos, pode-se optar por direcionar o telespectador às páginas do *YouTube* nas quais encontram-se os respectivos vídeos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) constitui um capítulo da história da radiodifusão nacional no qual, mais uma vez, prevaleceram interesses do empresariado nas definições de políticas públicas e regulatórias. A União deixou passar uma oportunidade de revisão das leis do setor e de propor normas que poderiam tornar mais democrático o acesso a um bem que é público.

Embora breve, a análise aqui tecida evidencia as potencialidades do sistema digital, cujo acesso é livre e gratuito para todos os brasileiros e o qual apresenta uma série de recursos que podem ser usados como forma de potencializar o acesso à informação e o exercício do direito à comunicação, essenciais para que os cidadãos e cidadãs adquiram autonomia e busquem efetivar o que lhes é garantido por lei.

Como já apontado, o papel da televisão na rotina dos brasileiros é ainda central, mesmo ao considerarmos o crescimento de outros serviços e plataformas. A tela da TV é um meio de proximidade e reconhecimento. É também fonte de informações essenciais para as tomadas de decisão pelos indivíduos e de fruição de conteúdos culturais, muitas das vezes o único local de contato de alguns brasileiros com obras musicais, literárias, cinematográficas.

Ao considerarmos o caráter local e público da JFTV Câmara, estes fatores são potencializados: os munícipes podem se identificar com histórias e relatos de membros da comunidade e de situações que são próximas à sua realidade; os moradores de determinado bairro podem se ver representados na TV por um músico ou atletas que nasceram naquela região e hoje se destacam no cenário nacional e/ou internacional; projetos desenvolvidos em determinada comunidade podem dar voz a bandeiras e demandas ignoradas pelos veículos comerciais; entidades da sociedade civil organizada podem participar da criação de programas para a grade da emissora; estudantes de jornalismo e cursos afins podem ter suas produções acadêmicas sendo exibidas para toda a população da cidade, dentre outras oportunidades que podem ser criadas pela emissora.

Além disso, há de se ressaltar que a JFTV Câmara objetiva dar transparência às ações da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Possibilita, assim, que os eleitores acompanhem os trabalhos dos parlamentares por eles escolhidos, capacitando-os a tomar futuras decisões nos pleitos eleitorais, ao mesmo tempo em que fornecem informações sobre elaboração, votação e alterações nas leis, cujos impactos na vida dos munícipes são diretos, e também informações sobre serviços e políticas públicas essenciais à garantia do bem estar e da qualidade de vida da população.

A investigação das rotinas produtivas, da programação e das percepções dos funcionários da emissora constituíram-se como um rico referencial para este trabalho e uma oportunidade de registro sobre o canal, novo no cenário da radiodifusão e cuja identidade comunicacional ainda está sendo construída.

No que diz respeito ao cumprimento do caráter público da emissora, destaca-se o envolvimento de seus funcionários. Nas reuniões de pauta, por exemplo, há uma tentativa de envolver os colaboradores de todos os setores, da produção à técnica, cujas sugestões resultaram em projetos como a série especial Mobilidade Urbana, que busca dar visibilidade a problemas enfrentados pelos munícipes.

A busca por formatos e abordagens diferentes na construção das notícias também se fez presente, como nas citadas matérias sobre a história do pianista Moisés Mattos e no episódio da série de mobilidade sobre veículos alternativos de transporte. À primeira, somam-se outras iniciativas de valorização da cultura local e de juizforanos e juizforanas que se destacam em diferentes setores, tais como matéria sobre o Festival Primeiro Plano e a sobre os paratletas da natação de um clube da cidade. Dentre estas também figuram os conteúdos sobre as etapas do Torneio Leiteiro, que colocam em cena distritos e comunidades de Juiz de Fora e seus moradores.

Destaca-se, também, o número significativo de matérias que versam sobre serviços públicos e exercício de direitos, tais como as coberturas de visitas do Fiscaliza JF - a exemplo da realizada à Zona Norte da cidade; as coberturas de audiências públicas, nas quais são discutidos assuntos de interesse da população juizforana - como as duas nas quais discutiu-se a renovação do contrato de exploração da linha férrea pela MRS Logística e as ações de contrapartida que devem ser prestadas pela empresa à cidade; as coberturas de atividades das Comissões Permanentes e Especiais da CMJF - dentre as quais destacam-se as ações da Comissão em Defesa do Direito da Pessoa Idosa e da CPI dos Ônibus, que investigou a qualidade do serviço prestado pelas empresas de transporte público da cidade, descobrindo diversas irregularidades.

Também merecem destaque as parcerias formadas pela JFTV Câmara para a produção e a veiculação de conteúdos, caso dos programas Pautando o Esporte e Mosaico. Sobre o primeiro, ressalta-se que, embora tenha sido interrompido em função de limitações enfrentadas em sua produção, representou importante passo no que tange às possibilidades de inserção da sociedade civil organizada na construção da programação da emissora pública.

A relevância destes acordos também se confirma no caso do Mosaico, programa feito por alunos da Facom - UFJF, que proporciona ganhos à emissora, como redução de custos,

exibição de conteúdos locais e fortalecimento do exercício do direito à comunicação; aos discentes, que têm a oportunidade tornar públicas suas produções, alcançando um público ainda maior e prestando contas à sociedade, e aos munícipes, que podem ser ver na tela da TV e obter informações diversas sobre Juiz de Fora, uma vez que as temáticas são, em sua maioria, locais.

Observou-se, ainda, preocupação e esforço dos profissionais de jornalismo em inserir os cidadãos e cidadãs juizforanos nos debates de temas em discussão no plenário da Casa e de outros que impactam o dia a dia dos munícipes. No entanto, prevalece ainda o caráter institucional da emissora, com matérias que privilegiam fontes oficiais.

Neste sentido, e também no que diz respeito à construção dos conteúdos noticiosos em termos de formato/estruturação da narrativa, há de se destacar a observância de práticas comuns ao jornalismo comercial. Este cenário, por sua vez, pode ser atribuído à ausência de referências nacionais no setor público de radiodifusão.

Embora mais comum nos casos de cobertura de atividades internas da Câmara Municipal, o aspecto institucional também foi observado em outros conteúdos. Destaca-se a matéria sobre anúncio da inauguração da reforma do Palacete Santa Mafalda, sede da Escola Estadual Delfim Moreira, na qual somente políticos, servidores públicos e vereadores foram ouvidos, não sendo dado espaço de fala a estudantes e/ou pais de estudantes da instituição de ensino.

A prevalência do aspecto institucional é um entrave à efetivação do equilíbrio, princípio caro aos programas das emissoras públicas e fundamental à compreensão do todo, que só se faz possível a partir da apresentação dos diferentes pontos de vista. Também a este respeito é válido ressaltar que, em algumas matérias relacionadas a denúncias, não foi apresentado posicionamento do Executivo. Reitera-se exemplo de conteúdo do dia 5 de junho, no qual a repórter e um vereador acompanham visita do Fiscaliza JF à Zona Norte da cidade. Moradores são ouvidos e reclamam de falhas estruturais nas vias, de lixo acumulado em alguns pontos e da falta de um espaço de lazer para as crianças. Embora saiba-se que as informações colhidas geram um pedido de informação que é encaminhado à Prefeitura pela equipe do Fiscaliza JF, o Executivo também poderia ter sido procurado pela reportagem para apresentar seu posicionamento acerca da situação, complementando as informações fornecidas e dando uma satisfação aos moradores do local.

Outra questão limitadora ao exercício pleno da proposta pública da emissora é o número limitado de profissionais, que acaba por reduzir a possibilidade de realização de novas propostas e, às vezes, por fazê-los optar por determinados temas em detrimento de outros, prevalecendo sempre as coberturas das atividades da CMJF.

Questões estruturais e relativas aos equipamentos também foram observadas. Dentre as mesmas, ressaltam-se a falta de um estúdio próprio pela emissora; a falta de capas que protejam as câmeras em caso de chuva, tendo em vista situação relatada e vivenciada pela pesquisadora durante a observação participante, e a falta de cartões de memória extras, que possam ser levados a campo pelos cinegrafistas. Sobre esta última, resalta-se que enquanto aguardava para fazer uma das entrevistas com profissionais da emissora, a autora presenciou situação na qual o cinegrafista, que havia ido cobrir uma pauta, teve que voltar à redação devido à problemas no referido cartão.

Um dos problemas mais críticos da emissora, no entanto, é a falta de um regimento interno. O documento se faz essencial não somente para estabelecer os princípios, valores e missão da emissora, mas também as diretrizes de trabalho de seus profissionais, de forma a guiá-los em suas ações e, mais importante, protegê-los de ingerências, censuras e qualquer tipo de ameaça das quais possam ser vítimas por parte de parlamentares que porventura acreditem que a emissora está a serviço do indivíduo e não da coletividade.

No mesmo sentido, a criação de um órgão colegiado com participação de representantes da sociedade também se faz necessário ao fortalecimento do caráter público da JFTV Câmara. Ao mesmo deve ser dada prerrogativa de tecer considerações acerca da programação da emissora, sobre a elaboração de propostas de programas, sobre coberturas em períodos que antecedem os pleitos eleitorais, sobre definições na destinação de verbas, sobre a garantia de liberdade no exercício das funções pelos funcionários do canal, dentre outros pontos concernentes.

A JFTV Câmara deve investir, ainda, em uma divulgação mais intensa de seus trabalhos e princípios norteadores, tanto entre os vereadores como junto à sociedade juizforana. É preciso esclarecer quais são a proposta comunicacional da emissora, sua linha de ação e como se dá seu compromisso com cada um dos públicos aos quais serve - parlamentares e cidadãos e cidadãs.

A consolidação de seus princípios, valores e diretrizes de funcionamento é também requisito fundamental para que a emissora possa investir na produção de aplicações, serviços e conteúdos interativos que efetivamente façam jus a seu papel de veículo do campo público da comunicação. Como observado a partir da análise das entrevistas, da pesquisa de campo e das investigações, a JFTV Câmara apresenta forte potencial para desenvolvimento de aplicações que contribuam para o fortalecimento do exercício de direitos pelos munícipes, para a promoção da cultura e da educação, para a autonomização dos cidadãos e cidadãs e para a inserção da agenda de grupos que não encontram espaço na mídia privada.

Além de complementarem os conteúdos produzidos e veiculados pelo canal, as aplicações interativas também podem ser utilizadas para apresentarem contrapontos às informações fornecidas pela mídia comercial. Da mesma forma, a interatividade pode ser usada na divulgação de dados públicos de forma mais compreensível, acessível e didática do que aquela comumente adotada nos veículos privados. O mesmo pode ser feito para aquelas temáticas relativas ao Legislativo e que são consideradas “pesadas” ou de difícil compreensão, sendo ignoradas pelos demais veículos. Uma das funções da tevê pública é justamente tornar compreensíveis estes assuntos mais complexos, mas que devem ser discutidos, uma vez que impactam diretamente na vida dos cidadãos e cidadãs.

A elaboração de aplicativos interativos exige empenho, uma vez que envolve preparação, desenvolvimento de conteúdos e serviços, manutenção e atualização dos mesmos, sincronismo de dados e uma produção que seja pensada de forma a possibilitar a inserção destes recursos nos conteúdos exibidos.

Assim, faz-se necessário à JFTV Câmara investir em mais recursos técnicos e em pessoal, bem como estreitar os laços com a sociedade civil organizada e as instituições de ensino e pesquisa. Como já observado a partir de experiências realizadas pela emissora, essa cooperação técnica só tem a somar e certamente contribuirá para o fortalecimento de seu caráter público, com consequentes contribuições para o desenvolvimento dos munícipes e de Juiz de Fora.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, Rodrigo; CHIANCA, Luciana; CASTILLEJO, Ángel García. **Brasil 4D**: Estudo de impacto socioeconômico sobre a TV Digital Pública Interativa. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/232621468230956108/pdf/809560WP0PORTU0B0x0379824B00PUBLIC0.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- AGÊNCIA BRASIL. Apartamentos do Minha Casa, Minha Vida são entregues com tecnologia Brasil 4D. **Agência Brasil**. Brasília, 29 mar. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/apartamentos-do-minha-casa-minha-vida-sao-entregues-com-tecnologia-brasil-4d>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- AGUIAR, Itamar. **TV Brasil**: algo novo no ar. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/35701/TV_Brasil_algo_novo_no%20_ar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 jan. 2020.
- BAESSO, Marise. Entrevista concedida a Helena Cristina Amaral Silva. Juiz de Fora, 15 out. 2019.
- BARBOSA FILHO, André. O Sistema Brasileiro de Televisão Digital: do sonho à realidade. In: **TV Digital**: qualidade e interatividade. Brasília: Instituto Euvaldo Lodi, 2007, p.15-29. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/07/06/15/20120706173612130204u.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.
- BECKER, Valdecir. A evolução da interatividade na televisão: da TV analógica à era dos aplicativos. **Lumina**: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Juiz de Fora, v.7, n.2, p.1-30, dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21070/11445>>. Acesso em: 4 fev. 2019.
- BELEI, Renata Aparecida; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. O uso da entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n.30, p.187-199, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1770/1645>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N. (orgs). **Mediação & midiatização** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 31-52. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/k64dr/pdf/mattos-9788523212056.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 ago. 2017.

_____. **Lei Nº 4.117 de 27 de agosto de 1962.** Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. **Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. **Lei Nº 11.652 de 7 de abril de 2008.** Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. **Lei Nº 8.977 de 6 de janeiro de 1995.** Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8977.htm>. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Lei Nº 10.461 de 17 de maio de 2002.** Acrescenta alínea ao inciso do art. 23 da Lei Nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10461.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Lei Nº 9.472 de 16 de julho de 1997.** Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº8, de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Lei Nº 13.424 de 28 de março de 2017.** Altera as leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13424-28-marco-2017-784528-publicacaooriginal-152238-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Lei Nº 5.785 de 23 de junho de 1972.** Prorroga o prazo das concessões e permissões para execução dos serviços de radiodifusão sonora que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5785.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Lei Nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.** Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Lei Nº 13.417 de 1º de março de 2017.** Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13417.htm>. Acesso em: 18 dez. 2019.

_____. **Lei Nº 8.389 de 30 de dezembro de 1991.** Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8389.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Decreto Nº 4.901 de 26 de novembro de 2003.** Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4901.htm>. Acesso em: 26 nov. 2019.

_____. **Decreto Nº 5.820 de 29 de junho de 2006.** Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>. Acesso em: 26 nov. 2019.

_____. **Decreto Nº 5.393 de 10 de março de 2005.** Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003, que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5393.htm>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Decreto Nº 8.061 de 29 de julho de 2013.** Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8061.htm>. Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. **Decreto Nº 8.753 de 10 de maio de 2016.** Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8753.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Decreto Nº 52.795 de 31 de outubro de 1963.** Aprova o regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D52795.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Decreto Lei Nº 236 de 28 de fevereiro de 1967.** Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0236.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Resolução Nº 98 de 19 de novembro de 2019. Opina pela qualificação da Empresa Brasil de Comunicação - EBC no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como para propor ganhos de eficiência e resultado para empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 157, n.240, p.12, 12 dez. 2019. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-98-de-19-de-novembro-de-2019-232942298>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. **Decreto Nº 9.784 de 7 de maio de 2019.** Declara a revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9784.htm>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? *NOVOS ESTUDOS: revista da CEBRAP*, São Paulo, n.88, p.5-18, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a01.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. Indicadores de qualidade nas emissoras públicas - uma avaliação contemporânea. Unesco, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei Nº2.120 de 28 de novembro de 1991. Dispõe sobre o Serviço de Cabodifusão e dá outras providências. **Diário do Congresso Nacional:** seção 1, Brasília, DF, ano 46, n.168, 24886-24897, 29 nov. 1991. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29NOV1991.pdf#page=54>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. Resolução Nº 21 de 8 de outubro de 1997. Cria a TV Câmara dos Deputados e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados:** Brasília, DF, ano 52, n.180, 31389, 8 out. 1997. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08OUT1997.pdf#page=3>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. **Ato da Mesa Nº52 de 17 de outubro de 2012.** Cria a Rede Legislativa de TV Digital e a Rede Legislativa de Rádio da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-52-17-outubro-2012-774424-norma-cd-mesa.html>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. **Manual Rede Legislativa de Rádio e TV.** 2 ed. Brasília, 201?. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/arquivos/manuais-arquivos/manual-da-rede-2a-edicao>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

_____. **Portaria Nº 290 de 18 de setembro de 2014.** Estabelece a criação e o funcionamento do Comitê Gestor de Rádio e TV Digital da Câmara dos Deputados - CGRTVD. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2014/portaria-290-18-setembro-2014-779382-norma-cd-dg.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Ato Nº4 de 5 de novembro de 2019.** Dispõe sobre a extinção do Comitê Gestor de Rádio e TV Digital da Câmara dos Deputados – CGRTVD. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/int/ato/2019/ato-4-5-novembro-2019-789386-norma-cd-cge.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Acordo de Cooperação N.2015/142.0.** Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a

Câmara Municipal de Juiz de Fora/MG, objetivando a implantação do Sistema de Transmissão de TV Digital na cidade de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/contratos/contrato.asp?contrato=143&ano=2015&tipo=07>>. Acesso em: 24 out. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.camarajf.mg.gov.br/anoticias.php>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. **Resolução nº 1.163 de 30 de agosto de 2002**. Cria a TV Câmara e dá outras providências. Disponível em: <https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000028125>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. **Resolução nº 1.331 de 18 de setembro de 2019**. Altera os incisos I e II, excluindo a alínea “d” do inciso I, acrescentando a alínea “b” ao inciso II do art. 123 e alterando o *caput* do art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: <www.camarajf.mg.gov.br/anexos/res_1331.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. **Regimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora**. Disponível em: <www.camarajf.mg.gov.br/anexos/nregimento.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2019.

_____. **Ato da Mesa Diretora s/n de maio de 2017** [documento não oficializado]. Disciplina os objetivos, a utilização e o funcionamento dos veículos de comunicação da Casa [disponibilizado para consulta pela autora].

_____. **Vídeos**. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/user/CamaraMJF/featured>>>. Acesso em: 03 mai. 2018

CARMONA, Beth. Papel e contribuição social da TV Pública [artigo]. **ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, 2006. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=18&id=182&tipo=1>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CARTA DE BRASÍLIA. **Manifesto pela TV pública independente e democrática**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. Tradução: Alba Zaluar Guimarães. In: Zaluar, A. (org.). **Desvendando máscaras sociais**, 19??, p.87 - 121. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxnYWJyYWVsYXNjb3R0b3xneDoxNWJIMTI1ZGZiN2U4ZDVj>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Pesquisa CNT/MDA: Relatório Síntese**. Rodada 145, 2020. Disponível em: <<https://cdn.cnt.org.br/diretorioVirtualPrd/9cf2f159-4cdb-45da-877f-3458efb2bf2d.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CORREIA, João Carlos. A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana e SOUSA, Jorge Pedro (Orgs.). **Pesquisa em Media e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina**. Covilhã, Portugal:

LabCom, 2012. cap.4.p.79-105. Disponível em: < http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121127-jorgepedrosousa_homenagem_traquina.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

COUTINHO, Iluska (Coord.). **Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: Relatório Final**. Disponível em: < http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/ufjf_relatoriotelejornalismoebc.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. (org.). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2016. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

_____; MATA, Jhonatan. Um telejornal e um método para chamar de nossos: uma reflexão sobre telas, fronteiras e modos de olhar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16, 2018, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FIAM-FAAM/Anhembi Morumbi, 2018. Disponível em: < <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1423/707>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.51-66. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018

C-SPAN. Our History. Disponível em: <<https://www.c-span.org/about/history/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. **Uma história da TV Pública brasileira**. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15462/1/2013_AngelaMariaCarratoDiniz.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

DUARTE, Adriana. Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC**. Fundação Getúlio Vargas - FGV, sem data. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/R%C3%81DIO%20SOCIEDADE%20DO%20RIO%20DE%20JANEIRO.pdf>>. Acesso em: 15jan. 2020.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Portaria-Presidente Nº 216 de 9 de abril de 2019**. Estabelece que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil – NBR será apresentada em um só canal. Disponível em:

<http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presi_no_216_-_programacao_televisiva_da_ebc.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

_____. Somente a verdade: **Manual de Jornalismo da EBC**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

_____. **Ouvidoria**: vídeos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCdl9h618rks5vUDFSzTxgew>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. **O público na TV**. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/opubliconativ>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FALCÃO, Luiz Felipe Novais. **Comunicação Pública e Mobilização Social**: narrativas, televisualidades e engajamento virtual na campanha “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública”. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9554>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FERNANDES, F. M. B. Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde** [online], 2011. p. 262-274. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.7a%20observacao_participante.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

FERRARETTO, Luiz Artur. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**: Porto Alegre/São Paulo, v.3, n.1, p.11-21, jan.2014/jun.2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3961/2299>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

FIGUEIREDO, Rogério Santana de. **A definição do padrão de TV Digital no Brasil**: um estudo sobre a construção social de um padrão tecnológico. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4885/61070100602.pdf?sequence=1&origin=publication_detail>. Acesso em: 20 set. 2019.

FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação**. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.6, p.41-69, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003>. Acesso em: 26 fev. 2019.

FONSÊCA, Daniel; Valente, Jonas (edi.). **Marco Regulatório do Sistema de Mídia Brasileiro** – Estudo realizado para monitoramento da propriedade de mídia, MOM Brasil 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/uploads/tx_ifrogmom/documents/MOM_Documento_legal_portugues.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO - FNDC. Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR. **FNDC**. 25 abr. 2019. Disponível em: < <http://fndc.org.br/noticias/entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr-924900/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.14, n.28, p.139-152, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos Santana de. **A mediatização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/101430/mediatizacao_parlamento.pdf?sequence=7&isAllowed=y>. Acesso em: 4 fev. 2019.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA – CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS. **Regimento Interno do Conselho Curador**. Disponível em: <https://tvcultura.com.br/upload/fpa/regimento/20180405091352_regimento-interno-fpa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GARCIA, Livia. Entrevista concedida a Helena Cristina Amaral Silva. Juiz de Fora, 14 out. 2019.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). Tradução: Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 64-89. Disponível em: <https://www.academia.edu/6928454/Pesquisa_Qualitativa_Com_Texto_Imagem_e_Som>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203915/mod_resource/content/1/U-3%20-%20%2810%29%20GOFFMAN%2C%2BE.%2BA%2Brepresenta%C3%A7%C3%A3o%2Bdo%2Beu%2Bna%2Bvida%2Bcotidiana.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

GOMES, Wilson. Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa. *In*: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós, 13, 2004, São Bernardo do Campo. **Anais eletrônicos...**São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

HELENA, Maria. Eliziane Gama recebe estudo do CCS sobre liberdade de imprensa no Brasil. **Agência Senado**. Brasília, 7 out. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/07/eliziane-gama-recebe-estudo-do-ccs-sobre-liberdade-de-imprensa-no-brasil>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HJARVARD, Stig. **Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural.** **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n.2, p.53-91, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38327/41182>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

IASBECH, Paulo A.B.; FREITAS, Cristiana; JORGE, Benny Ricciardi; WANGENHEIM, Aldo Von. A TV Digital Interativa na população de baixa renda: análise do Projeto Brasil 4D no Distrito Federal. **Revista de Radiodifusão**, v.8, n.9, 2014, p.45-51. Disponível em: <<http://set6.tempsite.ws/revistaeletronica/index.php/revistaderadiodifusao/article/view/177>>. Acesso em: 31 dez. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017:**Tecnologia da Comunicação e Informação. IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. **Agência IBGE Notícias**, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

JUIZ DE FORA. **Lei Nº 10.589 de 21 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a criação, objetivos, organização e estrutura da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora – PROCON/JF, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências. Disponível em: <<https://jflgis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000024408>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo.** Tradução: Wladir Dupont. 1.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; VIEIRA, Mário Braga Magalhães Hubner. O fenômeno da personalização da política: evidências comunicacionais das campanhas de Dilma e Serra em 2010. **Teoria e Cultura:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, Juiz de Fora, v.4, n.1, p.41-50, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/12142/6371>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

LIMA, Venício Artur de; LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004):** As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MALAVAZI, Ademir. **Manual de Redação:** Secretaria de Comunicação Social. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13776>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais RBCS**, São Paulo, v.10, n.29, out. 1995. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_01.pdf>. Acesso em: 18 jan, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view>. Acesso em: 5 nov. 2019.

MATA, Jhonatan. Um telejornal pra chamar de seu - identidade, representação e inserção popular no telejornalismo local. Florianópolis: Ed. Insular, 2013.

MATTOS, Rodrigo. Legislativo inaugura a JFTV Câmara durante Sessão Solene. [Entrevista concedida a] Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Juiz de Fora. CMJF, Juiz de Fora, 8 maio 2017. Disponível em: <<http://www.camarajf.mg.gov.br/noticias.php?cod=8890>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. Desenvolvido por Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e Reporteres sem Fronteiras. Apresenta dados sobre os proprietários de meios de comunicação no Brasil. Disponível em <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

_____. Gastos atuais contribuem com a concentração e são seletivos politicamente. *Media Ownership Monitor Brasil*. out. 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/publicidade-estatal/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi; TEIXEIRA, Lauro Henrique de Paiva. Televisão digital interativa e o desafio da usabilidade para a comunicação. In: **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-15, julho/dezembro 2007. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/6872/4140>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MENDEL, Toby. **Serviço Público de Radiodifusão: um estudo de direito comparado**. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000214765>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto 47.747 de 7 de novembro de 2019**. Contém o Estatuto da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47747&comp=&ano=2019>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. **Lei Nº11.179 de 10 de agosto de 1993**. Reorganiza a Fundação TV MINAS - Cultural e Educativa, estabelece níveis de vencimentos e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=11179&ano=1993>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. **Lei Nº22.294 de 20 de setembro de 2016**. Altera a denominação da Rádio Inconfidência Ltda. para Empresa Mineira de Comunicação - EMC -, extingue a Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas - e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=22294&comp=&ano=2016>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Portaria Nº489 de 18 de dezembro de 2012. Norma Regulamentar do Canal de Cidadania. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n.244, p.84-86, 19 dez. 2012. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2012&jornal=1&pagina=84&totalArquivos=168>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. **Portaria Nº 250 de 13 de dezembro de 1989.** Regulamenta a Distribuição de Sinais de Televisão - “DISTV” por meios físicos a usuários. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/hotsites/coletanea_normas/TextoIntegral/NOR/prt/minicom_19891213_250.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública PR-RJ-00070307/2019 PETIÇÃO.** Pede suspensão dos efeitos da Portaria EBC 216. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/inicial-tv-brasil-nbr-1>>. Acesso em 28 jan. 2020.

MIRANDA, Ricardo. Legislativo inaugura a JFTV Câmara durante Sessão Solene. [Entrevista concedida a] Vitor Ramos. JFTV Câmara, Juiz de Fora, 6 maio 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0HU8blSpDNE>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. **TV Digital Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil.** 2 ed. rev. e ampl. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. Disponível em: <http://www.gingadf.com.br/blogGinga/livro/TV-Digital-Interativa_2a_EDICAO_Valdecir_e_Montez.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

MOURA, Iara. Raio X da ilegalidade: políticos donos da mídia no Brasil. **Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social**, 01 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29753>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MELO, Paulo Victor Purificação. Estado e Comunicação: uma análise da TVs legislativas estaduais no Brasil. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4037/1/PAULO_VICTOR_PURIFICACAO_MELO.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.

NEVES, Juliana. Entrevista concedida a Helena Cristina Amaral Silva. Juiz de Fora, 15 out. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme Scymura de. Processo de introdução da TV Digital no Brasil. In: **Anatel**, 2002. Disponível em: <[https://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=40507&assuntoPublicacao=null&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=biblioteca/releas/es/2002/anexo_release_12_06_2002\(2\).pdf](https://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=40507&assuntoPublicacao=null&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=biblioteca/releas/es/2002/anexo_release_12_06_2002(2).pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2020.

OLIVEIRA, Maurício. Entrevista concedida a Helena Cristina Amaral Silva. Juiz de Fora, 17 out. 2019.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio da Silva. **Qualidade no telejornalismo: parâmetros para avaliação em emissoras públicas e comerciais.** 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2230>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

PASSOS, Adalberto Silveira. Fantasmas da televisão: o debate sobre a TV Digital no Congresso Nacional. **E-legis**, Brasília, n1, 52-46, 2º semestre 2008. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/58/30>>. Acesso em: 4 out. 2019.

PEREIRA, Ariane. A TV Digital chegou! E com ela a interatividade. Será? In: GOBBI, Maria Cristina; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (orgs). **Televisão Digital: informação e conhecimento** [online]. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.163-177. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k8s27/pdf/gobbi-9788579831010.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

POSSANI, Maria Judith. Entrevista concedida a Helena Cristina Amaral Silva. Juiz de Fora, 17 out. 2019.

PRAZERES, Leandro. Gasto do Governo Federal com publicidade cresce, e Record supera Globo. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/gasto-do-governo-federal-com-publicidade-cresce-e-record-supera-globo.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Sobre o programa. Disponível em: <<https://www.ppi.gov.br/sobre-o-programa>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

QUEIROZ, Dulce. **Jornalismo institucional nas TVs Legislativas: os casos do Brasil e do México**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1221/1/Dissertacao_2007_DulceValeriaQueiroz.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

RAMOS, Murilo César. [In:] A história de luta pela regulamentação da TV a cabo no Brasil. Observatório do direito à comunicação. **Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social** [online], 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27339>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

REDE MINAS. **A Rede Minas**. Disponível em: <<http://redeminas.tv/a-rede-minas/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

REDE LEGISLATIVA DE RÁDIO E TV. Televisão. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/tv>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

REVISTA DA ASTRAL. Brasília: Associação Brasileira das Televisões e Rádios Legislativas: n.1, maio 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/copy_of_revistas-astral>. Acesso em: 4 fev. 2019.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade**. 3.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2001. Disponível em: <<https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2015/11/estratic3a9gias-da-comunicac3a7c3a3o-adriano-duarte-rodriques.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

RODRIGUES, Paola Daniella da Fonseca. **A TV Digital no Brasil: do SBTVD ao ISDTV-T - A política a reboque da tecnologia.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2515/1/2008_PaolaDaniellaFonsecaRodrigues.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

ROSÁRIO, Miguel do. Exclusivo! Liberais e viciados em dinheiro público: publicidade federal na Veja cresce 490%. **Blog O Cafezinho.** 21 maio 2017. Disponível em: <<https://www.ocafezinho.com/2017/05/21/exclusivo-liberais-e-viciados-em-dinheiro-publico-publicidade-federal-na-veja-cresce-490/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetacularização e Miatização da Política. In: _____(org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens.* Salvador: Edufba, 2004. p.181-221. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SALLES, Renato. Câmara deve realizar novo concurso público. **Tribuna de Minas.** Juiz de Fora, 25 jul. 2019. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/25-07-2019/camara-deve-realizar-novo-concurso-publico.html>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SANT'ANNA, Francisco. A experiência da TV Senado e os desafios das emissoras legislativas no Brasil. **E-legis: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, n.29, p. 15-20, maio/ago. 2019.** Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/503>>. Acesso em: 9 jan. 2020.

SANTOS, Adriana Cristina Omena dos. **A digitalização da TV no Brasil: a sociedade civil organizada e a opinião pública a respeito do Sistema Brasileiro de TV Digital - SBTVD.** 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo 2006. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?wpfb_dl=69> Acesso em: 4 fev. 2019.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. **TV Legislativa: TV Câmara de Ribeirão Preto e accountability.** 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008. Disponível em:<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106273/santos_ml_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 fev. 2019.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política.** Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

SCORALICK, Kelly. Mídia, cidadania, informação e direito à comunicação: A identidade dos deficientes nos telejornais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0710-1.pdf>>. Acesso em 24 out. 2014.

SENADO FEDERAL. **Ato Nº 1 de 8 de maio de 2013.** Aprova o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/372899/publicacao/16429349>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. **Projeto de Lei Nº 229 de 2011.** Disciplina e regulamenta a gestão, administração e o funcionamento de canais e emissoras de rádio e televisão mantidos pelos legislativos federal, distrital, estaduais e municipais e dá outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4030738&ts=1567525552093&disposition=inline>>. Acesso em: 9 jan. 2020.

_____. **Resolução Nº24 de 1995.** Cria a TV Senado e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1995/resolucao-24-8-junho-1995-480010-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Ato da Comissão Diretora Nº15 de 2002.** Disciplina os objetivos, a utilização e o funcionamento dos veículos de comunicação do Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/fundamentos-e-diretrizes/diretrizes/ato-15-02>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Ato da Comissão Diretora Nº 21 de 2009.** Altera o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2002, para dispor sobre a cobertura das atividades legislativas e eventos ocorridos no Senado Federal e no Congresso Nacional. Disponível em: <<https://adm.senado.leg.br/normas/ui/pub/normaConsultada;jsessionid=1FF9C4E721F28D00FA1FD3AD700AF7DD?0&idNorma=262888>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Manual de Comunicação da Secom.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/fundamentos-e-diretrizes>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SILVA, Diolinda Madrilena Feitosa; GOBBI, Maria Cristina. Cenários e desafios da digitalização para as TVs Públicas. In: GOBBI, Maria Cristina; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Televisão digital: informação e conhecimento** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2010, p.179-198. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k8s27/pdf/gobbi-9788579831010.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

SILVA, Helena Cristina Amaral. **Autonomia e independência no telejornalismo público: a cobertura do impeachment** da presidenta Dilma Rousseff no Repórter Brasil Noite. 2016. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Jornalismo) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SILVA, Ricardo Beghini da. **Comunicação e saúde: aplicações em TVDi para demandas do SUS.** 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/546>>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SOUZA, Maressa. Entrevista concedida a Helena Cristina Amaral Silva. Juiz de Fora, 15 out. 2019.

TEIXEIRA, Stanley Cunha. **Timelink: Um novo “tempo” para a TV Digital aberta.** 2018. Tese (Doutorado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução: Leonardo Avritzer. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**, porque as notícias são como são. Florianópolis, SC: Insular, 2004.

TV ASSEMBLEIA. História da TV Assembleia. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv_assembleia/historia/index.html>. Acesso em: 18 dez. 2019.

TV CÂMARA. TV Câmara, o Brasil passa aqui. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/562841-tv-camara-o-brasil-passa-aqui/>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

TV SENADO. Quem somos. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/quem-somos>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

TVU RECIFE. **Nossa história**. Recife, 2 jan. 2018. Facebook: @tvurecife. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/tvurecife/about/>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

UNESCO. **Indicadores de Desenvolvimento da Mídia**: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000163102_por>. Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. **Public Broadcasting: Why? How?**. Canadá: UNESCO, 2001. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

VIEIRA, Livia de Souza. Etnografia como abordagem teórico-metodológica em estudos de crítica de mídia. **Rumores**: Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias, São Paulo, v.12. n.23, p.128-152, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144232/140823>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Resenha de: VALLADARES, Licia. Os dez mandamento da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22.n.63, p.153-155, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a12v2263.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2019.

APÊNDICE A- Relação dos conteúdos noticiosos analisados

TÍTULO	DATA	TEMPO
Comissão escuta depoimento de usuária de ônibus urbano	04/04/2019	1'54''
Fiscaliza JF registra reclamações de moradores da Zona Norte	05/06/2019	3'28''
Parlamento Jovem discute propostas para a etapa municipal	05/06/2019	4'12''
Câmara e Bombeiros realizam conscientização sobre queimaduras em crianças	06/06/2019	3'14''
Comissão do Idoso realiza visita ao Procon	07/06/2019	3'52''
Comissão de Saúde verifica instalações do Pam-Marechal	07/06/2019	3'28''
Comissão participa da abertura dos Torneios Leiteiros de 2019	07/06/2019	3'03''
Câmara participa do 34º Torneio Leiteiro de Rosário de Minas	08/07/2019	2'44''
Após Audiência, Câmara comemora anúncio de reforma da Escola Delfim Moreira	08/07/2019	4'48''
Comissão propõe criação de grupo de trabalho para atuar contra a violência ao idoso	10/07/2019	3'01''
Comissão discute problemas nas residências do Minha Casa Minha Vida	10/07/2019	2'07''
Audiência na Câmara discute situação dos Museus de Juiz de Fora	10/07/2019	4'38''
Presidente do TRE realiza palestra na Câmara sobre Direito e Novas Tecnologias	10/07/2019	4'
Câmara recebe visita do Desembargador Rogério Medeiros	11/07/2019	3'59''
Juíza reforça a importância da participação dos jovens nas eleições	11/07/2019	3'01''
Comissão de Segurança discute irregularidade no comércio ambulante e camelôs de JF	12/07/2019	2'44''
Comissão discute descontos indevidos nos benefícios dos idosos	12/07/2019	2'10''
A JFTV conta mais uma história de talento e superação de um juizforano	15/08/2019	10'50''
Câmara sedia plenária regional do Parlamento Jovem	15/08/2019	4'57''
Câmara discute políticas públicas para população em situação de rua	16/08/2019	2'31''
Conheça a história de Gabriel Araújo, Um Exemplo de Superação	16/08/2019	8'11''
Um testemunho de quem perdeu a guerra para o mosquito da dengue	19/08/2019	3'29''
Fiscaliza JF visita e avalia condições do HPS	19/08/2019	5'32''
CPI dos Ônibus divulga relatório final	19/08/2019	4'37''
Inscrições Primeiro Plano	20/08/2019	3'56''
Audiência discute renovação do contrato da MRS Logística em Juiz de Fora	20/08/2019	5'30''

Assembleia de Minas realiza Audiência sobre malha ferroviária em Juiz de Fora	20/08/2019	4'41''
Comissão discute projetos de acessibilidade para Juiz de Fora	21/08/2019	1'17''
Problemas de segurança no trânsito da Rua Paracatu são debatidos na Câmara	21/08/2019	4'27''
Fiscaliza da Câmara visita Escola Municipal Georg Rodemback	21/08/2019	1'43''
Comissão do Idoso destaca melhorias alcançadas no primeiro semestre	21/08/2019	1'46''
Conheça a Câmara - CASP Casa Viva e E. M Doutor Paulo Japyssu	21/08/2019	1'20''
JFTV apresenta série sobre mobilidade urbana - Parte 3 Veículos Alternativos	23/09/2019	6'21''
Câmara altera processo de licitações para carros e compras de insumos	24/09/2019	3'06''
Reunião discute assistência de saúde prisional em Juiz de Fora	25/09/2019	2'14''
Comissão do ISSQN confirma 40% de descontos e melhorias no acesso a isenção após 65 anos	26/09/2019	3'37''
Audiência pública discute situação da EMPAV no município	27/09/2019	4'43''
Receitas e despesas do município são apresentadas em Audiência na Câmara	27/09/2019	3'29''
Evento irá lançar Frente Parlamentar Mista de Combate à Dengue	27/09/2019	50''

APÊNDICE B - Relação das audiências públicas e sessões plenárias analisadas

TÍTULO	DATA	TEMPO
3ª Audiência Pública 7º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora 09 Julho 2019	09/07/2019	1'53"26
Conferência ministrada pelo desembargador do TRE-MG, Rogério Medeiros, na Câmara	11/07/2019	1'07"15
Audiência Pública ALMG - Comissão Pró-Ferrovias Câmara Municipal de Juiz de Fora	16/08/2019	4'23'28"
1ª Audiência Pública 8º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	19/08/2019	3'16"41
2ª Audiência Pública 8º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora Audiência Pública	20/08/2019	1'54"47
3ª Audiência Pública 8º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	21/08/2019	1'32"36
2ª Audiência Pública 9º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	24/09/2019	3'03"08
3ª Audiência Pública 9º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	25/09/2019	4'45"56
4ª Audiência Pública 9º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	26/09/2019	1'51"37

APÊNDICE C - Relação das reuniões ordinárias e extraordinárias

TÍTULO	DATA	TEMPO
6ª Reunião Ordinária 7º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	08/07/2019	2'59"50
7ª Reunião Ordinária 7º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	09/07/2019	1'33"22
8ª Reunião Ordinária 7º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	10/07/2019	2'29'05
9ª Reunião Ordinária 7º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	11/07/2019	2'04"15
10ª Reunião Ordinária 7º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora e 1ª Reunião Extraordinária 7º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	12/07/2019	2'21"23
1ª Reunião Ordinária 8º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	19/08/2019	3'20"54
2ª Reunião Ordinária 8º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	20/08/2019	2'31"07
3ª Reunião Ordinária 8º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	21/08/2019	2'26"16
6ª Reunião Ordinária 9º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	23/09/2019	1'38"08
7ª Reunião Ordinária 9º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	24/09/2019	2'11"08
8ª Reunião Ordinária 9º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	25/09/2019	28'07"
9ª Reunião Ordinária 9º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora	26/09/2019	2'34"30
10ª Reunião Ordinária 9º Período Câmara Municipal de Juiz de Fora; 1ª Reunião Extraordinária do 9º Período e 2ª Reunião Extraordinária do 9º Período	27/09/2019	2º41'43"